

ELITON FELIPE DE SOUZA

MUY HERMANOS: A INGERÊNCIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL (1964-1985) - UMA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em história.
Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn.

**Florianópolis, SC
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

de Souza, Eliton Felipe
MUY HERMANOS: A INGERÊNCIA DA DITADURA
MILITAR BRASILEIRA NOS PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL
(1964-1985) - UMA DISPUTA HEGEMÔNICA ENTRE BRASIL
E ARGENTINA / Eliton Felipe de Souza. -- 2019.
221 p.

Orientador: Reinaldo Lindolfo Lohn
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

1. América Latina. 2. Ditadura Militar. 3. Subimperialismo. 4.
Diplomacia. 5. Hegemonia política. I. Lohn, Reinaldo Lindolfo. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História.
III. Título.

ELITON FELIPE DE SOUZA

“Muy hermanos: a ingerência da ditadura militar brasileira nos países da América do Sul (1964 – 1985) – Uma disputa hegemônica entre Brasil e Argentina”

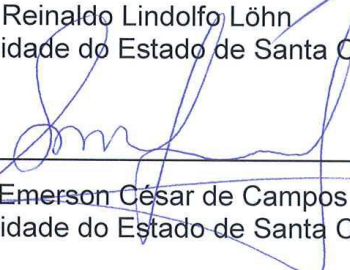
Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor (a), no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador:


Doutor Reinaldo Lindolfo Löhn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro:


Doutor Emerson César de Campos
Universidade do Estado de Santa Catarina


Membro:


Doutor Ary César Minella
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:


Doutor Waldir José Rampinelli
Universidade Federal de Santa Catarina

Membro:


Doutor Paulo Rogério Melo de Oliveira
Universidade do Vale do Itajaí

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

Ao meu maravilhoso filho Vinicius e ao querido professor Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, *in memoriam*, fonte de inspiração para esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Como sempre, são tantas as pessoas que temos à agradecer que fica difícil escolher por onde começar. Por isso, acredito que seja imperativo dar início pelos agradecimentos institucionais: lembrar do governo do estado de Santa Catarina, responsável pela bolsa de estudos com a qual fui contemplado desde o princípio desta caminhada e sem a qual este trabalho não teria sido possível; aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Arquivo Histórico Nacional que me receberam em Brasília e me auxiliaram em meus dias imerso entre os documentos; da mesma forma, agradeço ao pessoal que tão gentilmente me atendeu no Archivo de Cancillería, em Buenos Aires; aos profissionais estadunidenses no Arquivo do Departamento de Estado dos Estados Unidos, extremamente prestativos; e aos funcionários do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, que me auxiliaram no que puderam.

Dito isso, agora é a vez das pessoas próximas e importantes neste processo: agradeço à querida roqueira Maria Sabina que abriu as portas de casa para me receber em Brasília, mesmo sem me conhecer e de quebra ainda me apresentou a capital federal; ao amigo paraguaio e também historiador, Egidio Aguirre, que se dispôs a passar uma manhã no Arquivo histórico de Assunção no meu lugar procurando por um recorte de jornal; à Marília, parceirona na hora de fazer as traduções dos documentos em inglês ou revisando traduções de resumos de artigos; aos amigos argentinos Ariel e Rosalía, que me abrigaram em Buenos Aires, e aos novos amigos portenhos, Francisco “Pancho” Massetti, Camila Moro e Claudio Rodríguez, que me ensinaram a beber fernet com coca, me levaram para comer uma verdadeira Parilla argentina e ainda me proporcionaram noites de bons papos, além dos bons e velhos amigos Carlos Settembrini e Federico Millet, que tornaram a capital argentina ainda mais agradável; ao meu querido orientador Reinaldo Lohn e aos colegas do grupo de estudos da UDESC com quem pude trocar ideias, aprender e desenvolver essa tese; ao grupo de estudos Ángelus Novus, da Univali, principalmente na pessoa do grande amigo Roberto Wohlke, que ajudaram a tornar 2018 um ano tolerável.

Por fim, mas não menos importante, a família... Ah! a família! Minhas duas irmãs, Fabi e Franci e aos meus dois queridos cunhados Evans e Edo, que sempre me deram força, aos meus pais que ainda não entendem muito bem o que eu faço e porque eu estudo tanto, mas, do jeito deles, sempre me apoiaram. E, por último, a Patricia, que esteve comigo por toda essa jornada me apoiando e dando força sempre que foi preciso; e ao Vinicius que tantas vezes ouviu “agora não, filho, o pai tá trabalhando” e, mesmo criança, entendia a necessidade de tanto trabalho, amo todos vocês.

“A pátria que lhe esqueceu, o carrasco que lhe torturou, o general que lhe arrancou os olhos, o sangue inocente de todos os desaparecidos. O choque elétrico e os gritos. [...] Devemos flertar com o perigo, seguir nossos instintos primitivos. Quem sabe não serão estes nossos últimos momentos divertidos?

Eu sou a lembrança do terror de uma revolução de merda, de generais e de um exército de merda.

Não, nunca poderemos esquecer, nem devemos perdoar. Eu não anistiei ninguém, abra os olhos e o coração. Estejamos alertas, porque o terror continua, só mudou de cheiro e de uniforme” (Renato Russo).

“Salgo a caminar por la cintura cósmica del sur, piso en la región más vegetal del viento y de la luz. Siento al caminar toda la piel de América en mi piel y anda en mi sangre un río que libera en mi voz su caudal. [...]

Todas las voces, todas. Todas las manos, todas. Toda la sangre puede ser canción en el viento ¡Canta conmigo, canta, latinoamericano. Libera tu esperanza con un grito en la voz!” (Mercedes Sosa)

“Soy la fotografía de un desaparecido La sangre dentro de tus venas Soy un pedazo de tierra que vale la pena Una canasta con frijoles, soy Maradona contra Inglaterra Anotándote dos goles Soy lo que sostiene mi bandera La espina dorsal del planeta, es mi cordillera Soy lo que me enseñó mi padre El que no quiere a su patria, no quiere a su madre Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina ¡Oye! [...]

Trabajo bruto, pero con orgullo, aquí se comparte, lo mío es tuyo. Este pueblo no se ahoga con marullo y si se derrumba yo lo reconstruyo, tampoco pestañeo cuando te miro para que te recuerde de mi apellido. La operación Condor invadiendo mi nido, perdono pero nunca olvido ¡Oye!” (Residente Calle 13)

“Se quebró la cáscara del viento al sur y sobre la primera cruz despierta la verdad. Todo el mundo tercero va a enterrar su dolor con granizo de plomo harán su agujero de honor, su canción. Dejarán el cuerpo de la vida allí su nombre y su apellido son: fusil contra fusil. Cantarán su luto de hombre y de animal y en vez de lágrimas echar con plomo llorarán. Alzará al hombre de la tumba al sol y el nombre se repartirán fusil contra fusil”. (Silvio Rodríguez)

RESUMO

Este trabalho pretende lançar luz sobre as relações de dependência que envolveram as populações latino-americanas durante a segunda metade do século XX, destacando que estas não existiram apenas a partir de pressões externas ao continente, mas, também, internamente, em uma lógica política e social que pode ser considerada subimperialista. O contexto histórico analisado compreende os 21 anos da ditadura militar brasileira (1964-1985) e o resultado da investigação pretende evidenciar que, para além das relações construídas pelo chamado imperialismo estadunidense e seu papel nos golpes militares na América Latina, foram encetadas políticas de Estado praticadas pelos ocupantes do poder brasileiro ambicionando garantir-lhes o papel de potência regional em uma disputa direta com a vizinha Argentina. Essas práticas eram realizadas com a conivência e até mesmo o apoio dos Estados Unidos, que tinha no Brasil o ponto de suporte para a difusão de seus interesses na América do Sul. Para a realização desse trabalho, portanto, foi necessária a profunda análise e comparação de documentos oficiais dos governos brasileiro, argentino, boliviano, uruguaio, chileno, paraguaio e estadunidense, produzidos pelas chancelarias desses países, os quais demonstram a atuação dos chefes militares brasileiros em relação a diferentes países da América Latina, bem como a construção de uma rivalidade com os argentinos em torno de uma hegemonia subimperialista.

Palavras-chave: América Latina; Ditadura Militar; Subimperialismo; Diplomacia; Hegemonia política.

ABSTRACT

This paper aims to shed a light on the dependency relationship that involved the Latin American population during the second half of XX century, highlighting that those relationships didn't exist only based on external pressure, but also internally, in a social-political logic that can be considered sub-imperialistic. The historical context analyzed ranges through the 21 years of military dictatorship in Brazil(1964 - 1985) and the goal is to show that apart from the US imperialist relationship and their role on the military coups in Latin America, there were state policies being done by Brazilian authorities willing to ensure them the role as a regional power in a direct dispute with the neighbor Argentina. Those practices were applied with the connivance and even the support from the United States, that had in Brazil a support to the propagation of the capitalist interests in South America. Therefore, to complete this research, a deep analyzes and government official documents comparison was done using Brazilian, Argentinian, Bolivian, Uruguayan, Chilean, Paraguayan and American documents, produced by their federal chancellery, which has shown the Brazilian military command action towards different countries in Latin America, as well as the rise of a rivalry with Argentina for the sub-imperialistic hegemony.

Keywords: Latin America; Military dictatorship; Sub-imperialism; Diplomacy; Political hegemony.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 01 - Parte do acordo proposto pela comitiva que acompanhou a visita do Carlos XVI Gustavo, da Suécia, em abril de 1984.....	50
Figura 02 - Comunicação da embaixada alemã sobre a perda dos documentos de Peter Von Wogau.....	52
Figura 03 - Correio da Manhã: “Americanos já ocuparam toda a Amazônia com vinte missões”.....	61
Figura 04 - Taxa histórica demográfica brasileira de 1940 a 2010 em milhões de habitantes.....	76
Figura 05 - Trecho do relatório político e econômico sobre o Brasil emitido pelo Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina no ano de 1971.....	84
Figura 06 - Crescimento do PIB uruguaio entre 1955 e 2005.....	120
Figura 07 - Resultado das eleições presidenciais do Uruguai no pleito de 1971.....	125
Figura 08 - Mapa hidrográfico brasileiro (1967).....	140
Figura 09 - Projeto da hidrovía continental e seus devidos rios.....	141
Figura 10 - Capa do relatório da polícia de Montevideu sobre o “perigo” comunista no Uruguai.....	153
Figura 11 - Primeira página do relatório com o título em formato de desenho.....	154
Figura 12 - Comércio exterior uruguaio com Brasil e Argentina em milhões de dólares (1973-1984).....	157
Figura 13 - Cota de Corpus.....	185
Tabela 01 - Taxa de crescimento histórico do PIB brasileiro entre 1955 e 1963 em porcentagem.....	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
NARA	National Archives and Records Administration
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
FFAA	Forças Armadas
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
SNI	Serviço Nacional de Informações
PEI	Política Externa Independente
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
UDN	União Democrática Nacional
CEF	Caixa Econômica Federal
BNH	Banco Nacional de Habitação
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
DSI	Divisões de Segurança Interna
CI/DPF	Centro de Informações da Polícia Federal
DINA	Dirección de Inteligencia Nacional
Ciex	Centro de Informações para o Exterior
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DOPS	Divisão da Ordem Política e Social de São Paulo
MLN	Movimento de Liberação Nacional
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
EsNI	Escola Nacional de Informações
YPFB	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos
ESG	Escola Superior de Guerra
FAP	Forças Armadas Peronistas
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
EACF	Estação Antártica Comandante Ferraz
FIDEM	Fundação De Desenvolvimento Da Região Metropolitana Do Recife
FMI	Fundo Monetário Internacional
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
IPA	Academia Internacional de Polícia
JID	Junta Interamericana de Defesa
MIR	Movimiento de Izquierda Revolucionaria
MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MREDB	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista Brasileiro
Opep	Organização dos Países Exportadores de Petróleo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 AMÉRICA LATINA - DA EXPLORAÇÃO EUROPEIA AO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE.....	41
1.1 O SUBIMPERIALISMO NO CONTINENTE AMERICANO - ENTRE O CONCEITO E A PRÁTICA POLÍTICA.....	65
2 A FORMAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA – ALIADOS EXTERNOS E INTERNOS.....	89
2.1 O CONE-SUL DOS BRASILEIROS - UM CONTINENTE SOB ATAQUES GOLPISTAS.....	105
3 O CASO ARGENTINO E A DISPUTA NA AMÉRICA DO SUL.....	153
3.1 A BOLÍVIA.....	136
3.2 O URUGUAI.....	147
3.3 O CHILE.....	158
3.3.1 O Canal de Beagle.....	161
3.3.2 O aproveitamento político e econômico.....	168
3.4 O PARAGUAI.....	171
3.4.1 O aproveitamento da Bacia do Prata.....	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
REFERÊNCIAS.....	197

INTRODUÇÃO

Quando Eduardo Galeano publicou *As veias abertas da América Latina*, em 1971, é possível que não esperasse que o livro se tornaria tão influente entre o público interessado na condição geopolítica da América Latina pelo mundo. A obra, que passou a fazer parte do currículo até mesmo de universidades estadunidenses, em cursos que vão desde história até economia, tornou-se também um clássico do anti-imperialismo. Nela, Galeano procurou relatar a exploração de recursos naturais e humanos ocorrida no continente desde o século XVI, primeiro promovida pela Europa e, depois, pelos Estados Unidos.

Galeano utilizou dados econômicos, históricos e sociais dos 500 anos desde a chegada dos europeus ao continente para tentar compreender a situação dos governos latino-americanos no momento em que escrevia o livro. Em certa medida, ao detalhar as interferências externas no continente, o autor uruguaio acabou por demonstrar dois pontos sugeridos por Morton (2007, p. 46) como preponderantes para o entendimento das relações geopolíticas: “1) como o sistema de estados opera a reprodução do capitalismo e 2) como as relações de classe são moldadas tanto pelo capitalismo enquanto modo de produção quanto pela geopolítica”.

Tal situação estimulou, por exemplo, as iniciativas alemãs para acordos com os governos latino-americanos, em especial o Estado brasileiro. Durante a última ditadura militar no Brasil, por exemplo, foi produzido grande número de documentos referentes às relações entre os dois países focados, principalmente, em aspectos diplomáticos e em auxílio à participação em órgãos internacionais. No entanto, há, também, material que demonstra a ativa participação da Alemanha junto a instituições públicas brasileiras. Os alemães participavam ativamente em projetos que incluíam desde a transferência de tecnologia para a produção de energia nuclear (ALMEIDA, 2015), passando pelo apoio ao programa de combate às secas no Nordeste brasileiro (EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA NO BRASIL, 2017a, p. 02)¹, a criação de órgãos técnicos como na implantação do Sistema de Informações Metropolitanas da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM) (EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA NO

¹ Em 16 de janeiro de 1981, a Embaixada alemã comunicou ao Itamaraty o extravio do documento de identidade de Peter Von Wogau, perito de cooperação técnica junto ao Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). Curiosamente, Wogau, economista e cientista político era, também, Pesquisador do Centro de Pesquisa Colaborativa para Pesquisa Latino-Americana em Hamburgo e economista agrícola da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) abordando em seus trabalhos a importância do incremento da agroindústria para o crescimento da América Latina, incluindo aí a participação ativa de empresas multinacionais. Para saber mais, ver Wogau (1979a, 1979b, 1996a 1996b).

BRASIL, 2017b, p. 02) e o treinamento de técnicos brasileiros com financiamento do país europeu, em 1981².

Em *As veias abertas da América Latina*, Galeano também não deixou de abordar o papel dos governos instituídos na região no processo de exploração de seus próprios povos e nas disputas por hegemonias sobre as nações mais vulneráveis do ponto de vista econômico e militar. Pode-se compreender tais processos como parte de “uma apreciação da espacialidade nodal do capitalismo ou de como diferentes escalas entre localidades relacionam-se de forma diferenciada ao longo do tempo sob condições de desenvolvimento desigual” (MORTON, 2007, p. 47). Contudo, ainda que de modo não intencional, a imagem de um continente submetido à vassalagem internacional e à constante destruição de suas riquezas naturais e culturais desde os primórdios da colonização europeia até a proeminência estadunidense destaca-se na obra e é o que a maioria dos leitores retém da narrativa de Galeano. Ao longo dos anos e de suas sucessivas reedições em diversos idiomas, o livro constituiu-se em um libelo contra o imperialismo e a submissão de contingentes populacionais aos interesses de um capitalismo mundializado ou geopolítico³ e ao solapamento da independência.

Uma das discussões que parece ter influenciado o autor ao longo da escrita de sua obra, no entanto, foi aquela derivada dos debates em torno do que ativistas e intelectuais passaram a denominar de “subimperialismo”. Todavia, este termo recebe atenção apenas relativa no decorrer do livro. Aparece somente quatro vezes, a primeira para descrever a relação de dupla exploração do Paraguai que padeceria sob o imperialismo estadunidense e o subimperialismo brasileiro como uma “colônia de colônias” (GALEANO, 2010, p. 137); na segunda, é identificado como imperialismo de segundo grau e expressa a participação de soldados paraguaios na República Dominicana, em 1965, a mando do governo estadunidense, mas sob o comando de um general brasileiro (ibidem, p. 138); na terceira e quarta citações, Galeano se aproxima do que move a elaboração deste trabalho: haveria no Brasil dos militares uma possível intenção subimperialista na relação com os países vizinhos, na qual “um elenco militar de importante gravitação postula o país como o grande administrador dos interesses norte-

² Em documento datado de 16 de novembro de 1981, a Embaixada alemã comunica que financiará a estada e o aperfeiçoamento de três técnicos brasileiros na República Federal Alemã. Ver mais em Embaixada da República Federal da Alemanha no Brasil (2017c).

³ Para Morton, (2007, p. 52), as relações de classe constituem o capitalismo como modo de produção e, também, como geopolítica. Segundo o autor, o materialismo histórico ocorre por meio de uma filosofia das relações internas, ou seja, “as relações geopolíticas ligadas ao sistema de estados estão interiorizadas nas condições da modernidade como parte da constituição do capital. Em outros termos [...] o sistema de estados geopolítico está internamente relacionado às relações capitalistas de produção”.

americanos na região, e chama o Brasil para exercer, no Sul, uma hegemonia semelhante a que, frente aos Estados Unidos, o próprio Brasil padece” (ibidem, p. 182).

As forças internas de dominação na América Latina não deixaram de estar presentes na condição geopolítica que Galeano procurou denunciar. No continente, a criação de uma burguesia local se deu a partir das interações com o capital estrangeiro. Logo, os processos internos de formação das nações da região foram circunstâncias geopolíticas do sistema de estados com uma influência formativa nas estruturas políticas, econômicas e sociais destes países (MORTON, 2007).

A partir deste quadro, esta tese compreende uma interpretação acerca dos elementos sociais e históricos que foram mobilizados por governos latino-americanos para configurar relações de dependência e dominação nas suas correlações internas, atentando para as estratégias de desenvolvimento capitalista que os Estados Nacionais com projetos hegemônicos regionais lançaram mão. Para isso, leva-se em consideração o fato de que a política externa destes países quase sempre representa os interesses das elites econômicas, visto que “a política externa, em geral, acaba expressando as concepções gestadas pela diplomacia estatal, tendo posteriormente a aprovação presidencial” (MARIANO p. 34). São integrantes das elites que acabam por atuar no alto escalão dos Ministérios de Relações Exteriores. O próprio conceito de democracia, para teóricos como Bresser-Pereira (2000, p. 518), antes de ser uma Democracia de Sociedade Civil, passa por um processo de Democracia de Elites, “em que o poder está de fato nas elites e não no povo; um regime político em que as elites lutam entre si, organizadas em partidos, eles próprios oligárquicos, para obter o apoio popular”.

Diferente, no entanto, do que propõe Silva (1998), para quem o Continente convulsionava em guerras até a primeira metade do século XX, pois o único “inimigo” externo estava nas fronteiras e não na Europa, e para quem não havia possibilidade de o Brasil se alinhar com países mergulhados em distúrbios, a construção desta tese não deixa de levar em consideração as ações externas de dominação e como as elites do continente se submeteram aos caprichos dos países imperialistas para garantirem seus intentos locais.

Ainda que o atraso latino-americano em algumas interpretações estivesse ligado aos “males” do passado, implantados pelo modelo colonial de exploração e mantido pelo conservadorismo das classes dirigentes (SILVA, 1998, p. 91), essa permanência se deu, em certa medida, apoiada nas relações de poder estabelecidas entre as elites locais, a exploração imperialista e os Estados constituídos em cada país latino-americano conforme seu contexto interno e regional.

Portanto, cabe compreender que as relações de dependência que subjugarão as populações latino-americanas não atuaram apenas externamente ou única e exclusivamente por conta dos conflitos internos. Este trabalho está construído em torno da ideia de que a exploração e as relações assimétricas e hegemônicas contaram com estratégias nacionais desenvolvidas por elites latino-americanas em desfavor de nações mais vulneráveis, num intrincado processo que reúne relações internacionais e interesses capitalistas locais. Particularmente no contexto histórico aqui delimitado, quando da imposição de uma ditadura militar no Brasil, posteriormente seguida pela Argentina, a pretensão, então, é a de defender que entre a exploração imperialista dos Estados Unidos e os golpes militares na América Latina havia políticas de Estado praticadas pelos ocupantes do poder nos dois países que ambicionavam garantir-lhes o papel de potência regional.

Desta relação, inclusive, é que decorre a criação do título desta tese: “Muy Hermanos” é uma forma irônica de se referir a relação de “amizade” entre Brasil e Argentina, dada no âmbito das disputas comerciais, econômicas e hegemônicas regionais entre os dois países durante o século XX.

Tal assertiva fica mais nítida quando estudamos o conteúdo produzido pelas chancelarias dos países sul-americanos. São centenas de documentos que revelam o interesse por trás do jogo político internacional e evidenciam as táticas de Estado desveladas por meio da história das Relações Internacionais. O núcleo da tese que aqui será defendida está na compreensão das atividades dos governos militares brasileiros nos países vizinhos como parte de um processo de disputas regionais e de construção de hegemonia internacional, analisando, para isso, o contexto histórico vivido na política e na economia das nações do Cone Sul durante os anos em que os generais estiveram no poder.

A partir de seus respectivos processos de independência ao longo do século XIX e em conjunto com disputas geopolíticas no âmbito da América do Sul, os governos brasileiro e argentino passaram a medir força e a se envolver em conflitos de modo a cada qual se sobressair como a potência hegemônica na região. Mais recentemente, durante o período da ditadura militar brasileira, esta situação não foi diferente. Todavia, quando se pensa na ditadura, alguns temas são logo levantados, como a questão dos direitos humanos, o chamado milagre econômico, a censura, ou mesmo a resistência interna, seja pela luta política, cultural ou armada. Pouco se sabe, porém, a respeito do alcance das estratégias dos militares brasileiros em suas disputas com os países vizinhos. Estas estratégias não disseram respeito apenas a interesses imediatos, mas perpassaram mecanismos subjetivos de controle, no interior dos quais os traços do colonialismo, manejados por elites colonizadas, não deixaram de se fazer presentes.

No Brasil, em oposição às mudanças sociais e estimulada pela propaganda anticomunista, setores das chamadas classes médias urbanas engrossaram o coro da elite e ajudaram a preparar o terreno para o golpe civil-militar em 1964. As elites espalharam o medo de que o país seria tomado pelos comunistas e que era preciso fazer algo antes que fosse tarde. Essa ideia de que o comunismo seria o grande inimigo do Ocidente foi muito bem desenvolvida internacionalmente e a população acabava comprando esse perigo.

O medo de ameaças à ordem foi ingrediente central na crise política de 1964 e expressou-se, sobretudo, por meio do imaginário anticomunista. Mobilizações anticomunistas faziam parte do repertório do Estado e de grupos de direita desde o início do século, mas, entre 1961–1964, elas alcançaram picos elevados, graças à combinação de fatores internos (incremento nas reivindicações e protestos sociais) e externos (Guerra Fria, revoluções no Terceiro Mundo). Na derrubada de Goulart, em 1964, as representações anticomunistas tiveram um papel-chave (MOTTA, 2014, p.08)

Da mesma maneira que a esquerda acreditava ser possível uma reestruturação do país por meio das reformas de base, a elite tinha a convicção de que era necessário o poder militar para recolocar o país nos eixos. Como resultado, o Brasil passou 21 anos sob o autoritarismo dos militares.

No entanto, o tema da intervenção política da ditadura brasileira em suas relações com seus vizinhos sul-americanos é ainda pouco abordado, o que provoca dúvidas e hesitações, particularmente no campo historiográfico: como, por exemplo, encantar fazendo ressoar, tal qual propõe o novo historicismo de Greenblatt?⁴ Se o conhecimento, fruto do nosso trabalho, não for acessível, se ele ficar do lado de cá da linha de Boaventura Souza Santos (2009)⁵, ele

⁴ Ao propor o conceito de “novo historicismo”, Greenblatt (1991), sugere que os artefatos culturais não ficam parados, mas existem no tempo e estão ligados a conflitos, negociações e apropriações pessoais e institucionais, o autor argumenta por meio da importância dos termos ressonância, que seria o poder do objeto exibido de alcançar um mundo maior além dos limites formais, de evocar em quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu e das quais pode ser considerado pelo espectador como uma metáfora ou simples sinédoque. Ou, em outras palavras, quando se trata da ressonância, uma exposição ressonante distancia o espectador da celebração de objetos isolados e o leva em direção a uma série de relações e questões sugeridas; e encantamento que pode ser entendido como o poder do objeto exibido de pregar o espectador em seu lugar, de transmitir um sentimento e criar uma atenção exaltada. Como no estande da Coca Cola em Yucatán, no México. Uma construção que poderia facilmente ser colocada em exposição no Museu de Arte Moderna de Nova York, pois este é um espaço, não para a memória histórica, mas para olhar de forma intensa e encantada. Para o autor, “o olhar pode dizer-se encantado [...] quando sua intensidade [...] silencia todas as vozes murmurantes” (Idem, p. 255). O que a obra possui é o poder de chamar a atenção para si a partir das intenções de seu criador.

⁵ Nas palavras do próprio Santos (2007, p. 71-72) “O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o ‘deste lado da linha’ e o ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o ‘outro’. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da

não terá alcançado êxito. É preciso questionar-se de onde se fala e para quem se fala e como fazer para despertar o interesse dos “ouvintes”. Entender o processo de encantamento e de ressonância e fazer com que o trabalho desenvolvido seja capaz de encantar pelo tema proposto, fazer ouvir as vozes de um passado que continua ecoando entre nós (diretamente, indiretamente ou por identificação emocional), e proporcionar a reflexão, acredito, são ações chave para um trabalho eficaz.

Apesar de Traverso (2007) apontar para a existência de uma obsessão pela memória nas últimas décadas, apresentada em espaços públicos como museus, séries de TV, prêmios literários, filmes e comemorações, bem como amplificada pela mídia, no tocante às relações internacionais dos países latino-americanos parece predominar ainda uma amnésia. No caso brasileiro referente ao período entre 1964 e 1985, são poucas as informações sobre as conexões entre a ditadura militar e suas congêneres na América do Sul. Bandeira (2008), por exemplo, ao tratar do golpe chileno, dispensa mais atenção à participação dos militares brasileiros na tortura, do que aos bastidores nos quais autoridades conspiravam em Brasília contra o presidente eleito Salvador Allende.

A documentação investigada que dá suporte à interpretação aqui construída é variada, de modo a assegurar a amplitude de perspectiva que constitui a escolha metodológica para a exposição da tese. Foram coletadas cerca de mil páginas de documentos de cinco acervos organizados no Arquivo Nacional e no Arquivo Histórico do Itamaraty, em Brasília; no Archivo de Cancillería, em Buenos Aires; na documentação acessível do Departamento de Estado dos Estados Unidos; e, por fim, em parte da documentação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, sediado no Rio Grande do Sul, no que se refere às relações internacionais das ditaduras do Cone-Sul, o intercâmbio ditatorial de ações como a Operação Condor. No primeiro, onde todo o material estava digitalizado, a maior dificuldade foi manter o foco, visto que a enorme quantidade de registros referentes aos anos da ditadura suscita uma série de novos problemas a serem investigados. Para definir esta imensa produção de documentos oriundos do período da ditadura militar, Fico (2008a) propõe o termo “ditadura documentada”. Para o autor, “se o desafio anterior eram as fontes, passou a ser, então, a análise, o estabelecimento de novas interpretações e de hipóteses explicativas – etapa do conhecimento evidentemente mais difícil e que, por isso mesmo, tem suscitado alguns debates” (FICO, 2017, p. 07).

O Arquivo Nacional possui milhares de páginas de documentos dos órgãos de segurança como o SNI, e apresentava materiais que vão desde as relações internacionais, até econômicas

linha. O universo ‘deste lado da linha’ só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética”.

internas, passando (e aí um acervo muito grande) pelos casos de repressão, prisões, espionagens em fábricas, universidades e movimentos sociais, material este que foi revisado a procura de documentação específica sobre o tema desta tese, o que exigiu dias de leitura e pesquisa. O Arquivo Histórico do Itamaraty mantinha os documentos armazenados de forma equivocada, em pastas que danificaram o material, além disso, entre as centenas de páginas a que tive acesso, nenhuma havia sido digitalizada. Inclusive, muitas estavam tão gastas pelo tempo que já não se podia ler o que continham. Este acervo contempla o material expedido pelas embaixadas e consulados brasileiros no exterior, com cartas e memorandos, tanto de representantes brasileiros como de representações estrangeiras e, entre outras coisas, indicavam a preocupação do governo brasileiro em se manter como potência regional, apoiando e exigindo o apoio de aliados em questões envolvendo organismos internacionais, por exemplo..

Muito diferente da chancelaria brasileira, a correspondente argentina mantém os arquivos em excelente estado, de fácil manuseio, com um ambiente exclusivo para pesquisa, com toda a documentação catalogada por países, temas e regiões e com um computador disponível aos pesquisadores, além do auxílio permanente de uma historiadora. Contudo, a maior parte da documentação ainda permanece não digitalizada.

Outro acervo pesquisado foi o de documentos digitalizados do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Importante mencionar aqui, que nosso interesse nesses documentos estava nas ações conjuntas entre o Palácio do Planalto e a Casa Branca na desestabilização de outros governos da América do Sul e não nas ações de Washington contra Brasília, em 1964, ação amplamente discutida pela historiografia brasileira, haja visto o livro *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*, do historiador Carlos Fico. Neste acervo consta, por exemplo, o relato da reunião entre o presidente estadunidense Richard Nixon e o General Emílio Garrastazu Médici, que assim como a ata da reunião do Conselho de Segurança do governo Brasileiro, em 1966, corroboram a iniciativa dos dois países de conspirar contra o governo Allende. Grande parte desta documentação encontra-se no acervo do National Archives and Records Administration (NARA) e foi gentilmente cedido e enviado por e-mail pelos pesquisadores locais que prontamente respondiam minhas requisições.

Por último, mas não menos importante, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) disponibilizou documentos digitalizados a respeito da possível invasão brasileira ao Uruguai em caso de vitória da frente política de esquerda, no pleito presidencial de 1971 daquele país.

O olhar sobre estes documentos volta-se, neste trabalho, para a disputa hegemônica entre Brasil e Argentina. Dito isso, não podemos esquecer a importância conceitual para a construção desta escrita historiográfica. Algumas palavras-chave serão primordiais para o desenvolvimento deste trabalho e precisam ser compreendidas mais a fundo em uma história dos conceitos, como a hegemonia, derivada do imperialismo e do subimperialismo, conceitos que ocorrem no modo de produção capitalista “organizado entre centros e periferias, numa relação histórica que se modifica no tempo e com base em divisões internacionais do trabalho que também se modificam [...] com novas formas de apropriação do valor e de integração dos sistemas produtivos” (LUCE, 2014, p. 47).

Para desenvolver esse trabalho e encontrar as respostas para tantas perguntas foi preciso seguir procedimentos metodológicos específicos para tratar do objeto, vendo-o como acontecimento na história, pois como propôs Hobsbawm, no prefácio de *Sobre história*: “Roma derrotou e destruiu Cartago nas Guerras Púnicas, e não o contrário. O modo como montamos e interpretamos nossa amostra escolhida de dados verificáveis (que pode incluir não só o que aconteceu, mas o que as pessoas pensaram a respeito) é outra questão” (1997, p. 8). Para o autor, o relativismo em relação aos acontecimentos é como o que ocorre nos tribunais: se o acusado de assassinato é ou não culpado, depende da avaliação da evidência, desde que se disponha desta. “Qualquer leitor inocente que se encontrar no banco dos réus fará bem em recorrer a ela. São os advogados dos culpados que recorrem a linhas pós-modernas de defesa” (1997, p. 8). Inclusive, sabe-se que no Brasil dos dias mais recentes, têm sido os juízes e promotores que passaram a recorrer a tais expedientes pós-modernos que apelam mais para a convicção do que para a evidência empírica e não os historiadores. Em alguns casos ainda, como noticiado pela imprensa brasileira nas primeiras semanas de junho, nem mesmo a convicção costuma estar presente em todos os cenários, mas, pelo contrário, apenas a manipulação subjetiva das evidências de acordo única e exclusivamente com os interesses de parte dos envolvidos.

Acontece que “as releituras do passado são motivadas pelas [...] configurações políticas e sociais do presente. Envolvem relações de poder, interesses de grupos, perspectivas políticas e institucionais, que determinam nosso olhar e orientam nosso movimento em direção ao passado” (OLIVEIRA, STAROSKI, 2010, p. 02). Há uma disputa pela construção da memória social e política que mobiliza agentes públicos, movimentos sociais e agentes privados, engendrando estratégias de agenciamento. Por vezes, a história é instrumentalizada de acordo com as exigências do presente, no entanto, quando se trata da análise documental, que é a base dessa pesquisa, cabe ao historiador a realização de uma inspeção crítica das fontes com o

propósito de fornecer uma descrição narrativa densa dos fatos documentados, submetendo o registro histórico a procedimentos analíticos de hipóteses-formação, testes e explanação, garantindo que o conteúdo da narrativa não seja articulado por interesses, mas sim por um tratamento minucioso das fontes.

É notório que, mesmo após 30 anos do fim da ditadura militar no Brasil, ainda são poucas as informações a respeito da parte que cabe ao governo brasileiro nos golpes e manutenção das ditaduras do Cone Sul, assim como sobre a disputa que ocorria entre brasileiros e argentinos pelo protagonismo hegemônico na região. Por isto, neste trabalho procuraremos destacar a atuação política dos chefes militares brasileiros em conluio com o capital privado nacional no âmbito da relação com países da América Latina, sob os quais o governo do Brasil teve, ou pretendia ter, ingerência, e assegurou proeminência por meio dos interesses diplomáticos e políticos mobilizados para competir com os governos da Argentina na afirmação de uma hegemonia regional. Seguindo essa premissa, é preponderante compreender “a contradição entre aceleração produtiva (mais mercadorias) e superexploração do trabalho (criação de sub-consumo) [que] tornava o mercado externo imprescindível ao novo padrão de acumulação”, e com isso a necessidade de avançar sobre a economia de outros países, conquistando novos mercados da “América Latina, África e Oriente Médio, regiões de menor atuação do capital imperialista dominante” (MAESTRI, 2009).

Além disso, é necessário, ainda, rever o papel de Brasil e Argentina no âmbito da Teoria da Dependência e naquilo que, em certas abordagens, foi chamado de contexto “subimperialista” que, para Rafael Alexandre Moreira Mello, “se apresenta em um complexo Estado-sociedade civil, em que prevalece uma relação de dominação e [...] em que uma burguesia interna de um país semiperiférico [...], desenvolve um projeto consciente de expansão de seus interesses” (MELLO, 2016, p. 162), com o apoio das instituições governamentais. No caso do Brasil, a atuação da ditadura vem sendo revelada aos poucos em documentos classificados do governo brasileiro, estadunidense e dos países que sofreram algum tipo de intervenção, material este que ainda não foi totalmente explorado. Deixando um leque de possibilidades históricas a serem trabalhadas, que vão desde abordagens da origem da transnacionalização das empresas brasileiras de engenharia e siderurgia que são, atualmente, os ramos nos quais os empresários brasileiros mais atuam no exterior⁶, até as ações brasileiras na

⁶ De acordo com Campos (2009, p. 104), o país conta hoje com empresas que atuam nos ramos de engenharia de siderurgia em várias partes do mundo. As principais empreiteiras nessa situação são Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Mendes Júnior, Queiroz Galvão e OAS. Todas estas têm em comum, além da presença consolidada no exterior o fato de terem crescido exponencialmente durante a ditadura militar brasileira.

produção energética de países da América Central e do Sul⁷, como no caso emblemático em que “existe um paradoxo [...] já que o país mais pobre – o Paraguai – subsidia (com uma energia de qualidade mais alta que o petróleo) um país percentualmente mais rico como o Brasil” (CAMPANHA JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2009, p. 151).

Na construção do campo de pesquisa, este entendido por Spink (2003, p. 28) “como campo-tema, [que] não é um universo 'distante', 'separado', 'não relacionado', 'um universo empírico' ou um 'lugar para fazer observações’”, o autor entende que “podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo e [...] ter um senso de estar mais presente na sua processualidade”. Contudo, cabe compreender que “isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição”. Portanto, não é possível construir uma tese sem que haja, de alguma forma, uma identificação entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa.

Desse modo, recorde-me que a ação da ditadura brasileira contra os vizinhos democráticos apareceu-me como problema de pesquisa a partir de uma inquietação surgida no ano de 2014 enquanto eu escrevia minha dissertação de mestrado. Na época, o objeto dos meus estudos era a resistência à ditadura promovida por ativistas comunistas na cidade de Joinville, no Norte de Santa Catarina, durante o período ditatorial. Aquela militância havia sido sequestrada e torturada na chamada Operação Barriga Verde, maior ação militar no estado naquele período⁸.

Procurando compreender melhor as relações de poder estabelecidas no cenário político brasileiro, o ataque constante ao Partido Comunista pela imprensa e pela igreja, além das relações desiguais entre o Estado brasileiro e os Estados Unidos, no decorrer da pesquisa tive a oportunidade de conhecer a obra de Ruy Mauro Marini⁹ e a teoria do subimperialismo proposta

⁷ Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário, traz dois capítulos divididos em cinco diferentes textos tratando do assunto. Ver mais em CAMPANHA JUSTIÇA NOS TRILHOS et al. (2009).

⁸ Em dezembro de 1975, 42 comunistas que militavam em Santa Catarina foram sequestrados pela ditadura militar durante a maior operação de ataque à oposição desde o golpe de 1º de abril de 1964. Os presos eram acusados de terem relações ou de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Essa ação, porém, fazia parte de uma atividade maior, lançada pelo governo federal em âmbito nacional a fim de desarticular o partido, visto que, naquele momento, a resistência armada já havia praticamente sido eliminada e restava apenas a militância por meio das instituições políticas, nas quais os comunistas já estavam fortemente inseridos. Ver mais em Souza (2016, p. 114-145).

⁹ Ruy Mauro Marini nasceu em 1932 na cidade de Barbacena, interior de Minas Gerais e passou por três exílios, no México em 1965, Chile em 1969 e novamente no México em 1974. Retornando ao Brasil em 1996, um ano antes de falecer no Rio de Janeiro. Estudou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, na Escola Brasileira de Administração Pública e no Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Paris. Em 1962 passou a lecionar na Universidade de Brasília, de onde foi expulso após o Golpe de Estado de 1964, já no México, se integrou ao corpo docente do Centro de Estudios Internacionales (CEI) de El Colegio de México, onde aprofundou os estudos sobre América Latina. Em 1969, como consequência da repressão que se abateu sobre os movimentos estudantis, foi obrigado a abandonar o México, outra vez como exilado, agora no Chile. Alí trabalha primeiro na Universidad de Concepción e depois no Centro de Estudios Socio-Económicos

pelo autor, a qual procurava explicar, até certo ponto, a relação econômica e política entre os países periféricos:

A categoria pressupõe que o subcentro atinja um grau de influência regional, através daquilo que Marini denominou política expansionista relativamente autônoma, e Luce, hegemonia regional. [...] [com] cinco elementos que possibilitariam o desenvolvimento de uma política expansionista relativamente autônoma, ou uma hegemonia regional, auxiliado pelo Estado. Primeiro, a necessidade da formação econômico-social em questão ter atingido a condição de subcentro, possibilidade dada, no devir histórico, somente aos países [...] [de] grau médio de composição orgânica de capital [...]. Segundo, a unidade entre diferentes frações da burguesia. Em terceiro lugar, a elaboração de um “projeto nacional subimperial”. Entrelaçado com isso está a quarta condição de que haja trustes capitalistas nacionais, vinculados ao capitalismo imperialista por meio da atuação do Estado. E em quinto lugar, haverá tanto uma cedência de valor/excedente ao centro como uma apropriação de valor/excedente da periferia, isto é, uma transferência bidirecional de excedente. Embora não faça parte da listagem, está implícito que um Estado atuante e articulador seria um sexto elemento (MELLO, 2016, 129-130).

Procurando “uma alternativa às explicações dos teóricos desenvolvimentistas” (MEIRELES, 2013, p. 149), autores e pesquisadores da *Teoria da Dependência*¹⁰, como Theotônio Dos Santos passaram a perceber que, apesar do:

Desarrollo de la industrialización en los países subdesarrollados [...] como esa industrialización se hace basada en el capital extranjero, éste se adueña del sector más avanzado de la economía y cierra, cada vez más fuertemente, sus cadenas sobre dichas economías, haciéndolas más dependientes (SANTOS, 1968, p. 12).

O subimperialismo de Marini complementava essa teoria ao tornar-se uma maneira de pensar o desenvolvimento não apenas como uma intervenção do grande capital, mas a partir de

(CESO) de la Universidad de Chile. Com a ditadura de Pinochet, em 1973, volta a tornar-se exilado, estabelecendo-se temporariamente em Munique, na Alemanha, onde passa a trabalhar no Instituto Max Planck. Em 1974 retorna ao México onde é incorporado ao Centro de Estudios Latinoamericanos da Universidade Nacional do México - UNAM. Em 1979, com a Lei de Anistia, recebe permissão para voltar ao Brasil, o que faria, definitivamente, somente na década de 1990 (ARCHIVOCHILE, 2019).

¹⁰ Surgida nos anos 1960, a Teoria da Dependência se propunha a explicar a reprodução do modo de produção capitalista, que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns Estados era condicionada ao desenvolvimento e expansão de outros. Ver mais em Duarte; Graciolli (2014). Para Wallerstein (1998), os dependentistas estavam representados, principalmente, por Ruy Mauro Marini, Orlando Caputo, Fernando Henrique Cardoso e André Gunder Frank. Para o autor, os teóricos da dependência propunham uma radicalização do sistema político-econômico dos países periféricos com a total desconexão dessas nações com a economia mundial capitalista (WALLERSTEIN 2006, p. 13). “A Teoria Marxista da Dependência apresenta uma complementariedade à Teoria do Imperialismo, mostrando uma perspectiva sobre o imperialismo desde a periferia. Com isso, busca-se compreender as particularidades apresentadas ao capitalismo dependente, um capitalismo sui generis, que, além de reconhecer a sua constituição como parte integrante de uma totalidade que é o mercado mundial, se diferencia do capitalismo no centro a partir do excedente que se transfere ao mesmo e nas consequências disso para a reprodução do capital e as relações de produção na periferia” (MELLO, 2016, p. 114). “Dado que o capitalismo dependente não sobreviveria sem acumulação de capital, os dependentistas buscaram compreender os mecanismos que teriam permitido a reprodução ampliada a despeito da significante transferência do excedente produzido” (Ibidem, p. 120).

uma hegemonia regional, quando a burguesia de países periféricos estenderia seus objetivos econômicos sobre outras nações. O conceito deriva, obviamente, do imperialismo dos países centrais, visto que o subimperialismo pode ser definido como a “forma que a economia dependente pode assumir na etapa monopolista, visando a conquista de mercados externos para exportação de manufaturas e capital, em cooperação antagônica com as economias centrais” (SOUZA, 2012, p. 08).

O conceito de imperialismo recebeu a atenção de diversos autores e pode assumir vários significados, dependendo do período em que é empregado e de quem os define, tendo o Leninismo¹¹ como seu principal expoente. Nesse amplo espectro teórico que permeia o conceito, alguns aspectos são essenciais para compreendê-lo, como a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, com o controle de patentes e mercados locais de trabalho e matérias-primas, concentração de capital, e o surgimento de uma “classe financeira” exercendo poder sobre a indústria capitalista. O imperialismo parte da acumulação nacional para a expansão internacional com a participação do governo em investimentos lucrativos e seguros no exterior.

Para Lenin (1982), o imperialismo resultou da exportação de capital e de mercadorias, da produção e distribuição centralizadas nos trustes e cartéis que começavam a surgir, da fusão entre os capitais bancário e industrial e da divisão do mundo em esferas de influência pelas potências capitalistas. Lenin, o revolucionário russo, propôs a divisão do mundo no estágio imperialista do capitalismo. Primeiro entre os grupos capitalistas (cartéis internacionais e grandes multinacionais), que controlariam o poder industrial interno dividindo o mercado entre si e, em segundo lugar, na partilha do mundo para ter onde aplicar o capital excedente e explorar matérias-primas e mão de obra mais barata.

Para Pedrosa (1966, p. 28), o imperialismo estadunidense no pós-Primeira Guerra Mundial, por exemplo, não podia “limitar-se à eterna exploração das Caraíbas e adjacências [...] era querer confinar um leão numa gaiola de passarinho”. Para o autor (p.329) “a burocracia tende a usar o Estado como sua propriedade privada [...] a oligarquia dos dirigentes das grandes corporações, tende a dar aos negócios do Estado a tônica de sua presença”.

Os Estados Unidos estão no cerne das ações que seriam descritas pelo conceito de imperialismo, com uma política externa pautada no poderio militar. Tal assertiva é explorada entre os autores mais atuais, como Harvey (2004, p.96):

¹¹ “O Leninismo é a interpretação teórico-prática do marxismo, em clave revolucionária, elaborada por Lenin num e para um país atrasado industrialmente, como a Rússia, onde os camponeses representavam a enorme maioria da população” (BOBBIO; MATTEUCCI; PAQUINO, 1998, p. 679).

A recente virada para um imperialismo aberto respaldado pela força militar norte-americana pode ser entendida como um sinal do debilitamento de sua hegemonia frente às sérias ameaças de recessão e desvalorização infligidos previamente em outros lugares (América Latina nos anos 80 e início dos anos 90, e as crises ainda mais sérias que consumiram o Leste e Sudeste Asiático em 1997 e que logo abateram a Rússia e parte da América Latina). Mas também quero colocar que a incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação. Esta, segundo minha conclusão, é a marca do que alguns chamam “o novo imperialismo”.

Outra motivação para seguir com este objeto de pesquisa foi o artigo escrito pelo historiador Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira, na revista *Espaço Acadêmico* e que citarei no decorrer desta tese. Neste artigo o autor descreve parte das ações militares brasileiras em golpes na América do Sul, como o envio de centenas de veículos ao exército uruguaio; o apoio da Casa Militar do ditador Médici aos adversários do governo do general Juan José Torres, na Bolívia, fornecendo dinheiro, armas, aviões e áreas de treinamento, assim como aporte logístico ao golpe deflagrado pelo general Hugo Banzer; e a participação da ditadura brasileira na implementação da Operação Condor, coordenada pela ditadura de Pinochet (BANDEIRA, 2003).

Tais apontamentos de Bandeira foram corroborados por documentos coletados nos diversos arquivos a que tive acesso para a construção desta tese. Exemplo disso, é o memorando classificado como secreto pela Embaixada brasileira em Buenos Aires, enviado em 23 de setembro de 1971 a Brasília relatando o posicionamento do governo argentino em relação a uma possível ação brasileira contra o governo eleito do Uruguai (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017a).

A tese resulta inicialmente da combinação de leituras a partir destes dois trabalhos, com foco, nas disputas hegemônicas entre Brasil e Argentina na América do Sul, bem como das implicações da Guerra Fria durante a segunda metade do século XX. Além disso, na ocasião da apresentação de um trabalho em Valparaíso, Chile, em conversas informais com colegas daquele país, da Argentina e do Paraguai, percebi que havia uma lacuna a ser estudada nas condutas e políticas-econômicas dos governos brasileiros em relação aos países vizinhos.

Tal trabalho não poderia ser realizado no mestrado, dada a amplitude do tema, por isso a necessidade de dar continuidade às investigações com um projeto de doutorado, objetivando procurar soluções aos estranhamentos e inquietações, dando respostas satisfatórias para o objeto escolhido.

A ditadura militar brasileira, principal parceira política dos Estados Unidos na região, provocou mudanças importantes interna e externamente, agindo para além das próprias

fronteiras e ajudando a derrubar governos ou auxiliando ditadores de países como Uruguai, para onde em 1973, foram enviados veículos e oficiais para auxiliar na repressão e apoiar as forças armadas uruguaias que haviam tomado o poder; Chile, onde, em 1966, o governo brasileiro se mostrou inquieto com a possibilidade de ascensão de um governo socialista e que, em 1973, imediatamente após a tomada do poder por Augusto Pinochet, enviou ferramentas de tortura e agentes para assessorar no processo de implementação da ditadura; e Bolívia, na qual, em fins de 1970, o presidente Garrastazu Médici ofereceu aos adversários políticos do governo, dinheiro, aviões, mercenários, áreas de treinamento em território brasileiro, suporte logístico com aviões militares, armamentos e munições, além do suporte das tropas do II Exército, para ajudar no golpe de Estado. Isso somado ao apoio à outras ditaduras, como a paraguaia (1954-1988) e a peruana (1968-1980), e ao alinhamento aos Estados Unidos, inclusive, com o suporte à intervenção na crise da República Dominicana, em 1965.

Essa atuação internacional não parece ter ocorrido apenas para defender os interesses internos brasileiros ou assegurar o domínio dos Estados Unidos na região, mas para defender a supremacia da elite brasileira frente aos países vizinhos e, principalmente, à Argentina que, assim como o Brasil, tinha o objetivo de se tornar a grande potência regional. Essa relação hegemônica brasileira suplanta, como bem pensaram Laclau e Mouffe, a noção tradicional de “classe” que pressupõe a unidade das posições dos diversos sujeitos: “as condiciones del capitalismo maduro, dicha unidad es siempre precaria y sometida a un constante proceso de rearticulación hegemónica” (1987, p. 05). A ação dos militares ia muito além dos interesses do capital dos países nos quais o Brasil interveio.

É importante, então, identificar e enumerar as ações argentinas e brasileiras entre 1964 e 1985, definindo as medidas políticas adotadas em âmbito regional para garantir a hegemonia político-econômica na América do Sul.¹² Seguindo essa asserção, este trabalho tem como intenção contribuir para uma aproximação entre a construção historiográfica brasileira e a argentina, dialogando com o que já foi produzido e criando conceitos de uma história do Sul pelo próprio Sul. Como afirmaram Laclau e Mouffe (1987, p. 07), “si el pluralismo que nuestro texto preconiza ha de ser realizado en la práctica, sólo puede hacerlo incorporando otros textos, tradiciones y experiencias, que expandan constantemente el tejido argumentativo a través del cual un sentido común democrático se construye”.

¹² Para Laclau e Mouffe (1987, p. 29), “los diversos momentos estructurales o instancias de la sociedad capitalista tampoco tienen ningún tipo de autonomía relativa. El Estado, por ejemplo, es presentado en términos del más burdo instrumentalismo”. Segundo os autores, portanto, o Estado age como instrumento nas mãos dos que detêm o capital econômico.

A análise de uma estrutura conceitual capaz de dar conta do objeto deste trabalho é indispensável, na medida em que a complexidade da documentação demanda uma articulação de indícios e informações que não conjugam com facilidade, norteando-se pelo foco em investir numa construção historiográfica. É preciso considerar que as experiências históricas compreendem o próprio uso das palavras que intencionam defini-las. Esta escrita se dá por meio de uma narrativa na qual “el tiempo se hace tiempo humano en cuanto se articula de modo narrativo; a su vez, la narración es significativa en la medida en que describe los rasgos de la experiencia temporal” (RICOEUR, 2004, p. 39). Existe, portanto, uma correlação entre a experiência temporal e a narrativa.

A escrita da história não é simples literatura, não é apenas uma ilustração linguística, mas, antes de tudo, é resultado de um grande conjunto de procedimentos, operações e manipulações técnicas:

Situando este ensaio num conjunto mais amplo e num lugar onde já existe alguma coisa escrita [...], não pretendo esboçar um quadro, necessariamente ilusório, dos trabalhos teóricos e descritivos que organizaram a questão ou a esclarecem de passagem nem mesmo apenas reconhecer minhas dívidas. O que se acha em jogo é o estatuto da análise e sua relação com seu objeto. Como numa oficina ou num laboratório, os objetos produzidos por uma pesquisa resultam de seu aporte, mais ou menos original, num campo onde ela se tornou possível. Remetem portanto, a um “status questionis”, isto é, *uma rede de intercâmbios* profissionais e textuais, à “dialética” de um trabalho em curso [...]. Vendo as coisas deste ponto de vista, os “objetos” de nossas pesquisas não podem ser destacados do “comércio” intelectual e social que organiza as suas distinções e seus deslocamentos (CERTEAU, 1998, p. 110).

De acordo com Bentivoglio (2010, p. 117), “os fundamentos da História Conceitual podem ser detectados em sua reação a um princípio do Iluminismo e do historicismo que toma as ideias em sua positividade, entendendo-as como uma existência objetiva, constitutiva da própria História”, ou seja, a produção dos conceitos está diretamente ligada à própria história. Os conceitos dão sentido à escrita da história.

Esta articulação com o contexto é de suma importância para que se compreenda a produção e o uso dos conceitos, pois estes estão, antes de tudo, imbricados com a linguística tornando alguns deles impossíveis de serem entendidos sem que se compreenda o idioma em que foram produzidos, a análise lexical da língua, daquilo tudo que diz respeito a um conceito, assim como tudo o que não diz a partir das necessidades contextuais surgidas com mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais:

Cada época entende um texto transmitido de uma maneira peculiar, pois o texto constitui parte do conjunto de uma tradição pela qual cada época tem um interesse

objetivo e na qual tenta compreender a si mesma. O verdadeiro sentido de um texto, tal como este se apresenta a seu intérprete, não depende do aspecto puramente ocasional que representam o autor e o seu público originário. Ou, pelo menos, não se esgota nisso. Pois este sentido está sempre determinado também pela situação histórica do intérprete e, por consequência, pela totalidade do processo histórico (Gadamer, 1997, p. 366).

Para Rüsen (2001, 156), a história não pode ser vista apenas como um discurso, mas como uma prática que se pretende real. É uma construção que, ainda que se utilize de elementos da produção textual, como a poética e a metáfora, constitui-se de provas e controles, produzindo credibilidade e enunciados científicos.

As questões abordadas nesta tese, na forma de trajetórias sociais e usos de conceitos capazes de descrever fenômenos e processos que não teriam a mesma significação se vistos isoladamente, compreendem um esforço por dotar a chamada História do tempo presente de uma função crítica, ética e cívica, de “desmistificação das crenças veiculadas pela memória coletiva para fazer valer um discurso racional” e de “formação de uma consciência história e de uma memória dos contemporâneos, bem como a construir uma cultura comum” (DOSSE, 2012, p. 19).

Podendo ser vista como uma história de acontecimentos inacabados, a história do tempo presente, nesse trabalho, nos remete a um processo político e social brasileiro que ainda repercute, tanto pelas ações autoritárias institucionalizadas no Estado brasileiro, quanto pelo discurso de figuras públicas e representantes eleitos. Como afirma Fico (2012, p. 44), a característica crucial na construção da História do Tempo Presente é “a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar”, e por mais que esta tese se pautar na investigação de documentos escritos e oficiais, é notório que o resultado dessa pesquisa indique alguns dos personagens centrais desse processo, abrindo precedentes para que sejam indagadas e confrontadas sobre a responsabilidade que possuem nas ações da ditadura. Tal posição historiográfica “trata-se, talvez, da única particularidade que verdadeiramente distingue essa especialidade das demais, embora muitos autores tenham tentado destacar outras singularidades do ponto de vista metodológico ou mesmo teórico” (FICO, 2012, p. 44).

Ou seja, “a História do Tempo Presente é mais afetada pelo debate público que qualquer outro tipo de produção histórica” (RAMOS; NETO, 2014, p. 20) e ao historicizar acontecimentos como a Ditadura Militar, o historiador está sujeito a ser agente neste debate pautando-o com um profundo embasamento teórico e metodológico. Seguindo esta assertiva, portanto, os conceitos de imperialismo, subimperialismo e hegemonia são fundamentais para a

compreensão dos caminhos políticos e econômicos trilhados pelos Estados sul-americanos, principalmente durante a segunda metade do século XX, em meio à Guerra Fria e às ditaduras latino-americanas, visto que estes estão imbricados no contexto da região. Neste sentido, partimos de um novo olhar sobre as ações do governo brasileiro durante a ditadura militar ante as nações do Cone Sul, pois “o país aprofundou sua estratégia de industrialização, diversificando [...] a estrutura de suas relações econômicas [...] e desenvolveu uma inserção mais sofisticada na economia internacional” (LESSA, 1994, p. 36).

Sabendo que, assim como afirma Koselleck (1992, p. 136), “a história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização”, o avanço da política exterior dos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX e as ações de alguns países periféricos, como o Brasil, a partir da década de 1950, são situações preponderantes para a compreensão dos conceitos de imperialismo e subimperialismo, por exemplo. Esta política impõe “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 134-5). Compreendendo essa relação de subordinação, é possível, também, destrinchar o conceito de hegemonia, visto que houve por parte de alguns países, entre eles o Brasil, a tentativa de submeter determinadas regiões ao seu poder.

Dito isso, para que consigamos atingir todos os objetivos desta tese, este trabalho foi configurado da seguinte maneira: com o título de *América Latina - da exploração europeia ao imperialismo estadunidense*, o primeiro capítulo foi elaborado partindo da exegese conceitual dos termos: *América Latina*, do qual procuramos compreender o processo histórico que lhe deu origem, até as características que lhe dão forma atualmente; *imperialismo*, para que consigamos entender o desenvolvimento das políticas econômicas e sociais em âmbito global e regional durante o século XX e, principalmente, as intervenções dos Estados Unidos como o principal representante do modo de produção capitalista e como a maior potência imperialista das Américas.

Subdividimos este capítulo com o intuito de esquadriñar um dos temas mais importantes para a elaboração e o desenvolvimento desta tese, o conceito de *subimperialismo*. Este aparece esmiuçado em *O subimperialismo no continente americano - entre o conceito e a prática política*. Aqui, procuramos fornecer importantes apontamentos sobre a execução de políticas externas levadas a cabo por países periféricos e de que maneira estas práticas se inserem na construção de disputas pelo controle hegemônico em âmbito regional. Neste caso,

exclusivamente, as disputas entre o Brasil e a Argentina que serão demonstradas no decorrer do texto.

Pensando na melhor maneira de dar andamento a este primeiro capítulo, realizamos uma rigorosa análise bibliográfica apontando textos que vão desde clássicos sobre o estudo do conceito de imperialismo, como Lenin, Luxemburgo, Harvey e Hobsbawm, chegando a Marini, Luce e Kautsky, para explicar o subimperialismo brasileiro. Além disso, foram utilizados alguns documentos produzidos pelos governos do Brasil, da Argentina e dos Estados Unidos que demonstram a articulação deste último com os governos submetidos à política imperialista estadunidense.

Ainda no primeiro capítulo, compreender a categoria mais cara a Gramsci, Spektor e Cox, teve papel fundamental. A *hegemonia* é tratada aqui para articular as ações regionais subimperialistas e globais imperialistas como forma dos Estados mais poderosos se imporem sobre as nações mais débeis, ou nas disputas entre países que oferecem resistência ou ameaça a posições de liderança galgadas por governos locais.

No segundo capítulo, *A formação da Ditadura Militar Brasileira - aliados externos e internos*, procuramos apresentar o panorama da situação política que permitiu a relação entre o Estado ditatorial brasileiro e os aliados externos e internos e como estes auxiliaram na derrubada do presidente João Goulart, contribuindo para que as Forças Armadas (FFAA) tomassem o poder em Brasília. O apoio dos empresários brasileiros e estrangeiros que estiveram envolvidos neste processo e a anuência dos Estados Unidos, que possuíam interesses em relação às políticas que seriam estabelecidas pela ditadura nos anos seguintes. Aqui, além da produção bibliográfica de autores como Dreifuss, Pedrosa, Campos e Vizontini, será explorada, também, a documentação presente no NARA, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, bem como o material coletado nos arquivos Nacional, do Itamaraty e da chancelaria argentina.

Neste capítulo procuramos demonstrar o papel de sócio menor do capital estrangeiro, assumido pela ditadura militar em substituição às políticas de independência aos centros capitalistas propostas pelos governos anteriores e como esse papel esteve articulado com os interesses da grande burguesia brasileira.

Seguindo essa linha de raciocínio, em que a grande burguesia nacional atuou para desestruturar e derrubar o presidente João Goulart, optamos por criar um subtítulo para este capítulo sob o título *O Cone-Sul dos brasileiros - um continente sob ataques golpistas*, no qual temos a pretensão de evidenciar as ações da ditadura brasileira em países como Bolívia, Uruguai, Paraguai e Chile, desestabilizando e auxiliando na deposição dos governos vizinhos para garantir os interesses políticos e econômicos de Brasília e, também, de Washington. Este

subtítulo foi construído, principalmente, com base na documentação diplomática pesquisada para este trabalho, cuja análise demonstra que a ditadura militar do Brasil agiu diretamente e com o consentimento e apoio político e econômico dos Estados Unidos. No entanto, começamos a perceber aqui, também, evidências de que os militares brasileiros, apesar de agirem como representantes do imperialismo estadunidense na América do Sul, possuíam um plano político externo semi-independente, um projeto de nação que era subimperialista e hegemônico, e que estava numa constante disputa com a Argentina pelo papel de potência regional.

O terceiro capítulo, *O caso argentino e a disputa na América do Sul*, é o que possui o maior número de subdivisões. Na primeira parte, propusemos uma introdução acerca das relações políticas entre Argentina e Brasil a partir do processo de independência das duas nações, demonstrando como no decorrer do século XX ocorreram aproximações e distanciamentos nas políticas externas colocadas em prática pelos dois Estados. Em seguida, elegemos quatro países que entendemos, em decorrência da pesquisa documental, serem os mais relevantes nas disputas hegemônicas da região, pois estes demonstraram envolverem questões geográficas, políticas e econômicas de suma importância para a realização dos interesses brasileiros e argentinos.

Com os golpes de Estado já evidenciados no capítulo anterior, neste momento procuramos nos ater às ações políticas e econômicas aplicadas por Buenos Aires e Brasília: a primeira subdivisão, *A Bolívia*, traz o país andino como tema. Importante aliado, principalmente se levarmos em consideração o fato de esta nação não possuir uma saída direta para o mar e dadas as disputas com Santiago sobre a questão da mediterraneidade, precisar de acordos com Brasil e Argentina para garantir o escoamento de seus produtos; a segunda subdivisão é intitulada *O Uruguai*. Um país que apesar de pequeno, está encravado exatamente entre os dois grandes da América do Sul, ensejando disputas fronteiriças desde o processo de independência das antigas colônias espanholas e portuguesas; na terceira parte temos *O Chile*. Este mereceu uma atenção especial por conta do conflito com a Argentina pelo controle do Canal de Beagle, o que quase mergulhou o continente Sul-americano na guerra. Por essa razão, optamos por mais duas subdivisões: primeiro, o *O Canal de Beagle* para compreendermos a dimensão do conflito e a posição dos países envolvidos; e segundo, *O aproveitamento político e econômico*, que, como o próprio título já indica, trata das relações econômicas e políticas estabelecidas pelo Chile com a Argentina e, principalmente, com o Brasil; a seguir vem *O Paraguai*, outro país que precisou de subdivisões, afinal de contas, este esteve no bojo do principal conflito político entre Brasília e Buenos Aires: a construção de Itaipu. Dessa maneira, *O aproveitamento da*

Bacia do Prata tornou-se outro elemento importante para a construção do texto desta tese, aparecendo aqui, inclusive, a face belicista da Argentina no período, demonstrada pela proposta do Chefe do Departamento da América Latina, Federico Barttfeld, de um realocamento das forças militares argentinas junto às áreas fronteiriças com o Brasil ((MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p.14). Além de toda a documentação consultada, dois autores foram importantíssimos para a realização deste capítulo, o Brasileiro Luiz Alberto de Moniz Bandeira e o argentino Juan Archibaldo Lanús.

Neste capítulo, além de demonstrarmos por meio da documentação diplomática a ação dos governos de Brasil e Argentina, procuramos, também, indicar o quanto o Itamaraty acabou por se tornar um mediador dos jogos de interesses da iniciativa privada brasileira, já que a partir dos acordos estabelecidos pelo Estado, grandes empresas nacionais, principalmente as do ramo da construção civil, começaram a se internacionalizar escolhendo, justamente, estes países para darem início aos empreendimentos no mercado externo. O próprio governo argentino reconhece, em documento de 1976 que vê nas políticas externas brasileiras uma diplomacia de projeção do Brasil e de contenção da Argentina (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 04).

Por fim, as considerações finais, momento em que procuramos tecer nossas observações sobre todo o processo evidenciado no decorrer deste trabalho, da posição brasileira de sócia menor do capitalismo central, passando pelo posicionamento subimperialista e chegando as disputas hegemônicas com a Argentina.

1 AMÉRICA LATINA - DA EXPLORAÇÃO EUROPEIA AO IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE

“A chuva que irriga os centros do poder imperialista afoga os vastos subúrbios do sistema” (GALEANO, 2010, p. 06).

“Na concepção geopolítica do imperialismo, a América Central [e veremos aqui que essa geopolítica se estende por toda a América Latina] não é mais do que um apêndice natural dos Estados Unidos” (GALEANO, 2010, p. 76). Neste capítulo, imperialismo e América Latina são tomados como conceitos que se entrelaçaram no decorrer da história política do século XX, ancorados em premissas como a de que “la capacitación en cultura escrita arranca de un conocimiento conceptual y abstracto resumido en el potencial simbólico de las palabras” (GÓMEZ, 2004, p. 45). Bem por isso, a exegese dos conceitos e seu universo textual, são imprescindíveis ao historiador. É preciso compreendê-los sabendo que são providos de um determinado contexto histórico. Que “os conceitos são categorias heurísticas e 'encarnadas' em dadas situações históricas, nas quais foram formulados e transformados em apreensões conceituais” (PROTO, 2011, p 75).

Atualmente, pode-se dizer que o conceito de América Latina, “independentemente das razões ideológicas e políticas que envolveram seu nascimento, [esse termo] veio para rebatizar um continente que tinha perdido seu nome originário” (BRUÍT, 2000, p. 02) e que envolve mais de 700 milhões de habitantes divididos em 12 países da América do Sul, 07 da América Central e 14 do Caribe, com uma superfície que abrange um total de 19.200.000 quilômetros quadrados (SOUZA, 2011). Estas nações, além do uso de idiomas derivados, em sua maioria, do latim, como o português, o francês e o espanhol, possuem, também, características culturais, religiosas, políticas e sociais similares, visto que são ex-colônias das mesmas nações europeias.

Bandeira (2008), Souza (2011) e Brandalise (2013) indicam que o termo América Latina tem origem na França derivado da terminologia “Amérique Latine” que designava as intenções de Napoleão III na América. Michel Chevalier, Conselheiro de Estado do imperador francês, utilizava o conceito como parte de um discurso geo-ideológico para justificar o imperialismo francês no México por meio de uma suposta unidade linguística, cultural e racial dos povos latinos em oposição aos germânicos, anglo-saxões e eslavos, dos Estados Unidos.

Os três autores concordam ainda que “América Latina” como conceito para integrar México e demais países em relação ao avanço imperialista dos Estados Unidos, foi usado pela primeira vez em 1856, pelo intelectual e político chileno Francisco Bilbao Barquín em

conferência pronunciada em Paris no dia 24 de junho (BANDEIRA, 2008), além de aparecer no poema “Las dos Américas” de José Maria Torres de Caicedo (BANDEIRA, 2008; SOUZA, 2011; BRANDALISE, 2013) e em discurso do panamenho Justo Arosemena denunciando as intenções dos Estados Unidos na região que atualmente compreende o Estado do Panamá (BRANDALISE, 2013).

Bruít (2000, p. 02), no entanto, afirma que a primeira vez que o termo foi utilizado de forma acadêmica teria sido alguns anos depois, por volta de 1864, quando o jurista argentino Carlos Calvo “publicou, em Paris, uma obra monumental em vinte volumes” sobre o continente. “Calvo disse na dedicatória a Napoleão III que a obra era um reconhecimento e gratidão da raça latina à inteligência superior do Imperador”.

Para Neder e Cerqueira Filho (2010, p. 05), na bibliografia produzida no continente americano “a hegemonia da ideia de América Latina vai ocorrer principalmente a partir das últimas décadas do século XIX; esta ideia substituiu as referências geográficas até então predominantemente usadas de América do Norte, do Sul e Central”. Mesmo com a fragmentação da América Espanhola em dez repúblicas durante o processo de independência chegando a 16 ainda em meados do século XIX, permanecia entre políticos e intelectuais desses países a ideia desenvolvida por Simón Bolívar, de uma identidade comum e de uma grande nação formada pelos povos hispano-americanos:

A “América Latina” era fundamentalmente distinta dos Estados Unidos, a “outra” América. Acima de tudo, também acreditavam que os Estados Unidos eram seu inimigo. A anexação do Texas em 1845, a Guerra Mexicana de 1846-8, a corrida do ouro californiano em 1848, o interesse norte-americano em construir uma rota interoceânica cortando o istmo do Panamá, as ameaças constantes de ocupação e anexação de Cuba, e, principalmente, a invasão da Nicarágua em 1855 por William Walker, tudo isso alimentava sua convicção de que os Estados Unidos só cumpriram seu Destino Manifesto à custa da “América Latina”. Nos anos 1860, a França e a Espanha se juntaram aos Estados Unidos como inimigas da “América Latina” devido à intervenção francesa no México em 1861 (e ao apoio dado a Maximiliano até sua execução em 1867); à anexação de Santo Domingo à Espanha, em 1861-5; à guerra da Espanha com o Peru pelas Ilhas Chincha (1864-6), e à breve guerra com o Chile (em que Valparaíso foi bombardeada pela marinha espanhola) (BETHEL, 2009, p. 292).

É bom que se entenda, no entanto, que com um idioma diferente dos países de língua espanhola e com um processo de independência distinto, concluído com a ascensão de um imperador ligado à Família Real da metrópole em vez da criação de uma República, o distanciamento político e cultural entre o Brasil em relação aos demais países da América Latina criou “dois pólos que se atraem e se repelem – o Brasil é e, ao mesmo tempo, não é América Latina” (PRADO, 2001, p. 128).

Em distintos momentos da história do Brasil, inclusive, há, por parte de Itamaraty uma certa ironia em relação às tentativas argentinas de integrar economicamente os países americanos de língua espanhola (EMBAIXADA DO BRASIL NO PARAGUAI, 2017a). Ademais, os brasileiros não eram vistos como parte do conceito até a primeira metade do século XX. Isso ocorreria somente “quando principalmente os EUA, a Europa e o resto do mundo passaram a considerar o Brasil como parte integrante da “*Latin America*” em meados dos anos 1920 e 1930, especificamente durante a segunda guerra mundial e guerra fria” (SOUZA, 2011, 32-33). A inclusão do Brasil no conjunto de países latino-americanos fez parte do estágio de homogeneização do continente “pelos falantes de língua inglesa ao se referir aos habitantes das ex-colônias de Espanha e Portugal no Novo Mundo” (Idem).

O termo “Latin America” para os intelectuais e políticos da América do Norte, durante o século XX, pode ser representada por meio de três oposições conceituais básicas: uma região autoritária, católica e particularista em oposição aos hábitos e instituições verdadeiramente americanas (protestante, universalista e democrática); uma “Latin America” atrasada e subdesenvolvida diferente da imagem americana moderna, progressista e desenvolvida; uma região de não brancos e mestiços contraposta a América branca e anglo-saxônica (ibidem, 34). Nesse contexto, o Brasil se encaixava como mais uma nação latino-americana.

Dada a inclusão do Brasil no conceito proposto pelos intelectuais estadunidenses, e levando em consideração o fato de que o país se destaca no cenário regional pelo tamanho, importância geopolítica e econômica, rapidamente este ganhou proeminência política no continente.

A importância do Brasil frente aos outros países latino-americanos foi sendo consolidada durante o século XX e é evidenciada em conversa entre o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, e o Secretário de Estado, William Rogers, na tarde de 07 de dezembro de 1971, quando Rogers se mostrava grato por ter os generais brasileiros ao lado dos estadunidenses, por ocasião da visita de Médici a Washington: “Eu acho que Médici¹³ foi uma boa ideia. Foi muito bom almoçar com ele. [...] Deus, estou feliz por ele estar do nosso lado” [nossa tradução]. Afirmação a qual o presidente teria respondido: “Você sabe, eu gostaria que ele estivesse dirigindo todo o continente” (NIXON PRESIDENTIAL MATERIALS, 2017).

Essa postura dos Estados Unidos frente à América Latina nos leva ao outro importante conceito deste capítulo: no século XIX os termos imperador e império eram antigos, mas o conceito de imperialismo era ainda muito recente. A utilização desta palavra passou a fazer

¹³ General de exército, Emílio Garrastazu Médici foi o terceiro ditador do período da Ditadura Militar, governando o país entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974.

parte do vocabulário político e jornalístico nos anos de 1890 para explicar a expansão colonialista europeia, “sendo bastante utilizada entre 1890 e 1914, e servindo ainda hoje para designar práticas militares e culturais desenvolvidas por potências para exercer domínio sobre outros Estados, politicamente independentes” (SILVA; 2009, p. 218). Da mesma forma, é neste período que a expressão adquire uma dimensão econômica:

A palavra foi introduzida na política na Grã-Bretanha nos anos 1870, e ainda era considerada neologismo no fim da década. Por volta de 1900, quando os intelectuais começaram a escrever livros sobre o imperialismo, ele estava — para citar um dos primeiros deles, o liberal britânico J. A. Hobson “na boca de todo mundo... e [era] usado para denotar o movimento mais poderoso na política atual do mundo ocidental”. Em suma, era um termo novo, criado para descrever um fenômeno novo. Este fato é evidente o bastante para descartar uma das muitas escolas participantes desse tenso e acirrado debate ideológico sobre o “imperialismo”, a que argumentava que ele não era nada de novo, que talvez fosse mesmo um mero remanescente pré-capitalista. De qualquer maneira, era sentido e discutido como novo. [...] A própria palavra adquiriu gradualmente, e agora é improvável que perca, uma conotação pejorativa. Ao contrário da “democracia” que, devido a suas conotações favoráveis, mesmo seus inimigos gostam de reivindicar, o “imperialismo” normalmente é algo reprovado e, portanto, feito por outros. Em 1914, inúmeros políticos se orgulhavam de se denominarem imperialistas, mas no transcorrer de nosso século eles praticamente desapareceram de vista (HOBSBAWM, 1998, p. 58).

“Assinalado o contexto em que surgiu a necessidade de se compreender o desenvolvimento desigual no sistema capitalista internacional, a partir dos anos 1950 houve diferentes esforços para estudar [...] o subdesenvolvimento dos países periféricos” (MELLO, 2016, 110). Ainda de acordo com o autor, o modo de produção capitalista pode ser dividido entre economias imperialistas, como Estados Unidos, Alemanha, França, semiperiferias imperialistas, como os casos da Espanha e da Itália, o subimperialismo dependente do Brasil, as economias dependentes, como as do Chile e Peru, e as periferias nos países africanos subsaarianos:

Nas três primeiras categorias a apropriação de valor prevalece, mas a partir da segunda já há cedência de valor, sendo que nas últimas duas predomina a transferência de valor. [...] Vale ressaltar que os mecanismos de transferência de excedente se modificam não só nos diferentes momentos históricos, como podem se diferenciar a partir das especificidades entre as diferentes formações econômicosociais [Sic] (Ibidem, p. 126).

Os mecanismos de transferência e apropriação de valores econômicos impostos pelos países imperialistas, acabam por estabelecer regiões de poder hegemônico por todo o globo. De acordo com Cox (2016, p. 148), historicamente, os Estados hegemônicos se estabelecem após terem passado por revoluções sociais e econômicas:

La revolución no sólo modifica la economía interna y las estructuras políticas del estado en cuestión sino que también desata energías que se extienden más allá de las fronteras del estado. Una hegemonía mundial es, por consiguiente, en sus inicios una expansión hacia el exterior de la hegemonía interna – nacional– establecida por la clase social dominante. Las instituciones económicas y sociales, la cultura, la tecnología asociada a esta hegemonía nacional se convierten en patrones de emulación exterior. Tal hegemonía expansiva impacta en los países más periféricos como una revolución pasiva. Estos países no han pasado a fondo por las mismas revoluciones sociales, sus economías no están desarrolladas del mismo modo, pero intentan incorporar elementos del modelo hegemónico sin cambiar las viejas estructuras de poder. Mientras los países periféricos pueden que adopten algunos aspectos económicos y culturales del centro hegemónico, su capacidad de adoptar sus modelos políticos es menor. Así como el fascismo se convirtió en la forma de la revolución pasiva en la Italia del periodo de entre guerras, muy variadas formas de régimen militar burocrático vigilan la revolución pasiva en las periferias de hoy en día [1983]. En el modelo hegemónico mundial, la hegemonía es más intensa y consistente en el centro y más cargada de contradicciones en la periferia.

Segundo Silva (2009, p. 218), “o conceito [de imperialismo] designa também o conjunto de práticas e teorias que um centro metropolitano elabora para controlar um território distante”, como o ocorrido entre 1870 e o início da Primeira Guerra Mundial, quando o continente africano foi repartido quase completamente entre os Estados europeus e vastos territórios da Ásia sofreram com a ocupação e subordinação europeia, japonesa e, em menor medida, estadunidense, especialmente a China, Pérsia e império otomano. “Duas regiões maiores do mundo foram, [...] inteiramente divididas: África e Pacífico. Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, [...] distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e [...] japoneses” (HOBSEBAWM, 1998, p. 56). O continente africano, em 1914, estava dividido entre os impérios britânico, francês, alemão, belga, português e espanhol, “à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa” (idem). Para o autor, nos anos 1880 a Europa aparecia como centro do mundo, onde se dava o desenvolvimento capitalista que transformava o planeta e era “de longe a peça mais importante da economia mundial e da sociedade burguesa. Nunca houve na história um século mais europeu, nem tornará a haver” (ibidem, p. 15).

Para Koselleck, não é toda palavra que pode se transformar em um conceito. Cada palavra remete-nos a um sentido, indicando um conteúdo e, como afirma Jasmin (2005, p. 30), “a cognição, sendo ela mesma produtiva e produtora de significados a partir da tradição em que se inscreve, transforma-se em recepção, tornando essencial que ideias e conceitos sejam apreendidos em seus efeitos”. Porém, nem todos os sentidos podem ser considerados relevantes para a escrita de uma história dos conceitos. Além disso:

É um desafio para as Ciências Humanas desenvolver e aplicar seus conceitos com a devida objetividade sem, ao mesmo tempo, cair na armadilha de produzir saberes desvinculados das realidades concretas que residem por trás dos seus instrumentos de análise. Como depreender, no campo dos estudos da História Econômica, de termos como “padrão de acumulação”, “oligopólios”, “transferência de valor”, “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”, a concretude das relações sociais imbricadas nos fenômenos que descrevem? Como reconstituir a materialidade do sangue e do suor derramados pelas centenas de milhares de sujeitos, trabalhadores, envolvidos na evolução histórica do modo de produção capitalista, que gerou um mundo, a um só tempo, de abundância e exploração, de incomparável crescimento técnico-científico e profundas contradições? Ao se falar de Economia, qualquer que seja a perspectiva teórico-metodológica adotada, fala-se de vínculos sociais, de implicações políticas e culturais, em suma, de vidas humanas (MEIRELES, 2013, p. 147).

Os conceitos, são palavras cujos sentidos interessam, cuja formulação necessita de teorização e cujo entendimento é também reflexivo. “Tomemos, por exemplo, as palavras Estado (Staat), ou Revolução (Revolution), ou História (Geschichte), ou classe (Klasse), ou Ordem (Stand), ou Sociedade (Gesellschaft)” Para Koselleck (1992, 135), todos esses termos sugerem associações imediatas que “pressupõem um mínimo de sentido comum [...] uma pré-aceitação de que se trata de palavras importantes e significativas. A certa altura temos que nos interrogar acerca dos limites [...] que separariam palavras em si teorizáveis, [...] de que palavras seriam em si reflexivas”. Ainda de acordo com o autor alemão, é exatamente por meio da “Begriffsgeschichte [história dos conceitos]”, que se pode “indicar a partir de quando um conceito se tornou fruto de uma teorização e quanto tempo levou para que isso acontecesse”.

Um conceito surge, portanto, quando não existe nenhuma expressão capaz de sintetizar de forma abstrata uma teoria ou inexiste uma instituição capaz de ser pensada como referente para o ocorrido.

Para Garcia (2010, p. 161), hegemonia e imperialismo têm em comum “o exercício da liderança”, porém “diferem-se pelo tipo de poder e sua organização geográfica. A diferença [...] estaria na falta de comprometimento explícito para com o bloco territorial de poder em si, e no seu embasamento em persuasão e recompensa aos subordinados”. De fato, é comum a referência do conceito de hegemonia como a dominação de um país sobre outro, em uma relação estritamente entre Estados, estabelecendo “un eufemismo de imperialismo. Cuando los líderes políticos chinos acusan a la Unión Soviética de “hegemonismo” parecen tener en mente una combinación de estas dos” (COX, 2016, p. 147).

Na América Latina, região de antigas colônias europeias, o avanço das potências imperialistas se deu durante o início do século XX com o controle da economia por empresas estrangeiras. O continente que acabara de se tornar independente, não conseguia se livrar das

empresas e bancos financiados, principalmente, pelo governo inglês e começava a sentir, também, as garras dos Estados Unidos se estendendo por todo o território americano:

É possível, no entanto, periodizar a geografia histórica destes processos tomando seriamente o argumento de Arendt de que o imperialismo centrado na Europa durante o período 1884-1945 constituiu a primeira tentativa de domínio político global por parte da burguesia. Os estados-nação envolveram-se em projetos imperiais próprios para enfrentar seus problemas de sobreacumulação e conflitos de classe internos (HARVEY, 2004, p. 11-112).

Temos, então, um contexto onde o mundo se vê dividido em dois setores que, “combinados, formam um sistema global: o desenvolvido e o defasado, o dominante e o dependente, o rico e o pobre” (HOBSBAWM, 1998, p. 20). Ou, em outras palavras:

Países hoje desenvolvidos nunca foram subdesenvolvidos, mas apenas não desenvolvidos. Entende-se a partir desta visão que o subdesenvolvimento anda pari passu com o desenvolvimento; seriam dois processos complementares e necessários dentro de um desenvolvimento capitalista global. O centro capitalista se desenvolveria, aqui, às custas do subdesenvolvimento da periferia. Ou seja, argumenta-se que o centro se desenvolve justamente porque a periferia se subdesenvolve. Nesta leitura, não há, portanto, possibilidades de ruptura com o subdesenvolvimento sem uma ruptura concomitante com o capitalismo, uma vez que é a drenagem de excedente de uma população o fator que possibilita a acumulação de capital e a sua subsequente reprodução, sustentando, portanto, o desenvolvimento capitalista (MELLO, 2015, p. 110).

Com o ritmo da economia mundial sendo ditado pelo centro capitalista, tornou-se inevitável um mundo onde os países desenvolvidos dominassem os dependentes. Para compreender a posição hegemônica estadunidense na América Latina, Ayerbe (2002, p. 60), elenca três dimensões que caracterizam a presença imperialista na região e pelas quais Washington estabelece a sua ingerência no continente:

a) as relações econômicas, destacando a expansão do capitalismo norte-americano na América Latina. b) a articulação entre interesses privados (mercado) e interesses nacionais (Estado) na formulação da agenda de segurança e de política externa dos Estados Unidos para o hemisfério. c) a interação entre grupos dominantes dos Estados Unidos e da América Latina.

As regiões periféricas, como a América Latina, passaram a alimentar o crescimento capitalista dos países centrais. As empresas internacionais e transnacionais se apropriaram do excedente econômico e o pouco que restava localmente era usurpado pelo setor privado, o que “não significa crescimento econômico nem distribuição de renda em favor do mercado, pois transforma-se em excedente improdutivo em virtude do consumo conspícuo de classe, da

mentalidade suntuária das oligarquias e do empresariado subdesenvolvido” (MACHADO, 1999, p. 206).

A organização política existente como modelo geral no final século XIX e que se tornara referencial das instituições e das estruturas adequadas para que um país fosse considerado avançado, corria de forma diametralmente oposta aos modelos imperiais até então conhecidos:

Estas deveriam ser um Estado territorial mais ou menos homogêneo, internacionalmente soberano, com extensão suficiente para proporcionar a base de um desenvolvimento econômico nacional; deveria dispor de um corpo único de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo (isto é, deveria contar com uma constituição única e ser um Estado de direito), mas também, a um nível mais baixo, garantir autonomia e iniciativa locais. Deveria ser composto de "cidadãos", isto é, da totalidade dos habitantes individuais de seu território que desfrutavam de certos direitos jurídicos e políticos básicos, antes que, digamos, de associações ou outros tipos de grupos e comunidades. As relações dos cidadãos com o governo nacional seriam diretas e não mediadas por tais grupos. E assim por diante. Essas eram as aspirações não só dos países "desenvolvidos" [...], mas de todos os outros que não queriam se alienar do progresso moderno. Nesse sentido, o modelo da nação-Estado liberal-constitucional não estava confinado ao mundo "desenvolvido". De fato, o maior contingente de Estados operando teoricamente segundo esse modelo, em geral o modelo federalista americano mais que a variante centralista francesa, seria encontrado na América Latina. Esta era composta, à época, de dezessete repúblicas e um império, que não sobreviveu além dos anos 1880 (Brasil). Na prática, era notório que a realidade política latino-americana e, neste sentido, a de algumas monarquias nominalmente constitucionais do sudeste da Europa, tinha pouca relação com a teoria constitucional. Grande parte do mundo não desenvolvido não possuía Estados nem deste nem, por vezes, de nenhum tipo (Idem, p. 25).

A partir dessas constantes variáveis políticas se compreende que “a história das relações internacionais não é senão um perpétuo alternar-se de equilíbrios instáveis e de tentativas hegemônicas por parte de Estados, que se situam dentro ou fora de sistemas internacionais pouco a pouco consolidados” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 589).

Alguns pressupostos cruciais para que se compreenda o avanço imperialista são indicados por Harvey (2004, p. 108), a partir da teoria geral da acumulação do capital proposta por Marx, de acordo com a qual:

Mercados competitivos que funcionam livremente com acordos institucionais que garantem a propriedade privada, o individualismo jurídico, a liberdade de contratar, e estruturas legais e governamentais apropriadas garantidas por um estado “facilitador”, o qual também assegura a integridade do dinheiro como reserva de valor como meio de circulação. O papel do capitalista como produtor e intercambiador está estabelecido, e a força de trabalho foi convertida em uma mercadoria que geralmente se troca por seu valor. A acumulação “primitiva” ou “originária” já ocorreu, e a acumulação se desenvolve como reprodução ampliada (através da exploração do trabalho vivo na produção) dentro de uma economia fechada que opera em condições de “paz, propriedade e igualdade”. Estes supostos nos permitem ver o que aconteceria se o projeto liberal da economia política clássica ou, em nosso tempo, o projeto neoliberal dos economistas neoclássicos, se realizasse.

Para Harvey, o método dialético de Marx é capaz de abarcar uma compreensão acerca da liberalização mercantil e seus resultados: não haverá um estado de harmonia entre classes, quando todos estariam em melhor situação, mas ampliará os níveis de desigualdade social. Para Marx, uma situação assim construída levaria a crescente instabilidade, com crises crônicas de sobreacumulação, tal qual ocorreram durante todo o século XX. Do mesmo modo, Luxemburgo (1970, p. 319-320), trata da acumulação do capital, como um traço permanente da expansão imperialista:

A acumulação do capital, com sua capacidade de expansão repentina, não pode aguardar o crescimento natural da população operária nem conformar-se com ele, tampouco poderá aguardar a lenta decomposição natural das formas não-capitalistas e sua passagem para a economia de mercado. O capital só conhece, como solução para esse problema, o uso da violência, que constitui um método permanente da acumulação de capital no processo histórico, desde sua origem até os nossos dias. Mas, para as sociedades primitivas, trata-se de uma questão de vida ou morte, e, como não há outra saída, resiste e luta até o seu total esgotamento ou extinção. [...] O método violento é, nesse caso, o resultado direto do choque do capitalismo com as estruturas da economia natural que entravam sua acumulação. O capitalismo não pode subsistir sem seus meios de produção e suas forças de trabalho, que são indispensáveis como mercado de seu sobreproduto. E, para privar-lhes de seus meios de produção e transformar suas forças de trabalho em compradores de suas mercadorias, propõe-se conscientemente aniquilá-los como estruturas sociais autónomas. Esse método é, do ponto de vista do capital, o mais racional, por ser, ao mesmo tempo, o mais rápido e rentável. [...] Podemos verificar a aplicação desses métodos do capital nas colônias através dos exemplos clássicos do comportamento político dos ingleses na Índia e dos franceses na Argélia (LUXEMBURGO, 1970, p. 320).

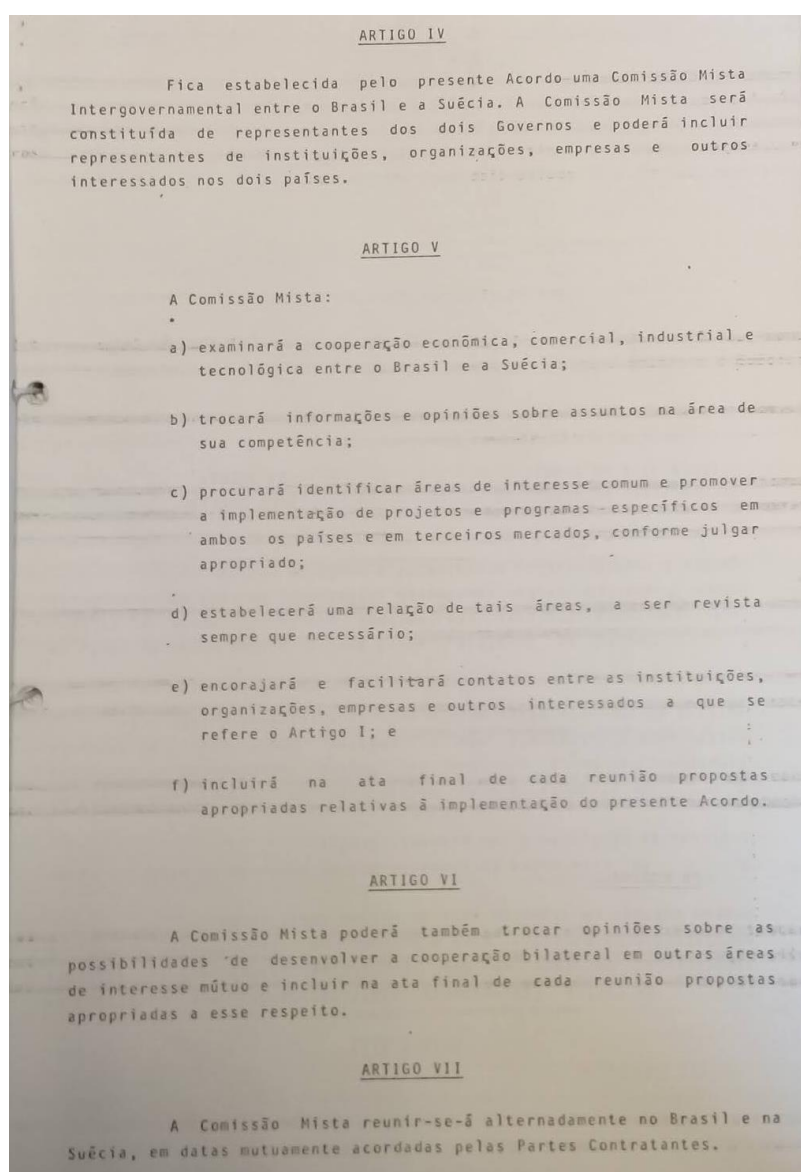
Ainda que Marx não tenha produzido escritos sobre o conceito de imperialismo, este é amplamente discutido entre autores marxistas que partem, sobretudo, das contradições do capitalismo moderno, como a tendência da redução das taxas de lucro e a mais-valia:

O Imperialismo surge também como um instrumento essencial para fazer face às contradições do capitalismo e para prolongar a sua sobrevivência, estendendo-as ao âmbito internacional com a exploração de outros povos e permitindo com isso fazer concessões à classe operária das metrópoles capitalistas. Estreitamente ligada a esta tese está a convicção de que a eliminação dos fenômenos do Imperialismo e da guerra só é possível mediante a superação do capitalismo e de que, por outro lado, isso se torna factível pelas crises profundas, potencialmente revolucionárias, que o capitalismo tende infalivelmente a produzir, em consequência precisamente das suas manifestações imperialistas (PISTONE, 1998, p. 612).

Tal assertiva difere da compreensão de Luxemburgo, para quem “o imperialismo não é um estágio do capitalismo, mas uma característica central do próprio capitalismo desde sempre. Desde o início, o capitalismo precisou capturar mercados externos para ter a razão de ser da própria expansão. O capitalismo se expande via Estado, via conquista” (SINGER, 1991, p. 85).

Ações como estas sendo parte integrante do modo de produção capitalista, mesmo democracias consistentes, com instituições bem consolidadas e que se vendem como modelo político e social para o restante do mundo, não encontram problemas em construírem relações antagônicas com países periféricos e autoritários como o Brasil dos militares. É o caso, por exemplo, da Suécia que em 1984, propunha a criação de uma comissão mista com Brasília para o desenvolvimento de acordos nas mais diversas áreas, como pode ser visto na Figura 01:

Figura 01 - Parte do acordo proposto pela comitiva que acompanhou a visita do Carlos XVI Gustavo, da Suécia, em abril de 1984



EMBAIXADA DA ARGENTINA NO BRASIL. [Informe] 04 de abril de 1984, Brasília [para] Ministério de Relações Exteriores e Culto - Subsecretaria de assuntos latino-americanos. Buenos Aires. 5f. Acuerdo de cooperación económica, industrial y tecnológica firmado entre el Gobierno de Brasil y el Gobierno de Suecia. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018, p. 03.

Essa análise “se tornaria central no marxismo revolucionário dos movimentos comunistas após 1917 e dos movimentos revolucionários do Terceiro Mundo” (HOBBSBAWM, 1998, p. 58). Lenin (2011), afirma que o imperialismo, como um estágio do modo de produção capitalista, resultou da exportação de capital e de mercadorias, da produção e distribuição centralizadas nos trustes e cartéis que começavam a surgir, da fusão entre os capitais bancário e industrial e da divisão do mundo em esferas de imissão pelas potências capitalistas.

Essa perspectiva teórica aponta os caminhos para a compreensão da pobreza e da desigualdade na América Latina, vistas por Cimadamore e Cattani (2007, p. 07) como construções sociais desenvolvidas e consolidadas por “estruturas, agentes e processos que lhes dão forma histórica concreta”. Para os autores, o continente latino-americano foi moldado, desde o período colonial e, mesmo possuindo peculiaridades próprias em cada contexto histórico e geográfico, conserva, de forma geral, “altíssimos níveis de pobreza e desigualdade que condicionam a vida política, econômica, social e cultural”, como resultado de “contextos estruturais históricos de longo prazo”.

Uma das soluções para as crises capitalistas seria a divisão internacional do trabalho, por meio da suspensão temporal e da expansão geográfica. Surgem novas formas de absorver os excedentes de capital e de trabalho através de “novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital e de penetração de relações sociais e arranjos institucionais capitalistas [...] em formações sociais preexistentes” (HARVEY, 2004, p. 98). Esses arranjos podem ser vistos nas parcerias realizadas entre os Estados e as companhias privadas em áreas estratégicas.

No Brasil, por exemplo, empresas alemãs atuavam de acordo com os interesses daquele país em contratos com o governo brasileiro. Desde 30 de novembro de 1963 os dois países possuíam um “Acordo básico de cooperação técnica” (EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA NO BRASIL, 2017a, p. 02) que permitia a ação de personagens importantes no jogo geopolítico, como o teórico alemão vinculado a CEPAL Peter Von Wogau¹⁴, citado na Figura 02:

¹⁴ Ver nota 01.

Figura 02 - Comunicação da embaixada alemã sobre a perda dos documentos de Peter Von Wogau

4603 12

Botschaft
der
Bundesrepublik Deutschland
Embaixada da
República Federal da Alemanha
EZ 446/ 782 /81

Distribuição DPI/DCOPT
Entrada Dist. Classificação 07 DEZ 1981
CLASSIFICAÇÃO 644.1 (846) (A36)

NOTA - VERBAL

A Embaixada da República Federal da Alemanha cumprimenta o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e, com referência à nota-verbal EZ 446/40/81 de 16 de janeiro de 1981, lamenta ter de participar que o Senhor

Peter von WOGAU

perito de cooperação técnica junto ao projeto "Cooperação com o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS)", comunicou a perda de sua Carteira de Identidade nº 19.140.



A Embaixada remete, em anexo, fotocópia do registro de comunicação e certidão extravio de documentos nº A 33135142 de la Polícia de Cusco/Perú, bem como 3 fotografias do Senhor von Wogau solicitando a gentileza de lhe expedir uma nova carteira.

A Embaixada da República Federal da Alemanha aproveita a oportunidade para renovar ao Ministério das Relações Exteriores os protestos de sua mais alta consideração.

Anexos

Brasília, 01 de dezembro de 1981

40
Ministério das Relações Exteriores
da República Federativa do Brasil
Brasília - DF

1 COPIA DO ORÇÃO
1 COPIA PARA MAÇO

EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA NO BRASIL. [Telegrama] 07 dez. 1981. Brasília, [para] Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Brasília. 2f. Nota verbal. In:

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017a.

Na Argentina não era diferente. Em 1986, por exemplo, o governo de Buenos Aires possuía entre os técnicos do Programa Nuclear Argentino os engenheiros Erhard A. Gaedtke e Hans Frewe, ambos funcionários da empresa Kraftwerk Union - Siemens, da República Federal da Alemanha (RFA), responsável pela construção das Centrais Nucleares de Atucha I e II¹⁵ (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017b, p. 03).

Inclusive, durante o conflito entre Argentina e Inglaterra pelo controle das Ilhas Malvinas, a BBC divulgou imagens “de un documental que denunciaba el plan argentino de armas nucleares, en complicidad con Alemania Federal. Este programa habría nacido, [...] con los científicos atómicos nazis refugiados en la Argentina [...] y se habría continuado con los contratos de Atucha I y II” (MENDOZA, 2009, p. 49).

Não obstante as relações Argentina/Inglaterra para os intentos nucleares do país sul-americano, parte do posicionamento bélico argentino estava diretamente ligado aos conflitos hegemônicos com o Brasil e havia, como veremos no decorrer desta tese, entre os militares em Buenos Aires, a intenção de utilizar todas as medidas possíveis contra Brasília.

Interferindo em conflitos locais e distante de seus territórios, portanto, as ações de empresas multinacionais e de Estados desenvolvidos, acabam por atingir as regiões mais frágeis socialmente, como a América Latina que tende a assimilar as necessidades capitalistas em desvantagem de suas próprias populações. Na região, “quase a metade da população está na pobreza ou no limite de cair nessa situação. Mais ainda, a experiência histórica mostra que esse limite ou fronteira é facilmente ultrapassável” (CIDAMORE; CATTANI, 2007, p. 10). Ainda segundo Cidamore e Cattani, no início do século XXI, a atuação “concreta de agentes econômicos e políticos [...], transformou, rapidamente, um país [Argentina] [...] em um espaço social alterado, mais da metade da população caiu na pobreza, com níveis de desigualdade que não podem ser tolerados sem se alterar a própria noção de democracia” (idem).

Lenin propôs a divisão do mundo no estágio imperialista do capitalismo em duas partes: primeiro entre os grupos capitalistas (cartéis internacionais e grandes multinacionais), que controlariam o poder industrial interno dividindo o mercado entre si; e em segundo lugar a partilha do mundo para ter onde aplicar o capital excedente e explorar matérias-primas e mão de obra mais barata, “o que não permitiria que a mais-valia extraída da força de trabalho na

¹⁵ A partir da metade da década de 1970 a Siemens passou a atuar fora da Alemanha, envolvida na construção da central nuclear de Gösgen, na Suíça; na usina de Bushehr, no Irã; em Atucha I e II na Argentina; e nas usinas nucleares Angra 2 e 3, no Brasil.

economia dependente fosse reincorporada no ciclo de reprodução interno, já que uma porção significativa dela é remetida ao exterior” (MELLO, 2016, p. 115) nessa parte do mundo se encontra a América Latina. Esta exploração externa se dá, de acordo com Harvey (2004, p. 99), pois:

Se existem excedentes de capital e de força de trabalho dentro de um território determinado (como, por exemplo, um estado-nação) que não podem ser absorvidos internamente (seja mediante ajustes geográficos ou gastos sociais), devem ser enviados a outro lugar a fim de encontrar um novo terreno para sua realização rentável para não serem desvalorizados.

Para Harvey, essa sobreacumulação de mercadorias costuma ser resolvida por meio da substituição dessas por novas ou pela entrada de capital financeiro. O problema é que esta seria uma solução de curto prazo, pois não passa de mera troca de excedentes, aliviando apenas temporariamente a pressão sobre a queda nas taxas de lucro. Com isso, “os monopólios financeiros dos Estados mais avançados do capitalismo são obrigados a explorar o mercado mundial, entrando em conflito com outros grupos financeiros que tentam fazer o mesmo, pois os lucros obtidos no mercado interno tendem a desaparecer” (PISTONE, 1998, p. 613). Para Harvey (2004, p. 97), então, esta “realocação dos excedentes de capital e trabalho nestes investimentos exige a mediação das instituições financeiras e/ou estatais capazes de gerar crédito”. Na América Latina, por exemplo, o Estado e suas instituições, foram diretamente responsáveis pelo processo de desigualdade “considerando que, no transcurso da história, foram facilmente permeáveis aos grupos e interesses particulares” (DÍAZ, 2007, p. 126), apoiando multinacionais e dando sustentação a interesses de Estados imperialistas.

No prefácio de *as lutas de classe na França de 1848 a 1850*, escrito em 1895, Engels explica que o avanço das economias capitalistas durante o século XIX rearticulou o sistema bélico e militar da Europa, como forma de evitar levantes como os ocorridos durante a Comuna de Paris, criando “exércitos que passaram a ser contados em cifras de milhões de pessoas, por meio de armas de fogo, projéteis e explosivos de força destrutiva até ali inaudita, [...] pôs um fim súbito ao período das guerras bonapartistas e assegurou o desenvolvimento industrial pacífico” (ENGELS, 2012, p. 16).

A relativa calma em território europeu, no entanto, não se estendia à periferia do mundo capitalista, onde as potências industrializadas disputavam o controle por matéria prima, mão-de-obra barata e mercado consumidor. O aumento constante do poder militar aliado às disputas externas das nações europeias inviabilizou “qualquer outro tipo de guerra que não a guerra mundial, caracterizada pela atrocidade sem precedentes e por um desfecho absolutamente

imprevisível” (idem). Engels não viveu o bastante para ver a própria previsão se realizar com o início da Grande Guerra, em 1914.

O pensamento de Lenin era consoante ao de Engels. O autor russo acreditava que com o crescimento das economias capitalistas, os interesses destas entrariam em conflito, criando áreas de ingerência entre os diferentes monopólios e os Estados que lhes asseguravam o poder, levando-os, inevitavelmente, a guerra, abrindo caminho à revolução socialista. “O capital, como o homem do trapézio volante, ‘flutua no ar com a maior facilidade’ não sendo fácil acompanhá-lo para garantir sua segurança” (HUBERMAN, 1980, p. 269).

Nesse sentido, as teorias de Lenin e Luxemburgo convergem ao acreditarem que o avanço descontrolado da exploração capitalista e do acúmulo de capital seriam a ruína do modo de produção capitalista e abririam espaço para o avanço do socialismo:

Ao mesmo tempo que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento. Ele oferece o exemplo de uma contradição histórica viva. Seu movimento de acumulação é a expressão, a solução progressiva e a intensificação dessa contradição. A certo grau de desenvolvimento, essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo, isto é, de uma forma económica que é, por definição, uma forma mundial, um sistema harmonioso em si mesmo, baseado não sobre a acumulação, mas sobre a satisfação das necessidades da humanidade trabalhadora e na expansão de todas as forças produtivas da terra (LUXEMBURGO, 1970, 411-412).

Baran e Sweezy (1974, p. 40) vão além e propõem que a economia monopólica seria o principal fator de estímulo imperialista:

A companhia moderna, ou o capitalismo da empresa conjunta, substituiu em grande parte o capitalismo do magnata. A companhia-de-um-homem-só, proprietário-administrador, está sendo rapidamente substituída por uma nova classe de administradores profissionais, dedicados mais ao progresso da empresa do que ao enriquecimento de uns poucos donos.

As desigualdades sociais oriundas do subdesenvolvimento ganham força com o modelo imperialista de sociedade, já que o Estado passa a existir para garantir que as grandes empresas obtenham lucros cada vez maiores em detrimento do bem-estar dos trabalhadores.

No mundo “desenvolvido”, agora era essencialmente o dinheiro — ou a falta dele — antes que o berço ou as diferenças de liberdade ou status jurídico que regia a distribuição de tudo, salvo dos privilégios de exclusividade social. E a igualdade jurídica também não excluía a desigualdade política, pois além da riqueza pesava o poder de fato. Os ricos e poderosos não só eram mais influentes politicamente, como podiam exercer uma coerção extralegal considerável, como bem sabia qualquer habitante de áreas como o interior do sul da Itália e das Américas, sem falar dos negros americanos (HOBSBAWM, 1998, p. 27).

No século XX, o Estado deixou de ser um intermediário político administrativo das relações entre o imperialismo e a burguesia local da América Latina para tornar-se sócio direto por meio da associação do capital financeiro com as empresas multinacionais. Nesse contexto, a intervenção estatal na economia atribuiu aos governos latino-americanos “os papéis de motores da economia, de planejadores do desenvolvimento, de garantidores da integração social, empregadores e protetores dos nascentes setores empresariais. Cabia também ao Estado redistribuir renda e subsidiar o restante da sociedade” (DÍAZ, 2007, p. 133).

Evidentemente que as relações entre a América Latina e o imperialismo estadunidense não reduziram a desigualdade, pelo contrário, a associação do Estado ao capital financeiro e às multinacionais, apenas agudizou ainda mais a exploração dos países dependentes pois, ainda que estes tenham conseguido a independência, continuaram inseridos no modo de produção capitalista, controlado pelos países mais fortes e por grandes empresas estrangeiras. O capitalismo, assim como provoca desequilíbrios sociais e territoriais nos próprios Estados capitalistas, o faz de maneira muito mais contundente em plano mundial, com prejuízo para os países mais pobres. No regime de capitalismo monopolista, torna-se responsabilidade do Estado “assegurar, na medida do possível, que os preços e margens de lucros nas indústrias que se desviam sejam colocados no âmbito predominante entre as empresas gigantes em geral” (BARAN e SWEEZY, 1974, p.73).

Além disso, para Baran e Sweezy, parte determinante na ação imperialista é relativa ao militarismo. Os Estados Unidos não teriam tido um desenvolvimento econômico tão rápido, durante a segunda metade do século XX, não fosse o enorme orçamento do país destinado aos armamentos.

Daí que, se a política americana de contenção da URSS e de presença político-militar no Terceiro Mundo responde, por um lado, à necessidade de obstar à expansão da área socialista (o que explica a superação dos conflitos interimperialistas e a duradoura aceitação pelos países capitalistas da leadership do mais poderoso entre eles, bem como das vantagens econômicas que daí lhe advêm), atende, por outro lado, ao desenvolvimento da sociedade opulenta (PISTONE, 1998, p. 614).

Acentue-se que o militarismo faz parte do desenvolvimento do modo de produção capitalista desde o princípio, acompanhando todas as fases históricas da acumulação:

No período da chamada “acumulação primitiva”, isto é, no começo do capitalismo europeu, o militarismo desempenhou um papel determinante na conquista do Novo Mundo e dos países produtores de especiarias, como a Índia; mais tarde, serviu para conquistar as colônias modernas, para destruir as organizações sociais primitivas, para

apropriar-se de seus meios de produção, para impor o comércio de mercadorias em países cuja estrutura social é um obstáculo para a economia de mercado, para proletarizar violentamente os indígenas e impor o trabalho assalariado nas colônias. Ajudou a criar e ampliar esferas de interesses do capital europeu em territórios não-europeus e extorquir concessões de estradas de ferro em países atrasados e a defender os direitos do capital europeu nos empréstimos internacionais. Enfim, o militarismo é uma arma na concorrência dos países capitalistas, em luta pelo domínio dos territórios de civilização não-capitalista (LUXEMBURGO, 1970, p. 399).

Luxemburgo afirma que o militarismo internamente assegura a manutenção do exército permanente, órgão de dominação do Estado capitalista e ainda cria um grande campo de acumulação para os capitalistas que desenvolvem e produzem tecnologias militares.

Harvey (2006, p. 96), sobre a utilização das armas pelas potências imperialistas, neste caso os Estados Unidos, complementa afirmando que “a incapacidade de acumular através da reprodução ampliada sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação. Esta [...] é a marca do que alguns chamam ‘o novo imperialismo’¹⁶.

O capital privado dos Estados Unidos aparece, então, reordenando as bases da economia capitalista mundial e da expansão monetária internacional ampliando progressivamente o raio de acumulação. “El periodo de la hegemonía británica había sido el de la creación y consolidación del mercado mundial; el periodo de la hegemonía norteamericana habría de ser el de la integración imperialista de los sistemas de producción” (MARINI, 1977, p. 23).

Dessa forma, podemos afirmar que o conceito de hegemonia pode ser aplicado aos mecanismos empregados pelos Estados Unidos, como uma potência dominante para convencer a sociedade de que a ordem por ele imposta deve ser aceita por todos. Ação que pode ser tomada de forma externa para manipular governos e eleições:

Ao tempo em que fora embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Spruille Braden preparou uma documentação com o intuito de causar profunda impressão na opinião argentina e de todo o continente, cujo resultado, ao que esperava, seria a repulsa generalizada à pessoa de Perón. [...] O efeito desmoralizante do documento [...] foi, portanto, associado a finalidades políticas, estando a mão do Departamento de Estado a possível derrota de Perón, como estivera, em 1945, agindo na queda de Vargas (CERVO, 2001, p. 88).

¹⁶ Harvey (2005, p. 31), atribui a expansão do poder estadunidense à sua forma peculiar de imperialismo, que o autor define como “imperialismo capitalista”. Uma fusão entre “a política do Estado e do Império e os processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo”. Para o autor, portanto, o conceito misturaria as ações diplomáticas e militares de um Estado com o fluxo de poder econômico, seja ele por meio de capital, transferências monetárias ou tecnológicas, que percorrem espaços contínuos em direção contrária ou não a entidades territoriais. O que torna este tipo de imperialismo tão peculiar em relação a outras concepções de império é a “predominância da lógica capitalista, embora haja momentos em que a lógica territorial venha para o primeiro plano” (p.36).

Naquele momento (fevereiro de 1946), o Departamento de Estado dos Estados Unidos trabalhava para garantir o imperialismo do país em todo o continente, ascendendo como um modelo hegemônico que seria estabelecido de forma global:

En efecto, ¿qué significa “hegemonía” en este contexto global? Se trata de un concepto multidimensional: en primer lugar, significa una “dirección intelectual y moral”, un verdadero “sentido común” civilizatorio que reverbera y se disemina por todos los rincones del sistema hegemónico y que impregna la ideología y la cultura de las sociedades nacionales a lo largo y a lo ancho del planeta. Es en esta primera dimensión donde se establece el núcleo ideológico esencial que identifica a un sistema hegemónico (BORON, 2006, p. 492).

Partindo desta premissa, o governo dos Estados Unidos não via com bons olhos a estratégia hegemônica gradual peronista de “começar pelos arredores, com a união aduaneira com o Chile, infiltração na Bolívia, expansão financeira no Paraguai e política de atropelo do Uruguai” (CERVO, 2001, p. 88).

É em meio ao período da Guerra Fria, no entanto, que a posição imperialista estadunidense se torna mais visível e contundente na América Latina:

Con el desarrollo de la Guerra Fría, América Latina se convirtió en un auténtico campo de cultivo de la rivalidad bipolar. El atraso económico fomenta la movilización social y propuestas políticas nacionalistas y populistas que cuestionan la dependencia y ofrecen alternativas en busca del desarrollo social y económico. La Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) y Estados Unidos trasladan su enfrentamiento al continente latinoamericano y motivan una guerra de baja intensidad en los escenarios regionales, nacionales y domésticos en busca del enemigo ideológico. Con la Revolución Cubana (1959) y el asesinato del Presidente John F. Kennedy (1963), la Casa Blanca intensifica su contraofensiva en contra de las fuerzas progresistas y revolucionarias en el mundo; para cumplir su objetivo, desarrolló la Doctrina de Seguridad Nacional. Esta serviría para adoctrinar a las fuerzas armadas latinoamericanas, quienes comienzan a interesarse por la realidad política y social de sus países y considerarse la última garantía del orden interno frente a la subversión de corte comunista. (ALVARIZA ALLENDE, 2014, p. 06).

Nesse momento, inclusive, Washington passa a fazer uso dos golpes militares para consolidar-se de forma hegemônica no continente.

Ainda que tenha havido resistência por parte dos países da América Latina ao avanço imperialista dos vizinhos do Norte, como “na América Central, no Caribe e no México, onde o imperialismo se manifestou de forma mais atuante e visível [e] os movimentos revolucionários não apenas tomaram em armas, mas [...] apresentaram um projeto nacional para se contrapor ao Estado imperial” (RAMPINELLI, 2007, p. 353) apresentando uma série de possibilidades à política imperialista:

Essa luta começou no final do século XIX e início do XX, com José Martí, em Cuba, que denunciou a ideologia colonizadora do pan-americanismo; passou por Emiliano Zapata e Francisco Villa, que expropriaram terras de estadunidenses em território mexicano para fazer suas reformas agrárias durante a Revolução de 1910; continuou com Augusto C. Sandino, que lutou contra a ocupação estrangeira para construir um Estado nacional na Nicarágua; e chegou a Che Guevara, que defendeu a tese da criação do segundo e do terceiro Vietnã para derrotar militarmente o imperialismo (idem).

Com a exceção de Cuba, que permaneceu independente apesar dos contínuos ataques e do bloqueio continental que já dura mais de meio século, as outras nações acabaram derrotadas e engolidas pelo poderio político, ideológico e militar dos Estados Unidos.

Com a intervenção estadunidense na guerra de independência de 1898, “España se vio obligada a abandonar Cuba y a ceder Puerto Rico, Filipinas y Guam a los norteamericanos. Tras esta guerra, culminó prácticamente la descolonización europea y la América hispana inició su dependencia del capitalismo norteamericano” (GÓMES, 2016, p. 04-05).

A partir de meados do século XIX, os Estados Unidos passaram a agir sobre o restante do continente americano garantindo os interesses capitalistas. “Desde [...] o [...] estadunidense William Walker na [Nicarágua] no período 1855-1856 até a guerra com a Espanha pelo domínio de Cuba em 1898, foi-se configurando [...] a ocupação da América Central. [...] Realizava-se intervenções militares [para] manter sob controle governos da região” (SOUZA, 2012, p. 91):

El gobierno de Washington consideraba toda América Latina como zona de influencia exclusiva, en base a la declaración del presidente Monroe al Congreso. Esta posición se vería reforzada años más tarde con motivo de una disputa fronteriza entre Venezuela y la Guyana británica. El Secretario de Estado de los EE.UU envió una nota al gobierno de Londres en la que advertía que una rectificación unilateral de la frontera por parte de Gran Bretaña se consideraría como una violación de la doctrina Monroe y añadía que los EE.UU eran prácticamente soberanos en el continente (GÓMES, 2016, p. 04).

Durante o mesmo período, os Estados Unidos passaram a alcançar a América do Sul por meio de acordos comerciais. Em 1887, por exemplo, o país propôs ao governo brasileiro uma união aduaneira e dois anos depois, durante a 1ª Conferência Pan-Americana, a formação de uma ampla comunidade comercial, antecipando aquilo que seria a Área de Livre Comércio das Américas, apresentada um século depois (SOUZA, 2012, p. 91).

Sob a doutrina Monroe¹⁷ parte fundamental da política externa estadunidense após o país tornar-se uma potência militar e industrial emergente, no final do século XIX, Washington decretava a “América para os americanos”, determinando que qualquer intervenção europeia no continente seria tratada como um ato de agressão, e deixava claro que “el imperialismo

¹⁷ A doutrina Monroe ficou conhecida após o discurso do presidente Monroe perante o Congresso estadunidense, em 2 de dezembro de 1823. Ver mais em Gómes (2016, p. 08). Esta consistia em “a América Latina como um flanco exposto às possíveis incursões europeias” (NOGUEIRA, 2015, p. 42).

estadunidense comenzaba a erigirse ante una Europa que dejaba de ser el centro del mundo y una América Latina convulsionada por sus conflictos internos” (SÁNCHEZ, 2007, p. 2). Naquele momento, no entanto, “apesar do declínio da hegemonia inglesa, o crescente poderio dos Estados Unidos não se traduz numa presença política marcante no cenário mundial. [...] sua política externa tem como alvo prioritário o continente americano” (AYERDE, 2002, p. 63), situação que permanece preponderante até o período pós-segunda Guerra.

Século XX adentro, então, o chamado imperialismo estadunidense passou a usar de todas as formas possíveis para ampliar o próprio poder, das guerras travadas na Ásia, como ocorrido na Coréia e no Vietnã, aos golpes militares na América Latina, assim como por meios mais engenhosos, como as missões religiosas na Amazônia. De fato, em 30 de junho de 1968, como pode ser visto na figura a seguir, o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, trazia uma matéria assinada pelo jornalista Lincoln Brum, sob o título “*Americanos já ocuparam toda a Amazônia com vinte missões*”:

Mais de 20 missões, principalmente as da Igreja protestante dos Estados Unidos, estão ocupando a Amazônia, localizando-se nos pontos mais ricos em minerais radioativos, ouro e diamantes. A revelação é de levantamento da FAB, e segundo testemunhas que estiveram no local, esses missionários dispõem de aviões e barcos modernos, com os quais estão levando toda a produção desses minérios para os Estados Unidos através das Guianas. Empregam em grande escala a esterilização mediante o método DIU (Dispositivo Intra Uterino) e ensinam inglês aos índios catequizados. Essas missões desligadas da Confederação Evangélica do Brasil e se recusam a participar dela. Suas áreas são cercadas por elementos armados e ninguém pode entrar nelas (BRUM, 1968, p. 16).

O jornal denunciava, ainda, que Henry Fuller, presidente da empresa World Land Corporation, dona de 104.108 hectares de terras no estado de Goiás¹⁸, possuía uma escola em Manaus na qual 68 alunos estadunidenses estudavam idiomas indígenas para serem distribuídos entre as missões religiosas amazônicas junto a geólogos, geofísicos, botânicos, médicos e dentistas. Fuller era acusado de grilagem e de ações violentas contra pequenos proprietários de terra no Maranhão¹⁹.

¹⁸ Sobre o uso das terras brasileiras por empresas estrangeiras durante os anos da Ditadura Militar, ver mais em BRAGA (2008). Com a tese *Movimentos partidos: geopolíticas da “revolução” brasileira (1964-1985)*, a autora trata da ocupação do território nacional a partir de uma racionalização e tecnificação com vistas à reprodução ampliada do capital; e no *Diário do Congresso Nacional* (1980), que possui uma lista fornecida pelo Incra com as principais empresas estrangeiras a possuírem terras no Brasil.

¹⁹ Sobre o caso Fuller, o *Correio da Manhã* produziu matérias nos dias 18 e 19 de junho de 1968 denunciando os casos de grilagem envolvendo estrangeiros e as ameaças destes contra pequenos proprietários de terra.

Figura 03 - Correio da Manhã: “Americanos já ocuparam toda a Amazônia com vinte missões”



BRUM, Lincoln. Americanos já ocuparam toda Amazônia com vinte missões. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, 1º Caderno, 30 de junho de 1960, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=miss%C3%B5es%20estrangeiras> acessado em: 15/06/17.

Na América Central não foram poucas as intervenções estadunidenses: “la Cuenca del Caribe ha sido históricamente un foco de interés para los EE.UU desde el siglo XIX por su proximidad y por el valor geopolítico [...]. Tanto México como América Central y el Caribe constituyen un área vital [...] en el aspecto económico y de seguridad” (GÓMES, 2016, p. 02). Segundo o Presidente Taft, o caminho da justiça era reto para os Estados Unidos, mas não estreito. Para o mandatário havia espaço para a intervenção em defesa dos capitalistas do país. A política externa dos Estados Unidos deveria incluir a intervenção ativa para assegurar a oportunidade de investimento lucrativo (HUBERMAN, 1980, p. 269). Para Gómes (2016, p. 02), ainda, o fato de a América Central ser um corredor ligando as “grandes masas continentales del Norte y del Sur”, além dos oceanos Atlântico e Pacífico, fez com que, nessa região da periferia do modo de produção capitalista, “la metrópoli ha variado de España a EE.UU, sin embargo, la importancia de la región para todo tipo de comercio se ha mantenido inmutable”.

A descrição feita pelo General Smedley D. Butler sobre as ações dele, enquanto parte do Corpo de Fuzileiros Navais, demonstra como era realizada a política estadunidense para garantir os interesses imperialistas na América Central:

Passei 33 anos e 4 meses no serviço ativo, como membro da mais ágil força militar do meu País [...]. Servi em todos os postos, desde segundo-tenente a general. E, durante tal período, passei a maior parte de meu tempo como guarda-costas de alta classe, para os homens de negócios, para Wall Street e para os banqueiros. Em resumo, fui um quadrilheiro para o capitalismo... Foi assim que ajudei a transformar o México, especialmente Tampico, em lugar seguro para os interesses petrolíferos americanos, em 1914. Ajudei a fazer de Cuba e Haiti lugares decentes para que os rapazes do National City Bank pudessem recolher os lucros... Ajudei a purificar a Nicarágua para os interesses de uma casa bancária internacional dos Irmãos Brown, em 1909-1912. Trouxe a luz à República Dominicana para os interesses açucareiros norte-americanos em 1916. Ajudei a fazer de Honduras um lugar 'adequado' às companhias frutíferas americanas, em 1903. Na China, em 1937, ajudei a fazer com que a Standard Oil continuasse a agir sem ser molestada. Durante todos esses anos eu tinha, como diriam os rapazes do gatilho, uma boa quadrilha. Fui recompensado com honrarias, medalhas, promoções, Voltando os olhos ao passado, acho que poderia dar a Al Capone algumas sugestões. O melhor que ele podia fazer era operar em três distritos urbanos. Nós, os fuzileiros, operávamos em três continentes (BUTLER apud in HUBERMAN, 1980, p. 269).

Em 22 de janeiro de 1903, o Secretário de Estado John M. Hay e o Chanceler colombiano, Tomás Herrán, assinaram em Washington o Tratado Herrán-Hay objetivando a construção de um canal transoceânico unindo o oceano Atlântico ao Pacífico passando pelo istmo do Panamá:

El Senado colombiano rechazó el tratado, tras lo cual estalló una rebelión en Panamá, apoyada por Estados Unidos, que acabó por convertirse en una república independiente. El 3 de noviembre de 1903 se creó la nueva república, la cual le cedió al mes siguiente a los EE.UU a perpetuidad una franja del territorio de 15 kms. de anchura para la construcción del canal. El canal de Panamá fue concluido por ingenieros estadounidenses en 1914 después del fracaso de una empresa francesa. Iberoamérica se convirtió en una de las piezas esenciales de la estrategia inversora de EE.UU y a partir de entonces, el subcontinente abasteció a EE.UU de las principales materias primas y combustibles que permitieron el poderoso ritmo de su economía (GÓMES, 2016, p. 05).

Após ter alicerçado a hegemonia sobre as Américas do Norte e Central, os Estados Unidos passaram a disputar com a Inglaterra o domínio na América do Sul sem, no entanto, deixar de agir de forma a assegurar o predomínio de interesses em outras regiões do mundo. De acordo com Harvey (2006, p. 96), mais recentemente, por exemplo o imperialismo estadunidense tem aparecido de maneira aberta, respaldado pela força militar o que pode ser entendido como um sinal do debilitamento da hegemonia frente às ameaças de recessão e desvalorização ocorridas em outros lugares como a América Latina nos anos 80 e 90, e as crises que consumiram o Leste e Sudeste Asiático em 1997 e que logo abateram a Rússia e, novamente, parte da América Latina.

O imperialismo estadunidense, portanto, na forma como se apresentou, não deixaria de justificar apreciações críticas, como aquelas que consideravam que suas ações poderiam ser descritas como a transformação do continente americano em seu quintal. Assim, não permitiria que mudanças sociais que não estivessem diretamente atreladas a política externa do país tivessem continuidade. A Guatemala dos anos 1950 foi testemunha dessa situação:

A Guerra Fria desencadeada pelos Estados Unidos defendendo a estratégia da contenção global. Daí que qualquer reforma democrático-burguesa fosse apresentada como obra do comunismo internacional, principalmente se a mesma acontecesse no quintal dos Estados Unidos. O próprio Arévalo²⁰ reconheceu que seu sucessor ou abandonaria os ideais da Revolução de Outubro, ou enfrentaria pressões quase intransponíveis para consolidá-los. Arbenz²¹, no entanto, um militar nacionalista, optara pela segunda alternativa (RAMPINELLI, 2007, p. 109).

Enquanto o Estados Unidos disputava espaço com as potências europeias em territórios da Ásia e da África, garantia os interesses do capital na América Latina, fazendo com que o modo de produção capitalista fosse a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Ou, como afirmou Luxemburgo (1970, 411-412), “uma forma que tende a estender-se por todo o âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a coexistência de nenhum outro. Mas é também a primeira que não pode existir sozinha, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se”.

Como afirma Hobsbawm (1998, p. 60), o século XIX destaca-se pela “criação de uma economia global [...] que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede [...] de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si e/ao mundo não desenvolvido”. No entanto, uma posição hegemônica, como a dos Estados Unidos, para ser consolidada conta com a participação de outros países no exercício do poder, seja convencendo-os por meio da bajulação ou forçando-os pela coação. Mesmo os países que possuem certa envergadura política, econômica e territorial, como Argentina e Brasil, acabam por participar, de alguma maneira, das ações dos países centrais. “La política exterior de estas naciones en la posguerra nos señala que sería imposible efectuar un relato o interpretación de la evolución de sus relaciones recíprocas sin

²⁰ Em 1945 foi promulgada a nova constituição da República da Guatemala, redigida e aprovada por uma Assembleia Constituinte com representantes de todas as classes sociais, dando início ao governo de Juan José Arévalo responsável por uma série de reformas políticas e sociais. Foi dada, por exemplo, autonomia à Universidade Nacional e criado o cargo de chefe das Forças Armadas. Durante seu governo, Arévalo sofreu 28 tentativas de golpe de Estado.

²¹ O coronel Jacobo Arbenz Guzmán fora eleito presidente da Guatemala com 65% dos mais de 400.000 votos e deu continuidade às reformas.

tener en cuenta los vínculos y políticas que ambos países han mantenido con los Estados Unidos” (LANÚS, 2000, p. 283).

Esse complexo de relações sociais internacionais, no entanto, é alvo de mudanças constantes, de rupturas e transformações da ordem estabelecida. A própria construção de uma estrutura política hegemônica mundial, necessita do apoio de Estados subordinados, em maior ou menor escala dependendo da importância destes no cenário internacional:

O modo de produção dominante não só penetra todos os países como se conecta com outros modos de produção subordinados. A hegemonia mundial é também, portanto, um complexo de relações sociais internacionais, uma vez que traça relações entre as diferentes classes sociais de todos os países. Disso segue que a ordem mundial hegemônica compreende, necessariamente, uma configuração de estruturas social, econômica e política. As regras gerais que geram o comportamento das forças estatais e da sociedade civil internacional, expressões da hegemonia, são colocadas por meio de mecanismos, instituições e normas universais, tendo como fim não só a estabilidade da ordem como o apoio ao modo de produção dominante (MELLO, 2016, p. 80).

Dessa forma, a desigualdade entre os países imperialistas e os países à margem do desenvolvimento econômico internacional, acaba por gerar modelos político-econômicos intermediários, com alcance menor do que o das grandes potências, com domínio regional sob o espectro das nações desenvolvidas, asserção que fica evidenciada no diálogo entre Nixon e Médici, relatado por Kissinger:

O presidente Médici disse que [...] sentia que muito mais importante do que qualquer coisa que pudesse ser dita no encontro era a relação que ele e o presidente [Nixon] tinham estabelecido e os mesmos pontos de vista sobre tantos assuntos que eles compartilhavam. O presidente [Nixon] disse que esse também era o sentimento dele. Ele também esperava que pudessemos cooperar de perto, já que havia muitas coisas que o Brasil como país sul-americano poderia fazer que os EUA não poderiam. O presidente Médici disse então como estava agradecido pela esplêndida acolhida que recebera nos Estados Unidos e como ficou satisfeito com a oportunidade de consolidar uma amizade pessoal com o presidente. Ele também esperava uma colaboração próxima entre os nossos países [nossa tradução] (KISSINGER, 2017a, p. 07).

Nações como o Brasil, capazes de construir uma agenda política semi-independente dos países centrais seriam os chamados países subimperialistas, conceito surgido em meados do século XX, necessário para que se entenda a dinâmica de países como o Brasil e a Argentina que procuravam se destacar entre seus vizinhos da América do Sul. A tentativa de estabelecer-se de forma hegemônica por parte destes dois países, deve levar em consideração três elementos que, de acordo com Martins (2012 p. 76), são fundamentais: “o poder, as ideias e as instituições. Assim, uma verdadeira hegemonia, única, que asseguraria a estabilidade desejada do sistema, exige o consentimento explícito dos que estão a ela vinculados ou subordinados.

Se a ditadura brasileira e os governos argentinos estavam, invariavelmente, sob os efeitos do imperialismo, se ambos queriam se impor enquanto potências subimperialistas, tentando ampliar os mercados externos, algo mais esteve sempre presente na disputa entre os dois países: uma luta hegemônica pelo domínio político-econômico da América do Sul. “Faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia” (Lenin, 2011, p. 221). Hegemonia entendida aqui da seguinte maneira:

Parte da literatura política designa com o termo Hegemonia — decalque latino da palavra grega egemonia, que significa "direção suprema", usada para indicar o poder absoluto conferido aos chefes dos exércitos, chamados precisamente egemónes, isto é, condutores, guias — a supremacia de um Estado-nação ou de uma comunidade político-territorial dentro de um sistema. A potência hegemônica exerce sobre as demais uma preeminência não só militar, como também frequentemente econômica e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob a sua Hegemonia (BELLIGNI, 1998, p.579).

Ainda assim, no que se refere a Brasil e Argentina, é interessante observar que, apesar das contendas envolvendo os dois países, ainda que entre os mecanismos hegemônicos de ambos estivessem tanto o “seu peso militar, demográfico e econômico, como pela sua gravitação geopolítica – não estiveram em guerra contra nenhum Estado latino-americano nos últimos 100 anos” (MILTRE, 2010, p. 04). Contudo, ambos não mediram esforços para se imporem sobre os vizinhos.

1.1 O SUBIMPERIALISMO NO CONTINENTE AMERICANO - ENTRE O CONCEITO E A PRÁTICA POLÍTICA

“Os escravos que olham a si mesmos com os olhos do dono” (GALEANO, 2010, p. 09).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e do imperialismo conheceu uma nova fase. Esta foi marcada pela internacionalização da acumulação capitalista, chegando a periferia do planeta, com a industrialização da América Latina, por exemplo, se “realizando dentro del marco del proceso de integración capitalista mundial, bajo el dominio del capital monopolístico” (SANTOS, 1968, p. 02), dando lugar a “subcentros econômicos, dotados de autonomia relativa, embora

subordinados ao imperialismo dominante” (LUCE, 2011, p. 74). Esses subcentros surgem a partir da ampliação do capital financeiro e crescimento das empresas multinacionais, assim como pela maior circulação de pessoas e ideias, potencializadas pelos avanços tecnológicos, das telecomunicações e dos meios de transporte:

A globalização suscitou o levantamento de novas questões nas Ciências Sociais e na Historiografia, as quais passaram a se preocupar com metodologias que dessem conta de uma história-mundo, assumindo uma abordagem que se distanciasse de um viés totalizante. Para isso, os pesquisadores deveriam partir da variação de escalas e focos de análise. Os historiadores, por exemplo, se debruçaram sobre a temática das relações, interações e circulação de pessoas, objetos e ideias para além de fronteiras nacionais/regionais, não somente para analisar a história contemporânea como, também, para os processos históricos referentes ao mundo moderno (CARVALHO; PRATES, 2016, p. 05).

Além disso, a escolha adotada, no que se refere à política externa desses subcentros, tem importância no relacionamento com os países centrais e na posição que os periféricos assumiram regionalmente:

En efecto, la larga tradición de rivalidad e indiferencia que caracterizó durante muchas décadas las relaciones entre Argentina y Brasil fue decisivamente transformada cuando, por exigencias de la guerra contra el EJE, Río de Janeiro decidió alinearse decididamente del lado de los aliados y por lo tanto de los Estados Unidos, mientras Buenos Aires eligió mantener su distante neutralidad a pesar de la presión y hostigamientos de que fue objeto. Cuando el conflicto mundial llegaba a su fin, Brasil había logrado consolidar una alianza con la nación más poderosa del mundo, que lo consideró el país clave del continente merecedor por lo tanto de la ayuda económica que posibilitó sus primeros desarrollos siderúrgicos, de una privilegiada asistencia militar y de un apoyo político que superó todas las contingencias de la política nacional brasileña. Al la Argentina por el contrario el final de la guerra mundial encontró acosada por el aislamiento diplomático - que finalmente pudo romper -, hostigamiento económico que presidió hasta prácticamente 1949, y una desconfianza política por parte de Washington que recién pudo transformarse al comenzar la década de los años cincuenta. Las relaciones argentino-brasileñas no son indiferentes a esta situación internacional (LANÚS, 2000, p. 283).

Nesse ínterim, portanto, as práticas de ingerência estadunidenses que não eram uma novidade e ocorreram de modos diversos, como pela união aduaneira com o Brasil, proposta em 1888 e consolidada em 1889, ganharam novo impulso com o apoio direto aos golpes de Estado no continente durante o século XX. O Estados Unidos, a grande potência capitalista hegemônica, “continua e vem ampliando sua capacidade autônoma para determinar políticas internas e estabelecer, via coerção, a dominação sobre estados nacionais mais débeis, funcionando como um instrumento do capital nacional americano no processo de integração internacional” (BALANCO; PINTO; MILANI, 2004, p. 16).

Dessa forma, a estrutura de governo adotada pelo Brasil após o golpe de 1964, teve como fio condutor as ações das empresas estadunidenses no país, assim como a política de Estado imposta pela Casa Branca para manter sob o modelo de cooperação antagônica²² a burguesia brasileira à dos Estados Unidos:

Neste tipo de ordem, a produção em países particulares torna-se conectada ao sistema mundial de produção. A classe dominante no Estado hegemôn [Sic] encontra aliados em classes de outros países. Uma sociedade mundial incipiente emerge no sistema interestatal, e os próprios Estados tornam-se internacionalizados, de modo que seus mecanismos e políticas são ajustados ao ritmo da ordem mundial [...]. Assim, a hegemonia mundial forma-se sobre uma sociedade civil globalmente concebida, e não somente a partir das relações interestatais (GARCIA, 2010, p. 166).

Esse antagonismo entre o centro e a periferia do modo de produção capitalista se explica pela “preocupação com a estabilidade interna, ao menos nos pontos considerados estratégicos do sistema mundial” (MEYER, 1999, p. 77).

Para Marini (2015, p. 58) a ditadura militar de abril de 1964 “inauguró un nuevo estilo en la política exterior de Brasil, cuyo principal objetivo parece ser el de lograr una perfecta adecuación entre los intereses nacionales del país y la política de hegemonía mundial llevada a cabo por Estados Unidos”. O governo ditatorial brasileiro passou a trabalhar para garantir os interesses dos Estados Unidos, como um centro de irradiação do modo de produção capitalista, ainda que, com certa independência da potência estrangeira, tenha procurado ampliar o grau de importância na América do Sul.

No entanto essa cooperação entre o Estado e a burguesia brasileira e o Estado e a burguesia estadunidense fundamentada sobre três características básicas: capacidades materiais, ideias e instituições²³, abriu espaço para uma política expansionista-hegemônica

²² “August Thalheimer escreveu, em 1949, um ensaio sobre as relações entre os Estados capitalistas centrais depois da Segunda Guerra. [...] As tradicionais contradições entre potências capitalistas, conquanto preservadas, passavam a conter-se nos limites de uma cooperação entre elas. A ambiguidade subjacente a essa situação levou Thalheimer a elaborar o conceito de *cooperação antagônica* (cooperação entre os países capitalistas, apesar dos antagonismos existentes entre eles), bastante elucidativo quanto aos rumos da diplomacia mundial no pós-guerra” (MEYER, 1999, p. 75).

²³ Ao interpretar a proposta teórica de Cox, Faria (2013, p. 219), afirma que “a dotação desses três elementos é determinante da posição relativa de cada par Estado-burguesia nacional que constituem os astros desse universo em expansão que é a ordem internacional. Isso quer dizer que a hegemonia sobre esse sistema mundo é resultado da supremacia em cada uma dessas categorias de forças”. Para o autor, no Plano material estaria a segurança, vista aqui como a capacidade militar; a economia, ou o domínio comercial e produtivo; a tecnologia, com o controle da inovação e da pesquisa; e as finanças, tendo o poder sobre a moeda e o crédito. As instituições seriam as regras e as formas organizacionais que possibilitam a manutenção da ordem estabelecida. As formas institucionais regulamentam o comércio, as finanças, os investimentos, os direitos humanos, a segurança, comunicação, etc.. E no Plano ideológico encontram-se os valores morais com o estabelecimento das regras e comportamentos sociais; as crenças sociais, com suas imagens simbólicas, representações e saberes compartilhados; e por último, o conhecimento, visto na liderança da produção científica e artística.

regional já que o Brasil aparece como a nação difusora do imperialismo na região. “O uso do conceito de hegemonia [...] para descrever a política expansionista regional nos parece acertado na medida que no subimperialismo haveria uma busca de anuência do país dominante entre os que seriam subordinados nesta relação” (MELLO, 2016, p. 162).

Para Mello (2016, p. 164), no entanto, o que ocorre é uma expansão-hegemônica baseada no momento conjuntural de demandas do mercado externo que limitam o desenvolvimento dos países periféricos:

Defendemos, portanto, que falar em hegemonia regional dependente é falar em uma hegemonia regional limitada, que abarca apenas segmentos das classes sociais das nações dentro da esfera de influência subimperialista. Abarcaria, portanto, os diferentes blocos no poder da região sob a liderança política e econômica do bloco no poder do país subimperialista. Pode-se incluir, também segmentos das classes subalternas que tenham sido cooptadas dentro do bloco. Porém, este tipo de aliança apresentaria uma fragilidade mais aguda devido tanto à importância da dominação interna sobre o consenso, quanto às pressões e limitações estruturais devido à sua condição de países dependentes. O espaço de manobra de países periféricos e semiperiféricos tem uma relação muito mais forte com o momento conjuntural do que o dos países centrais; isto é, estes dependem muito mais de condições externas favoráveis, como disponibilidade de crédito e demanda por seus produtos de exportação, dada as fortes limitações impostas pelo momento orgânico. Se não buscarem reformas estruturais, seja no âmbito de uma revolução passiva ou de uma revolução social, durante os períodos mais favoráveis, a dependência orgânica não se alterará.

Gramsci, um dos principais teóricos a trabalharem com o conceito de hegemonia²⁴ o define pela equação: consenso somado à coerção. O conceito de hegemonia de Gramsci refere-se diretamente a sua noção de Estado de forma ampliada: sociedade política e sociedade civil. “A hegemonia forma-se com a supremacia de determinado grupo ou classe social e sua liderança moral e intelectual na sociedade civil. Este grupo exerce liderança antes de chegar ao governo. Neste momento, ele se torna dominante, mas mesmo [...] no poder não pode deixar de liderar” (GARCIA, 2010, p. 162). Como afirma Leite; Schlesener (2007, p. 3832), “hegemonia não é [...] ausência de poder e autoridade. [...] os elementos de dominação coexistem [...] com os elementos de direção [...]. Capacidade de dirigir, [...] a hegemonia precisa dos seus elementos diretivos tanto para sua implantação como para sua manutenção”. Gramsci entende o Estado subdividido em Sociedade política e Sociedade civil:

²⁴ “Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lenin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição” (ALVES, 2010, p. 71). De acordo com Cox (2016, p. 138), “todos los conceptos de Gramsci se derivan de la historia –tanto de sus propias reflexiones sobre aquellos periodos [...] que pensaba que ayudarían a arrojar cierta luz explicativa sobre el presente, como de su experiencia personal [...] el movimiento sindical obrero [...], participación en la Tercera Internacional y su oposición al fascismo”.

O conceito de Estado, que é entendido habitualmente como Sociedade política (ou até como aparato coercitivo para enquadrar a massa popular, segundo o tipo de produção e a economia de um momento dado) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a inteira sociedade nacional, exercida através das organizações chamadas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.) (GRAMSCI, 2011, p. 264).

Essa relação entre Sociedade Civil e Sociedade Política, é evidenciada pela parceria entre a elite econômica e os militares durante o golpe de 1964. Segundo Pedrosa (1966, p. 182), as classes dominantes brasileiras estiveram diretamente envolvidas na derrubada do presidente João Goulart com a certeza de que se beneficiariam com as ações do novo governo. “Essa unanimidade existiu e apoiou os chefes militares sublevados”. Porém, o que se seguiu não foi exatamente como o planejado pela elite, pois a ditadura precisava fazer escolhas e optou pelas que favoreceram o capital estrangeiro:

Ao empreender a luta imediata e indispensável contra a inflação, para a qual havia a unanimidade do consenso público, [a ditadura] esqueceu o país em que estava, sobre o qual ia agir. [...] Não iam, porém, salvar o Brasil para os brasileiros, mas para uma ideologia. Esta presidia a operação. Desta saíria o Brasil ortopedizado, com um cruzeiro imperturbável, um mercado aberto e livre, onde a livre empresa privada, sem passaportes, evoluciona e prospera, tendo lucros e dando trabalho (de cujas fontes não se tem o estancamento), e os capitais circulando, entrando e saindo, livremente; a democracia representativa no seu apogeu (Idem).

O apoio da pequena burguesia para a implementação da ditadura foi, de acordo com Demian Bezerra de Melo, resultado da organização do “setor mais internacionalizado do empresariado brasileiro. Tendo emergido como um capital multinacional e associado a partir do desenvolvimentismo do período Juscelino Kubitschek (1956-1961)” (MELO, 2014, p. 91). Para o autor, após a conspiração que depôs o presidente João Goulart, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) apoderam-se “do aparelho de Estado através da ocupação dos seus postos estratégicos. Áreas [...] como o Planejamento e a Fazenda caíram [...] em mãos de ipesianos como Delfim Neto, Roberto Campos, Otávio Gouveia de Bulhões, entre outras eminências pardas civis” (idem). No poder, esse grupo pôde “implementar grande parte de seu programa anteriormente formulado [...] de regulação do capitalismo brasileiro, através [...] da criação do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional, [d]a primeira flexibilização da legislação trabalhista no Brasil - através da lei do FGTS” (ibidem, p. 92). O próprio Serviço Nacional de Informações (SNI) foi fruto do trabalho do general Golbery do Couto e Silva, outro dirigente do IPES.

Para Gramsci, a ação hegemônica requer certas concessões aos grupos subordinados, tornando-os parte do projeto de dominação, o que transposto para a relação entre Estados, como no caso de Brasil e Argentina e os vizinhos latino-americanos, fica evidente na barganha para ganhar o apoio de determinados líderes políticos como na contenda para a construção de Itaipu, onde o Paraguai soube jogar com os desejos hegemônicos argentinos e brasileiros. “Isso significa que o grupo dominante terá que fazer certos sacrifícios de tipo econômico-corporativo, desde que não toquem no essencial de seu poder econômico” (GARCIA, 2010, p.162). Ou nas palavras de Mello (2016, p. 171):

A hegemonia configura um equilíbrio entre a dominação e o consenso, mas acaba por dar um peso maior ao consentimento dos grupos, seja de classes subalternas ou combinações de Estados e sociedade civil internacionalizada, enquanto o imperialismo não expressa essa mesma atribuição. Em nível internacional poderia haver, no entanto, uma ordem mundial hegemônica que se sustenta também sobre um imperialismo. A ordem mundial hegemônica da pax britânica [...], por exemplo, teria se sustentado sobre o imperialismo liberal; a hegemonia da pax americana [...] sobre o imperialismo liberal de monopólio.

Ainda de acordo com Mello, para tornar-se hegemônico, um Estado não poderia explorar de forma direta e irrestrita os demais, mas estabelecer uma ordem que a maioria dos Estados que ele visa ter sob sua esfera de influência entenderia como compatível com seus interesses. Ou seja, para que ocorra uma estrutura de dependência hegemônica na relação de forças internacionais é imperioso o consentimento dos grupos dominantes. “A dependência é uma relação construída necessariamente por no mínimo duas partes, uma interna e outra externa” (ibidem, p. 87). Nesse caso, o próprio apoio logístico, material, econômico e político brasileiro aos golpistas nos países vizinhos já serviria para dar início à construção hegemônica brasileira.

As medidas adotadas pelo governo militar após 1964, passaram a favorecer a concentração de capital nas mãos dos grupos mais poderosos, beneficiando os conglomerados estrangeiros e a grande burguesia nacional. “Esa política obedece también a las exigencias planteadas por el propio desarrollo capitalista brasileño, como son la rebaja de los salarios y la racionalización de la producción” (MARINI, 2015, p. 57). Para Marini, é nesse momento que a burguesia brasileira passa a aceitar o papel de sócio menor na aliança com os capitais estrangeiros, intensificando a capitalização, rebaixando ainda mais o nível de vida popular e concentrando o capital, antes disperso na pequena e média burguesia.

Em uma constante troca, portanto, “as forças sociais transnacionalizadas têm influenciado os Estados, os quais ao mesmo tempo moldam e são condicionados pela ordem

internacional. Da mesma forma, os Estados também interferem na ação das forças sociais e essas produzem efeitos sobre as ordens mundiais” (FARIA, 2013, p. 218). Pode-se dizer, portanto, que as relações internacionais precedem ou seguem de acordo com as relações sociais fundamentais de um Estado:

Toda innovación orgánica en la estructura modifica orgánicamente las relaciones absolutas y relativas en el campo internacional a través de sus expresiones técnico-militares. Incluso la posición geográfica de un Estado nacional no precede, sino que sigue, a las innovaciones estructurales, aunque reaccionando sobre ellas en cierta medida (precisamente en la medida en que las superestructuras reaccionan sobre la estructura, la política sobre la economía). Por otra parte, las relaciones internacionales reaccionan pasivamente y activamente especialmente sobre las relaciones políticas (de hegemonía de los partidos). Cuanto más la vida económica inmediata de una nación está subordinada a las relaciones internacionales, tanto más un determinado partido representa esta situación y la explota para impedir el predominio de los partidos adversarios. De esta serie de hechos se puede llegar a la conclusión de que a menudo el llamado “partido del extranjero” no es precisamente aquél que es indicado como tal, sino precisamente el partido más nacionalista [...] que en realidad, más que representar las fuerzas vitales del propio país, representa su subordinación y sometimiento económico respecto a las naciones o a un grupo de naciones hegemónicas (GRAMSCI, 1984, p. 237).

Segundo Garcia (2010, p. 163), “a história demonstra que a guerra tem sido inevitável para solucionar tensões geradas pelo desequilíbrio na distribuição de poder no sistema internacional. Hegemonia é consequência inevitável da vitória de pelo menos um Estado ou grupo”. No caso de Brasil e Argentina, no entanto, durante o período que é foco do presente estudo, ainda que em alguns momentos a tensão entre os dois países tenha aumentado, não houve um conflito armado direto entre eles. Porém, o governo argentino se envolveu em duas grandes disputas: primeiro com o Chile pelo controle do Estreito de Beagle; segundo, na guerra contra a Inglaterra pelo controle das Ilhas Malvinas. Os dois conflitos, no entanto, debilitaram Buenos Aires, favorecendo os intentos brasileiros na região:

Uma guerra hegemônica caracteriza-se por: contestação direta entre poder dominante e Estados revisionistas; mudanças na natureza e na governança do sistema; e meios de violência quase ilimitados [...]. As grandes transformações na história mundial foram derivadas de guerras hegemônicas entre rivais políticos, cujo resultado é o reordenamento do sistema a partir de ideias e valores do Estado vencedor (Ibidem, p. 163-164).

Porém, há que se entender que “hegemonia é uma forma de exercício do poder e a maneira como este se organiza numa sociedade complexa onde o recurso à violência só pode ser empregado em situações-limite” (FARIA, 2013, p. 223), visto que a ação dos Estados deve visar a estabilidade da região sob disputa. A própria relação entre Brasil e Argentina, que esteve

estremecida durante o século XIX, durante toda a primeira metade do século XX se pautou na cordialidade, por meio de acordos diplomáticos e barganhas entre os dois países (SPEKTOR, 2002), mas sofreu novo abalo durante a década de 1960, justamente quando o Brasil assume a posição de cooperação antagônica com os Estados Unidos, o que favoreceu o crescente pendor do equilíbrio de poder em favor do governo brasileiro. É a partir desta situação, portanto, que na “política internacional sul-americana, sob perspectivas geopolíticas, diplomáticas ou econômicas, [...] a preeminência no Prata havia sido efetivamente rompida favoravelmente a Brasília, que poderia atuar na região sem temer um levante [...] comandado desde o Palácio San Martín” (idem, p. 125).

Essas disputas regionais, protagonizadas por países periféricos como Brasil e Argentina, podem e devem ser analisadas no contexto internacional, por meio do conceito de subimperialismo, pois este possibilita encaminhar respostas aos aspectos perceptíveis na documentação acerca das demandas políticas regionais levadas a cabo por esses países.

A teoria do subimperialismo, então, se aplica às economias que disputam a hegemonia regional, mas permanecem submetidas ao capital estrangeiro de países desenvolvidos, como os Estados Unidos. “Os teóricos marxistas dependentistas assentaram as bases para o estudo do capitalismo latino-americano, desvelando as leis próprias de funcionamento desse capitalismo” (LUCE, 2014, p. 44). Entre estes teóricos, Ruy Mauro Marini, apreendeu o conceito de subimperialismo “para a realidade brasileira dos anos 1960 e 1970, [expondo] os fatores que o levavam a crer que o Brasil desempenhava esse papel no plano regional” (LIMA, 2016, p. 531):

Deste modo, a categoria subimperialismo se propunha explicar as contradições daquele momento expansivo brasileiro, dando destaque à participação estrangeira na produção brasileira, que, por um lado, era quem possibilitava o desenvolvimento das forças produtivas internas e, por outro, era quem controlava e ditava o ritmo e a intensidade da acumulação brasileira, o que significava a permanência e agudização da dependência brasileira (MURUA, 2014, p. 18).

Kautsky (1914), afirma que a exportação de capitais e de tecnologia dos países industrializados impulsiona o desenvolvimento industrial das nações periféricas, criando novas situações de conflitos internos e externos, alterando a forma com que essa industrialização ocorre. Nessa mesma lógica, Mello (2016, p. 110) aponta que essa troca desigual entre países centrais e periféricos levaria ao subdesenvolvimento que “se caracteriza, de um lado, como meio de acumulação, de realização de capital excedente e, conseqüentemente, de reprodução ampliada do capital, e, de outro, por ter sua dinâmica e, portanto, sua orientação, comandada exogenamente”.

Para Kautsky, o processo de industrialização nos países de desenvolvimento tardio levaria ao acirramento das contradições entre os grupos sociais como os industriais e os latifundiário-exportadores, entre os industriais e o proletariado, ou entre os grandes proprietários de terras e os trabalhadores rurais.

Nesse ponto o Brasil se destaca frente à Argentina na disputa para assumir a posição de potência hegemônica na América do Sul, haja visto que, seja pela política de alianças com o latifúndio exportador, seja pela integração ao imperialismo, a produção crescente da burguesia brasileira, resultante da modernização tecnológica e do suporte financeiro dado pelos governos militares, expandiu o mercado brasileiro para a exportação de produtos industrializados:

A Argentina, apesar de ter atingido a etapa monopólica e financeira e de ter liderado, antes da ascensão do Brasil, a produção industrial na América do Sul, detém particularidades históricas que a impediram de se tornar uma formação subimperialista. Como observado, as divisões no seio da burguesia argentina impediram [...] um projeto nacional com força suficiente para uma expansão além-fronteiras. Assim a divisão existente entre o grande capital ligado ao agro e o grande capital ligado ao setor industrial impede projetos unificados e o fortalecimento do Estado e das classes dominantes (LUCE, 2014, p. 53).

De acordo com Marini (2015, p. 62-63), a diversificação econômica opõe os interesses do mercado interno aos do mercado externo, gerando o conflito entre aqueles que os constituem, situação que se agrava quando as relações sociais resultantes da industrialização não se sincronizam ao ritmo da penetração imperialista:

Puede pasar — como sucedió, por ejemplo, en Brasil, entre los años 1930 y 1950 — que el sector industrial nacional aumente de manera mucho más rápida que la desnacionalización económica resultante de las inversiones externas. Además de las disputas que surgen entonces entre los dos sectores en su lucha por el mercado interno, sus relaciones pueden agravarse cuando —una vez han alcanzado determinado nivel de industrialización— las necesidades crecientes de la importación choquen, en el terreno cambiario, con las presiones del sector extranjero para exportar sus beneficios, y con las distorsiones que la dominación imperialista impone a la estructura del comercio exterior (idem).

Esse conflito caminha de forma a tornar-se insustentável ao ponto de uma ruptura, na qual ou o país periférico opta por um desenvolvimento independente ou se submete aos interesses do capital estrangeiro. No caso do Brasil, essa mudança fazia-se latente no decorrer dos governos dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, com a criação de uma Política Externa Independente (PEI), e uma inversão de capital na indústria interna de base, o governo brasileiro apresentava no início dos anos 1960 uma nítida tendência a se afastar da zona de ingerência estadunidense, no entanto, esse caminho acabou interrompido pelo golpe de 1964:

La cooperación antagónica entre la burguesía de los países subdesarrollados y el imperialismo es conducida así a un punto crítico, que ya no le permite existir en su ambigüedad e impone una disyuntiva entre la cooperación, tendiendo a la integración, y el antagonismo, marchando hacia la ruptura. es lo que pasó en Brasil en 1964 (MARINI, 2015, p. 63).

Anos antes, sucedendo a crise política que levou ao suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto 1954, os governos de Café Filho e Juscelino Kubitschek decidiram abrir a economia do país ao capital estadunidense, essa política “llega a su apogeo con el Plan de Metas del gobierno de Kubitschek, el cual acarrea alrededor de 2,5 millones de dólares en inversiones y financiamientos, y empuja de nuevo la expansión industrial” (MARINI, 2015, p. 65).

É evidente que essa abertura fora o resultado de um processo de pressões externas e internas que já se faziam ecoar pelo cenário político, antes mesmo da morte de Getúlio. Ao final do governo Vargas, por exemplo, os Estados Unidos pressionaram o Rio de Janeiro por mudanças no câmbio forçando a derrubada dos preços do café, principal produto de exportação brasileiro. “Era, portanto, racional a atitude americana de retirar-se do mercado. Comprando menos, os americanos potencializariam as pressões domésticas para que o governo brasileiro desvalorizasse o câmbio. Isto os beneficiaria a médio prazo pela redução dos preços” (SILVA, 1994, p. 212).

A Instrução 113²⁵, expedida durante o governo do presidente Café Filho e mantida por JK, encerrava “o período Vargas [...] propício à exacerbação do sentimento nacionalista” (SILVA, 1994, p. 206), abrindo facilidades para o ingresso de capitais estrangeiros no país. “Ese instrumento jurídico corresponde a un compromiso entre la burguesía brasileña y los grupos económicos norteamericanos. El flujo de inversiones privadas procedentes de Estados Unidos alcanzó en menos de cinco años cerca de 2.500 millones de dólares” (MARINI, 2015, p. 92). Estes investimentos que impulsionaram a expansão industrial brasileira, estavam sob

²⁵ A Instrução 113 foi a medida tomada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), em 17 de janeiro de 1955. Ela permitiu a importação de bens de capital à taxa “livre” de câmbio por investidores estrangeiros, caso esses aceitassem, como forma de pagamento, a participação no capital próprio da empresa que importasse o equipamento. A Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, julgava se os investimentos se enquadravam nas suas prioridades para a concessão dos benefícios. À sombra da Instrução nº 113 aumentou de forma notável o ingresso de capitais de risco estrangeiros, pois o sistema era extremamente favorável às filiais de firmas estrangeiras operando no Brasil. A quase totalidade dos cerca de quinhentos milhões de dólares que ingressaram no país entre 1955 e 1961, estimulados pelos benefícios da Instrução nº 113, correspondeu a investimentos em firmas controladas por capitais estrangeiros. Foi sob estímulo da Instrução nº 113 que se instalou no país a indústria automobilística, um dos objetivos mais importantes do Plano de Metas. Uma das interpretações da industrialização nacional consagra que, em meados dos anos 1950, a economia brasileira internacionalizou-se, e a Instrução 113 foi um elemento significativo dessa questão. Ver mais em FGV-CPDOC (2015) e Melo; Caputo (2009).

três bases principais: “se dirigió, casi en su totalidad, a la industria manufacturera y de base; se procesó bajo la forma de introducción en el país de máquinas y equipos ya obsoletos en Estados Unidos, y se realizó en gran parte a través de la asociación de compañías norteamericanas a empresas brasileñas” (idem).

Silva, (1994, p. 215), ao analisar o período anterior à abertura do país para o capital estrangeiro, demonstra que:

O Brasil do ano da morte de Getúlio Vargas tinha um produto nacional bruto (PNB) de 553,2 milhões de cruzeiros da época. [...] Sem grande margem de erro, é correto avaliar o PNB do Brasil de Getúlio como algo ao redor de US\$ 55 bilhões atuais [em 1993]. Era, portanto, um país de estatura econômica semelhante a Hong Kong ou Israel de hoje em dia. Em termos per capita, a renda situava-se em US\$ 1 mil de 1993, o que iguala aquele Brasil à Colômbia e ao Egito contemporâneos.

Tal afirmação exemplifica a pujância econômica brasileira mesmo antes da entrada dos investimentos estrangeiros. Com a abertura do mercado, no entanto, o país demonstrou um forte e imediato crescimento, como podemos ver na tabela 01. No entanto, ainda de acordo com a tabela produzida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), “Esa expansión empieza, sin embargo, a dar señales de agotamiento hacia 1960” (MARINI, 2015, p. 65), quando ocorre uma queda no preço e no volume das exportações, empurrando o país para uma grave crise inflacionária. “Cesados los efectos paliativos de la política de importación de divisas, estalló, pues, en una verdadera crisis industrial que arrastró al país a la depresión” (idem).

Tabela 01 - Taxa de crescimento histórico do PIB brasileiro entre 1955 e 1963 em porcentagem

1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
8,8	2,9	7,7	10,8	9,8	9,4	8,6	6,6	0,6

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Texto para discussão**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n° 776, janeiro, 2001, p. 28

O crescimento demográfico desse mesmo período é outro ponto preponderante a ser levado em consideração. Para se ter uma ideia, entre 1950 e 1965, como se pode ver na Figura 04, a população do país quase dobrou.

Figura 04 - Taxa histórica demográfica brasileira de 1940 a 2010 em milhões de habitantes

Ano	População total
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	70.191.370
1965 ¹	80.855.158
1970	93.139.037
1980	119.002.706
1991	146.825.475
2000	169.799.170
2010 ²	189.248.734

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Texto para discussão**, Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), n° 776, janeiro, 2001, p. 28.

O avanço demográfico elevado, somado ao esgotamento do crescimento econômico sustentado pelo elevado endividamento, serviram para agravar a crise econômica e social do país. Na tentativa de combater esta crise que avançava, no entanto, os governos de Jânio Quadros e João Goulart procuraram caminhar de forma independente a imposta pelo capital estrangeiro:

El gobierno de Janio Quadros —en 1961—, y una vez superada la indecisión parlamentaria de 1962, el de João Goulart —entre 1963 y 1964—, expresaron [uma] política externa independiente y las reformas estructurales fueron las direcciones en que se movieron esos dos gobiernos buscando doblegar la resistencia de los sectores dominantes aliados. Con la primera se trató de crear un área de maniobra en el campo internacional que permitiera a Brasil diversificar sus mercados de productos básicos y sus suplementos de créditos, principalmente en el área socialista, y abrir camino para la exportación de productos industrializados hacia África y Latinoamérica, especialmente. Con las reformas se tendía en principio a la reformulación de la estructura agraria, capaz de abrir nuevos mercados al comercio ulterior y aumentar la oferta interna de materias primas y productos alimenticios. Las dos orientaciones entraban en conflicto con los intereses del sector latifundista y de los grupos monopolistas exportadores, en su mayoría norteamericanos. La adopción de medidas restrictivas tanto para el financiamiento nacional de las inversiones extranjeras como para la remesa de beneficios al exterior, y el esbozo de una política de nacionalizaciones, extendió el conflicto a todo el sector extranjero de la economía e hizo muy tensas las relaciones entre el gobierno brasileño y el norteamericano (MARINI, 2015, p. 65-66).

Com Quadros e Goulart, o país propôs uma política de aproximação aos países do bloco socialista, podendo assim, ampliar o mercado externo aos produtos brasileiros e diversificar as relações comerciais brasileiras:

La diplomacia brasileña presentase cambios sensibles. Quadros inició conversaciones para normalizar las relaciones con los países socialistas, en especial con la unión Soviética (interrumpidas desde 1947); envió una misión comercial a China

encabezada por el vicepresidente goulart; inició una activa política africana abriendo nuevas embajadas y consulados, y enviando misiones comerciales a los jóvenes países de África, y esbozó, también, una nueva política en relación con Latinoamérica. En este campo la cuestión cubana desempeñó un papel importante. Manifestando siempre su simpatía por la revolución de Castro, Quadros reprobó abiertamente el intento de invasión de 1961 y definió su posición: el pueblo cubano tiene derecho a autodeterminarse, y hay que impedir que, con motivo de la cuestión cubana, los países latinoamericanos se conviertan en mero juguete en el conflicto norteamericano-soviético (MARINI, 2015, p. 44).

Naquele momento, o governo brasileiro via como solução para a América Latina “la constitución de un bloque autónomo que sirva de contrapeso a la influencia norteamericana y permita a Latinoamérica solucionar libremente sus problemas” (idem).

Em mensagem ao Congresso Nacional, em março de 1961, o presidente Jânio Quadros propunha um novo modelo de política externa para o país: a PEI. O presidente acreditava que o desenvolvimento econômico e social se daria a partir de uma política externa que não estivesse atrelada a posições meramente ideológicas e, em plena Guerra Fria, considerava que o Brasil deveria estabelecer relações com países de ambos os blocos, contribuindo, inclusive, para reduzir as tensões internacionais. Na verdade, essa aproximação já tinha sido iniciada pelo governo JK, que impulsionara as relações comerciais brasileiras:

Aquilo que por alguns autores é conhecido como “desideologização da política externa”, termo que pode induzir à compreensão de que não havia uma ideologia pautando a formulação e a implementação das ações fundamentais. Ocorre que a PEI é absoluta e inquestionavelmente ideológica: independentismo, universalismo e desenvolvimentismo eram ideias-força essenciais para a própria concepção da PEI (MANZUR, 2014, p. 183).

De fato, Quadros, instigado pelo pensamento independentista do ministro de Relações Exteriores, Afonso Arinos de Mello Franco, propunha uma política que não sujeitava o país a constrangimentos ideológicos que, dentro da bipolaridade da Guerra Fria, poderiam impedir a busca de mercados para os produtos brasileiros. Além disso, a PEI tinha como pontos primordiais “a preservação da paz, o fortalecimento dos princípios da não intervenção e da autodeterminação dos povos, o fortalecimento do mercado externo e o apoio à emancipação dos territórios não autônomos” (ibidem, p. 184).

Mesmo antes de ser eleito presidente, Quadros já se aproximara do bloco socialista com o desejo de estabelecer relações econômicas futuras para o Brasil. Em 1959, quando ainda não havia sido indicado pela União Democrática Nacional (UDN), como candidato ao Planalto, Quadros viajou à União Soviética onde conferenciou com Kolai Patolichev, Ministro do Interior

russo sobre as possibilidades comerciais que poderiam se abrir para os produtos brasileiros (VICTOR 1965, p. 232).

Quando candidato, Quadros propunha no plano de governo estabelecer relações comerciais com todos os países que estivessem dispostos a adquirir os produtos brasileiros em condições satisfatórias. Preso a balança comercial dos Estados Unidos, o presidente pretendia estender o mercado brasileiro para os países da Europa Oriental que também demonstravam um crescimento econômico significativo e representavam boas oportunidades de negócios para o país, como a Tchecoslováquia, Bulgária, Romênia, Hungria e a própria União Soviética (idem). A principal inovação engendrada pela PEI consistia na “ruptura com o padrão de desenvolvimento do relacionamento diplomático brasileiro vigente até os anos 1960. Seu foco central estava no distanciamento do centro de poder norte-americano, a partir de uma diversificação de suas relações internacionais” (MARIANO 2015, p. 41).

Quadros via na PEI uma forma de melhorar a economia interna, conseguindo maiores e melhores mercados para os produtos brasileiros, garantindo um aumento favorável da balança comercial do país. No entanto, o presidente não pretendia manter apenas relações comerciais, mas sim ampliar a diplomacia com estes países. De fato, em março de 1960, pouco mais de um ano após a revolução cubana e em meio às desavenças entre os dirigentes revolucionários e o governo dos Estados Unidos por conta das nacionalizações em massa e da ampla reforma agrária, Jânio Quadros visitou o país caribenho a convite de Fidel Castro. A posição do Itamaraty, naquele momento, era a de evitar um conflito que pudesse desestabilizar a paz no continente.

Por certo, o primeiro grande teste da PEI se deu em torno da questão cubana. Em abril de 1961, quando da Batalla de Girón, conhecida como a invasão da Baía dos Porcos, Brasília se manteve irredutível no apoio ao princípio de autodeterminação dos povos, posicionando-se contrária ao ataque. Externamente, o governo se mostrava forte e legalista e abria caminho para reatar relações com países do bloco socialista. Internamente, porém, o presidente perdia a aceitação dos setores mais conservadores, como a Igreja Católica e a grande imprensa, além do movimento político movido por Carlos Lacerda, governador da Guanabara, querendo desestabilizar a presidência da República (VICTOR, 1965).

Mesmo com os ataques e críticas dos setores conservadores e da imprensa, o governo permaneceu agindo de acordo com a PEI. Em maio de 1961 chegou ao Brasil a primeira missão comercial da República Popular da China e em julho do mesmo ano, a Missão Soviética de Boa Vontade, trazendo autoridades daquele país com a proposta de incrementar as relações comerciais. Estes fatos parecem ter chamado a atenção do governo estadunidense já que, em

agosto, o presidente Kennedy enviou mensagem ao Senado solicitando a substituição do embaixador John Moors por Lincoln Gordon, que se envolveria diretamente no golpe militar de 1964 (idem).

Em agosto de 1961, após a Reunião Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, em Punta del Este, Jânio Quadros teve uma das atitudes mais arriscadas no âmbito das relações internacionais daquele momento e mais recriminadas pela oposição. Dias após a reunião que definiu os investimentos estadunidenses para a América Latina, o presidente recebeu o Ministro da Indústria e Comércio cubano, o revolucionário Ernesto Che Guevara, condecorando-o com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, maior condecoração do governo brasileiro. Guevara que já havia causado problemas para o mandatário argentino que, após recebê-lo por cerca de uma hora, precisou se explicar aos chefes militares do país, fez a visita em agradecimento a posição argentino/brasileira de se manterem firmes contra as intervenções em Cuba e favoráveis à autodeterminação dos povos.

A PEI, claramente, se opunha ao posicionamento anterior do próprio governo brasileiro que tendia ao apoio incondicional aos Estados Unidos:

Um exemplo ilustrativo do exposto foi o posicionamento dos países latino-americanos na IV Conferência dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, ocorrida em Washington, em março de 1951. O objetivo do encontro, solicitado pelo governo dos EUA, era definir apoios concretos para a ação norte-americana na Guerra da Coreia. Na reunião, foram aprovados documentos que confirmavam o alinhamento dessas nações aos EUA, contudo ficou evidente o caráter meramente formal dessas medidas. Os EUA viram frustrados os seus propósitos, uma vez que esperavam um apoio mais concreto, como, por exemplo, o envio de tropas para a região do conflito. Em discurso, representando os seus colegas latino-americanos, o ministro brasileiro, Neves da Fontoura, afirmou o desejo de cooperação com os EUA na elaboração de um plano de emergência para a defesa do hemisfério, mas ao mesmo tempo realçou a expectativa de um plano de apoio ao desenvolvimento econômico da região, após a guerra. [...] Neves da Fontoura, nos meses que se seguiram, foi um árduo defensor do envio de tropas à Coreia. Ele e o general Góes Monteiro buscaram chegar a uma negociação com os EUA. Contudo, não se chegou a um ponto que atendessem às posições hegemônicas no governo e o acordo nunca foi firmado (MUNHOZ, 2002, p. 55).

Todavia, com a contínua pressão interna em relação à PEI, com o combate constante de Carlos Lacerda e da imprensa, principalmente dos jornais O Globo e Estadão, Jânio Quadros acabou por renunciar no dia 25 de agosto de 1961, dando início à Campanha da legalidade, encabeçada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para que o vice, João Goulart, então na China, assumisse a presidência.

Ao tomar posse como chefe de Estado, João Goulart deu continuidade a PEI e, novamente, a questão cubana voltou à pauta. Com o fracasso da invasão da Baía dos Porcos, o

governo Kennedy descartou uma ocupação militar imediata à Cuba, mas as relações entre os dois países continuaram preocupando a agenda política do continente:

Provavelmente, o maior perigo de uma guerra nuclear ocorreu quando, após as tentativas de invasão de Cuba por forças treinadas e apoiadas pelos EUA, os soviéticos iniciaram a instalação de 24 mísseis nucleares na ilha. Em outubro de 1962, quando os EUA perceberam o fato, deram um ultimato. Após um crescente de tensões a implicar a possibilidade real da ocorrência de uma guerra nuclear, foram iniciadas negociações entre as diplomacias das duas superpotências. Daí resultou o recuo soviético com a retirada dos mísseis instalados em Cuba. Cabe notar que mísseis dos EUA haviam sido instalados pouco antes na Turquia, e que parte deles foi retirada como resultado dos acordos para encerrar o conflito. A assim conhecida “crise dos mísseis cubanos” estimulou a criação de mecanismos de negociação para evitar uma possível guerra nuclear, como a instalação do telefone vermelho entre Moscou e Washington, e o acordo de 1963 que proibia testes nucleares submarinos, atmosféricos ou no espaço (MUNHOZ, ROLLO, 2015, p. 42-43).

Após a constatação do governo estadunidense de que havia movimentação de tropas da URSS no país caribenho e da construção de uma possível base para lançamentos de mísseis a partir da ilha governada pelo presidente Osvaldo Dorticós Torrado, com Fidel Castro à frente das FFAA do país, a administração Kennedy foi atrás de apoio no continente americano para aplicar sanções e punições ao governo cubano:

Nas reuniões de consulta ocorridas no período, evidenciaram-se duas posições conflitantes: a dos legalistas, entre os quais o Brasil, que se apegavam às normas da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Tratado do Rio de Janeiro, bem como aos princípios do Direito Internacional e da soberania, com o intuito de evitar qualquer tipo de intervenção militar em Cuba; e os aliados dependentes, especialmente aquelas repúblicas centro-americanas próximas a Cuba, que tinham vinculação mais estreita com os Estados Unidos e eram favoráveis a medidas mais drásticas em relação ao regime cubano, pois sofriam a ameaça da proximidade com o país de Fidel Castro (MANZUR, 2014, p. 188).

O governo brasileiro não arredou pé da posição contrária às intenções estadunidenses e em 24 de janeiro de 1962, durante a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em Punta del Este, se baseando nas premissas do direito internacional e nos termos do Tratado do Rio de Janeiro e da Carta de Bogotá, recusou-se a apoiar a exclusão de Cuba da OEA, abstendo-se da votação. As atitudes dos representantes brasileiros Ilmar Pena Marinho²⁶ e San

²⁶ Ilmar Pena Marinho iniciou a carreira diplomática em agosto de 1936 como cônsul de terceira classe. De 1939 a 1941 serviu na embaixada brasileira em Atenas, tendo sido encarregado de negócios na capital grega em 1940. Segundo-secretário da embaixada brasileira em Roma de 1941 a 1942, entre 1943 e 1945 serviu em Quito, no Equador. Retornando ao Brasil, ocupou o cargo de chefe do arquivo da Secretaria de Estado. Em dezembro de 1945 foi promovido a primeiro-secretário. Em 1946, foi professor de direito internacional privado no Instituto Rio Branco. De 1948 a 1950 serviu na embaixada brasileira em Roma. De 1950 a 1951 foi conselheiro da embaixada brasileira em Bruxelas, onde no último ano ocupou o cargo de encarregado de negócios. Em julho de 1952, passou a servir na embaixada brasileira em Varsóvia, como ministro-conselheiro, permanecendo até março de 1954. De

Tiago Dantas²⁷ na votação, assim como o reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, apenas três meses antes, demonstravam uma importante posição de independência de Brasília, o que não poderia ser aceito pelos Estados Unidos. Além disso, essa política não alinhada ao bloco Ocidental, certamente contribuiria para a desestabilização do governo, taxado de comunista pela grande imprensa do país:

Correntes de opinião enfrentavam-se e paulatinamente radicalizaram-se quanto à percepção que cada uma considerava adequada da inserção internacional do país. Nos anos finais do governo Goulart, os que preconizavam relações especiais com a potência norte-americana, o ocidentalismo, a liberalização do comércio, afrontavam aqueles que, por outro lado, lutavam veementemente contra o “imperialismo ianque”, a dependência em relação aos Estados Unidos, a favor do nacionalismo mesmo em política exterior, da autonomia internacional do Brasil, da abertura a relações mais próximas com países socialistas e comunistas. A polarização das tendências de opinião foi um dos fatores que contribuíram decisivamente para o golpe de 1964, neste prevalecendo os do primeiro grupo, os quais chamamos de liberal-ocidentalistas (MANZUR 2014, p. 197).

Com a dificuldade de manter as políticas econômicas, o governo de Goulart se aproximou cada vez mais dos grupos de esquerda: sindicatos, movimento estudantil,

1954 a 1956 foi ministro-conselheiro na embaixada brasileira em Paris, onde, de maio de 1955 a janeiro de 1956, foi encarregado de negócios. Ocupou o cargo de chefe do Departamento Consular de 1959 a 1960. Durante o governo do presidente Jânio Quadros, chegou a ocupar, interinamente, a pasta das Relações Exteriores. Ainda em 1961 foi promovido a ministro de primeira classe. Em janeiro de 1962 foi nomeado embaixador do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), função que exerceria até janeiro de 1969. Em dezembro de 1962, presidiu a Comissão de Organismos Interamericanos em Washington. Em novembro de 1965 assumiu o cargo de presidente do Conselho da OEA. Serviu como embaixador em Moscou de março de 1969 a julho de 1974. De julho de 1974 a fevereiro de 1978 foi embaixador do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), encerrando aí sua carreira diplomática (FGV CPDOC, 2018a).

²⁷ Francisco Clementino de San Tiago Dantas chegou a atuar como assessor direto do fascista Plínio Salgado durante a década de 1930. Entre 1938 e 1945 lecionou em diversas faculdades. Em 1943, teve a primeira participação como representante brasileiro em organismos internacionais, como delegado na I Conferência de Ministros da Educação das Repúblicas Americanas, realizada no Panamá. Assessorou o presidente Getúlio Vargas durante os estudos preparatórios para a criação da Petrobrás e para a reorganização da estrutura ferroviária da União e para a criação da Rede Ferroviária Federal. A partir de 1952, passou a participar ativamente de reuniões de organismos internacionais, integrando a Corte Permanente de Arbitragem, com sede em Haia, na Holanda. Tornou-se perito jurídico do Comitê sobre Obrigações Alimentares e Execução de Sentenças no Estrangeiro, sediado em Genebra e ligado à ONU. Chefiou a delegação que representou o Brasil na III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos, realizada em Buenos Aires, foi conselheiro da delegação brasileira presente à IV Reunião do Conselho Interamericano Econômico e Social, realizada no Rio de Janeiro. Em 1955 representou o Brasil na reunião da Comissão Jurídica Interamericana, realizada no Rio de Janeiro, tornando-se presidente da entidade. San Tiago Dantas foi eleito deputado federal por Minas Gerais na legenda do PTB em outubro de 1958, com o apoio de João Goulart, então vice-presidente da República e presidente do partido. Em 1959, integrou a delegação brasileira que participou da V Reunião dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas, realizada em Santiago. Em 22 de agosto de 1961, foi nomeado por Jânio Quadros como embaixador do Brasil na ONU. Com a renúncia de Quadros, João Goulart assumiu a presidência nomeando Dantas para chefiar o Ministério das Relações Exteriores com um discurso de apoio a PEI. Uma das mais importantes medidas adotadas pelo novo chanceler foi o reatamento das relações com a União Soviética. Na fase preparatória da VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, San Tiago Dantas convocou todos os embaixadores de países do continente para defender uma política de coexistência com o governo de Cuba, condenando o recurso às sanções econômicas, militares e diplomáticas contra os cubanos. (FGV CPDOC, 2018b).

campesinato e do PCB e o “clima político marcadamente anti-imperialista, [...] estimulou a organização das forças sociais conservadoras que se sentiam perigosamente ameaçadas pelo avanço das reformas estruturais na sociedade a serem empreendidas em curto prazo”. (MANZUR 2014, 197). A radicalização das propostas reformistas, a agitação no campo, com a promessa de reforma agrária, e o aumento da resistência do setor industrial estrangeiro às medidas nacionalistas, desencadearam, então, a oposição à direita da burguesia, o que explica porque a primeira fase do “gobierno militar fue la represión policíaca del movimiento de masas: la intervención en los sindicatos, la disolución de los órganos directivos populares (incluso el CGT), la persecución de los líderes obreros y campesinos, la supresión de mandatos y derechos políticos, la prisión y la tortura” (MARINI, 2015, p. 56).

Para Marini fica claro que a posição política subimperialista, assumida pelo Brasil a partir do golpe de 1964, é adotada como uma ação de Estado “que vai muito além de uma amálgama de elementos estruturais” (MELLO, 2016, p. 127):

Desde que, a raíz del golpe de 1964, asumió la dirección del Ministerio de Relaciones Exteriores, el canciller del gobierno de Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, rechazó la idea de una política externa independiente, invocando razones geopolíticas que vincularían estrechamente al Brasil con el mundo occidental, y particularmente con Estados Unidos, y declaró que el concepto básico de la diplomacia brasileña era el de la interdependencia continental. Se adoptó así una doctrina emanada de la Escuela Superior de Guerra, bajo la responsabilidad del general Golbery do Couto e Silva, diplomado por la escuela norteamericana de Fort Benning y jefe del Servicio Nacional de Informaciones (SNI), organismo creado por el régimen militar que, con sus 2.000 agentes actuando en el continente, fuera comparado a una cia en miniatura. Esa doctrina, llamada de “barganha (canje) leal”, fue expuesta por Couto e Silva en su libro Aspectos geopolíticos do Brasil [...], y parte del supuesto de que, por su propia posición geográfica, Brasil no puede escapar a la influencia norteamericana. En tal situación, no le quedaría otra alternativa que “aceptar conscientemente la misión de asociarse a la política de Estados Unidos en el Atlántico Sur”. La contrapartida de esa “elección consciente” sería el reconocimiento por Estados Unidos de que “el casi monopolio de dominio en aquella área debe ser ejercido por Brasil exclusivamente”. La expresión casi monopolio resulta, igualmente, de la imposibilidad de ignorar las pretensiones que en este terreno alimenta también la burguesía argentina (MARINI, 2015, p. 67-68).

Ou, em outras palavras, essa contrapartida pode ser entendida por meio da metáfora galeanesca (2010, p. 182), que diz que “a despeito de todas as dificuldades, por espinhosas que pareçam, os mercados se estendem à medida que os satélites vão incorporando novos satélites em sua órbita de poder dependente”.

Com a retomada de uma política interna e externa de aproximação aos Estados Unidos, o governo militar brasileiro passou a acelerar a integração entre as economias dos dois países, se posicionando, no entanto, como o centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, ampliando, inclusive, o poderio militar próprio: “no se trata de aceptar pasivamente las

decisiones norteamericanas (aunque la correlación real de fuerzas lleve muchas veces a ese resultado), sino de colaborar activamente con la expansión imperialista, asumiendo en ella la posición de país clave” (MARINI, 2015, p. 75).

A partir da chegada dos militares ao poder, a política externa brasileira passou por uma reformulação. A ditadura, no entanto, não foi única, pelo contrário, ocorreram dois principais momentos na orientação do Ministério das Relações Exteriores: uma iniciada sob o comando de Castello Branco, em 1964 e que durou até 1974, com o fim da administração Médici; a outra sob o comando dos generais Geisel e Figueiredo, de 1974 a 1985.

Enquanto a primeira fase representou uma ruptura em relação a PEI, sintetizada segundo Lessa (1997, p. 76) no “esgotamento do populismo de Jânio Quadros e João Goulart levou à substituição do conteúdo nacionalista da política exterior em implementação por uma volta ao alinhamento, com o princípio da independência sendo substituído pelo da interdependência”; a segunda fase, iniciada ainda sob o governo Médici, aproveitava a mudança no cenário internacional para “a consecução do projeto de ‘Brasil Potência’ [com] a diversificação das fontes de investimento e de comércio, [...] [relativizando] a participação norte-americana na economia e na agenda política brasileiras” (ibidem, p. 77). Essa “independência” brasileira, no entanto, se dava sob a anuência dos Estados Unidos e, principalmente, no âmbito das relações com outros países em desenvolvimento, observando-se “o interesse brasileiro em assegurar, na América Latina, fontes de energia integradas à economia nacional” (idem) e que descreveremos mais a fundo no decorrer desta tese.

Nos limites impostos pelo modelo imperialista exigido pelos Estados Unidos, o governo brasileiro deu incentivos à indústria bélica nacional:

A partir da década de 1960, [...] as forças armadas brasileiras começaram a investir pesadamente num programa de modernização de seus equipamentos, visando reduzir a dependência dos insumos americanos e a substituição de um número crescente de itens, com o objetivo de estimular a indústria bélica nacional (LESSA, 1994, p. 60).

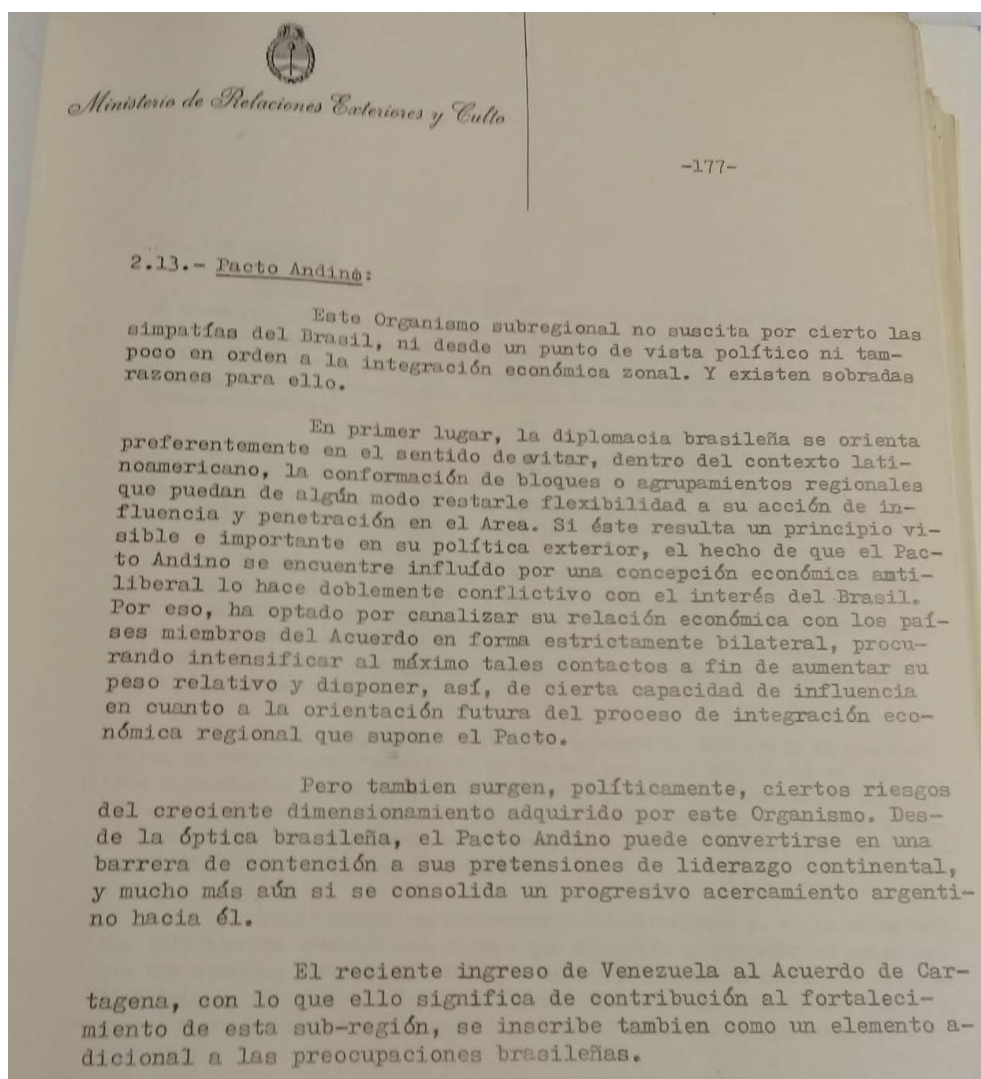
Tal situação era, inclusive, identificada pela Argentina. Em 1971, por exemplo, o General Lanuss, presidente argentino, em discurso no encerramento da IV Reunião de Chanceleres dos países da Bacia do Prata, se mostrou contrário ao modelo de política externa adotada por Brasília:

Fingindo acreditar nos comentários tendenciosos ou imprudentes de certa imprensa, o Palácio San Martín parece desejar arvorar-se em propugnador de uma cruzada contra a tese das “Fronteiras Ideológicas”[ilegível] “imperialismo” e a “liderança” brasileiros, pensamentos que, latentes nos últimos encontros mantidos entre

autoridades argentinas com representantes do Uruguai, Chile e Bolívia, manifestou-se com mais desenvoltura durante o discurso pronunciado pelo presidente Lanusse, em Salta, durante a visita do presidente Allende (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017e, p. 01)

Inclusive, no relatório emitido pelo Ministério de Relaciones Exteriores e Culto da Argentina, no ano de 1971, como demonstrado na figura a seguir, a chancelaria argentina demonstra a crença de que Brasília estava atuando para desestabilizar os possíveis blocos políticos e econômicos regionais que destoassem das intenções brasileira. Sobre o Pacto Andino, Buenos Aires afirma que o organismo internacional não possuía a simpatia brasileira, pois o seu crescimento poderia se tornar uma barreira para o crescimento hegemônico do Brasil.

Figura 05 - Trecho do relatório político e econômico sobre o Brasil emitido pelo Ministério de Relaciones Exteriores e Culto da Argentina no ano de 1971



Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina. [relatório] 1972. Buenos Aires [para] Presidência da República da Argentina. Buenos Aires, 273f. Informe sobre Brasil año 1971. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018d, p. 177.

No documento enviado pelo embaixador brasileiro em Buenos Aires, parecia claro para o presidente Lanusse qual o papel desempenhado pelo governo brasileiro na América do Sul:

A orientação da chancelaria argentina parece tão evidente que “Buenos Aires Herald”, ao comentar a visita do presidente chileno, em editorial sugestivamente intitulado “El Realpolitik de Lanusse”, como informei vossa excelência no expediente acima referido, pondera que “A iniciativa deve ser resultante de uma genuína convicção no valor de políticas exteriores francas e abertas e não simplesmente causada pelo desejo de apresentar uma alternativa a chamada ofensiva diplomática do Brasil para lograr a liderança latino-americana” (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017e, p. 01)

O conceito de subimperialismo, cunhado por Marini, permitiu ao intérprete aglutinar várias vertentes teóricas do imperialismo. De acordo com o autor, a nova divisão internacional do trabalho no pós-guerra originou subcentros políticos e econômicos pelo mundo, surgidos a partir das desigualdades econômicas geradas pela dependência dos países menores em relação às metrópoles imperialistas. Ou, como afirma Harvey (2004, p. 100), países “em condições de desenvolvimento geográfico desigual nas que os excedentes disponíveis em um território se compensam pela falta de oferta em outro lugar”. Entre estes centros estaria o Brasil e a Argentina que entraram na etapa capitalista dos monopólios e capital financeiro²⁸, mas permaneciam dependentes e/ou subordinados aos países desenvolvidos, principalmente aos Estados Unidos, a grande potência das Américas:

As regras que incorporam a configuração de uma organização internacional terão a função de expandir os interesses de uma ordem mundial hegemônica, visando o fortalecimento das forças sociais e econômicas dominantes sem desconsiderar certos ajustes necessários para manter o apoio de forças subordinadas, incluindo de alguns países periféricos (MELLO, 2016, p.90).

Os países periféricos, para Harvey (2004, p. 100), permanecem “vulneráveis aos fluxos de capital especulativo e fictício, que podem tanto estimular como minar o desenvolvimento capitalista e, inclusive, podem ser usados para impor desvalorizações selvagens em territórios vulneráveis”:

Na América Latina, a dominação econômica, e a pressão política, quando necessária, eram implementadas sem conquista formal. As Américas constituíam, é claro, a única região importante do globo onde não houve rivalidade séria entre grandes potências. À exceção da Grã-Bretanha, nenhum Estado europeu possuía mais que restos dispersos dos impérios coloniais (principalmente caribenho) do século XVIII, sem

²⁸ Luce (2014, p. 49), considera que o subimperialismo, como forma que o capitalismo dependente assume na etapa dos monopólios e do capital financeiro, pode ser chamada de *etapa superior do capitalismo dependente*, “assim como Lenin caracterizou o imperialismo como a etapa superior do capitalismo”.

maior significado econômico ou outro. Nem os britânicos nem qualquer das outras nacionalidades viam boa razão para hostilizar os EUA, desafiando a Doutrina Monroe (HOBSBAWM, 2010, p. 57).

Um ponto preponderante para que se compreenda o conceito proposto por Marini diz respeito à importância da burguesia no processo subimperialista. Katz (2009, p. 12) afirma que “el acierto más perdurable de los primeros teóricos del subimperialismo fue captar la transformación de las [...] burguesías nacionales ([...] del mercado interno), en burguesías locales (que priorizan la exportación y la asociación con empresas transnacionales)”. Os grupos burgueses locais tornam-se subservientes em relação às elites estrangeiras, mas se impõem sobre os grupos trabalhadores locais.

Com os militares no poder, o governo brasileiro estimulou a compra de maquinário pesado dos países centrais, onde o avanço rápido da tecnologia criava um excedente de equipamentos obsoletos, capazes de satisfazer as demandas da burguesia industrial brasileira. “Do mesmo modo, o Estado [...] desempenha o seu papel mediante a criação de um complexo militar-industrial e de uma política de investimentos governamentais e de créditos e subsídios estatais. [...] O Estado ampliava sua presença como ator da economia brasileira” (LUCE, 2011, p. 197). Feito isso, “as burguesias nacionais, cientes de sua incapacidade de competir em mesmo grau de importância e influência das dos centros imperialistas, buscavam, mediante associações com o Estado nacional, organizar suas forças e obter vantagens com o projeto subimperialista” (LIMA, 2016, p. 536). Durante a ditadura, “incubaram-se e fortaleceram-se mais entidades organizativas das classes dominantes agora lideradas pela fração monopolista, industrial e bancária (nesta última predominava o capital brasileiro) e associada a grandes capitais internacionais” (FONTES, 2010, p. 318). Foi então que como alternativa para corrigir o descompasso da troca desigual, ocorrida a partir da política de submissão ao capital estrangeiro, e para que os industriais pudessem acumular e ampliar o próprio capital “a pressão recaiu sobre o elo mais fraco da corrente; neste caso, sobre os trabalhadores, que serão onerados com a responsabilidade de repor o excedente apropriado exogenamente” (MELLO, 2016, p. 121).

Marini explica que a burguesia dos países dependentes, no desenvolver do subimperialismo, necessita concentrar e organizar suas forças para se fortalecerem:

Sus desventajas ante la burguesía imperialista son demasiado grandes para que ella quiera ir directamente a la negociación con ésta, y es por lo que opta por el reforzamiento del Estado nacional como instrumento de intermediación. Esto, aunado a la acentuación del proceso de concentración y centralización del capital que se verifica en las economías dependientes, al que hicimos referencia anteriormente, conduce a que el fenómeno de "aglomeración" del capital con el Estado nacional, a

que alude Bujarin, se reproduzca en estos países, involucrando tanto al capital nacional como al extranjero (MARINI, 1977, p. 43).

De fato, Bukharin (1988, p. 98), afirma que no imperialismo, Estado e elite financeira acabam por se fundirem, e mesmo a guerra entre potências imperialistas que para Lenin e Luxemburgo levariam à revolução social, tem como “elemento determinante o fato de [...] ser a expressão da política do capital financeiro”. Para o autor, o desenvolvimento do modo de produção capitalista cria sim uma internacionalização da vida econômica, mas, por outro lado e de forma “infinitamente maior, [cria] o agravamento externo da tendência à nacionalização dos interesses capitalistas” (ibidem, p. 97). Seguindo essa assertiva, o Estado passa a responder aos interesses dos grupos econômicos, sejam eles a burguesia nacional ou estrangeira.

Para Marini, o subimperialismo é “la forma que asume la economía dependiente al llegar a la etapa de los monopolios y el capital financiero”. Segundo o autor, o conceito possui dois componentes fundamentais: “una composición orgánica media en la escala mundial de los aparatos productivos nacionales; y el ejercicio de una política expansionista relativamente autónoma” (idem, p. 38). Como afirma, Luce (2014, p. 44), “hoje vemos um uso corrente do vocábulo subimperialismo para caracterizar o movimento econômico e político expansionista de sub potências “emergentes” em outras realidades históricas e geográficas, como a relação da África do Sul com seus vizinhos, da Índia em sua região [...]”, todavia, quando estas ações são aplicadas aos sub-centros, “independientemente de los esfuerzos de Argentina y otros países por acceder a un rango subimperialista, sólo Brasil expresa plenamente, en Latinoamérica, un fenómeno de esta naturaleza” (MARINI, 1977, p. 38).

Apesar da afirmação do autor sobre o Brasil, o subimperialismo não pode ser considerado um fenômeno unicamente brasileiro ou uma evolução do capitalismo dependente, mas “a expressão política e econômica da integração dos sistemas de produção dos países dependentes à etapa monopolista da economia dos centros imperialistas implicando [...] na busca de mercados externos [e] no aumento da influência política sobre outros países” (BUENO; SEABRA, 2009, p. 02). Ou, como afirma Luce (2014, p. 46):

O subimperialismo deve ser compreendido como um nível hierárquico do sistema mundial e ao mesmo tempo uma etapa do capitalismo dependente (sua etapa superior), a partir da qual algumas formações econômico-sociais convertem-se em novos elos da corrente imperialista, sem deixarem a condição de economias dependentes, mas passando também a se apropriarem de valor das nações mais débeis – além de transferirem valor para os centros imperialistas.

Estes países passaram a ultrapassar fronteiras em busca de matérias-primas e fontes de energia, como, por exemplo, no *Tratado de Itaipu* entre o governo brasileiro e o paraguaio. “El resultado ha sido un reescalamiento, [...] de los países capitalistas en forma piramidal y, [...] el surgimiento de centros medianos de acumulación [...], lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo” (MARINI, 1977, p. 28).

Sendo assim, o que diferenciava o Brasil dos outros países da América Latina era a ascensão do país “à condição de exportador de manufaturados, sob o padrão industrial diversificado de reprodução do capital [...], [aprofundando] sua especialização produtiva no mercado da divisão regional do trabalho que o subimperialismo engendrava” (LUCE, 2014, p. 49).

De acordo com Murua (2009, p. 19), essa projeção do Brasil como líder regional na América do Sul, controlando fontes fronteiriças de matérias-primas e energia, se deu, em parte pela associação subordinada do país ao imperialismo estrangeiro, consolidando-o como subcentro de acumulação por “sua capacidade de contrarrestar a queda do lucro, devido o estrangulamento interno”.

O golpe militar no Brasil, portanto, deu início a uma nova fase de integração imperialista da América Latina, exercido sob o marco da cooperação antagônica. Para Marini (2015, p. 77-78), esse antagonismo será mais acentuado, sobretudo “allí donde se enfrentan burguesías nacionales poderosas, como es el caso de Argentina y Brasil, pero la cooperación o la colaboración será, con más frecuencia, la regla que regirá las relaciones de esas burguesías entre sí y con Estados Unidos”.

Nesses termos, pode-se afirmar que o conceito de subimperialismo formulado por Marini leva em consideração alguns pontos fundamentais existentes nos países dependentes como uma relativa autonomia para políticas externas em relação aos centros imperialistas; o contexto de alianças entre a burguesia nacional aproximando-se do Estado para ampliar os mercados externos; e a utilização dos mercados como forma de resolver os problemas relacionados de acumulação de capital. Tal qual o ocorrido no Brasil dos militares. “Em outras palavras, é no fenômeno do subimperialismo que as frações de classe dominantes conseguem ampliar seus parâmetros de ação, isto é, sua agência, no capitalismo dependente. [...] O subimperialismo [...] como um espaço em que se amplia a agência de determinados grupos sociais (MELLO, 2016, p. 140). Porém a agência desses grupos, só pode existir a partir da colaboração entre as classes dominantes “para contener la ascensión revolucionaria de las masas [...] y que sólo puede agravarse con la marcha de la integración imperialista” (MARINI, 2015, p. 78).

2 A FORMAÇÃO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA – ALIADOS EXTERNOS E INTERNOS

“Este é o país que constitui o eixo da libertação ou servidão de toda a América Latina” (GALEANO, 2010, p. 183).

Em casos como o da usurpação de um território como o da América Latina, por exemplo, “o comportamento político e as capacidades militares podem ser explicados e previstos com base no ambiente físico. Este influencia ou até determina a tecnologia, a cultura e a economia dos Estados, sua política interna e externa, e as relações do poder entre os mesmos” (ATINA, 1998, p. 544). Ou seja, o espaço físico acaba por ser vital na estratégia política dos Estados e o continente latino-americano não seria uma exceção. Esta região, inclusive, se tornaria uma válvula de escape para a grande potência do continente. Após a ofensiva regional dos países da Europa Ocidental e do Japão que se tornaram competidores econômicos à hegemonia estadunidense durante a década de 1970, a América Latina se sobressaía como uma possível solução para os problemas dos Estados Unidos: uma grande possibilidade de mercado e um reforço do poder político a baixo custo (PECEQUILO, 2012, p. 103).

Com o desenvolvimento econômico e o crescimento interno do capital financeiro no Brasil, a partir de estratégias como a da associação direta ao capital estrangeiro, empresas brasileiras passaram a se expandir durante os anos de 1950, influenciadas pelo vigoroso investimento externo e estatal brasileiro.

Para se ter uma ideia, após a Instrução 113 entraram no Brasil cerca de 497,7 milhões de dólares de investimento direto somente entre 1957 e 1963, sendo 216,5 milhões, ou o equivalente a 43,5% do montante total, vindos dos Estados Unidos. A maior parte dos investimentos foram direcionados à Indústria de transformação, principalmente para a montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias (38,1%), fabricação de produtos químicos (11,7%) e fabricação de máquinas e equipamentos (11,2%) (CAPUTO; MELO, 2009, p. 524 a 528).

Juntas, a General Motors e a Ford Motor do Brasil S/A foram as maiores investidoras, chegando a quase 50% dos valores referentes aos investimentos na indústria automobilística. Essas empresas já possuíam atuação no Brasil desde 1925 e 1919 respectivamente, no entanto, as operações consistiam basicamente na montagem de veículos importados. Com os investimentos dos anos 1950 e com a ameaça de empresas europeias, como a alemã

Volkswagen, em 1957, foi montado o primeiro caminhão Chevrolet nacional e, em 1960, o presidente JK inaugurou a segunda fábrica da General Motors.

A Ford, por sua vez, investiu entre 1957 e 1960 o total de US\$ 22,42 milhões, após inaugurar a segunda fábrica no Brasil, em 1953. No ano de 1958 iniciaram as operações da fábrica de motores V8, também inaugurada por JK e, em 1959, começou a fabricação dos primeiros caminhões Ford brasileiros (CAPUTO; MELO, 2009).

Enquanto a fatia do mercado brasileiro destinado às montadoras de automóveis era entregue quase que com exclusividade às empresas estrangeiras, cabia ao capital nacional a produção de peças e equipamentos, engrossando a camada da burguesia nacional oriunda do investimento externo, mas que se apoiava nos estímulos do Estado para garantir o próprio desenvolvimento, vendo este como parte direta de seus interesses:

O conceito de burguesia interna indica uma fração da classe dominante que em uma formação social dependente ocupa uma posição intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional [...]. Já a fração tradicionalmente conhecida como burguesia nacional é aquela que tem acumulação autóctone de capital e se organiza política e ideologicamente aliada às classes populares numa luta anti-imperialista. O conceito de burguesia compradora indica a fração burguesa que não tem acumulação interna própria e que tende a se comportar como simples intermediária dos interesses imperialistas no interior de uma formação social dependente. A burguesia interna, por outro lado, é uma fração que não rompeu, e que não está interessada em romper, a dependência frente ao capital imperialista: dependência tecnológica, financeira e política (MELLO, 2016, p. 130).

Entre os setores nacionais mais beneficiados pelos investimentos estrangeiros e pelas parcerias com o Estado brasileiro, destaca-se o mercado financeiro e o crescimento do poder político e econômico dos bancos nacionais. Um exemplo disso é o Banco da Lavoura de Minas Gerais que em 1957 tinha “376 agências distribuídas por todo o país, do Amapá ao Rio Grande do Sul. Foi o primeiro banco privado brasileiro a se lançar no exterior, abrindo, em 1958, escritórios em Nova York e Paris” (COSTA, 2002, p. 06).

A aliança da burguesia interna ao capital externo deve ser vista como uma questão de classe, tal qual propunha Thompson (2004, p. 09-10), para quem este conceito era “um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares, [...] resultado de experiências comuns [...] e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem [...] dos seus”. Podemos dizer que há aqui uma identificação, uma consciência de classe. Para o autor, as relações produtivas são preponderantes no processo e os que desejam manter o poder de exploração identificam pontos de interesse antagônicos e começam a lutar por essas questões (THOMPSON, 1978, p. 149).

Essa elite burguesa que se formara no país deu respaldo às forças armadas quando estas tomaram o país de assalto por meio do golpe civil-militar.²⁹ Cabe destacar, ainda, o papel político influente dos militares no cenário brasileiro, situação que se estendia desde meados do século XIX. Por outro lado, a sociedade brasileira estrutura-se historicamente a partir de atividades econômicas voltadas para a agroexportação. O país se manteve como um grande produtor de matérias-primas como o cacau, algodão, café e minério, e passara à esfera de poder da Inglaterra e, depois, dos Estados Unidos, com grande dificuldade em se opor ao controle externo da economia:

Há uma vaga suspeita de que nossa campanha em defesa do petróleo obedece a sentimentos inferiores, como os de ódio a nações, repulsa a estrangeiros, oposição à entrada do país de capitais alienígenas que aqui se queiram colocar. Tudo isso não passa de astúcia de agentes dissimulados dos trustes e de seus testas de ferro, que se infiltraram nos meios sociais e habilmente incutem no espírito de incautos quanto possa atenuar o efeito das nossas advertências à Nação, e da luz que se projeta sobre o mais palpitante problema dos nossos dias (BERNARDES in PEREIRA; SÁ; MARQUES, 1987, p. 81).

Nas primeiras décadas do século XX as empresas estadunidenses ganharam destaque e assumiram a posição de protagonistas na economia brasileira, manipulando os jogos políticos do país. De acordo com Araújo (1958, p. 4), por volta de 1950, no Brasil “cerca de 600 empresas subsidiárias pertencentes a 15 poderosos grupos internacionais controlam a nossa economia. Dessas 600 empresas, 367 pertencem a 10 grupos declaradamente norte-americanos”. Esses conglomerados operavam atrelados a cartéis com atuação em várias partes do mundo. Os outros cinco grupos, mesmo sendo de origem internacionais, estavam, naquele momento, vinculados e controlados a grupos estadunidenses. “As 17 firmas subsidiárias do grupo Morgan controlam 64 empresas. Atualmente é o grupo mais poderoso que opera em nosso país. Suas atividades vão desde a produção de energia elétrica até a indústria de biscoitos”.

A avaliação histórica mais comum destaca que o peso do capital estrangeiro no Brasil tendia a impedir as empresas brasileiras de competirem em pé de igualdade. Industriais dos Estados Unidos elevavam os lucros e passavam a controlar o mercado brasileiro em várias frentes:

²⁹ Optamos pela denominação “civil-militar”, como uma formulação conceitual para o golpe tendo civil, como aponta Melo (2014, p. 94), um sentido claramente classista, no qual esses civis são parte de uma elite ligada aos interesses do capital multinacional e associado e como indica Dreifuss (1987, p. 417), “a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários”. No entanto, não acreditamos que o termo civil possa ser generalizado como a forma utilizada por Reis (2000; 2012), que considera que a ditadura possuía respaldo popular. Pelo contrário, entendemos que a ditadura teve característica militar, visto que ainda que ocupando cargos burocráticos, os civis estavam submetidos a batuta dos militares.

Como entra em nosso país o capital estrangeiro? [...] Entra em condições vantajosíssimas para ele e verdadeiramente escorchante para os brasileiros. Sob forma de “investimentos” a câmbio especial puro e simples, os grupos ianques conseguem fazer de um dólar dois, três e até quatro jogando com uma superioridade esmagadora em relação ao industrial nativo. [...] Todas as empresas que estão ligadas aos trustes, ou são por eles controladas, invariavelmente apresentam elevados índices de rentabilidade. Exemplo disso são as empresas controladas pelos srs. Walter Moreira Sales³⁰ e Spitzman Jordan³¹, testas de ferro dos Rockefellers no mercado brasileiro (ARAÚJO, 1958, p. 04).

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e à inserção internacional do Brasil no âmbito das disputas que giraram em torno da guerra fria, o país passaria por um rápido interregno formalmente democrático, inferior a 20 anos, ao passo em que as alterações estruturais no padrão de industrialização promoveram mudanças sociais que contribuiriam para tencionar as relações políticas. O golpe que levou à ditadura militar interrompeu a experiência democrática e ocorreu em meio à situação de bipolaridade em que o mundo era apresentado: de um lado, o Ocidente, essencialmente “cristão e democrático”, do outro, o bloco comunista. Cabia assim, às nações se estabelecerem dentro de um desses dois lados e a escolha pelo Ocidente, encabeçado pelos Estados Unidos, legitimava-se por meio de uma pretensa superioridade moral frente aos comunistas, mas, principalmente, pelos interesses econômicos da maior potência do continente. Esses interesses ficam bem claros, por exemplo, quando, em 1948, a embaixada dos Estados Unidos no Brasil criou não um, mas dois cargos de adido mineral para agir em benefício das empresas daquele país.

Na década de 1950, o governo brasileiro passara a permitir que as mineradoras estadunidenses controlassem boa parte da exploração de minérios do território nacional. Além disso, em 1952, o Brasil assinou um acordo militar com os Estados Unidos que proibia a venda de matérias-primas de valor estratégico como o ferro aos países socialistas. No entanto, entre 1953 e 1954, o presidente Getúlio Vargas desobedeceu ao tratado vendendo ferro à Polônia e Tchecoslováquia a preços muito mais altos do que os oferecidos pelos Estados Unidos, o que teria sido uma das causas da queda de Vargas que se suicidara em agosto de 1954.

³⁰ Em 31 de março de 1960 foi criada a Mineração Morro Velho S.A., que passou a controlar as minas de ouro da companhia inglesa São João d’El Rey Mining Co.. Na negociação, a Hanna ficou com o controle de 25% das ações e os outros 75% repartidos entre os sócios brasileiros: Horácio de Carvalho, Fernando de Souza Mello Vianna e Walter Moreira Salles, este último, foi Ministro da Fazenda de João Goulart e embaixador do Brasil em Washington, quando se aproximou da família Rockefeller, de quem se tornou amigo e sócio nos negócios brasileiros do grupo mais rico e poderoso do mundo.

³¹ Henryk Spitzman Jordan era um imigrante polonês banqueiro e empreiteiro, responsável pela construção de entre outros empreendimentos, do Edifício Chopin, em Copacabana.

Para Pereira (1987, p. 89), “o suicídio de Vargas exacerbava o confronto entre as forças populares e os interesses estrangeiros. A existência de um governo com tendências antiamericanas no Brasil teria um efeito dominó sobre a América Latina e isto não deveria jamais ocorrer na visão do governo dos Estados Unidos”.

Era preciso ter a certeza de que, em meio à Guerra Fria, a influência soviética não estaria presente na política externa dos países de interesse estadunidense:

A Guerra Fria intensificava sua presença e seus efeitos no continente americano, ampliando o campo da disputa política-ideológica. Isso, por certo, não seria aceito pelos Estados Unidos, que teria de priorizar seus homólogos no hemisfério Ocidental. Até então, a atenção da potência norte-americana estava voltada às reconstruções europeia e japonesa, por meio dos planos Marshall e Colombo, respectivamente. Nesse sentido, o Império americano efetuou a tentativa frustrada de invasão da Baía dos Porcos. Em seguida, a denominada crise dos mísseis representaria o clímax do conflito ideológico entre EUA e URSS, que felizmente encontraria um anticlímax que dissipava a possibilidade consequente e imediata de ocorrência de uma hecatombe nuclear (LEITE, 2016, p. 256-257).

O período entre o segundo mandato de Vargas e a deposição do presidente João Goulart, caracterizou uma mudança consistente na maneira com que o governo brasileiro dirigia as políticas externas do país. Durante o governo Kubitschek, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento foi responsável pela elaboração do projeto de exportação de minério de ferro com incentivo especial às empresas estrangeiras, sobretudo as estadunidenses, para a produção e comércio do mineral no Brasil. Em 1957, Juscelino assinou o Decreto no 42.020, dando vantagens à empresa estadunidense Hanna Mining Co. na extração de minerais brasileiros e criando o Conselho Nacional de Desenvolvimento e o Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF). Este projeto de exportação de minério de ferro piorou a situação econômica do país causando prejuízo na balança comercial, aumentando as importações e diminuindo o preço dos principais produtos de exportação, entre eles o café. Além do déficit orçamentário, devido aos gastos públicos. Tal situação levou o governo brasileiro a solicitar um empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1958 (ARAUJO, 2008, p. 04). Segundo Vizentini:

A política externa brasileira entre 1951 e 1964 apresentou características novas, que a diferenciavam das anteriores. Apesar das diferenças existentes entre o nacional-desenvolvimentismo populista de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo associado de Juscelino Kubitschek de Oliveira, e a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, bem como das particularidades que marcaram o contexto histórico de cada uma, esses projetos possuem acentuados traços em comum e apresentam uma continuidade. Ainda que caracterizada por certas ambiguidades e interrompidas por um hiato após o suicídio de Vargas, a política externa desses três períodos apresenta um aprofundamento contínuo, que atinge a sua forma superior com

a Política Externa Independente (PEI³²). Embora apresentada inicialmente apenas como uma tentativa de realizar uma diplomacia mais autônoma perante os Estados Unidos após as decepções geradas durante o governo Dutra (quando se esperava uma relação privilegiada com esse país como decorrência da colaboração durante a Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria), essa linha já havia procurado transformar a política exterior num instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico (VIZENTINI, 1994, p. 99).

Fora do continente americano as coisas não iam muito bem para os estadunidenses: na China, Mao Tsé-Tung chegara ao poder; no Egito, Gamal Abdel Nasser assumira com uma plataforma nacionalista que levaria a nacionalização do Canal de Suez, em 1955 e, assim como as nações afro-asiáticas reunidas em Bandung, na Indonésia, em abril de 1955, Nasser instituiria, em julho, a política de não-alinhamento. “Todo esse quadro de confrontos colocava o governo dos Estados Unidos preocupado com o abastecimento de minérios, sobretudo estratégicos, e com o transporte do petróleo do Oriente Médio” (OLIVEIRA, 2005. 88):

Internacionalmente, a Guerra Fria aquecia as relações internacionais [...] a Conferência de Bandung [...] prenunciava o surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), que buscava a inserção internacional dos Estados recém-emancipados politicamente para além dos tradicionais alinhamentos com o Leste socialista ou com o Oeste capitalista. O sucesso da Revolução Cubana, em 1959, e sua posterior declaração de apoio à política propugnada pelo Império soviético indicava que a América também se encontrava sujeita à influência do movimento socialista, que poderia angariar aliados na região (LEITE, 2016, p. 256).

Era, portanto, necessário garantir a subserviência de países como o Brasil, Argentina e México, potências emergentes da América Latina, e parte do processo de descolonização/recolonização no continente, a fim de manter o abastecimento de matérias-primas de primeira necessidade para a crescente economia estadunidense:

Pode-se dizer que demos ao estrangeiro o minério de ferro, fonte inesgotável de recursos, de que poderíamos auferir imensas vantagens para realizar todo o nosso progresso e preparar-nos melhor futuro. Julgo essa fonte de recursos perdida para nós. Um de nossos acordos colocou em mãos de potências estrangeiras o destino do nosso minério. Dependemos do seu consentimento para o vendermos a quem quisermos. [...] Acabamos de conceder gratuitamente a uma potência estrangeira fontes de minérios raros, fontes de energia atômica, e de que modo? Por um tratado internacional. a que

³² De acordo com Viana, (2009, p. 01), a “PEI foi uma alteração introduzida em nossa política externa durante o Governo Jânio Quadros. [...] que trazia em seu bojo certo caráter de continuidade em relação às políticas nacionalistas e desenvolvimentistas implementadas em algumas das gestões anteriores, [...] fundamentais no lançamento das bases que levariam à PEI. Sua grande inovação e importância foi ter estabelecido os princípios e diretrizes que iriam orientar a política externa brasileira a partir dos anos 1960, dentre eles a universalização e a autonomia. A PEI foi fundamental para o estabelecimento de um novo discurso e de uma nova intenção na política externa brasileira”. Petry e Mayer (2010, p. 02) complementam o conceito afirmando que “a nova política [...], nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, procurava constituir uma identidade política brasileira, a partir de premissas de não-alinhamento e posicionamentos autônomos. A fonte de sustentação desse novo quadro de atuação externa se encontrava no tripé: Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização”.

se deu o nome de administrativo, talvez para sonegá-lo ao exame constitucional do Poder Legislativo. Certo é que o tratado confere gratuitamente a essa potência o direito de levar os minérios raros, a título de amostras, durante dez anos, sem que, talvez, estejamos fiscalizando a sua saída, sem que saibamos por que portas saem em que quantidade e em que invólucros são conduzidos. (BERNARDES in PEREIRA; SÁ; MARQUES, 1987, p. 83-84).

Com a morte de Getúlio Vargas, assumiu o poder o vice, Café Filho, seguido dos interinos Carlos Luz e Nereu Ramos, até que a eleição de Juscelino Kubitschek parecia normalizar a situação política a partir de 31 de Janeiro de 1956, mas não sem antes se comprometer com o empresariado e o governo dos Estados Unidos.

As empresas multinacionais do petróleo e da mineração assumiram a preferência pelo militar udenista, General Juarez Távora, como candidato à presidência. Távora pertencia ao grupo político que parecia caminhar para o rompimento institucional da ordem política. “Entre os militares, pode ser classificado como integrante da corrente chamada de cosmopolitas de direita, composta por anticomunistas, antitrabalhistas e defensores da abertura nacional ao capital estrangeiro e do alinhamento com os Estados Unidos” (LOPES, 2017, p. 140).

Naquele contexto, exonerou-se do cargo de chefe do Gabinete Militar do presidente Café Filho, em abril de 1955, e lançou a sua candidatura em maio, empreendendo campanha que pregava ideias quanto à reforma eleitoral, como a adoção da cédula oficial e da eleição de um candidato apenas por maioria absoluta. A reforma foi amplamente debatida no Congresso em 1955, mas as teses foram refutadas para o pleito daquele ano (MUNDIM, 2015, p. 339).

Juscelino Kubitschek fôra apoiado pelos nacionalistas, enquanto Távora representava a oposição ao projeto varguista. JK venceu o pleito pela pequena margem de cerca de apenas 5% dos votos, o que não foi aceito pelos apoiadores do candidato derrotado. Estes afirmavam que seria necessário maioria absoluta de votos para a eleição (50% mais um). A tese da maioria absoluta, no entanto, “não estava presente na Constituição de 1946. Essa tese era tão absurda que o próprio líder da UDN, Afonso Arinos, confessaria depois não se passar de um artifício para tentar impedir a posse de Juscelino” (LUFT, 2011, p. 8).

Após a eleição, Kubitschek, então, viajou aos Estados Unidos numa tentativa de resolver o impasse e acalmar os ânimos dos investidores estrangeiros que pretendiam aumentar a interferência nos negócios em terras brasileiras:

O Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, George Magoffin Humphrey [e diretor do Eximbank, o banco oficial para o financiamento das operações de comércio exterior], riquíssimo, era o principal acionista do conglomerado Hanna³³ que,

³³ Fundada em outubro de 1955, a Hanna foi autorizada a funcionar no Brasil em 28 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto n. 38.447, como Mineração Hanna do Brasil Ltda.. A empresa tinha como finalidade realizar

juntamente com Mather, constituíam o grupo Cleveland, um dos mais poderosos trustes norte-americanos. Dispunham de duas grandes siderúrgicas, negócios de petróleo e bancos, associados a Rockefeller, e estavam interessados nas jazidas de hematita do Vale do Paraopeba, o minério de ferro de mais alto teor do mundo. Juscelino [...] concordou em extinguir o projeto de um automóvel nacional e em entregar o Vale do Paraopeba à Hanna, contanto que cessassem as resistências à sua posse na Presidência da República. [...] a empresa de advocacia administrativa, Consultec³⁴, elabor[ou] o projeto que se incorporou ao Programa de Metas, com a designação do Documento nº 18. Todavia, houve impugnação à legalidade do ato. A oposição da Frente Parlamentar Nacionalista e de outras entidades cívicas transformou a pendência em tema eleitoral. Eleito Jânio Quadros, colocou no Ministério de Minas e Energia o nacionalista João Agripino, e a concessão foi anulada. Goulart, com os ministros João Mangabeira e depois Gabriel Passos, manteve a anulação (PEREIRA, 1987, p. 91).

A Hanna, no entanto, não pretendia ceder ante as pressões de alguns políticos brasileiros. O grupo possuía entre seus diretores, advogados e assessores membros do primeiro escalão da política brasileira, ocupando cargos de ministros, embaixadores ou diretores de serviços nos governos seguintes³⁵. A empresa tinha se preparado muito bem para garantir seus negócios no país e pressionava para que se reconhecesse a ela o direito de explorar o ferro pertencente ao Estado. Em 4 de fevereiro de 1960, a Consultec, por meio de Lucas Lopes, um de seus principais acionistas, encaminhou correspondência ao chefe da Casa Militar e presidente do Conselho de Segurança Nacional, General Nelson de Mello, sondando a reação do Conselho ao projeto da Hanna. Entre os dias 4 e 14 de fevereiro, além de Lucas Lopes, Roberto Campos e Mário Pinto, fizeram visitas a personalidades, autoridades e entidades vinculadas à temática da exportação

pesquisas na área de mineração visando a exploração de bauxita no município de Poços de Caldas. Com um capital total de 10 milhões de cruzeiros, 9 milhões, 994 mil pertenciam à Hanna Mining Company, com sede em Cleveland, Ohio (EUA), que era terceira maior produtora de minério de ferro dos Estados Unidos e possuía ramificações em diversos países (MACHADO, 2017).

³⁴ A Sociedade de Planejamento e Consultas Técnicas (Consultec), foi criada em 26 de setembro de 1959. A empresa de consultoria, tinha entre os sócios algumas figuras conhecidas da política brasileira como: Lucas Lopes (ex-membro da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, ex-presidente da Centrais Elétricas de Minas Gerais, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e ex-ministro da Fazenda do Governo JK); e Mário Abrantes da Silva Pinto (ex-diretor do DNPM, do BNDE, e membro da Carteira de Comércio do Exterior do Banco do Brasil). Assim como possuía entre os consultores externos, Roberto de Oliveira Campos (ex-superintendente do BNDE, futuro embaixador do Brasil nos Estados Unidos e ministro do Planejamento); Mário Henrique Simonsen (futuro ministro da Fazenda) (MACHADO, 2017).

³⁵ O primeiro contrato da Hanna com a Consultec se deu em 28 de dezembro de 1959. À época, a empresa de consultoria estava sob a direção do engenheiro Mauro Thibau, então diretor da Cemig e futuro Ministro das Minas e Energia, durante o governo Castello Branco. Apenas quatro meses depois, em 31 de março de 1960, a empresa repassou 75% das ações da recém-criada Mineração Morro Velho S.A. para um grupo de brasileiros liderado por Walther Moreira Salles, (embaixador em Washington durante o segundo governo de Getúlio Vargas, Ministro da Fazenda do Brasil no gabinete do presidente João Goulart, um dos negociadores da dívida externa brasileira na década de 1950, financiador do jornal Última Hora), Horácio de Carvalho (dono do Diário Carioca, um dos mais influentes jornais brasileiros da primeira metade do século XX, e amigo pessoal de JK e João Goulart) e Fernando de Souza Mello Vianna (filho de Fernando de Melo Viana, que entre outros cargos políticos, foi presidente de Minas Gerais entre 1924 e 1926 e vice-presidente da república no governo de Washington Luís). Ver mais em (REGINATTO, 2017).

de minério de ferro, prospectando opiniões sobre projeto e colhendo sugestões para o mesmo (MACHADO, 2017).

Com a chegada de Jânio Quadros à presidência, os interesses da Hanna foram diretamente afetados. Quadros nomeou o deputado udenista João Agripino para o recém-criado Ministério das Minas e Energia e este instituiu, em 26 de junho de 1961, um grupo de trabalho para examinar a situação, técnica e jurídica, em que se encontravam as minas e jazidas de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (MG). O relatório final, apresentado em 31 de julho de 1961, apontava irregularidades na situação de diversas minas da região, envolvendo o interesse de 17 empresas, incluindo a Hanna. O documento chegou a Jânio, em 17 de agosto de 1961, recomendando a nulidade dos registros de minas e jazidas irregulares e a transformação destas em reserva nacional, propriedades da União. Em 21 de agosto daquele ano, o presidente assinou a resolução que anulava as autorizações dadas à empresa, restituindo as jazidas de ferro de Minas Gerais à reserva nacional, bastaram, então, apenas quatro dias para que “Forças terríveis se levantassem” obrigando o presidente a renunciar (REGINATTO, 2017).

Com o vice-presidente João Goulart na China era a chance da Hanna conseguir as liberações para exploração do minério de ferro que havia tanto tempo a empresa tentava. No entanto, os estadunidenses não contavam com a força da campanha pela legalidade encabeçada por Leonel Brizola e que frustrou o golpe de Estado garantindo a ascensão de Goulart.

Jango “foi deposto porque deu a impressão de fomentar conquistas populares demasiado amplas que, aos olhos de certos setores da elite, poderiam levar à radicalização da democracia [e por] não ter sido capaz de estabelecer uma política militar satisfatória”. (FICO, 2008, p. 75). Entre os setores que fizeram parte da conspiração golpista, que visava impedir a realização das reformas propostas pelo presidente de mudanças estruturais na economia do país, a burguesia empresarial esteve no bojo da organização para a derrubada do governo:

Empresários representantes dos interesses multinacionais³⁶ e associados atuaram, inclusive aproximando-se da Escola Superior de Guerra (ESG)³⁷, para imobilizar as ações do governo João Goulart, preparar a tomada do Estado e implementar políticas previamente planejadas. [...] O processo de industrialização da segunda metade da década de 1950 trouxe em seu bojo a inserção de capitais internacionais em modos diferentes de como até então acontecia e a articulação deste com empresários nacionais. Assim, o golpe aparentemente militar era, na realidade, um golpe de classe. [...] Os postos estratégicos do Estado foram ocupados por membros do complexo IPES/IBAD, representantes dos interesses multinacionais e associados (SILVA, 2013, p. 42-43).

Externamente, era necessário a derrubada de Jango para dar garantias aos investimentos estadunidenses em território brasileiro. Como isso, de acordo com Fico (2008, p. 75), não houvera na história do Brasil, uma campanha externa de desestabilização como a que a administração Kennedy instituiu para atingir o presidente João Goulart. Ainda segundo Carlos Fico (ibidem, p. 77), “foi no contexto da campanha para as eleições parlamentares de 1962 que a intervenção norte-americana [...] intensificou-se, ultrapassando, em muito os níveis ‘normais’ de propaganda ideológica que os Estados Unidos habitualmente faziam em qualquer país”. O processo de interferência enaltecia o *American way of life*, defendendo o modo de produção capitalista em oposição ao comunismo. Segundo o próprio embaixador estadunidense Lincoln Gordon confessaria depois, “foram gastos, pelo menos, US\$ 5 milhões de dólares para financiar a campanha eleitoral dos candidatos favoráveis à política norte-americana e opositores de Goulart” (idem). A liberação do dinheiro teria vindo, evidentemente, por ordem direta da Casa Branca. Era, para Fico, “o início do processo que tornou a embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, um ator político plenamente envolvido no negócios internos brasileiros (idem).

³⁶ Nos documentos apresentados por Dreifuss (1987), por exemplo, aparecem listas com os nomes de empresários e empresas que ajudaram a financiar o complexo IPES/IBAD, como uma série de bancos privados nacionais e estrangeiros que atuavam em território brasileiro, entre eles o Banco Itaú de São Paulo, na figura de José Albino de Siqueira, o Banco Português do Brasil S/A - Sociedade Financeira Portuguesa, este representado por uma série de empresas menores como a Shareholder in Fidelidade S/A; Cred. Fin. Invest., Banco Português de Investimento, Cia. Sul Brasil de Seguros Terrestres e Marítimos, Cia. Nac. de Seguros Ipiranga, Cia. Cimento Vale do Paraíba. Codival, Banco Boavista, Banco Moreira Sales, Banco Com. & Ind. de Minas Gerais; empresas petroquímicas e mineradoras, como a ESSO Brasileira de Petróleo - Standard Oil (ligada a Asfaltos Califórnia) representada pelos empresários George William Potts, Allen Walker Martin, Paulo Carvalho Barbosa, Carlos Nabuco de Araújo, Fernando Mbielli de Carvalho, Morvan de Figueiredo, Olavo Aranha, João D’Audt de Oliveira, Daniel de Carvalho e José Thomaz Nabuco. A Bethlehem Steel Corp. EUA. Cia. Ultragás S/A Região Rio - Socony Vacuum Oil Co. (Standard Oil Co.); Indústrias de alimentos como a Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda e a Kibon S/A.; e ainda redes varejistas como as Lojas Americanas e indústrias dos mais variados ramos como a Cia. de cigarros Souza Cruz, produtora de cigarros e o Centro da Indústria Brasileira de Fósforos de Madeira de Segurança, produtora de fósforos.

³⁷ O IPES era dividido em Grupos de Estudo e Ação, entre eles o Grupo de Levantamento da Conjuntura que levantava informações e definia o planejamento estratégico, além de mapear as ações de militantes de esquerda. O Grupo foi dirigido pelo general Golbery do Couto e Silva com a participação do General Heitor Herrera e seus arquivos deram sustentação para a criação do SNI, em junho de 1964, após o golpe militar. Ver mais em Pastore (2012).

Enquanto isso, internamente, a burguesia nacional se organizou em torno do IPES/IBAD de forma a proporcionar a estes grupos a força política capaz de pressionar o Estado e auxiliar na derrubada do presidente Goulart:

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela envolveu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado (DREIFUSS, 1987, 161-162)

Para Pereira (1987, p. 93), assim que os militares assumiram o poder, o Grupo Consultec, que elaborara e se incumbira de executar o projeto Hanna, retornou aos cargos de decisão política, restabelecendo a concessão com bases ainda maiores. “Obteve o Decreto nº 55.282, de 22 de dezembro de 1964, que dispõe sobre as medidas destinadas a incrementar a exploração e exportação do minério de ferro, autorizando, [...] empresas privadas a construir terminais de embarque na baía de Sepetiba” (ibidem).

A Central do Brasil foi equipada para o transporte e o porto do Rio de Janeiro foi cedido para embarque prioritário de três milhões de toneladas anuais de minério de ferro. Foram impostos tetos tarifários e as empresas privadas receberam o direito de participar da administração dos portos. “Providenciou-se, enfim, tudo para o estabelecimento de mina cativa, nos moldes das existentes nas antigas colônias britânicas (mina, transporte e porto, sob controle do dono da exploração)” (idem).

Sendo assim, a ditadura brasileira, ofertando tais regalias, colaborou para assegurar a hegemonia do sistema capitalista e o poder estadunidense no Cone Sul com:

A hegemonia ocidental construiu, em sua base ideológica, um forte determinismo moral, espelho do stalinismo soviético, espelhamento disfarçado de uma luta do bem contra o mal. No Ocidente, o sistema promoveu um estado de defesa contra o comunismo, criando-se no Ocidente a noção de um inimigo sempre presente. A ameaça era o comunismo revolucionário, que avançava – aparentemente triunfante – sobre Cuba, o Leste Europeu e os países em desenvolvimento (MÜLLER, 2009, p.10).

Em resposta à ameaça nacionalista ao modo de produção capitalista que se interpunha às pretensões imperialistas dos países centrais e à formação de governos à esquerda na América

Latina³⁸, os militares brasileiros, financiados pelos Estados Unidos³⁹, iniciaram tentativas de derrubar governos democraticamente eleitos, mas com um objetivo mais amplo do que os “amigos” do Norte. Era de suma importância garantir-se como a potência econômica da América Latina, o que atinge/atingiu os habitantes do Cone Sul, assim como beneficiou, de alguma forma, os brasileiros, principalmente determinados setores empresariais que possuíam relações próximas aos militares. Estes setores constituiriam o que Dreifuss (1987, p. 438-429) chamou de uma “elite orgânica”, com a dominação política de interesses financeiro-industriais, sejam multinacionais ou nacionais. Essa conjugação de interesses foi importante de tal modo que o autor destaca a criação de uma comunidade no interior do SNI, órgão fundamental da repressão política, e esta deve ser compreendida a partir das conexões entre militares, burocratas e grandes empresários.

Assim que os militares tomaram o poder, empresários ligados ao IPES/IBAD passaram a ocupar cargos no mais alto escalão da administração pública. “Os tecno-empresários e empresários do IPES viam nos militares a fonte de apoio político e de autoridade que aqueles não poderiam obter através de apelo político à população como um todo, tendo em vista seu programa de governo modernizante-conservador nitidamente impopular” (DREIFFUS, 1987, p. 418). Durante o primeiro governo militar, o Ministério do Planejamento tornou-se o mais importante ministério civil e passou a ser comandado por Roberto de Oliveira Campos que se cercou de empresários e passou a influenciar diretamente a política econômica dos militares. A

³⁸ Para Bresser-Pereira (2005, p. 201), refletindo o processo de revolução industrial e nacional em curso desde 1930, os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), conceberam durante os anos 1950, a interpretação nacional-burguesa ou nacionaldesenvolvimentista do Brasil e da América Latina. De outro modo, os intelectuais da CEPAL deram fundamentação econômica à política de industrialização com participação do Estado, além de formularem a teoria estruturalista da inflação. Em ambos os casos, estes autores viviam em um contexto que, desde a Grande Depressão dos anos 30, desacreditava do liberalismo, apontando-o como instrumento de poder dos países mais desenvolvidos, e apostando em uma maior presença do Estado nacional para o desenvolvimento econômico. Partindo dessa premissa, o subdesenvolvimento da região, portanto, não se devia somente à colonização mercantil da América Latina, mas aos interesses imperialistas de manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários. “O desenvolvimento, então, deveria ser fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado”. No entanto, a série de golpes militares iniciados nos anos 1960 e 1970, impossibilitou a existência de uma burguesia nacional capaz de desenvolver o Estado Nacional, assim como impediram o avanço de governos à esquerda.

³⁹ Para Rampinelli (2007, p. 107), os avanços imperialistas dos Estados Unidos sobre a América Latina ganham impulso com a o período de democratização da Guatemala, entre 1944-1954, quando o país centro-americano propunha mudanças fundamentais que desatrelavam o país aos interesses estadunidenses e de outros grupos estrangeiros aliados da oligarquia local. “Era uma revolução nacionalista, porque reivindicava para a Guatemala e seu povo a riqueza do país, a qual era subtraída por alguns monopólios estadunidenses, especialmente a United Fruit Company (UFCO), a International Railways of Central América (IRCA) e a Companhia Elétrica da Guatemala”. O que se passava na Guatemala era uma revolução antiimperialista que tentava impedir a exploração buscando um desenvolvimento independente, o que não foi permitido “pois isto significaria uma ameaça aos interesses econômicos estadunidenses”.

burguesia nacional amparava o governo e este dava garantias de crescimento econômico às empresas que expandiam o capital para outros países.

Além disso, os banqueiros passaram a dominar o setor financeiro do Estado, o tesoureiro do IPES e banqueiro, Joviano Rodrigues Jardim, por exemplo, foi nomeado para a presidência da Caixa Econômica Federal (CEF), assim como outros ipesianos como Antônio Viana de Souza para a CEF-Rio, Arnaldo Blank para a CEF-Guanabara, Humberto Esmeraldo Barreto para a diretoria da Carteira de Consignações da CEF, Oswaldo Pierucetti para presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e Paulo Salim Maluf, que posteriormente se tornaria Prefeito de São Paulo e Governador do estado de São Paulo, para o cargo de diretor da CEF-São Paulo.

Durante o chamado *Milagre Econômico*, com o apoio do Estado “as empresas fizeram aquisições, iniciando o processo de conglomeração, além de encetar suas atividades em países estrangeiros” (CAMPOS, 2012, p. 132). Segundo Coelho (2000, p. 121), “no período [...] de 1960-1980, a relação em matéria de PIB entre o Brasil e a Argentina passou de um a um para três a um, a favor do Brasil, [com] consequências importantes nos campos militar, de defesa e de desenvolvimento tecnológico”.

Ainda que o capital nacional estivesse associado ao estrangeiro em uma relação de cooperação antagônica, havia uma contraposição a esta situação, pois enquanto a competição antagônica e o antiimperialismo apareceriam como uma verdadeira ameaça a interesses considerados imperialistas (algo inaceitável para a potência estrangeira), a colaboração, ainda que desigual, por sua vez, não questiona a hegemonia do imperialismo dominante, mas se solidifica nas tentativas de barganhar uma melhor posição dentro da relação consentida de liderança regional (MELLO, 2016). O governo brasileiro desde muito cedo soube aproveitar este possível espaço de liderança no Hemisfério Sul:

Ainda na década de 1880, Buenos Aires e Washington emitiam sinais de que seu relacionamento seria traumático para o conjunto da América Latina. Tratava-se da bandeira anti-ianque içada pela Argentina durante a I Conferência Pan-Americana (Washington, 1889) no intuito de formar uma plataforma de resistência à expansão territorial dos Estados Unidos rumo ao Pacífico e à gestação da sua hegemonia no Caribe. Ao opor a Doutrina Drago ao Corolário Roosevelt da Doutrina Monroe, a delegação argentina conseguiu elevar-se à qualidade de interlocutora de primeira linha em assuntos hemisféricos. Na resistência aos Estados Unidos, a Argentina encontrou uma causa internacional suficientemente dramática para garantir-lhe audiência permanente junto às repúblicas americanas de maneira mais ou menos homogênea até a década de 1960. Sobre essa lógica operou a cordialidade oficial. Ao tirar proveito da discórdia argentino-estadunidense, o Brasil concebeu sua diplomacia como catalisadora do diálogo entre dois países centrais de seu horizonte externo. De tal sorte, a promoção dos bons ofícios fez do Itamaraty elemento necessário para a concertação política em nível hemisférico (SPEKTOR, 2002, p. 121).

O desenvolvimento de um Estado não pode ser mensurado de forma “determinista/mecanicista entre o nível nacional e o internacional, pois o desenvolvimento interno de cada país apresenta uma relação dialética e, portanto, não unidirecional, com a estrutura internacional” (MELLO, 2016, p. 85). Assim, as empresas que, por meio de suas redes de relações político-sociais, tinham condições de garantir uma aproximação aos militares pleiteando destes o aporte econômico necessários para aumentar a capacidade de produção e a logística para a distribuição de seus produtos, acabavam por se tornar aquelas com condições de expandir as suas fronteiras e avançar sobre o mercado exterior.

A lista de empresários ligados à ditadura pode ser mensurada pela importância da atuação do IPES no governo militar. O grupo, que passou a ocupar alguns dos principais cargos em Ministérios, Secretarias e empresas estatais, era bastante heterogêneo e agia nas mais diversas áreas, havia, inclusive, uma grande quantidade de militares ocupando posições estratégicas em grandes empresas nacionais e multinacionais estrangeiras, entre eles: General Carlos Luiz Guedes, presidente da Catermaq, indústria de peças e equipamentos para máquinas agrícolas; Capitão Euclides Quandt de Oliveira, diretor da Siemens do Brasil; General Golbery do Couto e Silva, presidente da Dow Chemical, indústria química; Coronel Mário David Andreazza, presidente da CEC — Equipamentos Marítimos e Industriais, sediada em Niterói, e vice-presidente da Companhia de Seguros Atlântica Boavista, em São Paulo⁴⁰.

Um dos ramos mais beneficiados pela parceria Ditadura/Empresariado foi o das empreiteiras. Como afirma Campos (2012, p. 381), nas eleições de 1971, por exemplo, 9 dos governadores eleitos possuíam formação em engenharia civil e, a maioria, trabalhava em empreiteiras, alguns, inclusive, dividiam-se entre a carreira pública e seus cargos em empresas privadas.

No âmbito federal, os empreiteiros passaram a visar, principalmente, três pastas: Transportes; Energia; e Interior. Para isso, aproximaram-se de figuras proeminentes do cenário político como Mário Andreazza, que comandou o Ministério dos Transportes entre 1967 e 1974, e o do Interior, entre 1979 e 1985; Shigeaki Ueki que, entre 1974 e 1979, comandava o Ministério de Minas e Energia e presidiu a Petrobras entre 1979 e 1984; e Maurício Schulman, presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH), de 1974 até 1979 e da Eletrobrás entre 1979 e 1980 (CAMPOS, 2012, p. 381-382).

⁴⁰ Ver mais em Campos (2012, p. 347).

É nesse momento, aproveitando o aporte do Estado brasileiro e os lucros obtidos em contratos com a ditadura, que as grandes empresas brasileiras de construção pesada dão início a internacionalização de seus negócios. O volume de investimentos para essa expansão era imenso. Para se ter uma ideia, em 1974, a pasta do ministério dos transportes recebia 40% de todo o investimento federal aplicado em infraestrutura, o equivalente a 9,35% do orçamento da União⁴¹, dinheiro mais que suficiente para impulsionar as intenções dos grupos empresariais brasileiros para além das fronteiras do país. Além disso, o crescimento dessas empresas as colocava na posição de pleitear financiamentos e contratos estrangeiros, este é o caso, por exemplo, da Mendes Júnior que teve sua primeira obra fora do Brasil financiada por capital estadunidense⁴²:

A primeira tentativa de obtenção de obra no exterior pela empresa [Mendes Júnior] ocorreu em 1966, quando a construtora tentou sem sucesso um contrato na Argentina. A primeira obra da firma mineira no exterior foi também a primeira obtida por uma empreiteira brasileira fora do país, a hidrelétrica de Santa Izabel, na Bolívia, iniciada em 1969 (CAMPOS, 2012, p. 110).

Na verdade, a Mendes Júnior estava entre as grandes empresas estrangeiras que deram os primeiros passos nas terras bolivianas, sabendo se aproveitar de mais um dos tantos golpes de Estado ocorridos naquele país durante o século XX. Em 04 novembro de 1964, o general e então vice-presidente boliviano, René Barrientos, depois de uma constante campanha contra o governo democraticamente eleito, conspirou e destituiu, por meio de um golpe militar, a administração do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e do presidente Ángel Víctor Paz Estenssoro, e, em associação com a burguesia agro-exportadora boliviana, deu início a uma nova política econômica que favorecia os investimentos estrangeiros e a entrada de multinacionais no país:

Barrientos entregou os setores mais rentáveis da economia nacionalizada para empresas estrangeiras, praticamente retornando à situação anterior à revolução de 1952, de saque sistemático dos recursos naturais e humanos do país. Desencadeou-se uma ampla abertura da economia nacional e as novas concessões de exploração de jazidas minerais foram transferidas às multinacionais. Em 1967 as empresas mineiras privadas já controlavam 24% da produção mineral do país. Em 1969 os bancos estrangeiros estadunidenses já abarcavam 58% dos depósitos financeiros nacionais. No período entre 1965 e 1968, [...] os investimentos em capital estrangeiro somavam US\$27,7 milhões (ANDRADE, 2012, p. 111).

Outra grande empresa que aproveitou as ações militares brasileiras para expandir os

⁴¹ Ibidem p. 384.

⁴² Ver mais em Campos (2017, p. 09).

negócios fora do país foi a Odebrecht que, em 1979, iniciou “os primeiros contratos no exterior [...], com usinas hidrelétricas no Chile [...], e uma agressiva política de preços para que a companhia se estabelecesse” (CAMPOS, 2012, p. 118). A empresa se viu beneficiada pela política externa pinochetista de abertura ao capital estrangeiro. Além disso, ainda, estendeu as atividades ao Uruguai, da mesma forma que a baiana Concic e a gaúcha Maestri.

Aquele movimento no jogo geopolítico, era o princípio de uma expansão industrial que levaria o Brasil a ocupar a posição de grande potência subimperialista na América do Sul, representando os interesses dos aliados do Norte, mas garantindo as próprias vantagens junto aos países vizinhos. No entanto:

A política externa também foi pautada pelo princípio de que a preservação da independência nacional pressupunha a aceitação de um grau de interdependência – econômica, política e militar – com os Estados Unidos. Dessa forma, a política externa do governo Castelo Branco foi pautada pelas diretrizes norte-americanas, rompendo com a Política Externa Independente iniciada no governo Jânio Quadros e prosseguida durante o período João Goulart. Seguindo a “teoria dos círculos concêntricos”, a política externa enfatizou a manutenção de relacionamentos com os países do bloco capitalista, destacadamente os latino-americanos, aceitando o papel dos Estados Unidos como líder e defensor dos valores do mundo ocidental e cristão (FERNANDES, 2010, p. 158).

Brasília passou a agir como agente da grande burguesia nacional, permanecendo, porém, submetida aos interesses estadunidenses, mas com a liberdade necessária para solapar os sistemas governamentais democráticos no continente de acordo com os desejos nacionais e dando as garantias necessárias a Washington para a manutenção do modo de produção capitalista dependente na América do Sul. A mudança radical na Política Externa do país fica evidente quando “a primeira medida tomada pelo novo regime foi o rompimento de relações diplomáticas com Cuba. E dentro dessa tendência, a ditadura brasileira esteve em negociações com o governo norte-americano para o envio de tropas ao Vietnã” (Idem). O governo brasileiro foi da PEI diretamente para uma nova “PED”, Política Externa Dependente, e o Cone-Sul foi direta e rapidamente atingido por esse novo modelo:

Esta política instrumenta, por lo demás, de acuerdo a ciertas pautas fundamentales que dicta el interés nacional, entre las cuales pueden anotarse las siguientes: a) evitar a toda costa la configuración de bloques en América Latina; b) diversificar sus puntos de apoyo en el plan internacional, contribuyendo así a una mayor independencia en las decisiones a un esfuerzo en su capacidad negociadora; c) ampliar su área de intereses, como respuesta a su política expansionista y a la necesidad de sustentar su crecimiento en la obtención de nuevos mercados (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p.10).

Para a chancelaria argentina, o jogo político brasileiro era agora o da aspiração ao predomínio político na Bacia do Prata, ou nas palavras do próprio ministério de Relações Exteriores e Culto, “una clara Política de Poder” (idem).

2.1 O CONE-SUL DOS BRASILEIROS - UM CONTINENTE SOB ATAQUES GOLPISTAS

Os navios negreiros já não cruzam mais o oceano. Agora, os traficantes de escravos operam a partir do Ministério do Trabalho. Salários africanos, preços europeus. O que são os golpes de Estado na América Latina senão que sucessivos episódios de uma guerra de rapina? As flamantes ditaduras, de imediato, convidam as empresas estrangeiras para explorar a mão-de-obra local abundante e barata. O crédito é ilimitado, às isenções de impostos e os recursos naturais ficam ao alcance da mão (GALEANO, 2010, p. 196).

As ditaduras latino-americanas durante o século XX estão, invariavelmente, ligadas aos efeitos da guerra fria, quando o planeta foi dividido conforme uma geopolítica em que atuavam os signatários do Pacto de Varsóvia, que englobava os países socialistas encabeçados pela União Soviética, e os da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), realizado entre os chamados “Países do Norte”, Europa Ocidental e Estados Unidos, principalmente. Somados a isso, há também a vitória dos guerrilheiros de Sierra Maestra, em Cuba, e da crescente organização popular nos países latinos.

Essa sequência de golpes de estado que se espalharam pela América Latina durante o século XX, apoiados pelos Estados Unidos financeira e militarmente, tinham um claro objetivo: manter a supremacia do modo de produção capitalista em oposição a possibilidade de mudança proposta pelos militantes socialistas e comunistas nesses países, assim como garantir a impossibilidade do surgimento de países capitalistas independentes na região:

Dentro do contexto da Guerra Fria, os EUA proporcionaram instrução militar, orientação ideológica e ajuda material àqueles setores que consideravam os mais preparados para barrar a expansão insurgente e salvaguardar seus interesses estratégicos na região. O uso deliberado de programas de assistência, missões de serviços de inteligência, e respaldo diplomático foram uma constante, além do monitoramento de tudo o que ocorria, fato corroborado pelo volume de informação que circulava na rede formada pelas embaixadas e consulados regionais e pelos Departamento de Estado e Pentágono (PADRÓS, 2009, p. 24).

Em resposta à esquerda que ameaçava a hegemonia do sistema capitalista na América, os militares, financiados pelos Estados Unidos, iniciaram tentativas de derrubadas de governos democraticamente eleitos:

O ponto nodal da Doutrina de Segurança Nacional era a percepção de que a URSS utilizava o comunismo internacional como instrumento de agressão e de subversão no interior dos países. Frente a isso, os EUA contrapunham uma guerra total e permanente. Auto proclamando-se defensora do "mundo livre", a superpotência capitalista impôs uma divisão de tarefas no plano militar, correspondendo aos países latino-americanos arcar com a proteção dos seus territórios nacionais. O avanço da DSN na região foi simultâneo ao processo de *pentagonização* dos exércitos latino-americanos, a partir de 1951, com a aprovação pelo Congresso dos EUA da "Lei de Segurança Mútua", sob cuja cobertura foram estabelecidas as premissas de fornecimento de material bélico e de missões de assessoria militar (PADRÓS, 2012).

Ainda segundo Padrós (2007, p. 14), a pentagonização latinoamericana se dava por meio da ampliação gradual de uma rede de relações, subordinadas aos estadunidenses, com intercâmbio de informação, fornecimento de equipamentos militares e munição, assim como treinamento para segurança interna e acesso às escolas militares dos Estados Unidos, além de linhas de financiamento específicas.

A Lei de Segurança Nacional, adotada em países como o Brasil, visava impedir qualquer tentativa de dissenso. Tal assertiva aparece em atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional:

A associação das manifestações de massa com os recentes atos de terrorismos e sabotagem, repetidos em escala e vulto cada vez maiores, particularmente no RIO e em S. PAULO, caracterizam atentados flagrantes e violentos à ordem pública e ao regime. Tal estado de coisas vem produzindo gradativa sensação de insegurança à população, e, está gerando um sentimento de apreensão no seio das Forças [Sic] Armadas, que vêm, claramente, em tudo isso, o início da contra-revolução. Não parece haver mais dúvidas que as RECOMENDAÇÕES DE HAVANA (OLAS e outros Congressos), ultrapassado o período preparatório, encontram-se em fase de plena concretização (não só no BRASIL como na AMÉRICA LATINA), colocando na vanguarda, com vistas à tomada do poder, a classe estudantil, não só universitária como também secundarista. Engrossam e respaldam essa vanguarda estudantil, os extremistas de esquerda de todos os matizes. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - SECRETARIA-GERAL, 2018, p. 05)

Estiveram presentes nessa reunião o ditador Marechal Arthur da Costa e Silva; o vice-presidente, Pedro Aleixo; o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, General de Brigada Jayme Portella de Mello; o deputado Rondon Pacheco, chefe do Gabinete Civil da presidência; os ministros da justiça, Luiz Antônio da Gama e Silva; da Marinha, Almirante-de-esquadra Augusto Hamann Rademaker Grunewald; da Aeronáutica, Marechal-do-ar, Marcio de Souza e Mello; do Exército, General-de-exército Aurélio de Lyra Tavares; das Relações Exteriores, deputado José de Magalhães Pinto; da Fazenda, Delfim Netto; dos transportes, Coronel Mario David Andreazza; da

Agricultura, Ivo Arzua Pereira; da Educação e Cultura, Deputado Tarso de Moraes Dutra; do Trabalho e Previdência Social, Jarbas Gonçalves Passarinho; da saúde, Leonel Tavares Miranda; de Minas e Energia, Deputado José Costa Cavalcante; da Indústria e Comércio, General-de-divisão Edmundo de Macedo Soares e Silva; do Planejamento e Coordenação Geral, Hélio Marcos Penna Beltrão; do Interior, General-de-divisão Afonso Augusto de Albuquerque Lima; e das comunicações, Carlos Furtado de Simas; chefe do SNI, General-de-divisão Emílio Garrastazu Médici; chefe do Estado Maior das Forças Armadas, General-de-exército Orlando Geisel; chefe do Estado Maior da Armada, Almirante-de-esquadra José Moreira Maia; chefe do Estado-Maior do Exército, Adalberto Pereira dos Santos; e chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio (ibidem, p, 04). O tom da reunião demonstrava o caminho que a ditadura estava trilhando e que culminaria com o Ato Institucional nº. 5, de 13 de dezembro de 1968.

Nos últimos anos da ditadura, no entanto, a Lei de Segurança Nacional passou a ser questionada. Em 1981, por exemplo, a Sessão de Informação da Polícia Federal do Paraná abriu uma investigação contra o jornal *Nosso Tempo*, de Foz do Iguaçu. O documento da PF/PR dizia que “esta sessão vem se mantendo atenta a qualquer movimento, com referência ao assunto, ou seja, “Campanha contra a Lei de Segurança Nacional”. Ainda segundo o documento, a publicação trazia “ideias esquerdistas e ataques às autoridades constituídas”. Além disso, a PF abriu um processo contra o professor Juvencio Mazarollo, um dos editores do periódico, que, ainda de acordo com a PF, “foi excluído do magistério [...] por suas ideias esquerdistas” (ESTADO DO PARANÁ - DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇÚ - SESSÃO DE INFORMAÇÕES, 2018, p. 1-2).

Os governos que se alternavam no poder nos países da América Latina, no entanto, não estiveram apenas na condição de subservientes aos Estados Unidos. Nos limites impostos pela estrutura de poder internacional, nações como o Brasil e a Argentina procuraram estabelecer uma relação de domínio hegemônico. Com o fim da segunda guerra, os Estados Unidos pretendiam expandir o seu poder pelo globo e era fundamental que a América Latina se tornasse o quintal da Casa Branca impedindo o crescimento e o avanço de outros países do continente. Já em 1946, por exemplo, antes mesmo das ditaduras começarem a se instalar pelos países latinos, Washington tentara impor a própria vontade sobre a política argentina, mas, “apesar das pressões dos EUA, Perón foi eleito com uma votação contundente, obtendo 56% dos votos” (NETO, 2015, p. 477) e o governo norte americano foi obrigado a recuar. Para piorar, em 1947, o Brasil, sede da Conferência Interamericana, “se posicionou pela necessidade de participação da Argentina, o que acabou ocorrendo. A nação platina chegou a pleitear junto às outras

Repúblicas do continente a vice-presidência da Reunião. Reivindicação que foi recusada” (Idem). Além disso, no cenário da guerra fria e na tentativa de manter o controle político sobre a América Latina, os Estados Unidos não podiam permitir que a vitória dos guerrilheiros de Sierra Maestra, em Cuba, em 1959, servisse de exemplo, assim como deveriam barrar a crescente organização popular nos países latinos, o que contribuiu para desencadear a série de golpes de Estado pelo continente.

No caso do Paraguai, desde a independência o país passou por diversos governos autoritários que culminaram no regime de Alfredo Stroessner, ditador que se manteve no poder por 35 anos, na mais longa ditadura da América do Sul, entre 1954 e 1989. Os Paraguaiois só conheceram eleições multipartidárias livres em 1993. Ainda assim, os governos que se sucederam mantiveram a lógica político-econômica de Stroessner e quando um presidente propôs modificar as estruturas sociais paraguaias foi deposto por novo golpe. Caso do ex-bispo católico, Fernando Armindo Lugo de Méndez, presidente eleito em 2008 e destituído em 2012.

Outra destas ditaduras é a chilena, que ascendeu ao poder com a desculpa de barrar o avanço do Partido Comunista. Desde a fundação do partido, em 04 de junho de 1912⁴³, este foi prodigioso em obter votos e militantes, participando, em 1935, da construção da Confederação dos Trabalhadores do Chile e da Frente Popular⁴⁴; da Aliança Democrática⁴⁵, em 1941, vencedora do pleito de 1946 quando os comunistas assumiram três ministérios (Obras Públicas, Agricultura e Terras); na aproximação de Salvador Allende, ajudando a formar a Frente del

⁴³ O Partido Comunista Chileno – PCCH surgiu no início do século XX com a criação do Partido Obrero Socialista – POSCH, em 04 de junho de 1912, sob a direção do tipógrafo Luis Emilio Recabarren, em Iquique, na região de Taparacá.

⁴⁴ Em 1935, após o Sétimo Congresso da Internacional Comunista das Frentes Populares, o partido considerou que a derrota dos inimigos por meio de um governo democrático-burguês só seria possível com a formação de uma Frente Popular. Esta, criada em 26 de março de 1936, formada pelo PR, PS, PD e pelo PC. Na liderança do grupo estava o Partido Radical controlado pela burguesia. A Frente popular propunha um governo baseado no fomento estatal à indústria, a proteção das classes trabalhadoras e a ampliação da educação à nível nacional. O radical Pedro Aguirre Cerda derrota o candidato da direita Gustavo Ross Santa Maria. O Chile foi o único país da América Latina a conquistar o governo sob forma de Frente Popular seguindo as orientações da III Internacional Comunista. Infelizmente, o presidente Ríos caiu enfermo e se afastou do governo em 1946. Sob o comando de Duhalde, o país teve uma guinada para a direita e, apesar de curto, o mandato do novo presidente ficou marcado pela forte repressão no que ficou conhecido como *Masacre de la Plaza Bulnes*.

⁴⁵ Como resposta o PC procura rearticular a Aliança Democrática para lançar uma candidatura à presidência da República e, mais uma vez, a Aliança saiu-se vencedora e o novo Governo dividiu os ministérios em: nove para o Partido Radical, três para o Partido Liberal e três para o Partido Comunista (Obras Públicas, Agricultura e Terras). Pela primeira vez, os comunistas tinham participação direta na presidência do Chile e o crescimento e importância dessa militância começou a assustar as forças reacionárias chilenas. Nas eleições municipais de 1947, os comunistas chilenos saíram como a terceira maior força política do país. Porém, como resultado da interferência estadunidense, a lua de mel dos militantes do PC chileno com o presidente Videla foi efêmera. Menos de um ano após assumirem os ministérios, os comunistas foram expulsos do governo e, em 3 de setembro de 1948, foi aprovada a Ley de Defensa permanente de la Democracia. Essa tornava o PC ilegal e retirava os registros eleitorais de mais de 40 mil militantes, além da exoneração de comunistas que trabalhavam como professores, ferroviários e em outras funções públicas.

Pueblo⁴⁶, em 1951; como a principal força política na formação do Congresso Constituinte da Central Única de Trabalhadores do Chile, ficando com a maioria dos cargos da diretoria da instituição; no nascimento da Frente de Acción Popular – FRAP⁴⁷, formada pelos partidos de esquerda; e, posteriormente, da formação da Unidade Popular – UP, triunfante nas eleições de 1970 com Salvador Allende, primeiro presidente socialista eleito na América do Sul.

O governo Allende durou pouco e quando o General Augusto Pinochet tomou o poder, em setembro de 1973, os militares brasileiros já haviam derrubado o presidente João Goulart havia nove anos, os partidos políticos do Brasil já tinham sido extintos, o AI-5 estava em vigor reprimindo violentamente os militantes de oposição ao golpe e a ditadura brasileira estava em seu terceiro ditador. Ou seja, o governo tupiniquim tinha experiência suficiente para auxiliar os colegas hispânicos.

Em 1966, quatro anos antes de Salvador Allende ser eleito Presidente do Chile, o marechal Humberto Castello Branco, ditador do Brasil, e seus ministros demonstravam preocupação com os rumos que o Chile estava tomando. Em reunião do Conselho de Segurança, o então chanceler brasileiro, Juracy Magalhães relatou a conversa que teve com o colega chileno, Gabriel Valdez. Na ata da reunião fica clara a preocupação com o fato de o Governo Frei agir “muito em função do partido comunista local, que é muito forte, representando cerca de 30% do eleitorado chileno (SESSÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2014, p. 07)”. Magalhães segue afirmando que em caso “de uma vitória do partido comunista nas futuras eleições, ainda longínquas, se o Governo Frei não conseguir realizar as aspirações do povo chileno [...] seria o caso de ter a possibilidade do hemisfério agir em benefício do Chile (idem). Segundo o chanceler, Valdez estava “convencido de que, se o partido comunista se tornasse majoritário, as forças vivas da Nação agiriam no Chile, como agiram no Brasil e na Argentina (idem)”. Além disso, a reunião entre os chanceleres deixou claro que só seria possível uma integração econômica latino-americana se esta estivesse sob a liderança clara e ostensiva do governo brasileiro (idem).

Em entrevista ao portal de notícias *Opera Mundi*, Juan Gabriel Valdés, filho do diplomata chileno, confirmou a conversa relatada pelo ministro brasileiro. Segundo ele:

⁴⁶ Mesmo na ilegalidade a militância do PC se aproxima de Salvador Allende, principal liderança do Partido Socialista do Chile (PSCH) naquele momento e, em 13 de novembro de 1951, nasce a Frente del Pueblo, constituída pelo PC, PSCH e outros grupos menores, com Allende derrotado no pleito à presidência.

⁴⁷ Em 1956, nasce a Frente de Acción Popular – FRAP, com Salvador Allende a frente, o grupo era formado pelo PC, PS de Chile, PSP, Partido do Trabalho, Partido Democrático do Chile e Partido Democrático do Povo. Nas eleições de 1957 o grupo elegeu 26 parlamentares entre os 147 eleitos. Em 1958, o Parlamento chileno aprovou uma nova legislação que permitia que o Partido Comunista voltasse a ativa. Nas eleições presidenciais Allende foi novamente derrotado. Em 1964 a Frente de Ação Popular, mais uma vez, indicou o nome de Allende como candidato a presidência, com este ficando em segundo lugar.

Allende conversou com meu pai sobre a iminência do golpe, em um jantar em nossa casa – que também contou com a presença de Frei Montalva. Ambos eram conscientes de que o golpe viria, mas Allende tinha a convicção de que o respaldo popular do governo seria suficiente para resistir. Sua medida a respeito foi se desfazer da proteção dos militares, em quem já não confiava, passando a ser resguardado exclusivamente pelos GAP – Grupo de Amigos Pessoais⁴⁸ (VALDÉS apud FARINELLI, 2014).

Imediatamente após a eleição do presidente Salvador Allende, a ditadura brasileira passou a monitorar de perto as ações do governo vizinho procurando brechas para desestabilizá-lo. Em janeiro de 1971, os generais brasileiros deram início a medidas para dificultar as relações internacionais do novo “inimigo”. Em correspondência enviada à presidência da República, o Almirante-de-Esquadra e Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Murillo Vasco do Valle Silva, solicitava o afastamento dos militares chilenos da Junta Interamericana de Defesa (JID). Segundo Silva, a presença da delegação militar chilena na JID poderia comprometer os estudos e planejamento das medidas de segurança do continente, uma vez que o governo chileno caminhava rumo à adoção efetiva da filosofia marxista-Leninista. A intenção brasileira, então, era a de impedir o acesso às sessões e documentos classificados por parte da representação do Chile. Como justificativa, o almirante citava o ocorrido em 26 de abril de 1961, quando a delegação dos Estados Unidos apresentou moção para negar o acesso do governo cubano ao mesmo tipo de documento enquanto se aguardava uma resposta definitiva da OEA sobre o regime instalado após a Revolução Cubana (SILVA, 2017, p. 1-2).

Em 09 de fevereiro daquele ano, a embaixada brasileira no Chile enviou um ofício ao General João Baptista de Oliveira Figueiredo, à época Secretário Geral do Conselho Nacional de Segurança, descrevendo as intenções políticas de Salvador Allende e mostrando desagravo aos rumos do governo chileno:

A evolução do regime instaurado no Chile com a eleição e posse de Salvador Allende é acompanhada com permanente atenção pelo Itamaraty, no dever de medir, com o máximo rigor, as oscilações perigosas que marcariam, conforme era previsto, os primeiros passos do governo allendista. Sua intenção conhecida é instaurar o socialismo no Chile e, mais ainda, favorecer sua contaminação ao resto do continente para, o que, obviamente, age com prudência, se não com dissimulação, nesta primeira fase de sua empresa. Até onde poderá, ou lhe será permitido chegar é difícil prever.

⁴⁸ O GAP era a equipe de guarda-costas designada para proteger a vida do Presidente Allende. Não eram recrutados nas fileiras das Forças Armadas, mas sim entre militantes socialistas. Chegaram a ser mais de 150 homens, divididos em três subgrupos, responsáveis por diferentes tarefas: A equipe operacional que se adiantava às demais e se encarregava da vistoria dos locais por onde o presidente passaria; a equipe de guarnição, que fazia a vigilância dos edifícios do lado de fora; e a equipe de escolta, que, mais bem armada, seguia o presidente onde quer que ele fosse, caminhando ao lado dele e obrigando a guarda oficial do presidente a ficar mais distanciada, em segundo plano. Quando da morte do presidente, porém, o número do GAP tinha caído para somente 18. Poucos dos homens que compunham a guarda presidencial informal sobreviveram à ditadura.

(REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA, 2017, p. 01)

Apenas 09 dias depois, os militares produziram o Estudo Sucinto nº12/SG-1/71, no qual no decorrer de 19 páginas, Brasília propunha as diretrizes para a representação do Brasil na JID. O documento é concluído com a proposta de “não assumir a iniciativa de promover medidas restritivas contra a representação do Chile naquela junta” (SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017a, p. 19), o que garantiria a estabilidade das relações econômicas entre os dois países, algo que era de interesse brasileiro, visto que o Chile era “o nosso segundo maior mercado na América do Sul” e qualquer medida restritiva ao país vizinho teria “repercussões no comércio [...] com maiores prejuízos para o nosso” (ibidem, p. 18). A proposta final, contudo, deixava mais clara qual era a posição brasileira e determinava que o Itamaraty deveria “apoiar qualquer ação, contra aquela representação, que vise especificamente à salvaguarda dos documentos classificados, que trate da Segurança do Continente” (ibidem p. 19).

Allende não era uma ameaça apenas aos interesses brasileiros no Cone Sul. O presidente se mostrava uma pedra no caminho do imperialismo estadunidense e, por isso, seria combatido por diversas frentes. Segundo documentos secretos da Casa Branca⁴⁹, divulgados em 2009, os Estados Unidos só aceitaram dar apoio financeiro aos militares chilenos após uma reunião entre o Presidente Richard Nixon e o ditador brasileiro, Emílio Garrastazu Médici, na Casa Branca, em 1971. Nesses documentos é axiomática a parceria entre os dois governos para intervir em países da América Latina, como Chile, Cuba e Peru, para evitar novos Allendes e Castros.

De acordo com Henry Kissinger, responsável por relatar a reunião entre os dois chefes de Estado, Nixon inquiriu Médici sobre a capacidade que os militares chilenos teriam para derrubar Allende e o ditador brasileiro teria esclarecido que o Brasil estava trabalhando para este fim. Em certo ponto da conversa, o chefe de estado da grande potência imperialista das Américas parecia depositar total confiança em Médici, dizendo que “Os Estados Unidos não poderiam tomar uma direção, mas se os brasileiros [...] precisassem de dinheiro ou outro auxílio discreto, os Estados Unidos seriam capazes de torná-los disponíveis. Isto deveria ser realizado na maior confiança” Segundo Kissinger “era muito importante que o Brasil e os Estados Unidos trabalhassem em estreita colaboração” [nossa tradução]. (KISSINGER, 2017a, p 05). Nixon estava preocupado com a resposta que seria dada pelas forças armadas chilenas e se elas seriam

⁴⁹ Sob um acervo intitulado “Brasil conspirou com os EUA para derrubar Allende”, o Digital National Security Archive (DNSA), apresenta documentos desclassificados dos EUA que apresentam Richard Nixon e Emilio Médici Discutindo uma Intervenção Coordenada no Chile, Cuba e outros países da América Latina,

capazes de depor Allende. Médici teria respondido, então que “o Brasil estava agindo em intercâmbio com muitos oficiais chilenos” (idem).

Dois anos depois, as forças armadas chilenas tomaram o poder. É, portanto, inevitável fazer ligações entre o golpe de Estado do General Augusto Pinochet e a ditadura militar brasileira. Há referência, por exemplo, de que Brasília teria financiado políticos opositores durante o mandato de Allende:

“Ganhamos!” Com esta palavra, o então embaixador da ditadura militar brasileira no Chile, Antonio Candido da Camara Canto, comemorou o triunfo do golpe de Pinochet, para o qual ele e o governo militar do Brasil haviam trabalhado duro. O longo artigo publicado em “La Tercera” do dia 03 de agosto de 2003, chamado de “O Segredo da ajuda militar brasileira”, afirma que o embaixador Camara Canto era conhecido como “o quinto membro da junta (militar) por suas relações estreitas com o governo militar. “Destinado para o Chile entre 1968 e 1975, a Camara Canto estabeleceu relações estreitas com o alto comando do Exército e da Marinha e, após o golpe, foi o primeiro diplomata a reconhecer junta militar de Pinochet [nossa tradução]. (KRISCHKE, 2017, p. 03).

O governo brasileiro foi o primeiro do continente a reconhecer o novo chefe de Estado chileno e garantir a continuidade das relações diplomáticas. Além disso:

Médici: (a) expressou firme apoio político-diplomático ao novíssimo governo de Santiago [...]; (b) enviou assistência humanitária – 20 toneladas de alimentos e remédios; (c) ofereceu linhas de crédito emergenciais; (d) cooperou nas tarefas de repressão, com assessores militares e policiais diretamente em locais de tortura e execução no país andino; (e) transferiu material de emprego militar e (f) ofereceu apoio diplomático para melhorar a imagem da Junta Militar em foros internacionais ou em terceiros países. [...] Com efeito, diplomatas brasileiros, no continente e no mundo, por iniciativa própria ou por instruções específicas enviadas por Brasília, passaram a ajudar a melhorar a imagem e o prestígio do regime autoritário chileno em terceiros países (ÁVILA, 2018, p. 292-293).

Da mesma forma, os ditadores brasileiros mantiveram uma relação de ajuda mútua com Augusto Pinochet, trocando apoio às candidaturas de ambos os países em organismos internacionais. Tal relação de amizade entre as duas ditaduras pode ser confirmada com o pedido de Santiago para a participação do governo brasileiro como observador na X Reunião Consultiva do Tratado da Antártida. A questão aqui, é que apenas países com atividades concretas no continente gelado teriam essa participação garantida, o que não era o caso de Brasília. Além disso, o status de observador sequer existia nos dispositivos legais do tratado. Apesar dos esforços do Chile, a participação brasileira foi negada pelas demais nações.

Como alternativa, no entanto, a diplomacia pinochetista convidou a ditadura brasileira a participar das expedições científicas chilenas na Antártida, o que poderia “constituir o

caminho mais expedito para que o Brasil atinja, a curto e médio prazos, o pleno status de ‘país antártico’”. (DEPARTAMENTO DAS AMÉRICAS DO ITAMARATY, 2017, p. 02)

Tal situação era encarada pelo governo brasileiro como forma, inclusive, de intervir em possíveis acordos sul-americanos, pois “uma cooperação brasileiro-chilena na Antártida poderia dar ensejo a eventual participação do Brasil nos entendimentos argentino-chilenos a respeito de assuntos antárticos, propiciando uma composição de interesses, com base na solidariedade regional, em benefício dos três países” (ibidem, p. 06).

Essa relação de amizade entre a ditadura chilena e a brasileira era vista, também, nas candidaturas dos dois países para órgãos internacionais. Em 1983, por exemplo, enquanto o Chile oferecia apoio à solicitação brasileira para uma vaga no Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e para o Conselho da ONU para a Alimentação e a Agricultura, Brasília respondia assentindo a aspiração chilena ao assento latinoamericano na vice-presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas e a Junta de Governantes da Agência Internacional de Energia Atômica (EMBAIXADA DO CHILE NO BRASIL, 2017a; EMBAIXADA DO CHILE NO BRASIL, 2017b).

Um dos desdobramentos dessa política de aproximação foi a participação do Brasil na criação da Operação Condor⁵⁰ que, como diz a primorosa letra da canção de Belchior, “passa sobre os Andes e abre as asas sobre nós”⁵¹, oficializada em 1975, na cidade de Santiago, no Chile:

O Brasil (que, em 1973, vivia ainda sob a ditadura Médici) não só teve sua participação no golpe chileno, como se juntou a outros países para formar a Operação Condor, uma espécie de interligação dos aparatos repressivos da Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia com permissão para prender, torturar, matar e ocultar cadáveres. Há, ainda, fortes indícios de que alguns militares chilenos fizeram treinamento em bases do Exército brasileiro, em Manaus. De forma genérica, a organização desses países contra o que temiam ser ameaça à ordem vigente tinha como principal argumento a disputa entre comunistas e capitalistas e o momento ímpar pelo qual a América passava (BORGES, 2004, p. 281).

O empresariado brasileiro, evidentemente, não ficou de fora do processo que depôs Salvador Allende. A participação da burguesia brasileira foi capitaneada por Roberto Campos e sua constante presença em Santiago. Para Burns (2016, p. 189), Campos, juntamente ao

⁵⁰ O condor andino é a segunda maior ave voadora do mundo, possuindo a terceira maior envergadura, com 3,2 metros, chegando a pesar 14 quilos e podendo voar 300 km por dia. Além disso, é o pássaro símbolo do Equador, Colômbia, Chile e Bolívia, estando presente nos brasões destes países.

⁵¹ Voz da América, canção composta em 1975 por Belchior, criticava a relação entre as ditaduras sul-americanas. Outrossim, Voz da América ou Voice of America – VOA, é o nome do serviço oficial de radiodifusão internacional do governo dos Estados Unidos, utilizado pela Agência de Informação daquele país para fazer propaganda dos interesses estadunidenses pelo mundo.

embaixador brasileiro Antônio Cândido Câmara Canto, agiram de forma central contra o governo Allende.

Ainda segundo a autora, já em novembro de 1971, a imprensa chilena denunciava os vínculos entre os empresários brasileiros e a oposição ao governo Allende. O jornal Última Hora, por exemplo, fez uma matéria sobre a visita a Santiago de Roberto Campos, na qual indicava o contato do ex-ministro com os setores da direita chilena e o colocava como a conexão entre os chilenos e a direita brasileira. Campos, no entanto, afirmava que as relações com os capitalistas estadunidenses e os militares da América do Sul serviam apenas para acentuar os laços econômicos entre estes países.

De acordo com Dreifuss (1987, p. 424), o IPES teve relação direta com o que ocorreu no Chile. Membros do grupo exportaram a perícia que adquiriram durante a derrubada do presidente João Goulart para os outros países da América do Sul:

Entre os líderes do IPES envolvidos nessas atividades e no assessoramento aos empresários chilenos sobre a preparação das condições para a intervenção militar e a derrubada de Allende encontravam-se Gilbert Huber Jr.⁵² e Glycon de Paiva⁵³. Como este afirmou após o golpe vitorioso, “a receita existe, e o bolo pode ser assado a qualquer hora. Vimos como ela funcionou no Brasil, e agora novamente no Chile”. O grupo paramilitar de direita, Movimento Anti-Comunista - MAC, forneceu armas e dinheiro a grupos semelhantes no Chile. Faustino Porto - militante do MAC, e Aristóteles Drumond⁵⁴ - chefe do Grupo de Ação Patriótica - GAP (uma das linhas

⁵² Gilbert Jacob Huber Jr., é filho do empresário estadunidense G. J. Huber, fundador das Listas Telefônicas Brasileiras S.A. (LTB). Carreira. Gilbert Jr. assumiu o comando da empresa do pai em 1957, expandindo as atividades da empresa, formando o Grupo Gilberto Huber e incorporando outras empresas como a metalúrgica Metalon, a Companhia Nacional do Papel, a Chenille do Brasil e a seguradora Piratiníngia.

⁵³ Glycon de Paiva Teixeira foi geólogo-chefe do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, de 1934 a 1939. De 1943 a 1944 chefiou o Serviço de Produção Mineral. De 1948 a 1949 foi relator da Comissão de Exploração Mineral da Comissão Mista Brasileiro-estadunidense de Estudos Econômicos, na qual foi ainda relator das subcomissões de manganês, de minerais e de fosfato. De 1952 a 1953 exerceu o cargo de diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Tornou-se, em 1955, diretor da Companhia Vale do Rio Doce. Em 1961 foi um dos organizadores do IPES do qual foi vice-presidente de 1961 a 1967. De 1964 a 1967 foi membro do Conselho Nacional de Economia e, em 1966, do conselho consultivo da Confederação Nacional do Comércio (CNC). Em 1972 tornou-se membro do conselho administrativo da Mercedes Benz do Brasil, em 1976, do conselho técnico da CNC, do conselho consultivo da Siemens, do conselho econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da administração da Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (Caemi) e do conselho consultivo da APEC editora. Em 1979 participou do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (Comudes), no governo do prefeito do Rio de Janeiro Israel Klabin. Ver mais em FGV-CPDOC (2018c).

⁵⁴ Aristóteles Drummond ingressou no jornalismo em 1964, trabalhando em periódicos do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Se descrevendo como político, jornalista, escritor e ensaísta, fez carreira no setor elétrico. Foi assessor da diretoria do Banco Nacional no período de 1964 a 1968; Diretor da Divisão de Divulgação do Departamento de Engenharia Urbanística da Secretaria de Estado de Obras Públicas do Estado da Guanabara e Diretor do Patrimônio da COHAB-GB, entre 1966 e 1970. Faz parte da diretoria da Associação Comercial do Rio de Janeiro desde 1968. Entre 1980 e 1984 foi Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Minas e Energia no Estado do Rio de Janeiro, período em que era Consultor da Organização Latino Americana de Energia (OLADE). Nos anos posteriores à ditadura se tornou Diretor de Administração da Light S.A., em 1985; Membro do Conselho de Administração do Metrô do Rio de Janeiro, em 1985; Presidente do Conselho Fiscal da Cia. Vale do Rio Doce, entre 1986 e 1988; Membro do Conselho Fiscal da Petrofértil S.A., de 1987 a 1992; assessor e Delegado no Rio de Janeiro do Ministro da Indústria e do Comércio, entre 1986 e 1987. Entre as décadas de 1990, 200 e 2010, transitou entre algumas das

auxiliares do IPES) e ativista do MAC, serviram de elementos de ligação entre Brasil e o Chile, levando até dinheiro para atividades políticas (Idem).

O ditador brasileiro, João Baptista de Oliveira Figueiredo, então chefe do SNI, recebeu um convite pessoal do general Augusto Pinochet para participar da reunião que deu origem à Operação Condor, mas enviou um representante em seu lugar que não assinou o documento que firmava o acordo entre Chile, Bolívia, Argentina, Uruguai e Paraguai. O Brasil se juntaria oficialmente à iniciativa de caça aos militantes de oposição em junho de 1976 e, em 1980, o Peru, mais novo membro do grupo de ditaduras militares da América do Sul, entraria para o grupo.

As operações conjuntas, porém, tiveram um processo embrionário. Antes dos Golpes no Chile e Uruguai, Brasil e Argentina trabalharam juntos para prender opositores aos seus governos. Documentos brasileiros, divulgados em 2010, relatam a prisão do ex-coronel do Exército Jefferson Cardin Osório, na Argentina, em dezembro de 1970. Esse teria sido o primeiro alvo do que, anos depois, viria a se tornar a Operação Condor:

Pouco tempo depois fui informado por telefone pelo comissário que haviam sido prêsos [Sic.] os três indivíduos que viajavam no carro com chapa brasileira nas condições em que eu lhe havia adiantado e que se tratava realmente do ex-coronel brasileiro, seu filho e mais um sobrinho. Disse-me mais que havia muita documentação que valia a pena ser vista e que o grupo pretendia, após entrar em contato com um médico em MENDOZA, seguir para o CHILE, isto não só por declarações prestadas, como pela quantidade de bagagem que transportava. Nessa oportunidade convidou-me para ir até a Coordenação Federal para tomar conhecimento dos detalhes do fato ocorrido (AGUIAR, 2014).

Mesmo não tendo feito parte oficialmente das ações da Condor, a ditadura brasileira foi responsável pela instrumentalização da operação. A ditadura brasileira havia criado um sistema de informações que tinha “o objetivo de combater as diversas agremiações políticas que surgiram no país na segunda metade da década de 60, utilizando-se de instrumentos de inteligência para monitoramento e antecipação das ações das esquerdas” (FILHO, 2008, p. 81). Esse modelo de controle, no entanto, não se limitou ao território brasileiro. Pelo contrário, “os tentáculos desse sistema iam além das fronteiras nacionais e contaram com a íntima colaboração de importantes autoridades civis nacionais que compartilhavam do ideário autoritário tão característico daquele contexto histórico” (idem).

maiores empresas de energia do Brasil, como a Eletronorte, a Manaus Energia S.A., a Boavista Energia S/A., a CEMIG, a Eletrobrás. Durante a ditadura recebeu a Ordem do Mérito Militar Cavaleiro, Ordem do Mérito Militar Oficial e Medalha do Pacificador, do Ministério do Exército; Ordem do Mérito Aeronáutico, do Ministério da Aeronáutica; Ordem do Mérito Naval e Medalha Tamandaré, do Ministério da Marinha. Ver mais em Drummond (2018).

Outrossim, os cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), reiniciados em 1965 e que duraram até 1973, ano em que foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), tornaram-se responsáveis pela formação de novos quadros das forças de segurança. Um dos alunos desses cursos foi Osvaldo Enrique Romo Mena, torturador chileno e um dos dirigentes da DINA⁵⁵. Além disso:

Também promoviam conferências bilaterais de troca de materiais produzidos pelo aparelho de repressão, que foram amplamente utilizados, tais como: o "Dicionário de Termos e Expressões, Nomes e siglas utilizadas pelos subversivos Terroristas", encontrado nos "Arquivos do Terror" (Assunção / Paraguai), desenvolvido pelo oficial da polícia brasileira Edsel Magnotti, e que constitui uma fonte essencial para compreender a atuação dos órgãos de repressão e os conceitos criados por eles. [nossa tradução] (KRISCHKE, 2014, p.01).

Outrossim, desde 1970, o aparato repressivo brasileiro utilizava nas operações militares os métodos que depois seriam adotados pela Condor. Para Krischke (2014, p. 04), “Sin dudas, se puede decir que Brasil tenía las premisas del Cóndor”.

Ainda que o governo brasileiro não tenha assinado o documento de criação da Operação Condor, com a oficialização da ação conjunta entre as ditaduras do Cone Sul, o SNI forneceu aos regimes vizinhos a tecnologia de repressão desenvolvida e utilizada no Brasil, desde 1964.

O sistema de inteligência do Brasil possuía uma grande abrangência, a coleta de informações era considerada estratégica para o Estado, “assim como análises de conjuntura política, econômica e militar sobre os países vizinhos ou aqueles que, [...] pudessem interessar ao Brasil”. Em meio a várias ações, estava o registro das atividades de exilados em Praga: “entre o final da década de 1960 e início da seguinte [a embaixada] mantinha sistematicamente o Itamaraty informado sobre a movimentação de brasileiros na antiga Tchecoslováquia ou que estivessem apenas em trânsito para a ex-União Soviética” (FILHO, 2009, p. 46). Outro exemplo era a constante vigilância sobre os vizinhos sul-americanos: em 02 de março de 1973, dois dias antes das eleições parlamentares chilenas, a embaixada brasileira em Santiago enviou à Brasília uma lista descrevendo os possíveis grupos que poderiam pegar em armas, dependendo do

⁵⁵ A Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) começou a atuar em fins de 1973, inicialmente implementada sem qualquer norma jurídica, ainda como Departamento de Inteligencia, oficialmente transformado em DINA em janeiro de 1974. Em 11 de junho daquele ano, o “decreto 521 responsabilizava a DINA [...] por proporcionar de forma sistemática e devidamente processada, toda informação requerida, no sentido de adequar suas resoluções no campo da segurança e do desenvolvimento nacional, e por adotar as medidas necessárias ao resguardo da “segurança nacional” e ao desenvolvimento do país” (ANTUNES, 2007, p. 403-404). A DINA, tornou-se, então, um organismo técnico-profissional dependente diretamente da Junta de Gobierno, coletando e reunindo informações “para auxiliar na [...] formulação de políticas destinadas a proteger a segurança do país. Na prática, esse órgão dependeu diretamente do general Augusto Pinochet, pois de acordo com o general Gustavo Leigh, um dos principais articuladores do golpe militar, ‘nadie de la Junta podía meterse en la DINA’” (Idem).

resultado do pleito, para apoiar Salvador Allende. Entre esses grupos estariam o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), as brigadas e a juventude dos partidos Comunista e Socialista chilenos, além de “vários asilados estrangeiros [que] foram também armados” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR, 2017, p.01). O documento informa: “cerca de 150 asilados brasileiros receberam uniformes verde-oliva, mochilas, máscaras contra gases, [...] bem como revólveres e pistolas de vários calibres [...], organizados em dez grupos de combate e receberão, no mínimo, uma submetralhadora por grupo” (idem). O alcance das informações indica o tamanho da penetração dos militares brasileiros, a inteligência tinha acesso até mesmo aos modelos dos equipamentos fornecidos aos exilados, as máscaras de gás, por exemplo, eram do tipo Pirelli C-60, de uso exclusivo das FFAA chilenas.

Ao grupo de brasileiros caberia atuar na “reserva”, somente em caso de “confirmação de um enfrentamento grave” (idem), além disso, havia “vários médicos brasileiros em estado de alerta, entre os quais Pio dos Santos Ferreira Chaves, Samuel Baba e Hugo Alexander” (ibidem, p. 02).

Como resultado dessa constante vigilância das forças de segurança brasileiras, imediatamente após a deposição de Salvador Allende, um grande número de brasileiros foram presos pelos órgãos de repressão chilenos:

En los documentos del Ministerio de la Justicia de Brasil, que se encuentran en el Archivo Nacional (Río de Janeiro), existen informes sobre las actividades de brasileños en el exterior, por ejemplo: del actual Gobernador de São Paulo, José Serra, que vivía en Chile y trabajaba para ONU. Y no por casualidad, que en los primeros días del golpe, mas de 100 brasileños que estaban en Chile bajo la protección del Alto Comisionado de Naciones Unidas para Refugiados – ACNUR - fueran detenidos y llevados al Estadio Nacional (KRISCHKE, 2014).

Além disso, foi criado um setor de informações dentro do Ministério das Relações Exteriores e que era ligado ao SNI⁵⁶, o Centro de Informações para o Exterior (Ciex), voltado à cooperação com as outras ditaduras e que tinha como funções: “monitorar, vigiar e seguir os passos dos exilados brasileiros que ainda estavam na atividade política e não aceitavam a nova ordem, abastecendo a dita comunidade nacional de informações a par do que acontecia no exterior” (FILHO, 2009, p. 46). Este setor tinha objetivos “plenamente compatíveis com os interesses da ditadura, ou seja, sua função era correlata e complementar aos outros sistemas de

⁵⁶ O SNI era o elemento central do sistema de informações do governo brasileiro e tinha como órgãos auxiliares o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), as diversas Divisões de Segurança Interna (DSI) e o Centro de Informações da Polícia Federal (CI/DPF) (ver mais em Filho (2008).

informações então vigentes: a estabilidade do regime, que a cada ano se sustentava mais e mais na repressão aos seus opositores” (FILHO, 2008, p. 79).

O sistema de informações, criado pela ditadura, foi essencial para o desenvolvimento da repressão. Foi primordial, também, para a manutenção do governo sob o controle dos militares. Este sistema abrangia não só todo o país, mas extrapolava os limites territoriais. A frente do Ciex estava o diplomata anticomunista Manoel Pio Corrêa⁵⁷, responsável por organizar um eficaz serviço de vigilância aos opositores no Uruguai⁵⁸, em 1964 (WGNER, 2009, p. 1341):

Inspirado na experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, o embaixador Pio Corrêa redigiu a portaria ultra-secreta que criava o Centro de Informações do Exterior (CIEX), vinculado ao SNI e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966, sendo que esse sistema de informações perdurou até 1985. Funcionando com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior” (Adoc), as atividades de espionagem funcionavam sob o nome de “Plano de Busca Externa”, com apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas forças. Oficialmente, existia um centro

⁵⁷ Manuel Pio Correia foi embaixador brasileiro no Uruguai entre 1964 e 1966, e na Argentina entre 1967 e 1969, período em que foi responsável pela criação do CIEX. Nascido no Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1918, era bacharel em direito e ingressou no Itamaraty em dezembro de 1937, como cônsul de terceira classe. Em março de 1938 foi designado secretário do presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil, órgão transformado posteriormente em Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Entre setembro de 1938 e novembro de 1939, cursou a Universidade de Washington, nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, assumiu em março de 1940 a chefia do Serviço de Documentação do DASP. Em janeiro do ano seguinte passou a integrar o gabinete do ministro da Aeronáutica Joaquim Pedro Salgado Filho. Novamente no Itamaraty, foi promovido a segundo-secretário, servindo junto à embaixada do Brasil na Venezuela, entre 1943 e 1944, sendo transferido para Montevidéu, onde atuou como secretário da delegação brasileira à Comissão Consultiva de Emergência para a Defesa Política do Continente, organismo do sistema interamericano de segurança coletiva, sob o patrocínio dos Estados Unidos. Em março de 1947, foi transferido para Moscou e, depois, Londres. Voltando ao Brasil, em 1950 cursou a ESG. Entre fevereiro e maio de 1952, no segundo governo de Getúlio Vargas, serviu como secretário do Gabinete Civil da Presidência da República. Em dezembro de 1952 foi promovido a ministro-conselheiro e designado para a embaixada do Brasil em Bonn, permanecendo até fevereiro de 1957. Em novembro de 1958, promovido a ministro plenipotenciário, foi transferido para Teerã, no Irã, onde serviu até 1959. Voltou ao Itamaraty e em agosto de 1960, encabeçou a delegação do Brasil à VI e VII reuniões de Consulta dos Ministros de Estado das Relações Exteriores dos Estados Americanos, realizadas em San José, Costa Rica. Em dezembro de 1960, assumiu o cargo de embaixador do Brasil no México, e depois a embaixada brasileira em Montevidéu em setembro de 1964. De volta ao Brasil em 1966, foi nomeado secretário-geral do Itamaraty, e chegou a assumir interinamente a função de ministro das Relações Exteriores do governo Castelo Branco. Em outubro de 1967, foi nomeado embaixador em Buenos Aires. Retornou da Argentina em janeiro de 1969 e passou a dedicar-se a atividades empresariais, tornando-se diretor-presidente da Siemens S.A. até 1983. Deste ano até 1994, foi diretor-presidente da Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A., sendo, simultaneamente, membro dos conselhos da Poligran e da Brasilit S.A., membro do conselho diretor da Ciba-Geigy Química S.A., membro da diretoria da General Accidents, companhia de seguros britânica; membro dos conselhos de administração da Eutectic Indústrias Metalúrgicas Ltda. e da Rio de Janeiro Refrescos S.A., afiliada do grupo Coca-Cola, e membro do comitê internacional da União de Bancos Brasileiros S.A.(Unibanco). Nesse período tornou-se, também, vice-presidente do Comitê do Meio Ambiente e da Comissão de Transportes Marítimos da Câmara Internacional do Comércio, sediada em Paris, e membro do Comitê do American Bureau of Shipping, do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio e da Câmara de Comércio Franco-Brasileira. Ver mais em FGV-CPDOC (2018d).

⁵⁸ Segundo Fernandes (2009, p.05), antes de viajar para Montevidéu, Manoel Pio Corrêa estabeleceu diversos contatos com as forças armadas e policiais do Rio Grande do Sul. Foi recebido pelo governador Ildo Meneghetti, “eloqüente indicação da importância atribuída pelo Rio Grande do Sul à Embaixada do Brasil no Uruguai”, que lhe informou que a Polícia Civil e a Brigada Militar do Estado agiriam conjuntamente com a Embaixada brasileira em Montevidéu, referente à vigilância da fronteira e a possíveis atividades subversivas insufladas a partir do Uruguai. Pio Corrêa também recebeu apoio do III Exército, sendo que a Primeira, Segunda e Terceira Divisões de Cavalaria, responsáveis pelo controle das fronteiras, manteriam ligação com o embaixador, mantendo-o constantemente informado do que estava ocorrendo no Estado gaúcho.

responsável de fornecer informações estratégicas ao Itamaraty a fim de melhorar a execução política externa do país (FERNANDES, 2009, p. 10).

O Ciex deu origem às ações institucionalizadas de espionagem brasileira fora do território nacional. “Isso decorreu da decisão do regime em concentrar seus esforços não só na repressão propriamente dita, isto é, nas medidas policiais tradicionais, mas também no plano das informações, com coleta e análise cada vez mais especializadas” (FILHO, 2008, p. 80). Até 1980, mesmo após a assinatura da Lei da Anistia no Brasil, promulgada em 1979, há documentação de casos relacionados à Operação Condor:

Após retirar-se do serviço diplomático no Uruguai, no início de 1966, Manuel Pio Corrêa foi nomeado para o cargo de Secretário Geral de Política Exterior. Durante o período em que esteve na Secretaria Geral do Itamaraty, Pio Corrêa foi sete vezes nomeado ministro interino das Relações Exteriores por ocasião das viagens do ministro Juracy Magalhães (1966-67) em missão ao exterior, o que lhe conferiu amplos poderes e liberdade para sistematizar e institucionalizar um serviço de informações dentro do Itamaraty, o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), que em conjunto com a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), permitiu que o regime estendesse o controle dos seus inimigos para além das fronteiras territoriais do país utilizando-se de canais próprios da diplomacia e da rede de informações interna e externa que se teceu em torno do Serviço Nacional de Informações (SNI) (SETEMY, 2014, p. 14-15).

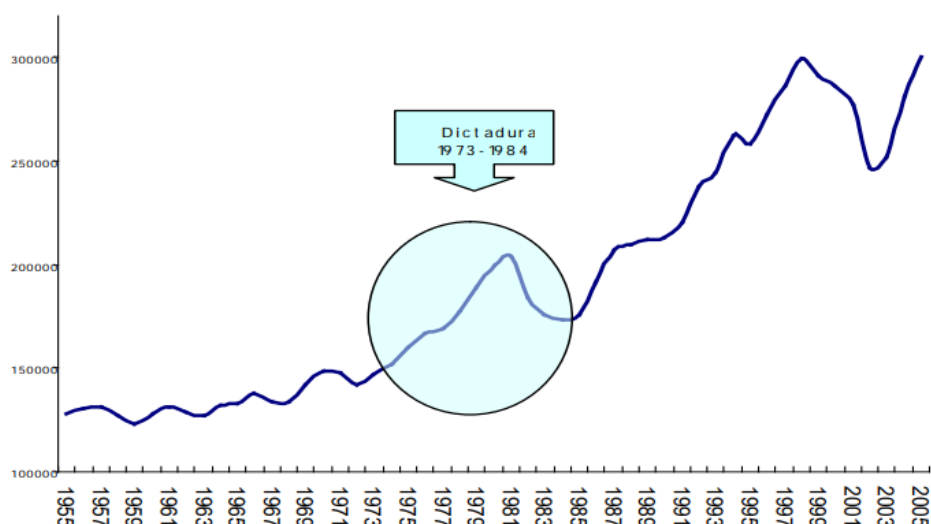
O documento “O movimento subversivo na América Latina - Bolívia: alvo prioritário” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA CENTRAL, 2017, p. 02), de 19 de maio de 1972, demonstra a abrangência das forças de segurança brasileiras em relação a espionagem de “inimigos” do regime. Mesmo sob o governo de esquerda de Salvador Allende, o Chile era constantemente observado. Os militares brasileiros identificaram áreas de treinamento de guerrilheiros bolivianos em diversas cidades chilenas, como Antofagasta, Quillota e Chaihuín. O nível de infiltração era tamanho que o SNI tinha ciência, por exemplo, do encontro de militantes da Bolívia com o líder cubano, Fidel Castro, entre 31 de janeiro e 03 de fevereiro de 1972, em Havana, “para formular as condições do apoio cubano” (idem).

Até a década de 1960, o Uruguai, outro Estado da América do Sul acometido por uma ditadura, era conhecido pelos altos índices sociais e pela forte e contínua estabilidade política, transcorrida, principalmente, pelo controle das instituições estatais por parte dos dois partidos políticos que se revezavam no poder, o Partido Colorado, de cunho liberal e o Partido Nacional, ou Blanco, de caráter nacionalista e conservador. Aos grupos de esquerda como os Partidos Comunista e Socialista cabia o acesso ao parlamento (FRANCO; IGLESIAS, 2011, p. 96).

Ao final da década de 1960 e início dos anos 1970, no entanto, a queda do preço dos principais produtos de exportação (como pode ser visto na figura a seguir) contribuiu para a

desestabilização econômica do país:

Figura 06 - Crescimento do PIB uruguaio entre 1955 e 2005



YAFFÉ, Jaime. Economía y dictadura en Uruguay (1973-1984): una visión panorámica de su evolución interna y sus relaciones con la economía internacional. **Revista electrónica de Historia**, San José, Número especial de Diálogos, 2008, p. 1306.

Em meio à forte crise econômica e política que abalara a estabilidade do país, em 1973, as FFAA dissolveram o Congresso e tomaram o poder:

Uma vez identificado o inimigo, este devia ser confrontado em todos os terrenos. O espírito cruzadista reforçou essa ação que, além de ser constante, profunda e abrangente, tinha que desempenhar uma dupla função: alinhar o país junto ao esforço mundial do Ocidente na luta universal contra o comunismo e destruir a subversão interna, para restaurar "a paz, a ordem e a tranquilidade". Assim, a lógica da bipolaridade e da Guerra Fria emoldurou toda interpretação feita pelos arautos da DSN. Nesse sentido, nem o Parlamento foi poupado: "Insólitamente, el Parlamento fue transformándose en uno de los más calificados voceros de la subversión. Ésta lograba así un objetivo esencial: el de que fuese una de las piezas básicas del propio Estado la que cultivase y alimentase los gérmenes destinados a aniquilarlo" (PADRÓS, 2012, p. 504).

Assim como o que ocorrera no Chile, a burguesia uruguaia identificou no comunismo o inimigo a ser confrontado. A lógica bipolar da Guerra Fria moldou a ação desempenhada pela ditadura, iniciada em 1973, alinhando o país ao esforço do Ocidente na luta anticomunista, ao mesmo tempo em que visava destruir os subversivos internos. O inimigo uruguaio, no entanto, recebeu um tratamento bastante flexível, legitimando novas ações que abrangiam alvos não incluídos anteriormente, qualquer um podia, de uma hora para outra, se tornar inimigo do país.

Foram 12 anos de governo militar, entre 1973 e 1985, onde a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), foi aplicada contra os subversivos com o forte apoio do governo brasileiro:

E quando os militares finalmente deram, em 1973, o golpe de estado, ultimando o processo de implantação da ditadura, o Brasil, que influíra direta ou indiretamente para esse desfecho, enviou ao Exército do Uruguai centenas de veículos, tais como caminhões e carros Volkswagen, em uma operação da ordem de US\$ 815.000, enquanto a Argentina fornecia automóveis para a Polícia, bem como gasolina e querosene da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (BANDEIRA, 2003).

O apoio brasileiro era fruto da instabilidade entre os dois países que se iniciara com o sequestro do Cônsul brasileiro, Aloysio Mares Dias Gomide, por guerrilheiros uruguaios do Movimento de Liberação Nacional MLN – Tupamaros⁵⁹, em 31 de julho de 1970:

Posteriormente, con el caso del secuestro del Cónsul Dias Gomide, el ejército brasileño se dirige hacia la frontera con Uruguay. [...] En este entonces, la ejecución de Mitrione⁶⁰ determina que las relaciones bilaterales alcancen la extrema tensión. Se rumorea acerca del traslado de un escuadrón de paracaidistas del Ejército brasileño al aeropuerto de Santana do Livramento, que serviría de apoyo a las tropas anteriormente apostadas en la frontera y que totalizaban un ejército de 12 mil soldados. Con el público reconocimiento del operativo por parte de las autoridades brasileras, estos militares realizan un estricto control de personas y vehículos [...]. Días después, la prensa de la época anuncia la existencia de una reunión secreta de autoridades militares de ambos países en la ciudad fronteriza de Rivera. Como consecuencia, desaparecen las especulaciones de la prensa brasileira y se confirma el inicio de tratativas entre Maria Aparecida de Dias Gomide – esposa del secuestrado - y el MLN, quien ya había dado señales que de no ejecutaría al cónsul brasileño. (ALVARIZA ALLENDE, 2014, p.16-17)

⁵⁹ O Movimento de Liberación Nacional - Tupamaros foi um grupo guerrilheiro que surgiu no Uruguai em 1965, aglutinando militantes do Partido Socialista e de grupos de trabalhadores da produção de cana-de-açúcar, e militantes de grupos menores da esquerda uruguaia. “Sua origem, entretanto, remete ao grupo conhecido como El Coordinador, uma espécie de união entre os diversos setores da esquerda uruguaia, que buscava a articulação visando defender os princípios democráticos e construir um projeto político mais à esquerda” (CAMACHO, 2016, p. 01). Tupamaros era uma denominação oriunda do nome Tupac Amaru, o último imperador inca, assassinado pelos espanhóis em 1571. O grupo optou pela luta armada, recrutando membros entre a classe média, na maioria estudantes. Os militantes eram responsáveis por sequestros de políticos e diplomatas, mantidos nas chamadas ‘prisões do povo’, em Montevidéu. Entre os sequestrados, em julho de 1970, estava o agente da CIA Dan Mitrione, executado após a recusa do governo em negociar. Com a proibição da circulação de jornais de esquerda e da expressão “Tupamaros” na imprensa, os guerrilheiros puseram no ar uma rádio clandestina e tomaram outras estações para difundir propaganda. Além disso, grupos armados ocupavam cinemas e teatros para discursar. Apesar de não atingirem os objetivos políticos durante os anos 1960 e 70, no segundo turno das eleições presidenciais de 29 de novembro de 2009, o candidato José “Pepe” Mujica foi eleito presidente da República com 52% dos votos válidos. Mujica foi um dos primeiros tupamaros e dirigente histórico do MLN, tendo passado 14 anos na prisão, de 1971 até 1985. Ver mais em Altman (2018).

⁶⁰ Daniel A. Mitrione, o Dan Mitrione foi contratado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), para treinar as forças de segurança brasileira e uruguaia, ensinando métodos de tortura. O agente foi capturado por revolucionários tupamaros, no Uruguai, em 31 de julho de 1970 e executado no dia 10 de agosto de 1970 com dois tiros na cabeça.

O quadro de instabilidade política entre os dois países, no entanto, não se amenizara, dada a ameaça de um governo de esquerda na fronteira Sul-brasileira e em 23 de setembro de 1971 a ditadura brasileira deu início aos preparativos para uma possível intervenção em Montevideu. Um telegrama trocado entre a embaixada do Brasil em Buenos Aires e Brasília informa que o governo argentino estava a par das intenções brasileiras, mas, diferente do que ocorrera em relação a Bolívia, a Casa Rosada não possuía pretensões de participar daquela ação:

O exército argentino deu, na medida de suas possibilidades, apoio ao movimento que levou o Coronel Banzer a chefia do governo da Bolívia. No que se refere à situação do Uruguai, o adido dos Estados [Unidos] da América⁶¹ (sic) é de opinião que os oficiais argentinos estão convencidos de que a hipótese da intervenção armada brasileira no Uruguai (caso a Frente Ampla triunfe nas eleições) vem sendo estudada por nosso exército. Caso isso se efetivasse, sempre segundo Stapleton, o exército argentino não estaria em condições de apoiar a iniciativa brasileira em vista das condicionantes da situação política interna daqui. (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017c, p. 02)

Situações como essa não eram novidades para a Brasília. Desde a chegada de Castelo Branco ao poder, em abril de 1964, a ditadura vinha implementando “as premissas da Doutrina de Segurança Nacional no país, tanto no plano interno quanto no externo”. No que se tratava das questões externas, a política do novo regime passou a ser orientada pela lógica da Guerra Fria, estabelecida sob a perspectiva das “‘fronteiras ideológicas’, [...] diante da ameaça [...] do comunismo, as fronteiras [...] não eram mais válidas. [...] poderiam ser ultrapassadas, visto que não havia mais soberania nacional [...] quando os valores da civilização democrática e cristã estivessem sob ameaça” (FERNANDES, 2010, p. 158).

Evidentemente que à política brasileira da DSN “foi adicionado o projeto geopolítico expansionista [...], [com] o conceito de guerra revolucionária [...]. Para a ESG, a guerra revolucionária (ou contra-insurgente), devia ser o primordial [...] para passar a controlar os países do Terceiro Mundo” (FERNANDES, 2009, p. 19).

No caso do Uruguai, o projeto de ataque elaborado por Brasília, ficou conhecido como “Plano 30 horas” e começou a ser gestado com o crescimento da Frente Ampla, formada por grupos políticos de esquerda durante o mandato autoritário de Jorge Pacheco Areco, entre 1967 e 1972. Criada em 1971, a frente mobilizou, inclusive, os guerrilheiros do MLN - Tupamaros, e a rápida intensificação do apoio popular chamou a atenção dos vizinhos brasileiros.

⁶¹ Coronel Stapleton, Adido dos Estados Unidos em Buenos Aires, comunicou ao embaixador brasileiro Antonio Francisco Azeredo da Silveira sobre a reunião entre Lanusse e os generais argentinos para decidir os rumos da política externa em relação a Brasil e Uruguai.

Sobre a articulação brasileira junto ao governo uruguaio, o intercâmbio repressivo entre os dois países não foi uma criação de 1964, na verdade, a prática de troca de informações das respectivas forças de segurança existia desde 1920, quando os governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai, Peru e Uruguai assinaram, em Buenos Aires, o Convênio Internacional Sul-Americano de Polícia, em que os signatários se comprometiam a compartilhar informações sobre movimentos avaliados como anárquicos ou que se pudesse considerar subversivos. O pacto foi ratificado por Vargas por meio do decreto nº 22.388, de 24 de janeiro de 1933. A ditadura, no entanto, recrudesciu a violência e ampliou as ações de vigilância e repressão, extrapolando as fronteiras nacionais (CASSOL, 2008, p. 71).

Havia a possibilidade de que o efeito Allende se projetasse sobre os uruguaios, pois, assim como uma frente popular levava a esquerda chilena ao governo no ano anterior, parecia que o mesmo se repetiria no Uruguai. Essa eleição, portanto, abriria mais um precedente contrário aos interesses brasileiros para o restante do continente:

A operação foi alvo de denúncia pelo semanário *Marcha*. [...] A primeira vez que a denúncia foi realizada de forma enfática no *Marcha* foi em 23 de julho de 1971. O assunto estampou a capa com o título: “otra vez la Cisplatina: Brasil amenaza con la invasión”. O motivo da ênfase é que pela primeira vez se conseguia indícios maiores de uma intervenção para conter a esquerda uruguaia [...]. Os indícios provinham de círculos militares argentinos. Estavam relacionados com um documento sigiloso enviado pelo embaixador argentino no Brasil, general Osiris Villegas, ao governo argentino, buscando investigar mais informações sobre uma intervenção aberta brasileira. A causa da investigação seria um aviso do governo brasileiro aos meios diplomáticos latino-americanos sobre seu desejo de invadir o Uruguai em um prazo de seis meses, dependendo da evolução da política interna uruguaia. Considerando que a denúncia estava na edição de *Marcha* de julho de 1971, isso implicava numa data de invasão próxima as eleições do fim do ano. Segundo o embaixador argentino, o governo brasileiro já estudava a operação há algum tempo. A mobilização de tropas para a fronteira uruguaia na época do seqüestro do cônsul Dias Gomide não seria para pressionar o governo de Pacheco a negociar com a guerrilha mas sim estudar as condições da ação. O nome da operação seria uma referência ao tempo necessário para ocupar o país. A operação teria que ser um êxito em menos de dois dias para evitar fortes reações internacionais. Assim a comunidade internacional estaria diante de um fato consumado e não uma situação aberta, que poderia favorecer o país invadido (WEGNER, 2009, p. 1342).

De fato, a ação brasileira era de conhecimento do governo argentino. Em setembro de 1971, o diplomata Antônio Francisco Azeredo da Silveira (que viria a se tornar ministro das Relações Exteriores no governo de Ernesto Geisel, entre 15 de março de 1974 e 15 de março de 1979), enviou ao Itamaraty um telegrama no qual descrevia as relações entre o Brasil e a Argentina sobre a situação uruguaia. Nele, Azeredo da Silveira informava que o adido do

exército em Buenos Aires, Coronel Sebastião José Ramos de Castro⁶², encontrara-se com os pares argentinos para discutir o plano de invasão do Uruguai pelo Brasil. Os argentinos, no entanto, deixaram claro que não participariam da ação e, ainda, apontavam o medo de que “uma intervenção militar do Brasil no Uruguai correria fatalmente o grave risco de transformar aquele país no Vietnam da América do Sul” (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017c, p, 01).

Era uma preocupação da ditadura, no entanto, não permitir que a notícia da Operação se espalhasse. Em 03 de janeiro de 1972, a Seção de Segurança do Comando Geral do Ar, subordinada ao Ministério da Aeronáutica, fez questão de enviar a Brasília os panfletos encontrados por um oficial do Comando-Geral de Operações Aéreas (COMGAR), em uma lancha que realizava a travessia Rio-Niterói. Esses panfletos traziam informações sobre a possível agressão brasileira ao país vizinho e sob o título “Ditadura brasileira quer invadir o Uruguai”, divulgava a denúncia feita pelo jornal uruguaio “A Marcha” e pelo militante brasileiro exilado em Montevideu, Paulo Schilling (SEÇÃO DE SEGURANÇA DO COMANDO GERAL DO AR - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, 2017, p. 02).

Em entrevista dada no início dos anos de 1980, ao voltar do exílio, Schilling advertia que “o fim do século poderá encontrar todo o hemisfério abrasileirado se os países da América do Sul, especialmente os limítrofes ‘não ocuparem suas respectivas regiões fronteiriças e neutralizarem os planos econômicos e financeiros, culturais e políticos brasileiros” (ALVES, 2019).

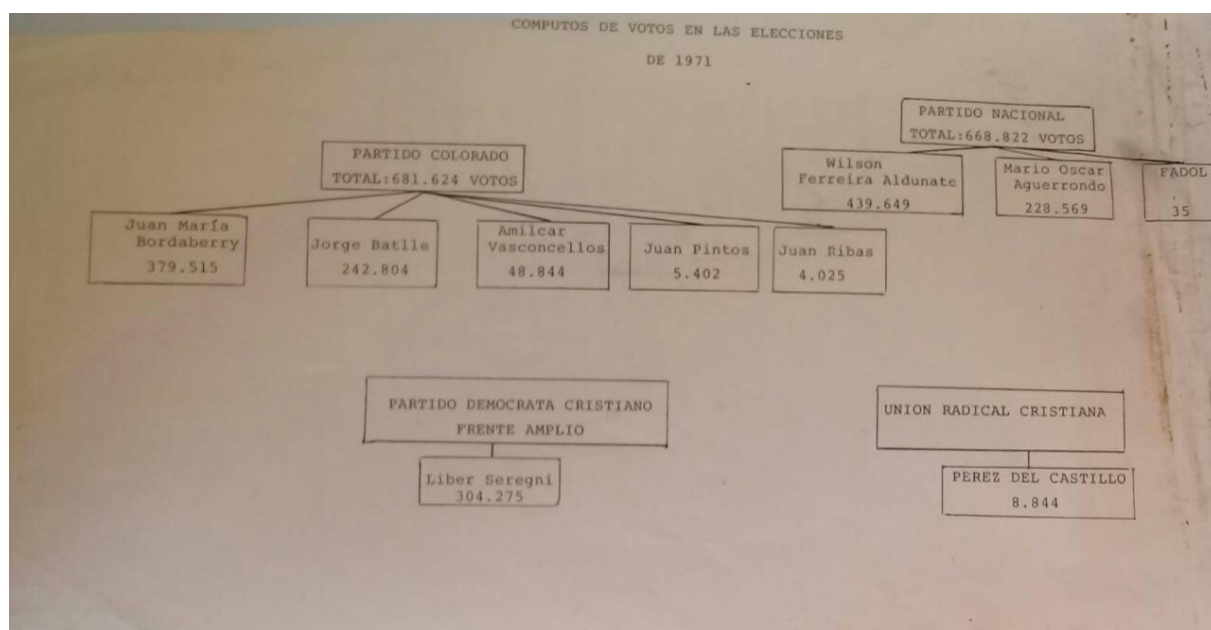
A intervenção não ocorreu, já que as eleições de novembro foram vencidas pelo Partido Colorado com 41% dos votos, apenas 12 mil a mais que o Partido Nacional, enquanto a Frente Ampla ficou apenas em terceiro lugar, com 18,3% dos votos. No entanto, um memorando do governo dos Estados Unidos, datado de 20 de dezembro de 1971, informa que a ditadura

⁶² Sebastião José Ramos de Castro combateu como primeiro-tenente junto à Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial; chegou a patente de coronel em agosto de 1966, com a qual desempenhou a função de Adido do Exército na Embaixada do Brasil em Buenos Aires, de março de 1971 a fevereiro de 1973, quando SNI, ocupando, os cargos de assessor do ministro-chefe do SNI, general Carlos Alberto Fontoura, chefe de gabinete do chefe do SNI, general-de-divisão João Batista Figueiredo, e chefe da Agência Central do SNI de 1975 a 1978, quando assumiu em junho de 1978 o comando da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, em Ponta Grossa (PR). De janeiro a agosto de 1980, comandou a 3ª Região Militar, em setembro daquele ano, foi nomeado comandante da 3ª Divisão do Exército, em Santa Maria (RS). Em janeiro de 1982 foi nomeado vice-chefe do Departamento de Material Bélico do Exército e indicado pelo Alto Comando do Exército à promoção de general-de-exército. foi comandante do II Exército entre 1984-1986. Em janeiro de 1987, passou para a reserva. Castro consta na lista dos 377 apontados como responsáveis por crimes na ditadura, elaborada pela CNV. De acordo com a CNV, o General teve participação no sequestro e desaparecimento forçado de Edmur Pericles Camargo, em Buenos Aires, em 16 de junho de 1971, ainda como adido do exército. E, atuando no SNI, participou do sequestro de três cidadãos paraguaios em Foz do Iguaçu em dezembro de 1974. Ver mais em FGV-CPDOC (2018c); G1 (2018).

brasileira contribuiu diretamente para a eleição de Juan María Bordaberry. No documento, Kissinger descreve a reunião ocorrida nas ilhas Bermudas entre o presidente estadunidense Richard Nixon, o Primeiro Ministro Britânico Edward Heath, o Secretário de gabinete inglês Burke Trend e o próprio Kissinger. Nela Nixon teria dito que “os brasileiros ajudaram a arranjar a eleição uruguaia” [nossa tradução] (KISSINGER, 2017c, p. 01). A afirmação teria sido dada baseada na conversa com Médici, em 09 de dezembro daquele ano.

Além disso, em conversa entre Nixon e o Secretário de Estado William Rogers, na tarde de 07 de dezembro de 1971, Rogers se mostra grato por ter o general brasileiro ao lado dos estadunidenses: “Eu acho que Médici foi uma boa ideia. Foi muito bom almoçar com ele. [...] Deus, estou feliz por ele estar do nosso lado” [nossa tradução]. Afirmação a qual o presidente teria respondido: “Você sabe, eu gostaria que ele estivesse dirigindo todo o continente” [nossa tradução]. E sobre o Uruguai Nixon completa: “Aliás, na questão uruguaia, aparentemente ele [Médici] ajudou um pouco lá” [nossa tradução] (NIXON PRESIDENTIAL MATERIALS, 2017).

Figura 07 - Resultado das eleições presidenciais do Uruguai no pleito de 1971



EMBAIXADA DA ARGENTINA NO URUGUAI. [Informe] [?] 1971, Montevideu [para] Presidência da República da Argentina. Buenos Aires. 1f. Computos de votos en las elecciones de 1971. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018a.

De fato, em 1º de dezembro de 1971, o Partido Blanco denunciara fraude durante a apuração dos votos de 38 urnas da cidade de Montevideu⁶³. A situação política uruguaia continuou tensa após as eleições, levando ao golpe de Estado dois anos depois. Imediatamente após a chegada dos militares ao comando do país vizinho, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Divisão da Ordem Política e Social de São Paulo – DOPS, foi destacado para ajudar a formar, em solo uruguaio, um esquadrão da morte para liquidar os militantes do MLN. Para o governo argentino, o golpe de Estado foi mais um ponto para a diplomacia brasileira no jogo político sul-americano: “la enorme densidad de población que ya nuclea el sur del Brasil y su indudable potencial económico, le confieren un peso específico de muy difícil neutralización a largo plazo, por lo que simplemente cabe - para esa óptica - guardar” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018d, p. 155).

Na Bolívia o primeiro golpe ocorreu após as mudanças instituídas pela Revolução de 1952, liderada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário – MNR, de Victor Paz Estenssoro, que determinara a nacionalização das minas e o monopólio da exportação de estanho, elaborara um programa de reforma agrária e instituíra o sufrágio universal (SOUZA, 2014). Ocorreram golpes em 1964, 1971, 1980, 1981 e mais três governos militares até outubro de 1982.

Em 1964, o General René Barrientos, representante das oligarquias do país, colocou fim ao governo do MNR dando início aos seguidos golpes de Estado. Foi sob o seu governo que o guerrilheiro Ernesto Che Guevara foi assassinado. A caça a Guevara, inclusive, contou com o auxílio da ditadura brasileira que forneceu “certa quantidade de armamento, munição e medicamentos”, aos militares bolivianos (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017, p. 09). O General atacou as conquistas nacionalistas e reduziu os direitos trabalhistas, além de reprimir com violência toda e qualquer oposição. Em junho de 1967, a repressão atingiu o seu auge com o *Massacre de San Juan*, quando mais de cem pessoas morreram em um complexo mineiro, quando resistiam a um rebaixamento salarial.

Com a morte de Barrientos, em 1969, o controle operário do Estado renasceu em 1971. Ano da criação da Assembleia Popular, um órgão de poder da classe operária e das massas bolivianas que incomodaria a elite e, por isso, não duraria muito (SOUZA, 2014), pois a ditadura brasileira não pretendia deixar um governo de esquerda se formar no país vizinho:

A repressão, que o governo do general Emílio Garratazu Médici (1969-1974) internamente intensificara contra toda e qualquer oposição ao regime militar, projetou-se, por conseguinte, sobre outros países da América do Sul, sob a forma de

⁶³ Ver mais em RIBEIRO, Clery. Blanco aponta fraude na eleição do Uruguai. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/12/1971, caderno América Latina, p. 12.

intervenções mais ou menos encobertas, sem apelo à justificativa doutrinária das fronteiras ideológicas. A Bolívia, onde a convocação da Assembleia Popular, em fins de 1970, parecera aos militares brasileiros uma tentativa de formação de um soviete, recebeu a primeira estocada. A Casa Militar do presidente Garrastazu Médici, chefiada pelo general João Batista Figueiredo, ofereceu aos adversários do governo do general Juan José Torres, através do ex-coronel Juan Ayoroa, dinheiro, armas, aviões e até mercenários, bem como permissão para instalar áreas de treinamento perto de Campo Grande (Mato Grosso) e em outros locais próximos da fronteira. E o golpe de estado, deflagrado, [...] pelo general Hugo Banzer, contou com aberto apoio logístico do Brasil, cujos aviões militares [...] descarregaram fuzis, metralhadoras e munições em Santa Cruz de la Sierra, enquanto tropas do II Exército, comandado pelo general Humberto Melo, estacionavam em Mato Grosso, prontas para intervir na Bolívia (onde alguns destacamentos penetraram), se necessário fosse (BANDEIRA, 2003).

Com o tumultuado cenário político boliviano de finais dos anos 1960, depois de uma série de tentativas de golpes militares, em 07 de outubro de 1970 chegou ao poder o General Juan José Torres Gonzáles. Este tinha sua base de apoio estabelecida entre os trabalhadores e os movimentos populares. Naquele momento já havia, por parte da ditadura brasileira, o receio em relação aos possíveis rumos do governo boliviano: “considerando a situação da Bolívia como país limítrofe, interessa de perto à nossa própria segurança, que não venha esse país cair na órbita dos países socialistas” (SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017, p. 09), ademais, o governo brasileiro entendia que era importante “uma colaboração mais acentuada entre as Forças Armadas com suas congêneres bolivianas, ainda sob a chefia de oficiais conservadores, concorreria para o fortalecimento desses elementos que afinal são o baluarte da luta contra a facção esquerdista” (idem).

No entanto, o avanço das políticas sociais desencadeou a formação da Assembleia Popular em 1º de maio de 1971, com 221 delegados entre camponeses, operários, setores da classe média e partidos políticos. Os setores reacionários bolivianos, no entanto, conspiraram contra o governo antes mesmo deste estar completamente estabelecido, e no centro dessa conspiração encontravam-se os militares brasileiros. Um ofício da II Seção do Estado Maior do Exército e da II Seção do Estado Maior da Aeronáutica, produzido para a Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Relações Exteriores, classificado como Secreto-Urgentíssimo e datado de 03 de agosto de 1970, revela que “altos Chefes militares [bolivianos] já se convenceram da impossibilidade de levarem o Presidente [Alfredo] Ovando [Candia] a descartar-se de seus compromissos com os comunistas e que por isso estão estudando a sua substituição” (EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA – SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017, P. 02).

O documento é concluído afirmando que a aliança entre os militares dos dois países representaria “um fortalecimento das Forças Armadas deste país para sua dupla missão de

combater o movimento guerrilheiro e eliminar a influência do comunismo” (idem). O peso da informação foi tão grande que suscitou a produção de um estudo emitido em 14 de agosto de 1970 com o título de Estudo Especial N° 075/SG-1/70 e outro em 04 de setembro do mesmo ano, com o nome de Estudo Sucinto N° 080/SG-1/70 sobre a situação política boliviana, e um terceiro documento, este taxado como Ultrassecreto, produzido em 13 de outubro de 1970, no qual, em três páginas, o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Almirante de Esquadra Murilo Vasco do Valle Silva, solicita aos Ministros da marinha, exército e aeronáutica uma resposta rápida sobre de que maneira cada ministério poderia contribuir nas questões envolvendo a Bolívia (ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 2017, p. 03).

Esse documento propunha a criação dos cargos de Adido Naval e Aeronáutico, na embaixada brasileira em La Paz; doação de material para o combate às guerrilhas, assim como comprovação tecnológica na produção bélica para comercialização de armas com o país vizinho; trocas técnico-profissionais entre estabelecimentos e unidades militares, com conferências, manobras, cursos e estágios; integração do sistema médico-hospitalar militar boliviano ao brasileiro; e intercâmbio de representações militares em datas comemorativas das FFAA entre os dois países (idem).

As mudanças no cenário político boliviano eram um perigo real aos intentos brasileiros na região, pois:

A importância da Bolívia, naquele momento, fica clara quando se observa “o interesse brasileiro em assegurar na América Latina fontes de energia integradas à sua economia por meio da oferta de vultuosos investimentos [...] para a construção de um gasoduto e um pólo siderúrgico na fronteira dos dois países” (LESSA, 1994, p. 16).

Em um acordo que incluía os golpistas bolivianos, os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil, a ditadura brasileira se mostrava a principal interessada na derrubada do governo da Bolívia: “Ningún país llegó a tanto como Brasil. En mayo de 1971, el general brasileño Hugo Bethlem propuso que las naciones más importantes de sudamérica intervinieran sobre Bolívia” (SIVAK, 2001, p. 63)”.

Como retribuição às medidas adotadas por Brasília, ao assumir o poder, a ditadura Banzer converteu o Brasil em seu principal aliado econômico. A exploração dos recursos naturais, principalmente gás natural e minério de ferro, que antes eram de preferência da Argentina, passaram a ser de prioridade brasileira. “Santa Cruz fue la gran beneficiada: las armas volvieron em forma de recursos naturales” (Ibidem, p. 64).

Para a chancelaria argentina, “el coronel Banzer deba en gran medida su acceso al Poder al brazo del Planalto, ha facilitado esa progresiva penetración brasileña con el consiguiente desgaste de la influencia argentina” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018d, p. 158).

O documento “O movimento subversivo na América Latina - Bolívia: alvo prioritário”, já citado nesta tese, indica que, mesmo após o golpe no país vizinho, a ditadura brasileira agia para garantir que não haveria retorno de opositores ao governo boliviano. Sobre os campos de treinamento de guerrilheiros bolivianos em solo chileno, a ditadura brasileira foi capaz de identificar, por exemplo, o formato logístico dos grupos armados, sabendo onde podia-se desembarcar as armas usadas nos treinamentos, assim como onde se localizavam o centros de operações da guerrilha (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES- AGÊNCIA CENTRAL, 2017, p. 01-06)⁶⁴.

Santa Cruz de la Sierra aparece no radar da ditadura brasileira como alvo majoritário da guerrilha boliviana. Ainda de acordo com o documento, havia indícios de que a região oferecia “condições favoráveis a ação de guerrilha e eventualmente ao estabelecimento de uma ‘zona liberada’” (ibidem p. 02), que deveria ser logo reconhecida pelo governo de Allende.

Brasília estava de olho, também, nos apoiadores dos guerrilheiros bolivianos em território chileno. Havia, por exemplo, informações sobre a Deputada Carmen Lazo, do Partido Socialista Chileno, apontada como “elemento de confiança de Allende [e responsável pela] ligação entre o governo chileno e os subversivos brasileiros”; sobre a embaixada cubana em Santiago, “responsável pela coordenação superior e pela ligação com Havana”; sobre “Fernando Roca, ex-secretário da embaixada da Bolívia em Buenos Aires”, este incubido de fazer o elo entre Torres⁶⁵ e os tupamaros; além de um representante das Forças Armadas Peronistas (FAP), que os militares brasileiros ainda não haviam identificado, mas que estaria responsável pela troca de informações entre Torres e Perón (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA CENTRAL, 2017, p. 03).

O documento traz ainda um relatório das ações do ex-presidente Torres após exilar-se no Chile, como a conversa que aquele teve com Allende em 31 de outubro de 1971, quando o

⁶⁴ Segundo Quadrat (2012), a capacidade brasileira de espionar os vizinhos era resultado dos cursos de vigilância dados aos militares no Brasil, por meio da ESG, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), pela Escola Nacional de Informações (EsNI), e por cursos dados por militares do governo dos Estados Unidos, na Escola das Américas, no Panamá, no National War College, no Colégio Interamericano de Defesa e na Academia Internacional de Polícia (IPA), em Washington.

⁶⁵ Juan José Torres Gonzáles, presidente boliviano deposto pelo General hugo Banzer, em 21 de agosto de 1971.

presidente chileno teria oferecido “seu país para servir de base de treinamento e de operações de guerrilhas contra a Bolívia, além de facilidades para todos os seus seguidores [...] e do auxílio que se fizesse necessário para viagens ao exterior”. Torres teria, então, conversado com a cúpula subversiva em Santiago e, em novembro de 1971, viajado para a Europa, encontrando-se com os dirigentes do Partido Comunista Francês que teriam lhe oferecido dinheiro e armas, além de ir à Madri para conversar com o também ex-presidente e então embaixador da Bolívia naquele país, Ovando Cândia e com o chefe de Estado argentino Juan Domingo Perón. Ao mandatário argentino, Torres teria solicitado anuência à criação de uma Frente Militar Anti-imperialista, que aglutinaria militantes de Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e, obviamente, Bolívia, país pelo qual teriam início as atividades revolucionárias do grupo (Idem).

Isto posto, foi a vez do Itamaraty agir em conjunto com outros ministérios de forma a renegociar antigos acordos entre Brasília e La Paz. Em 16 de março de 1973, por exemplo, os ministros Mário Gibson Barbosa, das Relações Exteriores; Antônio Dias Leite Júnior, de Minas e Energia; e Marcus Vinícius Pratini de Moraes, da Indústria e Comércio; emitiram o Estudo Sucinto Nº 015/1a.SC/73, que expunha os desejos brasileiros em relação ao aproveitamento do gás natural boliviano (MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2017, p. 01).

Segundo o documento, um dos antecedentes para a criação deste estudo teria sido “o problema do aproveitamento por parte do Brasil das reservas bolivianas de hidrocarbonetos, apesar da presença de fatores positivos e interesses convergentes, não tem conseguido chegar a bom termo” (idem). O documento segue, ainda, citando a “consequência da polêmica surgida em torno das reversais de Roboré⁶⁶”. Como conclusão, os ministros classificavam a exploração dos hidrocarbonetos bolivianos como sendo “assunto da mais alta relevância para a segurança

⁶⁶ Acordo de Roboré é o nome dado às notas reversais acrescidas em 28 de março de 1958 ao Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, firmado no Rio de Janeiro por Brasil e Bolívia em 25 de fevereiro de 1938. Composto de 11 artigos, o documento estabelecia entre outras coisas que os governos efetuariam sondagens topográficas e geológicas conjuntas na zona subandina boliviana; seria constituída uma comissão composta de geólogos, engenheiros, petrógrafos e topógrafos; Brasil e Bolívia custeariam as despesas, calculadas em 1,5 milhão de dólares; as empresas beneficiadas reembolsariam os governos; o Brasil se comprometeria a criar uma autarquia para refino, transporte e distribuição de derivados, dando preferência à compra do petróleo boliviano; o Brasil daria livre trânsito ao petróleo boliviano de exportação. É aí que entram as notas reversais. Essas são dispositivos de acréscimo ao contrato original, mas que não precisam de aval do Congresso Nacional. Em 28 de março de 1958 os chanceleres José Carlos de Macedo Soares e Manuel Barrau Peláez assinaram em La Paz o documento convencionalmente denominado Acordo de Roboré ou Ata de Roboré, composto de 29 notas reversais, somadas às outras duas já firmadas. A principal alteração do texto original consistia na interferência de empresas privadas na prospecção da zona de exploração concedida ao Brasil. O novo texto suscitou uma CPI no Congresso Nacional e foi combatida durante a campanha eleitoral de 1960, tanto pelo marechal Henrique Teixeira Lott, quanto por Jânio Quadros. E a contenda só foi resolvida em 1963, com a criação da Petrobras Internacional, que dava exclusividade da empresa estatal para operar no exterior. Ver mais em FGV-CPDOC (2018e).

nacional”. De mais a mais, procuravam apoiar as ações conjuntas entre a Petrobras e a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) (ibidem, p. 02).

Ações políticas e militares como essas, ajudavam a garantir a hegemonia brasileira na região frente a atuação do governo argentino, a outra potência do continente. Segundo Müller (2009), para explicar os perigos do processo político e ideológico da guerra fria, Thompson usou a metáfora da alteridade do Outro. Assim, essa unidade no interior dos blocos pode ser explicada, também, como preocupação e medo em relação aos “outros”, à ameaça representada por eles, consolidando uma noção de “nós” em oposição a “eles”. Ao perceber o “outro”, “nós” podemos nos distinguir e, se o “outro” for criado enquanto uma ameaça, o vínculo entre “nós” é reforçado:

A guerra fria contribuiu, nesse sentido, para introjetar o “americanismo” na população norte-americana, reforçar o mito do sonho americano (American dream), tornando-o uma atração em oposição à tirania do “outro” mundo, tirânico e sem liberdade. Da mesma forma, a União Soviética representava-se a si mesma como a defensora do socialismo e o Partido como o titular da resistência ao imperialismo do Ocidente (MÜLLER, 2009, p.17).

Dessa maneira, os países latino-americanos viram seus governos democráticos e a oposição de esquerda serem devastados para garantir a hegemonia político-econômica estadunidense em conluio com as classes dominantes nativas, assim como foram engolidos pelas disputas hegemônicas regionais entre Brasil e Argentina.

3 O CASO ARGENTINO E A DISPUTA NA AMÉRICA DO SUL

“A Argentina disputa com o Brasil o papel de praça predileta das inversões imperialistas, e seu governo militar não ficava atrás na exaltação das vantagens” (GALEANO, 2010, p. 153).

Com um processo de colonização semelhante no que se refere à exploração das riquezas por países estrangeiros (no caso Espanha para Argentina e Portugal para Brasil, principalmente), as duas grandes nações da América do Sul tiveram um processo de organização do espaço muito distinto. Enquanto os portugueses demonstraram pouco empenho em construir grandes e sólidas estruturas estatais, preferindo as relações de subordinação e confiança que vinculavam as elites locais e adotaram uma postura de ocupação do território e dos povos a partir de uma lógica de invasão, os espanhóis se estabeleceram no Novo Mundo como se estivessem na Espanha, tratando de criar mecanismos que replicavam as divisões administrativas e políticas da metrópole europeia (NOGUEIRA, 2015, p. 27). Essa comparação é clássica dentro da academia brasileira, remontando a teóricos como Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*.

Tais modelos administrativos acabaram por impactar no formato de ocupação que seria estabelecido após o processo de independência dos países da América do Sul, na primeira metade do século XIX: o lado espanhol acabaria por ficar fragmentado em diversas novas nações republicanas, enquanto o lado português permaneceria unificado no Brasil, primeiro como Império e, posteriormente, como República.

Pelo fato de ter estado sob o modelo de domínio unitário português e por ter sido a capital do império de Portugal entre 1808 e 1821, após a independência em 1822, o Brasil “possuía viabilidade econômica, relações comerciais independentes, quadros para a administração pública, legitimidade monárquica e, em vez de milícias, um verdadeiro exército que, sendo uma força luso-brasileira, em grande parte se tornou apenas brasileira” (NOGUEIRA, 2015, p. 35). Além disso, o país herdou dos portugueses uma importante Marinha, contando com cerca de vinte navios, permitindo a movimentação e a proteção da extensa costa.

Por outro lado, apesar de ter sido a primeira nação autodeterminada da América do Sul (1816), o caso da Argentina, de acordo com Nogueira (2015, p. 32), foi o mais complexo. A independência veio após “uma longa guerra civil entre os partidários de um Estado unitário e os ‘caudilhos’ provinciais que, com exércitos próprios, manejavam os seus redutos”. O país,

que já nasceu como o segundo maior Estado territorial da América do Sul, teve suas fronteiras delimitadas, também, pela geopolítica do continente: “A Argentina cedo desenvolveu [...] rivalidades regionais [...]: com o Chile de quem tentou obter acesso ao Pacífico, e tentando obter e manter o controle da margem oriental do rio da Prata veio a chocar inevitavelmente, primeiro com Portugal e depois com o Brasil”. A partir daquele momento as relações entre as duas grandes nações e aspirantes a maiores potências regionais da América do Sul passaram a ocorrer sobre o fino fio de uma navalha, sempre pronta a ferir aquele que desse o primeiro passo em falso e, durante o século XX “la situación externa de la Argentina alimentó el recelo y la desconfianza por parte, sobre todo, de vastos sectores de los grupos dirigentes brasileños” (LANÚS, 2000, p. 283).

Desde o início do processo de luta pela independência das colônias espanholas, primeiro Portugal e depois Brasil e Argentina disputaram o domínio sobre a chamada Banda Oriental⁶⁷:

Quando José Artigas iniciou, em 1811, as lutas pela independência do futuro Uruguai, [...] a movimentação e as propostas [...] eram consideradas perigosas [...] para os objetivos unitários da Corte portuguesa, levando à primeira (e frustrada) intervenção portuguesa, na Banda Oriental, em 1811. Mas, do outro lado do estuário, Buenos Aires comandava as lutas pela independência da Espanha. [...] projeta[ndo] manter sua hegemonia sobre os mesmos territórios que haviam composto o antigo Vice Reinado do Rio da Prata. Desse modo, tanto a Banda Oriental, quanto o Paraguai “deveriam” fazer parte das nascentes Repúblicas Unidas do Rio da Prata. [...] Em 1816, quando Artigas lutava contra os Unitários portenhos [...], os portugueses novamente mandaram tropas por terra e por mar para a região, culminando suas ações com o cerco a Montevideú. Receberam apoio de proprietários rurais e de comerciantes, descontentes com Artigas. Este acabou derrotado em 1820, deixando o território da Banda Oriental para sempre. Aproveitando-se da debilidade dos portenhos [...] os portugueses, temporariamente vitoriosos, incorporaram, em 1821, a Banda Oriental a seu império, com o nome de Província Cisplatina (PRADO, 2001, p. 133).

Com a emergência dos novos Estados, Brasil e Argentina mantiveram as disputas sobre o território uruguaio. Buenos Aires declarava que deveriam ser respeitadas as fronteiras do período colonial, enquanto o império brasileiro afirmava que o território do país se estendia por meio de uma fronteira natural que ia desde o Rio Amazonas até o Rio da Prata.

De fato, a província da Cisplatina permaneceu sob domínio do Rio de Janeiro, até 1825, quando a luta pela independência levada a cabo pelos uruguaios “reintegrou a Banda Oriental ao território das Províncias Unidas do Rio da Prata. A guerra desencadeada entre Brasil e Argentina terminou sem vitoriosos. Com a arbitragem da Grã Bretanha, o Estado Oriental do Uruguai, como país soberano, nascia em 1828” (ibidem, p. 135).

⁶⁷ Era chamada de Banda Oriental o território do império colonial espanhol localizado no Cone Sul, no lado oriental do Rio Uruguai, entre a costa dos atuais estados Brasileiros do Paraná e de Santa Catarina, até a foz do rio, no Rio da Prata, entre o estado do Rio Grande do Sul, ainda no Brasil, e o Uruguai.

O conflito, no entanto, não impediu o Rio de Janeiro e Buenos Aires de, imediatamente após o processo de independência, disputar a hegemonia na região, expandindo o campo de influência política, econômica e social sobre os países vizinhos, como o recém-criado Uruguai, o Paraguai, o Chile e a Bolívia. Na segunda metade do século XX, no pós-guerra, esse avanço hegemônico não cessou, ainda que cada país tenha recorrido à políticas econômicas distintas:

La Argentina había seguido un modelo de desarrollo económico basado en estímulos internos, negándose a aceptar los principios multilaterales que regían el orden económico mundial, el Brasil adhirió a las reglas de juego multilaterales y formuló un modelo de desarrollo basado en el apoyo de la inversión externa, sobre todo a partir de 1964 (LANÚS, 2000, p. 284).

De acordo com Candeas (2005), “a história dos laços bilaterais revela que as relações se iniciam sob o signo da instabilidade estrutural no século XIX” e as aproximações entre os dois países “ocorreram até os anos 1970 de forma irregular”, com ações de aproximação e afastamento de ambos os lados:

Ao longo do século XX, a integração esteve na pauta das relações internacionais dos países da América Latina em geral e da América do Sul em particular. Além do exercício da hegemonia pelos EUA em toda região, havia a disputa entre Argentina e Brasil, que construíram um relacionamento bilateral baseado na competição pela hegemonia regional, rivalizando-se pelo status de liderança na América do Sul, o que implicava na construção da 'potência regional' (GIANNINI; GUZZI; MATHIAS, 2008).

Parte deste processo de distanciamento se originava em decorrência das ações de aproximação entre Brasil e Estados Unidos e a resistência brasileira era promovida pela chancelaria do país:

que estimaba toda unión con nuestro país como un acto inamistoso frente a los Estados Unidos [...] pivote de la política exterior brasileña. También las Fuerzas Armadas brasileñas imbuidas de una doctrina de [...] enfrentamiento con las aspiraciones del vecino del Sur, eran refractarias al acercamiento con la Argentina (LANÚS, 2000, p. 287-288).

Em alguns momentos, a disputa entre os dois países chegava a confundir os próprios envolvidos. Em 29 de fevereiro de 1972, por exemplo, a embaixada brasileira no Chile, retransmitiu um telegrama vindo da representação do Brasil em Moscou um dia antes, no qual o embaixador brasileiro naquele país relatava informações sobre a hostilidade levada a cabo pelo embaixador argentino no Chile. Segundo o documento, o representante portenho em Santiago era “francamente contrário à aproximação Argentino-Brasileira, procurando

inclusive, nesse sentido, influenciar a chancelaria de Buenos Aires” (EMBAIXADA BRASILEIRA EM SANTIAGO, 2017a, p. 01).

No entanto, após retransmitir o telegrama de Moscou, a representação brasileira em Santiago fez questão de escrever ao governo brasileiro contrariando o colega no outro lado do planeta: “causou-me espécie a informação transmitida pelo despacho-telegráfico 87. Não acredito que seja verdadeira [...]. Tenho do embaixador argentino aqui [...] excelente impressão e só temos tido eu e meus colaboradores, provas de amizade pelo Brasil” (EMBAIXADA BRASILEIRA EM SANTIAGO, 2017b, p. 01). O embaixador brasileiro continua afirmando sua crença na inocência do colega argentino, declarando que a imprensa chilena, contrária ao governo brasileiro, era formada por “partidos marxistas e imprensa de esquerda, muitos auxiliados pelos brasileiros” (Ibidem). Segundo o representante do Brasil, o embaixador de Buenos Aires, pelo contrário, não teria tido contato com os opositores da ditadura brasileira. De fato, “a maioria dos jornais produzidos por brasileiros no Chile foi organizada estudantes e intelectuais ligados a organizações de esquerda”, mas a maioria não passou de publicações efêmeras e somente alguns conseguiram destaque na promoção das denúncias contra a ditadura (CRUZ, 2010, p. 10).

Os países da América do Sul estiveram no bojo das disputas entre Argentina e Brasil durante o século XX. Em uma disputa que foi além dos tratados econômicos, os governos dos dois países revezaram-se em apoiar governantes e em estabelecer acordos bilaterais que beneficiassem um e prejudicassem o outro. Um dos países mais afetados pela disputa Brasil-Argentina foi a Bolívia. A nação andina se viu submetida às intenções dos vizinhos mais poderosos.

3.1 A BOLÍVIA

“A Bolívia, hoje um dos países mais pobres do mundo, poderia vangloriar-se - se isso não fosse pateticamente inútil - de ter alimentado a riqueza dos países mais ricos” (GALEANO, 2010, p. 24).

Ainda que a tentativa de integração dos países da América do Sul tenha estado em pauta durante todo o século XX, isso não impediu que os dois maiores países do continente continuassem em permanente disputa, construindo alianças com os países vizinhos, fosse por meio de acordos políticos e econômicos ou pela imposição militar. Algumas dessas ações, inclusive, tiveram início mesmo antes da ditadura militar tomar o poder. Para se ter uma ideia, até janeiro de 1956, quando foi inaugurada a estrada de ferro entre Santa Cruz de la Sierra e

Corumbá, no Mato Grosso, os bolivianos dependiam inteiramente do porto de Buenos Aires para escoar as exportações do país. Com a construção da ferrovia, a Bolívia aproximou-se do governo brasileiro, passando a ter novas opções e acirrando a disputa Argentina/Brasil.

Inclusive, quando o governo brasileiro deu início, em 1940, as obras de construção desse trecho ferroviário que era fruto do acordo estabelecido com o Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, de 1938, já explicado anteriormente, a Bolívia passou a receber a atenção de grandes empresas petrolíferas estadunidenses, na tentativa de atrasar o acesso brasileiro às áreas atribuídas à sua prospecção, e da diplomacia argentina que não pretendia deixar que bolivianos e brasileiros se aproximassem ainda mais.

De certa forma, a ditadura brasileira deu continuidade ao Tratado de 1938 tentando implementar uma política comercial em relação aos hidrocarbonetos bolivianos, como visto no Estudo Sucinto Nº 015/1a.SC/73, também já tratado nesta tese. Outro documento, produzido em 12 de fevereiro de 1973, também assinado pelos ministros de Relações Internacionais, Indústria e Comércio e Minas e Energia, propunha a construção de um “complexo industrial fronteiriço, com unidades localizadas no território brasileiro e boliviano”. Era imprescindível ao Brasil o proveito do gás natural boliviano. Os ministros levavam em consideração o “acentuado aumento do petróleo e do gás natural” o que levaria a ditadura a conduzir “uma paulatina revisão da hipótese inicial de trabalho, envolvendo maiores quantidades, do que aquelas inicialmente previstas” (MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 2017, p. 01).

Alvo de constante observação de sua estrutura política e econômica por parte do governo brasileiro, a Bolívia tornou-se um parceiro fundamental no jogo político subimperialista. Um documento, datado de 1972, com 66 páginas tratando dos mais diversos temas em relação ao país vizinho, desde as questões relativas à organização político-administrativa do país, até o intercâmbio cultural com o Brasil, traz a ferrovia Santa Cruz de la Sierra/Corumbá como um potencial elo entre a produção brasileira e o Oceano Pacífico. A ditadura se mostrava, inclusive, bastante preocupada com o estado em que a estrada de ferro se encontrava:

A par da falta de recursos do governo boliviano para mantê-la em bom funcionamento, essa ferrovia ressentia-se do fato de servir zonas de reduzida população e escasso poder aquisitivo. A vocação desta ferrovia, que poderá torná-la rentável em breve prazo, é a de servir a um comércio de trânsito entre a Bolívia e o exterior e entre zonas de considerável potencial de complementação, como o parque industrial de São Paulo e a região andina da Bolívia. Para isso, porém, é necessário

construir o prolongamento até Cochabamba (EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA, 2017a, p. 57).

O documento afirma, ainda, que havia por parte do governo boliviano o interesse em ampliar e melhorar a estrada de ferro, mas que isso só deveria acontecer por meio de financiamento brasileiro para a aquisição do material rodante e de tração utilizado para o reequipamento da ferrovia. No entanto, a representação brasileira na Bolívia se mostrava preocupada com a situação econômica de La Paz e complementava o documento com a afirmação de que, “embora interessante, essa perspectiva deverá ser analisada à luz do já elevado grau de endividamento do governo boliviano para com o Brasil” (idem).

Mais adiante, o documento relembra o Convênio de Tráfego Recíproco e Intercâmbio de Material Rodante e de Tração assinado entre os dois países, em 1966, e que dava aos vizinhos “maior fluidez no transporte entre Santa Cruz e Santos e a utilização de locomotivas e vagões brasileiros, por empréstimo, pelas ferrovias da rede oriental boliviana” (ibidem, p. 58).

Esse convênio dava aos bolivianos uma opção para o escoamento de seus produtos para além dos acordos realizados com o governo argentino e, conseqüentemente, pesava a balança das disputas entre Brasília e Buenos Aires de modo favorável aos brasileiros que, de uma só maneira, ampliaram as relações comerciais com a Bolívia e, ainda, reduziram a importância argentina na região.

No entanto, no início da década de 1970, esse convênio parecia dar sinais de esgotamento em relação aos propósitos brasileiros:

Malgrado todas essas facilidades, a zona oriental da Bolívia pouco se vinha utilizando da via Corumbá-Santos para o seu intercâmbio com o exterior, recorrendo para isso, às ferrovias e portos argentinos e, residualmente, aos serviços chilenos e peruanos. Devia-se isso, às altas taxas das ferrovias e portos brasileiros, que, no caso das exportações de algodão boliviano, superavam em 11 dólares por tonelada as taxas argentinas (idem).

Da mesma forma, a Argentina procurava outras maneiras de se atrelar à economia boliviana. Em 1969, por exemplo, o Ministério de Relações Exteriores e Culto⁶⁸ de Buenos

⁶⁸ Desde 12 de outubro de 1898, quando foi criada a Lei 3727 que organizou os Ministérios do Poder Executivo da Argentina, que as responsabilidades do Ministério das Relações Exteriores passaram a incluir questões relacionadas ao poder religioso. No Artigo 9º, que versa sobre o Ministério, foram incluídos os parágrafos “12º Relaciones derivadas del libre ejercicio de subsistencia de las demás iglesias establecidas en el territorio de la Nación; 13º Concordatos; 14º Patronato erección de obispos y todo lo relativo á cabildos eclesiásticos y órdenes religiosas y seminarios; 15º Misiones religiosas entre los indios; 16º Todo lo relativo á instituciones pías de beneficencia ó de caridad pública, subvenciones a templos. hospitales casas de huérfanos, sociedades ó corporaciones benéficas y religiosas” (ARGENTINA, 2019).

Aires produziu o Informativo Relativo al Plan de Obras del Rio Bermejo⁶⁹. Essas obras vinham sendo planejadas desde 1967 (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - SUBSECRETARÍA DE RELACIONES EXTERIORES, 2018) e seriam uma importante rota de escoamento de mercadorias não só entre os dois países, mas, segundo o documento, também para Chile, Uruguai e Paraguai, “con lo que pasa a ser una realidad la intercomunicación ferro-fluvial, atlántico-Pacífico” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018a, p. 02). Além disso, abriria à Argentina, a possibilidade de ampliar a agricultura do país, pois, apesar da fertilidade do solo, cerca de 648.000 km² da chamada zona de influência das obras estavam desabitadas e já se tinha confirmado que “más de 120 productos agrícolas pueden producirse en esos solos donde la ganadería se desarrolla con una gran variedad de pasturas naturales” (ibidem, p. 03).

As Obras no Rio Bermejo eram, inclusive, uma destacada face aos planos hidrográficos brasileiros na América do Sul. Havia interesse argentino em fazer frente a malha hidrográfica brasileira, bem como ver o projeto de uma hidrovía continental sair do papel (ver figuras 08 e 09).

⁶⁹ Com 1.450 km, o rio Bermejo, na região do Chaco, é um dos mais importantes afluentes da Bacia do Prata. O rio nasce nas serras bolivianas de Santa Victoria e desemboca no rio Paraguai, tendo sua maior parte no território argentino. Servindo, inclusive, de limite entre Bolívia e Argentina por 75 km.

Figura 09 - Projeto da hidrovia continental e seus devidos rios

PROYECTO DE DESARROLLO DE LA FUTURA HIDROVIA CONTINENTAL
DEL PLATA AL ORINOCO Y SU SALIDA AL MAR DE LAS ANTILLAS

Océano Atlántico - Río de la Plata - Río Paraná - Río Paraguay -
Río Taquirí - Río Alto Araguaya - Río Tocantins - Río Amazonas -
Río Negro - Río Casiquiare - Río Orinoco - Océano Atlántico (Mar
de las Antillas)

Desarrollo de la navegación

Nº	Desde	Por	Hasta	Kilometraje	
				Parc.	Acumulab.
1	Boca del Plata	Río de la Plata	Delta del Paraná	220	220
2	Delta del Paraná	Río Paraná	Río Paraguay	1.240	1.460
3	Río Paraná	Río Paraguay	Río Pilcomayo	390	1.850
4	Río Pilcomayo	Río Paraguay	Río Apa	540	2.390
5	Río Apa	Río Paraguay	Bahía Negra	320	2.710
6	Bahía Negra	Río Paraguay	Río Taquirí	230	2.940
7	Río Paraguay	Río Taquirí	Alto Araguaya	500	3.440
8	Alto Araguaya	Río Araguaya	Río Tocantins	1.600	5.040
9	Río Araguaya	Río Tocantins	Muaná	460	5.500
10	Muaná	Canal S. Amazonas	Gurupá	450	5.950
11	Gurupá	Río Amazonas	Obidos	600	6.550
12	Obidos	Río Amazonas	Manaos	600	7.150
13	Manaos	Río Negro	El Carmen	1.230	8.380
14	El Carmen	Río Negro	Río Casiquiare	100	8.480
15	Río Negro	Río Casiquiare	Orinoco	225	8.705
16	Río Casiquiare	Río Orinoco	Océano Atlántico	1.550	10.255

COMICIÓN NACIONAL DEL RÍO BERMEJO, 2018, p. 06.

O governo argentino oferecia, também, auxílio técnico aos congêneres em La Paz. No mês de abril de 1972, por exemplo, um grupo de engenheiros bolivianos do Serviço Nacional de Estradas, da Corporação Boliviana de Fomento e do Comando de Engenharia do Exército, foi convidado pela Direção Nacional de Estradas da Argentina para o Seminário de Engenharia de Pontes e visitas a grandes estruturas, com duração de três semanas (SERVICIO NACIONAL DE CAMINOS DE BOLÍVIA - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO; DIVISÃO DE CONSTRUÇÕES; DIVISÃO DE PONTES, 2018).

Não obstante, em julho de 1971, por iniciativa do Itamaraty, teve início uma série de reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Cooperação Econômica e Técnica na tentativa de ampliar as relações econômicas entre os dois países e aumentar o intercâmbio de mercadorias. Essas reuniões parecem ter surtido o efeito de ampliação da confiança boliviana no governo brasileiro. Prova disso é que em dezembro de 1971, a embaixada brasileira em La Paz enviou um memorando à Secretaria de Estado das Relações Exteriores no qual informava sobre a reunião da Comissão Mista Bolívia-Argentina que ocorreria no dia 06 daquele mês. Segundo a representação brasileira, o chanceler boliviano garantiu que não trataria “da eventual construção da Ferrovia Santa Cruz-Cochabamba [...] declarando que essa construção tem de ser feita com o Brasil e não com a Argentina” (EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA, 2017b).

Além disso, ainda como resultado da reunião mista Brasil-Bolívia, foram adotadas medidas de racionalização e redução das taxas brasileiras, o que tornou o Brasil responsável pelo escoamento de 30% de toda a produção algodoeira boliviana já em 1972. Essas reuniões previram uma “participação substancial, também, no transporte de açúcar, das madeiras e de outros produtos de exportação do Oriente Boliviano” (SERVICIO NACIONAL DE CAMINOS DE BOLÍVIA - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO; DIVISÃO DE CONSTRUÇÕES; DIVISÃO DE PONTES, 2018, p. 06).

A primeira dessas reuniões, inclusive, ajudara a incrementar rapidamente as relações entre os dois países. Ao mesmo tempo em que o governo boliviano propunha à ditadura brasileira a venda de hidrocarbonetos e derivados, o governo brasileiro não só se propôs a estudar esta possibilidade, bem como ainda se prontificou a engendrar facilidades para que:

Un grupo de representantes de empresas mineras estatales y privadas bolivianas visite los centros industriales brasileños afin de celebrar conversaciones con importadores y empresarios del sector de minerales y metales, [...] para los cuales existe mercado potencial en Brasil (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA BOLÍVIA, 2017, p. 01).

Sobre as ligações rodoviárias, em 1972, o Brasil possuía cinco rodovias fronteiriças com a Bolívia: as BRs 262, ligando Vitória à Corumbá; 70, que ligava Brasília, Cuiabá e Marco São Matias; 416, de Mato Grosso à Cáceres; 319, entre Guajará, Mirim, Abunã, Porto Velho e Manaus; e a 317, ligando Lábrea, Boca do Acre, Rio Branco, Brasiléia e Assis Brasil.

No entanto, o prolongamento dessas rodovias em território boliviano não passava de 90 quilômetros e a maioria delas estavam em péssimas condições de tráfego, o que levou o governo brasileiro a agir. Em setembro de 1971, por exemplo, o governo brasileiro comprometeu-se a

construir uma ponte internacional sobre o rio Mamoré; realizar os estudos e o projeto de engenharia da rodovia La Paz-Cobija; efetivar a pavimentação da rodovia Guajará-Mirim-Abunã-Porto Velho, em um prazo máximo de dez anos. Nos três casos, não haveria ônus ao governo da Bolívia (EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA, 2017c, p. 60).

Para garantir as ligações rodoviárias entre os dois países caberia ao governo brasileiro, quando necessárias, a construção de pontes. O documento de 1972 recomendava diversas novas construções, entre elas o acesso a Rodovia Ramón Gomez, sobre o arroio Conceição, construída em 04 de abril daquele ano. Essa seria a conexão entre a cidade de Miranda, na Bolívia, e Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul, pela BR 262.

Da mesma forma, a ditadura brasileira mantinha estreitos laços diplomáticos com o país vizinho. Em outubro de 1981, por exemplo, a chancelaria boliviana solicitou a ajuda brasileira para a aprovação durante a XII Reunião de chanceleres da bacia do Prata, que ocorreria em Santa Cruz de la Sierra no novembro seguinte, do projeto de aproveitamento das águas do rio Pilcomayo em obras de irrigação, produção de energia, controle de erosão e sedimentação (EMBAIXADA DA BOLÍVIA NO BRASIL, 2017a). Em 02 de dezembro daquele mesmo ano, foi a vez da embaixada boliviana, em Brasília, enviar ofício a chancelaria brasileira agradecendo ao “apoyo prestado a la solicitud boliviana para incluir en la Agenda del XI Período Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de la OEA el tema relativo al “Problema marítimo de Bolivia” (EMBAIXADA DA BOLÍVIA NO BRASIL, 2017b). O documento segue demonstrando a gratidão pelos esforços brasileiros para o escoamento das mercadorias bolivianas pelo oceano. A ditadura brasileira, inclusive, atuava constantemente na contenda com Chile, em apoio a antiga luta boliviana por uma saída para a questão marítima do país. Nesse último documento, ainda, a chancelaria do país andino deixa clara a gratidão com o Brasil dizendo que considerava “altamente significativo para el gobierno de Bolivia la disposición del ilustrado Gobierno del Brasil de acompañar con sumo interés los esfuerzos que se vienen realizando para lograr una solución satisfactoria a la mediterraneidade boliviana”.

Esse frequente apoio, no entanto, para além dos acordos com o país andino, tornara indispensável para a ditadura brasileira a manutenção de uma contínua vigília sobre o cenário político boliviano, assim como sobre as relações internacionais daquele país. Além do documento “O movimento subversivo na América Latina - Bolívia: alvo prioritário” esmiuçado no início deste capítulo, é comum encontrar, entre o acervo do Arquivo Histórico Nacional, documentos como o intitulado *Relações Bolívia Chile*, (EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA, 2017d, p. 1-2), produzido em fins da década de 1960 e que traça um histórico das

relações entre os dois países vizinhos na perspectiva de uma visita do mandatário chileno, Eduardo Frei Montalva, à Brasília, tendo o Brasil o papel de mediador da questão marítima.

Da mesma forma, em 1973, o Conselho de Segurança Nacional, aproveitando as negociações entre a diplomacia brasileira e a boliviana na questão dos hidrocarbonetos, elaborara um relatório intitulado *Aspectos políticos e militares da Bolívia* (SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017b, p. 01-04), este contém informações a respeito do governo do então presidente Hugo Banzer e das medidas políticas adotadas no interior das FFAA do país.

Outrossim, a subsecretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional demonstrava preocupação com a posição de setores políticos e da opinião pública que tendiam a apoiar uma aproximação boliviana ao governo argentino. De acordo com o documento, “nos meios políticos e militares bolivianos identificam-se duas linhas de opinião distintas, uma tendente a uma maior aproximação com o Brasil, enquanto a outra tende para a Argentina” (ibidem, p. 03). Para o CSN essa aproximação se dava, em grande medida, pela ação de militares estrangeiros em território boliviano, o que fazia a balança pender contra o Brasil, já que “sob este aspecto a Marinha argentina leva uma grande vantagem, por contar com uma missão naval na Bolívia, composta de significativo número de militares” (idem).

O acordo que deu origem à missão naval argentina na Bolívia, foi firmado em 19 de setembro de 1964, mas só seria efetivado de fato, em 1970, entre o Ministro de Relações Exteriores e Culto da Bolívia, Edgar Camacho Omiste e o seu colega argentino, Luis Maria de Pablo Pardo. A missão tinha como objetivo “prestar el asesoramiento técnico profesional a la Fuerza Naval Boliviana en todo lo relativo a problemas y asuntos navales” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA BOLÍVIA, 2018).

Mesmo com a ditadura brasileira trabalhando constantemente para reduzir a aproximação entre Bolívia e Argentina e para garantir a preponderância brasileira sobre os negócios bolivianos, a vigilância sobre a política externa do país andino era contínua e sempre demonstrando preocupação do lado brasileiro. Em 1978, o chefe da Divisão da América Meridional do Ministério das Relações Exteriores, Rubens Ricupero, enviou um telegrama ao então diretor da Petrobras, Paulo Vieira Bellotti, expressando apreensão em relação a possibilidade do aumento de “quase 100 por cento [n]o volume d[as] vendas de gás à Argentina que passariam de quatro e meio milhões de metros cúbicos para cerca de oito e meio milhões” podendo, inclusive, comprometer negociações de aumento na venda de gás ao Brasil

(MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA BOLÍVIA, 2018).

Outra fonte de oposição aos brasileiros estava no jornal *Presencia*. Segundo o CSN, o periódico que era dirigido por religiosos fazia “uma sistemática campanha anti-brasileira, através de inserção de pequenas notícias que procuram contestar o desenvolvimento nacional, principalmente no que se refere a contenção da inflação e ao bem estar do povo” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA BOLÍVIA, 2018). Há tempos que a publicação se opunha ao governo brasileiro. Em 1970, por exemplo, em editorial de agosto daquele ano, aparece o apoio a colaboração Argentino-boliviana às iniciativas argentinas de cooperação com La Paz para a construção de escolas técnicas (EMBAIXADA DA BOLÍVIA NA ARGENTINA, 2018). O texto dizia, segundo o informe da embaixada boliviana na Argentina, que a ação de Buenos Aires: “es una de las pruebas más objetivas de la preocupación del país vecino por contribuir a nuestro desarrollo integral y equilibrado [...], constituyendo una muestra más, de los lazos de amistad que nos unen”. De fato, em 1974, seria entregue a escola General Manuel Belgrano⁷⁰, na cidade de Tarija, Sul da Bolívia, “teniendo en cuenta que el Gobierno de la República Argentina ha concluido la construcción y equipamiento del edificio y que por Decreto Supremo N° 192 del 22 de Febrero de 1974 ha donado el mismo al Gobierno de la República de Bolivia, quién aceptó la donacion por D.S. N° 11530 de fecha 14 de junio de 1974” EMBAIXADA DA ARGENTINA NA BOLÍVIA, 2018).

Outro ponto referente às atitudes de Brasília em relação a La Paz, é o de que as embaixadas brasileiras em outros países eram informadas e preparadas para se posicionarem em relação ao que se passava em meio ao governo boliviano. Em 02 de fevereiro de 1970, por exemplo, a representação brasileira na Argentina recebeu um memorando do Ministério de Relações Exteriores que demonstrava a inquietação da ditadura sobre as eleições bolivianas daquele ano. De acordo com o documento, durante o curto governo do General Alfredo Ovando Candia, as mesmas pressões sofridas pelo Palácio do Planalto para fornecer armas e apoio logístico contra os focos guerrilheiros na Bolívia, ocorriam com o governo da Casa rosada. A chancelaria afirmava que a estrutura política de Candia estava dividida entre duas facções: uma à esquerda e outra à direita e que o presidente se equilibrava entre esses dois grupos para

⁷⁰ Em 1813, o General Belgrano, um dos heróis da independência argentina, destinou cerca de 80 quilos de ouro para a construção de quatro escolas públicas onde encontram-se, atualmente, as províncias de Jujuy, Tucumán y Santiago del Estero, na Argentina e Tarija, na Bolívia. Das quatro escolas, a primeira foi a de Jujuy, construída em 1813, mas fechada dois anos depois por conta dos conflitos existentes à época, a de Tarija, erguida em 1974, em 1998 foi a vez de Tucuman e, em 2004, novamente Jujuy. Ver mais em Infobae (2019).

permanecer no poder. Nas eleições daquele ano, vencidas por Juan José Torres Gonzáles, portanto, estava em jogo uma transformação à esquerda por parte do governo boliviano e a ditadura brasileira estava pronta para barrar essa mudança (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017a).

Segundo o memorando, caso a embaixada fosse questionada sobre a posição brasileira, a resposta deveria ser:

1) [...] Vemos com legítima preocupação o desenvolvimento da situação boliviana, no sentido de que possa esse país amigo estar sendo vítima de uma conspiração Castro-comunista que, se vencedora, colocará (Sic.) em antagonismo com governo brasileiro, cujas bases filosóficas não se compadecem com o comunismo [...] 2) que na hipótese acima considerado o governo brasileiro não poderá (Sic.) deixar avolumar-se uma frente hostil e empregaram o melhor de seus esforços no sentido de impedir a formação de qualquer influência perturbadora da tranquilidade de suas populações fronteiriças [...] 3) na condição de que esta é (Sic.) também a posição desse governo, o governo brasileiro deseja manter a mais estreita e constante troca de informações com governo argentino (idem p. 01).

De fato, como vimos, a eleição do presidente Torres fez com que a ditadura brasileira se movimentasse para apoiar iniciativas de golpe de Estado para a derrubada do presidente, assim como a organização de uma rede de informações sobre a situação política daquele país. La paz possuía uma grande importância política e estratégica “ya que en su territorio confluyen los tradicionales intereses de la expansión horizontal brasileña, en su constante marcha hacia el Pacífico, y la proyección vertical de la Argentina, hacia un ámbito geográfico considerado indispensable” para a estratégia diplomática argentina (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 05).

A Bolívia era de interesse de Brasil e Argentina, mas, também, alvo de conversas entre Nixon e Médici em dezembro de 1971. Em reunião na Casa Branca, o ditador brasileiro relatara ao presidente dos Estados Unidos que agia “dentro do limite de seus recursos [...] tentando ajudar seus vizinhos, particularmente a Bolívia, que estava em dificuldades realmente desesperadoras”. Sem especificar quem, Médici afirmou ter recebido a visita “de um Ministro do Gabinete boliviano que pediu 30.000 toneladas de açúcar, para começar a pagar após um período de três anos, podendo ser estendido por mais de dez anos”. Tal pedido foi recusado, mas “o ministro boliviano disse que isso não era uma venda normal; se houvesse escassez de açúcar na Bolívia, o governo cairia e a extrema esquerda assumiria o controle”. Médici, teria acatado o pedido, emitindo “instruções para que o açúcar fosse disponibilizado nestes termos. para os bolivianos”. Não satisfeito, o ministro boliviano fez outro pedido sob os mesmos

marcos: “dez caças a jato brasileiros Xavantes”. O que deixara o mandatário indignado pois era “ridículo que um país que estava com dificuldades econômicas estivesse comprando caças a jato”. Médici acrescentou que tinha muita dificuldade em “lidar e compreender a mentalidade hispano-americana” e sentia que deveria ser ainda mais difícil para o presidente Nixon. O ditador brasileiro finalizou “dizendo ironicamente que o Brasil e os Estados Unidos tinham dificuldades em lidar com os latino-americanos: isto é, que os brasileiros falavam português e os americanos inglês” (nossa tradução) (KISSINGER, 2017a, p 04).

De forma subjetiva, a fala de Médici evidencia um sentimento de igualdade de forças em relação ao presidente dos Estados Unidos, da mesma forma que demonstra a posição brasileira de não se encaixar como país latino-americano a partir de uma pretensa superioridade, algo que era parte do imaginário brasileiro desde o processo de independência:

O Visconde do Uruguai também resumia a política externa do Brasil no período do Império. O país deveria ter um lugar hegemônico na América do Sul, mantendo distância de seus vizinhos, não considerados como “iguais”. A monarquia brasileira havia demonstrado, na ótica desses políticos e publicistas, sua “natural” superioridade. O Brasil continuava a olhar para a Europa, vale dizer Grã Bretanha e França, fonte irradiadora da “cultura, do progresso e da civilização”. Tais valores não poderiam ser encontrados nos vizinhos que nos rodeavam (PRADO, 2001, p. 138).

Acontece que com a chegada dos militares ao poder no Brasil, em 1964, as ações do governo foram elevadas a outro nível, inclusive com a conspiração para a derrubada de presidentes eleitos em países da América do Sul, fazendo com que, não só a Bolívia, mas países como Paraguai, Chile e Uruguai passassem a gravitar cada vez mais em torno da órbita brasileira.

3.2 O URUGUAI

“Uruguai, país de velhos; entretanto nenhuma outra nação tem sido tão castigada, por uma crise que parece arrastá-la aos últimos círculos dos infernos” (GALEANO, 2010, p. 08).

Se o Brasil mantinha a Bolívia sobre sua zona de domínio, por outro lado, em 1959, o Partido Colorado uruguaio, aliado do Brasil desde 1864 e que comandava o país havia 95 anos, fora derrotado pelo Partido Nacional, abrindo caminho para a expansão dos objetivos argentinos na região:

O Brasil, cujas atenções se concentravam sobre o Paraguai e a Bolívia, não se preocupou com a mudança na política interna do Uruguai, onde a Argentina, aproveitando a oportunidade, começou a desenvolver agressivo e incansável trabalho de aproximação e penetração, de modo a atraí-lo para sua órbita, submetê-lo à sua hegemonia e recompensar a redução que sofrera seu predomínio sobre outros países da região (BANDEIRA, 2010, p. 291-292).

Até as eleições de 1971 e, mais ainda, até o golpe de Estado de 1973, a Argentina mantinha uma aproximação com o Uruguai, procurando garantir seus interesses na região. Em julho de 1970, por exemplo, o então presidente Roberto Marcelo Levingston recebeu um memorando do Ministro de Relaciones Exteriores y culto, Luis Maria de Pablo Pardo informando sobre o acordo que os mandatários dos dois países assinariam sobre a questão dos hidrocarbonetos na bacia do Rio da Prata. O documento visava “promover una labor conjunta para la exploración de hidrocarburos en el lecho del Río de la Plata” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018b, p. 01).

A intenção do acordo era que Uruguai e Argentina trabalhassem na “exploración, explotación, industrialización, distribución y comercialización conjunta de hidrocarburos en el Río de la Plata” (idem) e a chancelaria argentina acreditava que “una Declaración presidencial podría tener el valor de un importante precedente” (ibidem, p. 02) na exploração conjunta dos hidrocarbonetos.

Outrossim, Buenos Aires mantinha sua atenção voltada ao Uruguai, mas sem esquecer dos outros Estados da região. Sabendo do esforço brasileiro para ter a Bolívia (como já foi visto) e o Paraguai (tema que exploraremos mais adiante) gravitando na órbita de Brasília, os argentinos levavam a cabo esforços de aproximação com esses países.

Em março de 1970 o Ministério de Relaciones Exteriores e Culto da Argentina enviou um memorando a presidência da República sugerindo propôr ao governo do Uruguai um acordo de livre comércio entre os dois países e “este acuerdo podría incluir eventualmente a Paraguay y Bolivia” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018, p. 01).

A ideia era criar um Tratado de Livre Comércio entre os dois países que deveria ter duração de até seis anos, entre 1972 e 1978. Incluindo, no entanto, uma cláusula que dava “el derecho de ambos os países de excluir un cierto número de productos del proceso automático de desgravación” (ibidem, p. 02).

Para demonstrar a boa vontade argentina em relação ao acordo, a chancelaria aconselhava o governo a atender as necessidade comerciais imediatas uruguaias deixando claro as intenções de caminhar com “el proceso de integración [...] se propondo adoptar de inmediato

una desgravación del 25% para todos los productos que figuran en la Lista Nacional Argentina que, con esa reducción, pasarían a registrar por un año en la lista de ventajas no extensivas del Uruguay” (Idem).

Na realidade, a principal intenção por trás da proposta era a criação de uma União Aduaneira que incluía, também, o Paraguai. Tal união quase se concretizou durante a administração do presidente Perón, não fosse a pressão da ditadura brasileira sobre o governo de Montevideu.

Em setembro de 1973, apenas doze dias após o golpe de Pinochet, no Chile, Juan Domingo Perón voltou à presidência da Argentina com 62% dos votos, depois da renúncia de Héctor Cámpora. Como medida imediata, tentando restabelecer o poder regional, Perón passou a visitar os países vizinhos na tentativa de conseguir acordos que favorecessem o seu país. Com pouco mais de um mês de volta à Casa Rosada, Perón viajou para Montevideu, onde propôs ao colega Juan Maria Bordaberry a união aduaneira entre Buenos Aires e Montevideu, imediatamente rechaçada pelo Brasil:

O Brasil opôs-se à união aduaneira entre o Uruguai e a Argentina, receando que ela evoluísse para uma união política, e advertiu o governo de Montevideu no sentido de que em defesa da própria soberania não aceitasse aquele oferecimento [...] impedi[ndo] qualquer integração econômica com a Argentina, com a qual as relações do Brasil, por causa da represa de Itaipu, atravessavam enormes dificuldades (BANDEIRA, 2010, p. 417).

Além disso, o que talvez seja o ponto primordial do documento de março de 1970, nele a chancelaria solicitava ao governo de Buenos Aires que “las secretarías de la Industria y Comercio Interior, da Agricultura y Ganadería y de Minería deberían trabajar en la materia bajo la coordinación de la Secretaría de Comercio Exterior”. Isso porque o “plan de integración argentino con el Uruguay no envuelve solamente intereses económicos sino también, y de una manera primordial, intereses políticos”. O documento finaliza afirmando que “también sería recomendable que adelante el mismo tipo de trabajo respecto de una eventual integración con Paraguay y Bolivia”.

Fica nítido, portanto, que apesar da proximidade do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, os argentinos não deixavam por menos e procuravam meios de suplantarem esse distanciamento ao mesmo tempo que ampliavam as relações com o governo uruguaio. Essa aproximação era mantida, mas não sem o constante cuidado de Buenos Aires em relação à política interna do país vizinho. Em 1970, por exemplo, a embaixada estava constantemente a par das negociações com os guerrilheiros Tupamaros para a liberação do côsul brasileiro Dias

Gomide e do agrônomo estadunidense Claude Fly. Em documento de 06 de outubro daquele ano, a representação argentina detalhava a proposta que alguns meios de comunicação tinham de mediar:

un acuerdo mediante el cual se produciría la liberación del Cónsul brasileño Dias Gomide y del técnico norteamericano, doctor C. Fly, en cuyo los diarios “EL DÍA”, “EL PAÍS”, “B. P. COLOR”, “YA!”, ACCIÓN” y las radios MONTECARLO, CX 16 Radio CARVE, CX 18 Radio EL ESPECTADOR, SAETA Canal 10, darían a publicidad el manifiesto problema del M.N.L. (EMBAIXADA DA ARGENTINA NO URUGUAI, 2018b, p. 01).

Segundo o documento, o acordo estava sendo tratado diretamente entre os guerrilheiros e as emissoras, de forma totalmente privada, sem a participação do Estado uruguaio e a proposta consistiria na publicação de um texto que não contivesse “expresiones insultantes u ofensivas para nadie, ni términos cuyo empleo configura la violación de normas en vigor, y su extensión no será mayor de mil palabras. Dicho texto será difundido, sin enmiendas e ininterrumpidamente” (ibidem, p. 02), contanto que os sequestrados fossem, de fato, colocados em liberdade.

De acordo com um anexo enviado pela embaixada e subscrito por El País, El Día, El Diario, B. P. Color, Ya, Montecarlo, Acción, CX 16 Radio Carve, CX 18 Radio El Espectador e Saeta Canal 10, cada veículo transmitiria o texto sob os seguintes formatos:

a) los diarios lo incluirán en páginas tres o cinco, con características gráficas de los emitidos, bajo el título “MANIFIESTO” en composición a cuatro columnas. b) las emisoras de radio leerán dicho texto entre las doce y las catorce horas, con igual título. c) los canales de TV leerán dicho texto, con igual título, entre las veinte y las ventitres (sic.) horas, “en off” y con placa fija que dirá “MANIFIESTO” (Ibidem p. 02-03).

Os Tupamaros eram parte primordial da vigilância argentina no Uruguai. Em 1969, a embaixada informara as medidas adotadas pelo governo vizinho em relação a “ocho funcionarios policiales [que] fueron asaltados en cinco atentados perpetrados entre las 6,15 y 7,15, y despojados de sus armas. En uno de los incidentes un policía fue baleado y falleció poco después” (EMBAIXADA DA ARGENTINA NO URUGUAI, 2018c, p. 01).

Conforme o documento, foram editados dois decretos presidenciais: o primeiro dava à Justiça Militar o poder de julgar quem contra ela cometesse atentados; o segundo proíbia qualquer propaganda de grupos de esquerda em qualquer meio de comunicação:

Los años que transcurrieron entre finales 1968 y 1973, al igual que en la región, se caracterizaron por la radicalización de las posiciones ideológicas de los distintos sectores políticos; por el significativo crecimiento de los grupos de izquierda, lo que

en Uruguay significó una amenaza para la pervivencia del bipartidismo y generó reacción en la mayoría de los sectores que conformaban al Partido Nacional y al Partido Colorado; por el recurso a la violencia como medio de acción política y por la creciente presencia de militares en asuntos de gobierno. En lo económico, comenzaron a ser cada vez más evidentes los límites del modelo de crecimiento hacia adentro que se había consolidado en el período previo e impactar negativamente en las relaciones entre patrones y trabajadores, y a ser más fuertes los proyectos de reforma del modelo económico en un sentido liberalizador (IGLESIAS; FRANCO, 2011, p. 101).

A embaixada, no entanto, estava ciente de que tais ações poderiam “levantar violentas críticas en determinados círculos políticos y parlamentarios de la izquierda que le han estado haciendo el juego a los grupos subversivos Tupamaros o de cualquier otro origen” (ibidem p. 02).

As condutas do grupo, como os assaltos, por exemplo, eram sempre comunicadas ao Ministério das Relações Exteriores e Culto, como o ocorrido em 12 de novembro de 1969, quando “elementos del MLN asaltaron el Departamento de Préstamos Pignoratícios de la Caja Nacional de Ahorros y Descuentos robando alrededor de 12 millones de pesos uruguayos en efectivo y más de 1.500 millones de pesos en joyas allí depositadas” (EMBAIXADA DA ARGENTINA NO URUGUAI, 2018d, p. 01). No mesmo dia, os tupamaros teriam assaltado, também, uma agência e cobrança da “UTE (Usinas y Teléfonos del Estado) [...] llevaron medio millón de pesos en efectivo y un millón en cheques. Se apoderaron también del uniforme y placa del agente policial que custodiaba el local” (ibidem, p. 02).

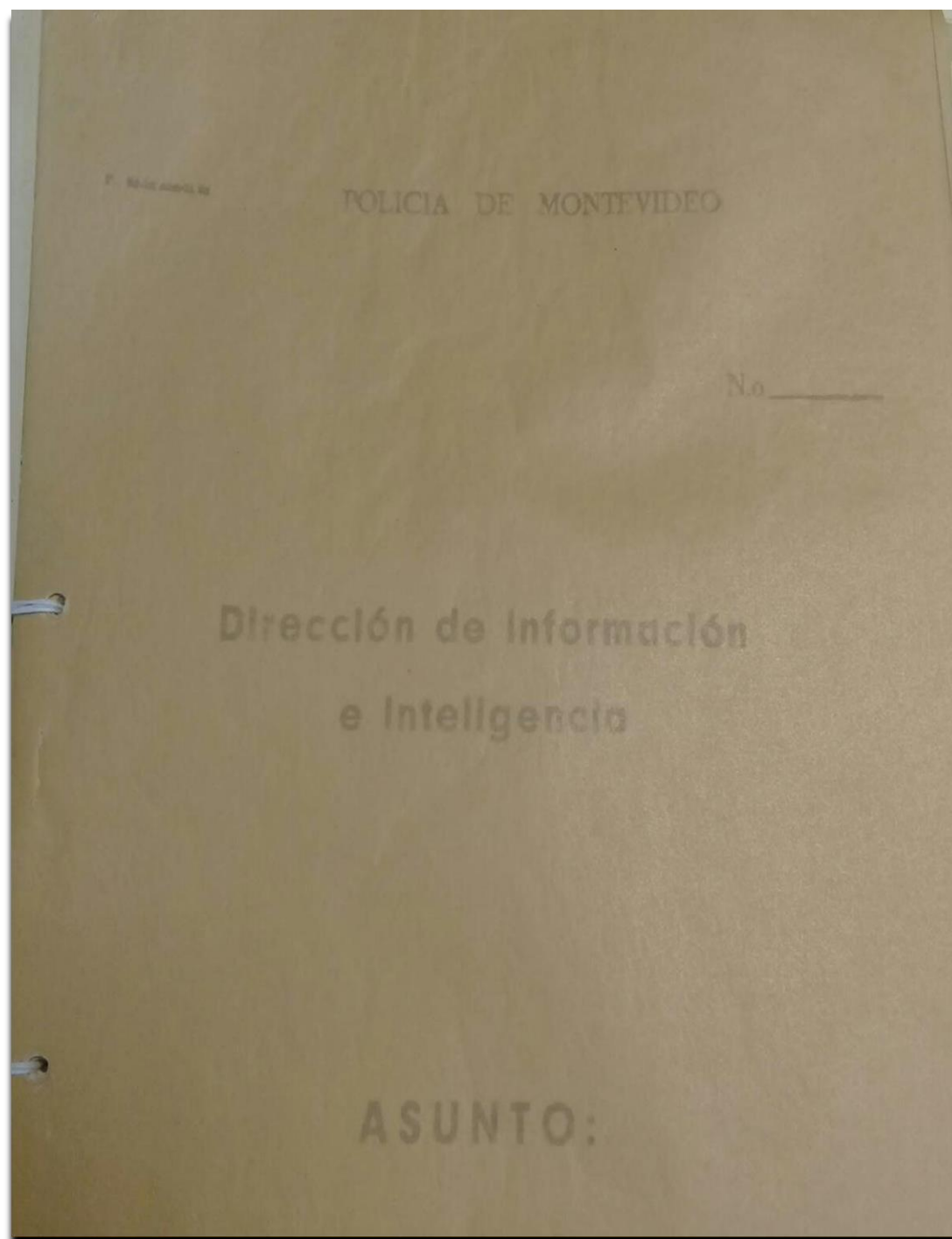
Da mesma forma, a representação argentina, acompanhava o desenrolar das negociações entre o governo uruguaio e os guerrilheiros. Ao passo que, após o assalto do Departamento de empréstimos e penhores, os Tupamaros propuseram devolver as jóias penhoradas que tivessem valor inferior a 50 mil pesos, o que, segundo a embaixada, era uma maneira de recuperar o apoio da população já que a ação havia causado forte rechaço. Outro ponto de vigilância se dava sobre o processo dos guerrilheiros presos, como Raúl Sendic Antonaccio, um dos principais dirigentes do MLN. O caso do militante estava na Suprema Corte Uruguaia para que se decidisse de quem era a competência de julgá-lo, se da justiça civil ou militar. “La defensa sostiene que el paso de los acusados a la justicia militar es inconstitucional. Ha trascendido que el MLN ha hecho llegar amenazas a los miembros de la Corte Suprema para evitar el pase de los acusados al fuero castrense” (idem).

Nesse período, como bem constatado pela embaixada argentina, “el proceso uruguayo sufre una permanente agudización” ((EMBAIXADA DA ARGENTINA NO URUGUAI, 2018c, p. 03).

Além das ações guerrilheiras, havia mais com o que se preocupar durante as eleições uruguaias de 1971. Assim como a ditadura brasileira via o surgimento da Frente Ampla como uma possível ameaça, Buenos Aires encarava a situação como uma advertência em relação aos interesses argentinos na região e, por isso, o desenrolar da campanha eleitoral daquele ano foi observado de perto pela representação da Casa Rosada em Montevideú.

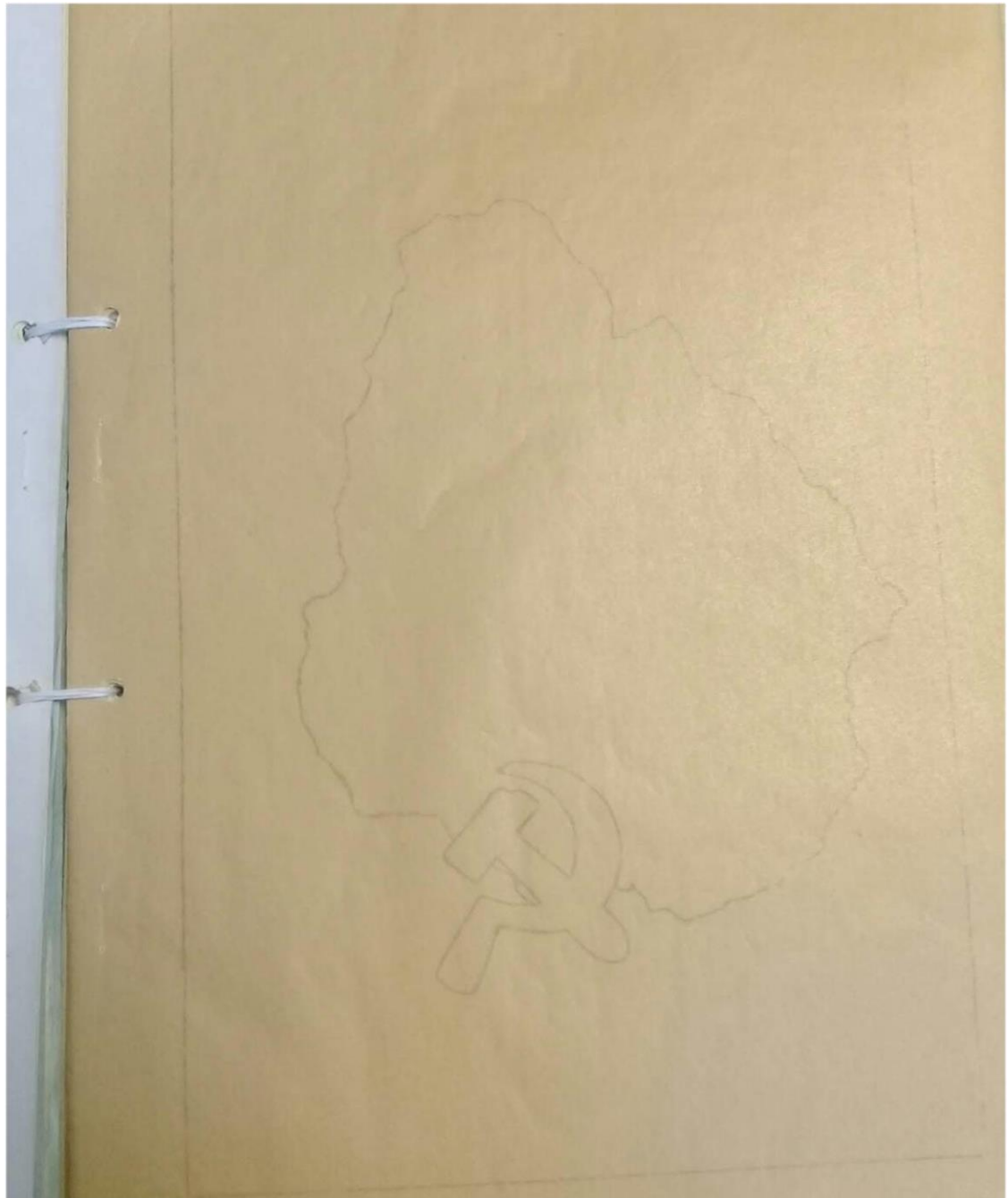
Já em dezembro de 1970, um relatório da Direção de Informação e Inteligência da Polícia de Montevideú, anexado a uma correspondência da Embaixada da Argentina, detalhava as atividades do Partido Comunista no Uruguai desde a fundação deste, em 21 de setembro de 1920. Infelizmente, o anexo já está muito danificado pelo tempo e pouca coisa é possível compreender além da capa e do desenho da primeira folha (ver figuras 4 e 5).

Figura 10 - Capa do relatório da polícia de Montevideu sobre o “perigo” comunista no Uruguai



EMBAIXADA DA ARGENTINA NO URUGUAI. [Relatório] 29 dez.. 1970, Montevideu [para] Luis Maria de Pablo Pardo - Ministro de Relaciones Exteriores e Culto da Argentina, Buenos Aires. 7f. XX Congreso do Partido Comunista Uruguayo. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018e, anexo p. 01.

Figura 11 - Primeira página do relatório com o título em formato de desenho



Ibidem, anexo p. 02.

O documento da embaixada, trata, sem dar muitos detalhes, do XX Congresso do Partido Comunista Uruguaio, realizado em 28 de dezembro de 1970, e das 29 representações internacionais do PC que dele participaram. Entre elas, comitivas da “URSS, Bulgária, França, Itália, Chile, Ecuador, Paraguay, Colombia, Perú, España, Colombia (sic.) y la Argentina”

(idem p, 01). Inclusive, foi a partir da embaixada brasileira em Montevidéu que “foram montados, diversos dossiês e análises sobre as atividades do movimento comunista na América do Sul, com destaque para a Argentina e o próprio Uruguai” (FILHO, 2008, p. 83).

Um informe de 27 de julho de 1971 demonstrava a preocupação da embaixada argentina em Montevidéu em relação aos meios encontrados pela Frente Ampla para seguir conseguindo votos e a simpatia da população uruguaia. Segundo o documento as atividades políticas do grupo seriam divididas em dois momentos: primeiro em Montevidéu, onde “el Frente Amplio, nueva agrupación política izquierdista de Uruguay, está ensayando una nueva fórmula de hacer proselitismo, que consiste en repartir propaganda casa por casa, discutiendo con sus ocupantes y procurando captar sus votos” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DIREÇÃO GERAL DE INFORMAÇÕES, 2018, p. 01). Para a embaixada, a Frente Ampla se concentrava em montevidéu pois, ali, o grupo tinha maior aceitação, no entanto, as esquerda procurava estender as atividades ao interior do país, locais em que os partidos Blanco e Colorado eram mais tradicionais; isso nos leva a segunda experiência que “la realizarán en el Departamento de Canelones, donde estiman que los pequeños productores han sido los más afectados por la crisis económica que sufre el país” (idem).

Se o governo argentino se preocupava com os acontecimentos no Uruguai, do lado brasileiro não era diferente. A tradição democrática uruguaia foi preponderante para a recepção de exilados brasileiros no país. Segundo Fernandes (2009, p. 04) estima-se que tenha sido entre 500 e 1.000 pessoas. Entre elas estavam figuras importantes como João Goulart, Leonel Brizola e Darcy Ribeiro. Além disso, a fronteira uruguaia era constantemente atravessada por brasileiros levando informações aos exilados. “Paralelamente, essa rota de passagem também foi utilizada por espões e agentes policiais que, além de controlarem os exilados que ali estavam, passaram a treinar agentes uruguaio nas medidas repressivas, principalmente no tocante à tortura” (ibidem, p. 05). Evidentemente que Brasília compreendia o Uruguai como um dos países primordiais para o projeto geopolítico brasileiro “inclusive, por causa da histórica rivalidade na região com a Argentina. Em função disso, a fronteira do Rio Grande do Sul sempre foi área de concentração militar e, durante a ditadura, considerada zona de segurança nacional” (idem).

Contrário ao que afirma Bandeira (2010), Brasília mobilizava-se, em relação às ações do governo uruguaio e, ao mesmo tempo, procurava evitar um confronto direto com Buenos Aires acerca do assunto. Em 1971, de acordo com documento já citado nesta tese, enviado pelo diplomata Antônio Francisco Azeredo da Silveira, informando da reunião do adido do exército

em Buenos Aires, Coronel Sebastião José Ramos de Castro com o Coronel argentino Carlos Guillermo Suárez Mason⁷¹, os oficiais argentinos estavam preocupados com a possível atitude militar do Brasil contra o Uruguai e Mason afirmava que essa atitude poderia ser encarada por setores das FFAA argentinas como uma possível hostilidade a Buenos Aires. “O coronel Mason sugeriu que se incrementasse do modo mais amplo possível o intercâmbio de oficiais e as visitas de militares ao Brasil, sobretudo - mencionou - incluindo gente jovem” (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017a, p. 01). A ditadura brasileira não precisou atacar o Uruguai em 1971, pois, como já vimos na especulação de Nixon “os brasileiros ajudaram a arranjar a eleição uruguaia”. Com isso, houve tempo para cimentar o caminho até o golpe uruguaio, dois anos depois.

À vista disso, logo após o golpe de Estado que Brasília ajudou a executar e que redundou na deposição do governo constitucional do Uruguai, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) relatava as denúncias do Senador uruguaio Milton Ferreira Aiguinato, exilado em Buenos Aires, que acusava o Brasil de enviar caminhões para dar apoio militar ao regime golpista de Juan Maria Bordaberry. “Enquanto isto, o diário argentino, La Opinón informa que o Banco do Brasil canaliza ajuda econômica da ditadura brasileira ao regime do Uruguai” (CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA - CISA, 2017, p. 168). Enquanto isso, na ditadura uruguaia, o Ministro do Interior, Coronel Nestor Bolentini:

nunciou que os 300 caminhões militares procedentes do Brasil, entraram no Uruguai, durante aos (Sic.) dias posteriores ao Golpe de Estado perpetrado no mês passado. Bolentini acrescentou que os veículos fazem parte de um plano de reequipamento do Exército Uruguaio, não esclarecendo se levaram armas, tropas e munições (Ibidem, p. 167-168).

Além disso, agora que a aproximação do Uruguai com o Brasil se efetivara, a embaixada brasileira em Montevideu, estava constantemente de olho nos acordos comerciais firmados entre os uruguaio e a Argentina. Em maio de 1972, Azeredo da Silveira enviou um Telegrama ao Ministério das Relações Exteriores relatando a ampliação das concessões argentinas a produtos uruguaio como manteiga, queijos, tijolos, azulejos e granito e como os produtores argentinos dessas mercadorias se colocaram contrários a esses benefícios ao país vizinho (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017d).

⁷¹ Suárez Mason foi um dos Generais que apoiaram o golpe de Estado que destituiu Maria Estela Martinez de Peron, sendo chefe do I Exército da Argentina entre 1976 e 1979, e foi um dos tantos militares argentinos condenados e presos por violação dos direitos humanos. Morreu na cadeia em 2005.

O governo brasileiro passou a interferir nos acordos comerciais estabelecidos pelo Uruguai, como já vimos com o caso da união aduaneira proposta por Perón à Juan Maria Bordaberry, invertendo uma balança comercial que pendia de forma mais favorável à Argentina, em 1973, e que passou a favorecer Brasília a partir de 1974, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 12 - Comércio exterior uruguaio com Brasil e Argentina em milhões de dólares (1973-1984)

	ARGENTINA		BRASIL	
	EXP	IMP	EXP	IMP
1973	2,5	21,7	4,8	17,0
1974	8,1	14,8	24,1	15,2
1975	7,4	9,1	17,1	13,0
1976	4,7	10,9	12,6	15,1
1977	5,3	12,5	15,9	12,8
1978	5,6	12,0	18,7	11,9
1979	12,3	18,0	23,2	15,8
1980	13,4	10,4	18,0	17,1
1981	10,8	8,2	1,6	20,9
1982	10,7	8,0	14,3	11,3
1983	8,7	10,4	11,6	13,3
1984	9,5	11,4	12,4	17,5

YAFFÉ, Jaime. Economía y dictadura en Uruguay (1973-1984): una visión panorámica de su evolución interna y sus relaciones con la economía internacional. **Revista electrónica de Historia**, San José, Número especial de Diálogos, 2008, p. 1326.

Como fica claro pelos dados apresentados na figura, Montevideu aumentou de forma exponencial as exportações para o Brasil, tornando a ditadura brasileira a principal compradora dos produtos uruguaios. A partir do Golpe de Estado no Uruguai, “el capital brasileño vuelve a participar activamente en numerosos sectores de la actividad productiva uruguaya, en tanto el Gobierno de Brasilia concede al de montevideo líneas de crédito con diversos fines”

(MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018d, p. 154). Além disso, as firmas brasileiras passaram a investir no país vizinho. Em 1975, foi firmado o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre os dois países que incluía a construção da Usina Hidrelétrica Constitución em Paso Palmar, levada a cabo pela Mendes Junior dois anos depois (CAMPOS, 2017); a Concic atuou nas obras do porto de La Paloma, ainda nos anos 1970 (CAMPOS, 2012, p. 119); depois dela, a Gerdau, empresa dos ramos de siderurgia e metalurgia, com a matriz localizada na cidade de São Paulo, abriu a primeira subsidiária internacional, em 1980, iniciando uma expansão que, em 2019, já chega a 19 países, tendo 55% de suas receitas provenientes do mercado externo e 46,5% dos funcionários trabalhando fora do Brasil (FDC, 2018, p. 96); em 1984, a Queiroz Galvão obteve o primeiro contrato no exterior, esse era para a construção de uma barragem uruguaia (CAMPOS, 2012, p. 113).

3.3 O CHILE

“Ao longo das escarpas da cordilheira, o Chile possui as maiores reservas de cobre do mundo, a terça parte do total até hoje conhecido. [...] De resto, os operários chilenos são baratos para as empresas [...]. O salário médio das minas chilenas alcançava, em 1964, a oitava parte do salário básico nas refinarias da Kennecott nos Estados Unidos, apesar de que a produtividade de uns e outros estivessem ao mesmo nível. Não eram iguais, em compensação, nem o são, as condições de vida. [...], os mineiros chilenos vivem em quartos estreitos e sórdidos, separados de suas famílias, que moram em casebres miseráveis nos subúrbios; separados também, é claro, do pessoal estrangeiro, que nas minas vivem num universo à parte, minúsculos estados dentro do Estado, onde se fala inglês e até se editam jornais para seu uso exclusivo” (GALEANO, 2010, p. 103).

Dos países envolvidos nesta pesquisa, o Chile é o caso mais peculiar. Com o Equador forma a dupla de nações sul-americanas que não fazem fronteira com o Brasil e, em 1970, foi a primeira nação das Américas a eleger um presidente socialista, o que o afastava de possíveis alianças com o governo brasileiro, ao mesmo tempo que possuía contendas territoriais e militares mal resolvidas com a Argentina, o que, evidentemente, não tornava Santiago um grande aliado de Buenos Aires.

De qualquer forma, os chilenos teriam papel primordial nos jogos políticos da América do Sul e nos intentos subimperialistas argentino-brasileiros. Era preciso frear o

desenvolvimento chileno e impedir que os ideais socialistas daquele governo contaminassem os outros países da região.

A tentativa de isolar o governo chileno de Allende na JID, por exemplo, demonstra muito bem quais eram os interesses brasileiros, pois havia o medo de que, naquele momento, o “Chile, embora não declare ostensivamente seguir os preceitos marxistas-Leninistas, tende a criar desarmonia e desconfianças nos Organismos onde são discutidas medidas de proteção contra a infiltração ideológica comunista no continente americano” (SILVA, 2017, p. 01).

Assim como acontecia com Bolívia e Uruguai, a vigilância sobre o Chile era grande por parte da ditadura brasileira e, no início do governo de Allende, o SNI já o observava e o via como um possível causador de uma “corrida armamentista nos países americanos e servir de base para a irradiação da subversão, do terrorismo e da influência comunista russa no hemisfério; um sucesso da Administração Allende servirá, também, de reforço à posição política de Fidel Castro” (SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017a, p. 06-07). No entanto, o serviço de inteligência brasileiro não acreditava ser fácil ao presidente chileno colocar em prática ações comunistas. Segundo o SNI, ele poderia ser “detido pelo Congresso [...], bloqueado por forças decisivas se tentar atravessar a fronteira que separa a democracia do totalitarismo” ou que, simplesmente, “cumpra parte de seu programa socialista sem comunizar o país” (ibidem, p. 06).

Contudo, percebia-se no formato político chileno um risco real às posições brasileiras no Hemisfério Sul, já que, para o SNI:

‘A contaminação chilena’ já transpôs os ANDES e se faz sentir no PRATA-ARGENTINA e URUGUAI - com a formação das ‘frentes populares’; o modelo político andino, de acesso ao poder pela via eleitoral, vem sendo encarado com muita simpatia pelas esquerdas moderadas latino-americanas (idem).

A partir do final da década de 1960, a Política Nuclear Brasileira passou a se desenvolver com mais efetividade (vide o início das obras de Angra I, em 1972) e, com isso, o governo brasileiro tinha a pretensão de realizar um acordo Brasil-Chile de produção nuclear, nos mesmos moldes do Acordo sobre Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre Brasil e Bolívia, de 1966 e do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica, de 1970, com o Equador. No entanto, a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional chegou à seguinte conclusão:

Quando estudou a conveniência de assinatura de Acordo, para emprego da Energia Nuclear para fins pacíficos, entre o BRASIL e o CHILE, ressaltou problemas que

poderiam advir do intercâmbio de personalidades dos dois países, concluindo pela conveniência de aguardar-se os resultados das eleições e da definição do quadro político chileno, antes de qualquer decisão sobre o assunto. Ulteriormente, com a vitória de ALLENDE, novo estudo foi realizado, concluindo: “Sob o ponto de vista da Segurança Nacional não é oportuna a assinatura do Acordo” (Ibidem, p. 07-08).

De fato, somente em 1980, seria firmado entre os dois países o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Atividades Científicas, Tecnológicas, de Desenvolvimento e de Aplicação Prática da Energia Nuclear com Fins Pacíficos.

Com a derrubada de Allende, em 1973, com intensa participação de Brasília, os governos de Brasil e Chile passaram a dispor de uma boa relação política, tal qual já foi demonstrado nesta tese, inclusive com o constante apoio chileno às intenções brasileiras na Antártida.

Havia a preocupação em relação à repercussão do aporte pinochetista ao Brasil, principalmente, por parte da Argentina. No entanto, o apoio era fundamentado pelo Tratado da Antártida, firmado em 1º de dezembro de 1959, que, entre outras resoluções:

Consagrou expressa e formalmente ampla liberdade para a pesquisa científica na região da Antártica, princípio que vem sendo observado nos dezesseis anos de vigência do referido instrumento multilateral e que fez, na prática, desaparecer o conceito de soberania territorial para efeitos de pesquisa científica (DEPARTAMENTO DAS AMÉRICAS DO ITAMARATY, 2017, p. 02-03).

O mesmo instrumento que garantia a participação brasileira afirmava também que não era possível “prejulgar a posição de qualquer Parte Contratante no que se refere ao reconhecimento dos direitos ou reivindicações ou de base de reivindicação de algum outro Estado no tocante a soberania territorial Antártica (idem, p. 04). Ou seja, mesmo cooperando com governos antárticos, o tratado isentaria o Brasil das disputas territoriais no continente gelado o que colaborava para a manutenção de uma boa relação com os países interessados, Chile, Argentina e Inglaterra, principalmente.

A articulação com os chilenos foi de suma importância para a adesão do Brasil ao tratado, em 16 de maio de 1975, mas os militares brasileiros queriam mais. Em 1981, por exemplo, na tentativa de demonstrar a capacidade do desenvolvimento antártico do país, o Conselho de Segurança Nacional afirmava que:

A Marinha dispõe de experiência, inclusive de reconhecimento internacional, em assuntos ligados à oceanografia, meteorologia, cartografia náutica, batimetria e piscicultura, entre outros, acerca dos quais está habilitada a desenvolver pesquisas científicas na região antártica, capazes de satisfazer ao requisito expresso no

mencionado Artigo IX do Tratado⁷². Haveria, contudo, necessidade de obter meio adequado para conduzir seus cientistas e técnicos àquela região austral (SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017c, p. 07).

A aproximação da ditadura brasileira ao governo do General Augusto Pinochet, então, ajudou na consequente criação do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), em 1982, e, por fim, da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), em 6 de fevereiro de 1984. Isso, no entanto, não impediu Brasília de dançar conforme a música que melhor lhe conviesse. O Conselho de Segurança Nacional propunha, por exemplo, um jogo duplo de neutralidade e apoio nas disputas territoriais na América do Sul, dependendo dos interesses nacionais envolvidos:

É desejável explorarmos, com oportunismo, as controvérsias entre ARGENTINA e CHILE (Canal de BEAGLE) e entre a INGLATERRA e a ARGENTINA (FALKLANDS, ou MALVINAS), e tirarmos proveito da situação, condicionando nossas atitudes de forma a penderem para um lado, ou para o outro, objetivando neutralizar as possíveis reações contrárias aos nossos interesses, por parte dos citados parceiros (Ibidem, p. 08).

Por mais que o governo brasileiro tentasse criar mecanismos facilitadores do acesso à Antártida, a diplomacia da casa rosada agia para impedir os avanços brasileiros. Inclusive, procurando uma aproximação negativa junto aos outros países. A chancelaria de Buenos Aires chegou a propor de o governo “consolidar con Chile (también potencial afectado) una posición común - y ostensiva - de defensa de sus derechos en la región, pareciera una estrategia argentina de positivos efectos ‘limitadores’ respecto al Brasil” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018d, p. 184).

3.3.1 O Canal de Beagle

A principal questão envolvendo o Chile, no entanto, está relacionada às disputas chileno-argentinas em torno do Canal de Beagle “localizado no extremo Sul da América Latina, abaixo do Estreito de MAGALHÃES, serve de divisor natural entre os territórios da ARGENTINA e do CHILE, desenvolvendo-se entre as ilhas GRANDE TERRA DO FOGO (ARG) e NAVARINHO (CH)” (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017a, p. 01).

⁷² O Artigo IX do Tratado da Antártida previa a participação dos membros aderentes nas Reuniões Consultivas em igualdade de condições com os signatários.

A ditadura brasileira acompanhava atenta ao desenrolar do conflito argentino-chileno, que realmente chegara muito próximo da guerra iminente. Em 13 de novembro de 1976, o CSN produziu o documento *Argentina - questão com o Chile sobre o canal de Beagle*, no qual descreve os antecedentes do caso e as três ilhas em disputa: Picton, Nueva y Lennox, as quais ambos os governos reclamavam a posse (ibidem, p. 01-08).

Segundo o documento, a base da questão era o princípio oceânico. Para Buenos Aires, o Chile seria um território Pacífico, enquanto a Argentina um território atlântico, enquanto os chilenos, por sua vez, afirmavam que as ilhas eram chilenas, o que garantiria ao país saídas para os dois oceanos.

Para resolver este impasse, os dois países requisitaram à Grã-Bretanha um Laudo Arbitral internacional que determinasse as fronteiras. O governo britânico formou uma equipe com cinco juristas, um estadunidense, um britânico, um francês, um nigeriano e um sueco. Como resultado, ficou definido “que pertenecen a la República de Chile las islas Picton, Nueva y Lennox, conjuntamente con los islotes y rocas inmediatamente adyacente a ellas” (DIPUBLICO, 2010).

Como resposta, a Argentina “contesta a formulação do laudo como um todo - defende o princípio oceânico” (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017a, p. 02), pois segundo Buenos Aires, “el principio de 'UTI possidetis Juris' de 1810, obraba a su favor: [...] Argentina era soberana de todo el litoral atlántico, desde el Río de la Plata hasta el Cabo de Hornos, incluyendo [...] cualquiera tierra que tuviera frente al Océano Atlántico” (CORPORACION DE DEFENSA DE LA SOBERANIA, 2005, p. 02).

O governo argentino não aceitava o Laudo Arbitral que dava ao governo de Pinochet o desejado acesso ao oceano Atlântico. Após o resultado, o chanceler argentino Oscar Camilión comentou que Santiago:

Certamente se recordara da máxima de Rio Branco de que “as vitórias não devem ser comemoradas”, o que muito facilitará o tratamento do assunto. Ponderou, com efeito, que a questão se reveste de grande delicadeza, tendo em vista a situação que se criaria se o Chile estender seu mar territorial de 200 milhas em frente às ilhas cuja soberania acaba de lhe ser reconhecida (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017e, p. 01).

Os argentinos afirmavam que o laudo deveria ser anulado, pois continha “opinião emitida sobre questões não submetidas à arbitragem (ilhas do Sul da área do martelo); contradições ao arrazoado; vícios de interpretação; erros geográficos e históricos; falta de equilíbrio da argumentação e da prova produzida por cada parte” (CONSELHO DE

SEGURANÇA NACIONAL, 2017a, p. 03). Além de “vicios jurídicos sustanciales y comportaba un abuso de poder que lo invalidaban como ato jurisdiccional” (PLAZA, 2018, p. 02) A posição chilena, evidentemente, era de “acatamento integral do laudo - não aceita discutir posições na área do martelo - aceita discutir posições fora da área supracitada” (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017a, p. 02). O CSN entendia que o Brasil deveria permanecer neutro na questão, pois seria uma maneira de salvaguardar o equilíbrio político, econômico e militar do país:

O BRASIL historicamente é um ‘aliado’ da ARGENTINA, embora, politicamente, exista rivalidade entre ambos. Paralelamente, a nação chilena é simpática aos brasileiros. As relações chileno-brasileiras são excelentes e as transações comerciais muito boas. Em tais circunstâncias, não seria conveniente aos interesses nacionais uma atitude parcial (ibidem, p. 03).

Além disso, como é possível depreender da documentação investigada, não era de interesse brasileiro, por exemplo, declarar apoio aberto aos chilenos e correr o risco de se distanciar da Bolívia, com quem Santiago não possuía boas relações e junto a qual a ditadura brasileira havia trabalhado para estabelecer um governo de apoio aos propósitos de Brasília. Mesmo assim, o “Brasil le vendió municiones, rifles y ametralladoras, cuando nadie vendía armas a Chile” (CHURCH, 2008, p. 20):

En el imaginario colectivo argentino, hablar de frontera nos lleva al mito del Virreinato, que desde finales del siglo XIX ha sido un relicto clave en la estructuración de una nacionalidad en el origen de la territorialidad. Esta perspectiva se relaciona con la tradición historiográfica del siglo XX, en su visión de las pérdidas territoriales con países vecinos como Bolivia, Paraguay, Uruguay. Entre los años sesenta al ochenta del siglo pasado, la historiografía argentina sobre la teoría geopolítica dedicó varios trabajos a la tesis de un riesgo o alianza entre Chile y Brasil contra Argentina; y para confrontarla y balancear la situación se buscaron comitivas de acercamiento a Bolivia y Perú (MONZÓN, 2014, p. 223).

O governo brasileiro monitorava outros países que poderiam, de alguma maneira, se envolver no conflito, criando um sistema de alianças que representava uma espécie de mapa das relações internacionais sul-americanas: a Bolívia ameaçava se aproximar da Argentina pois pretendia “tirar proveito da situação [...] relativa à saída para o mar” (idem); o Equador se mantinha neutro, preparando a “Opinião Pública para uma ação militar no Peru” (ibidem, p. 04); O Congresso Nacional do Peru, por sua vez, mesmo tendo problemas territoriais para resolver com os chilenos, “vetou qualquer atitude militar com referência ao Chile” (idem), pois

tinha preocupações maiores ao Norte e não poderia atuar em duas frentes⁷³⁷⁴; o Paraguai se mantinha neutro em relação à disputa, no entanto, parecia “provável que o PARAGUAI volte-se contra a BOLÍVIA caso este participe do conflito armado contra o CHILE⁷⁵” (idem).

Para tentar solucionar o impasse foram criadas duas comissões mistas. Contudo, apesar de se manter neutro, o governo brasileiro demonstrava preocupação com os preparativos militares argentinos. “Desenvolve e multiplica a Argentina, como contraponto, iniciativas em seu campo militar que parecem revelar a sua disposição de recorrer eventualmente à ação armada” (ibidem, p. 05). Ademais, o governo argentino vinha preparando a Opinião Pública para um possível combate armado, além de realizar exercícios militares:

Com grandes deslocamentos de tropas terrestres e navais para o Sul do território argentino [e o] governo resolveu convocar o pessoal da reserva classes de 1952, 53, 54, 55 e 58. [...] Transferência de unidades, deslocamento de material bélico e antecipação do término de cursos militares foram outras medidas tomadas (ibidem, p. 04).

De acordo com o Conselho de Segurança Nacional, o Chile mantinha uma postura mais tranquila em relação à situação, aceitando “integralmente o laudo arbitral e, posteriormente, a proposta argentina relativa à composição de Comissões Mistas para estudar o assunto” (ibidem, p. 05). No entanto, os discursos dos dois ditadores, Videla e Pinochet, pareciam caminhar opostos a uma solução diplomática:

Jorge Videla: “devemos manter intacto este território em sua total integridade, formando parte da nação argentina e evitando os que querem de dentro, dispersá-lo

⁷³ Há na América Latina, ainda hoje, pelo menos 12 disputas territoriais latentes, no entanto, o último conflito armado ocorreu em 1995 entre Peru e Equador (CHARLEAUX, 2019). Ocorre que a contenda entre os dois países se estendia desde o século XIX com as duas nações chegando às vias de fato em 1941, durante a chamada Guerra peruano-equatoriana. Entre janeiro e fevereiro de 1981 foi a vez da Guerra do Paquisha. Por fim, entre janeiro e fevereiro de 1995, ocorreu a Guerra de Cenepa. Em 28 de outubro de 1998, a “assinatura do Acordo de Paz de Brasília foi o ato final em um conflito prolongado que, devido ao vasto tamanho e localização estratégica da área contestada, foi fonte permanente de instabilidade regional” (BIATO, 2019).

⁷⁴ O Peru perdeu território para o Chile após a Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883, e a reivindicação por território vem se estendendo desde então. A divergência entre os dois países está no mar. Para o Peru, a linha da fronteira “deve avançar sobre o Pacífico seguindo como um prolongamento da linha em terra, na mesma inclinação, na direção sudoeste, o que tiraria parte do mar chileno. Para o Chile, esse prolongamento deve ser horizontal, paralelo às linhas longitudinais do globo” (CHARLEAUX, 2019). Em 2014, uma decisão da Corte de Haia estabeleceu que a “linha segue como pedem os peruanos até a metade. E, daí em diante, continua como pediam os chilenos” (idem), no entanto, o impasse se mantém em relação a alguns marcos terrestres.

⁷⁵ Como resultado da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, que foi o maior conflito armado da América Latina no século XX. Segundo Bandeira (1998, p. 189), quem mais se beneficiou com a contenda foram Brasil e Argentina. “Nem o Paraguai conseguiu capturar a zona do petróleo, no rio Parapeti e adjacências, nem a Bolívia pôde expandir seu território até às margens do rio Paraguai, onde obteve apenas um porto franco e o livre trânsito para suas mercadorias”. Enquanto isso, brasileiros e argentinos firmaram os tratados de vinculação ferroviária, Santa Cruz de la Sierra-Corumbá e Santa Cruz de la Sierra-Yacuiba, além de receberem enormes concessões para explorar o petróleo da região, ainda que esse, como se comprovou, não existisse em grande quantidade.

e, de fora, fragmentá-lo... É necessário que o exército, plenamente consciente de sua responsabilidade no momento, assuma o papel transcendente que lhe cabe executar: em primeiro lugar, como braço armado da nação [...] para manter a integridade territorial e em pleno exercício de nossa soberania”. Augusto Pinochet: “No momento em que há países que querem atingir nossa soberania, temos que mostrar-nos como chilenos e que aquilo que herdamos desta terra vamos conservar, custe o que custar... O chileno não aceitou e jamais aceitará a rendição, já que por suas veias com sangue altivo e indomável, decidido a manter invicta sua bandeira, como símbolo de um povo cujo sentido patriótico e libertário nunca será vencido” (ibidem p. 05-06).

Embora preocupado, o Conselho de Segurança Nacional considerava o conflito armado entre os dois países algo pouco viável. Tal atitude, certamente, quebraria o “equilíbrio na América hispânica [...] envolvendo provavelmente, além dos países do Cone Sul, a BOLÍVIA, o PARAGUAI, o EQUADOR e, talvez, o PERU” (idem).

Para Brasília havia três pontos a serem destacados no quadro que se formou entre chilenos e argentinos: o primeiro era que a Argentina estava ciente da superioridade militar quantitativa que possuía⁷⁶ e tentava compensar a derrota jurídica; o segundo era que o Chile provocava os argentinos sempre que La Paz pressionava Santiago; e terceiro, que os chilenos não tinham a intenção de levar o conflito adiante pois, provavelmente, teriam de lutar em três frentes, contra a Bolívia, o Peru e a própria Argentina.

Apesar das previsões contrárias do governo brasileiro, os dois países estiveram realmente próximos de deflagrar uma guerra. Na Argentina dizia-se que “los juristas y los diplomáticos habían desahuciado sus esperanzas de evitarla. El pueblo argentino vivió la evolución de los hechos con fatalismo [...]”. Era esperado que antes das comemorações do natal aconteceriam “las primeras operaciones militares, para las cuales se había especialmente equipado y preparado a las Fuerzas Militares” (LANÚS, 1984, p. 248).

Para ser mais exato em “22 de diciembre de 1978 se registra la Crisis del Beagle, el momento de mayor conflictividad bilateral, cuando las escuadras de ambos países estuvieron a dos horas de dar inicio a las hostilidades, luego de un año de preparación” (FAUNDES, 2007, p. 176). Por meio da “Operación soberanía” ou “Operativo afianzamiento de la soberanía”⁷⁷,

⁷⁶ “Buenos Aires es superior a Santiago en cinco de los seis índices por un amplio margen; en forma notoria respecto de la capacidad económica. [...] si decimos que las capacidades de poder de Argentina equivalen al cien por ciento, podemos señalar, que en promedio, la capacidad de poder de Chile en relación a Argentina en 1978 es de 59,8%” (FAUNDES, 2007, p. 186).

⁷⁷ O Operativo Soberanía, teve início em 21 de dezembro de 1978, “con una incursión de la infantería de marina en los islotes entre el Beagle y el cabo de Hornos. [...] Ocupadas las islas, se buscaría protegerlas. Para ello, la Fuerza Aérea Argentina bombardearía Punta Arenas, Puerto Williams y rutas, puentes y otros objetivos relacionados con el transporte y abastecimiento de Magallanes” (CARVAJAL, 2013, p. 68). Os argentinos estavam preparados para a reação da frota naval chilena e para enfrentamentos aéreos no Estreito de Magalhães e em Beagle. Depois disso, “el ejército argentino cruzaría la cordillera en Chubut y Santa Cruz y la Fuerza Aérea atacaría las instalaciones chilenas. Luego, la guerra se llevaría a lo largo de toda la frontera especialmente en Mendoza [...]. Se estimaba necesaria la ocupación de Santiago o Valparaíso y en el sur, Punta Arenas”(idem). A intenção

tropas argentinas avanzaram em direção à fronteira com o Chile, enquanto os chilenos se preparavam para resistir:

A estimativa era de até 50 mil baixas nas três primeiras semanas. A eventual posição brasileira no conflito ainda preocupava os argentinos, e [...] na dúvida, o general Leopoldo Galtieri ficou de prontidão com o Segundo Corpo do Exército, para repelir um eventual ataque brasileiro. [...] A ideia era cortar o país em várias partes, com uma violenta batalha naval no Cabo Horn. [...] Os chilenos pretendiam atacar a usina nuclear de Atucha, mas, de manhã, o Vaticano havia detido a guerra. [...] Militares argentinos já tinham atravessado a fronteira e estavam três quilômetros dentro de território chileno quando receberam ordem de voltar (PALACIOS, 2015).

O Brasil não era o único atento ao que ocorria entre Chile e Argentina. No início de dezembro de 1978, o Embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires, Raul Castro, “había enviado varios informes de alerta y comenzó a contactar a los sectores más belicistas, concluyendo que los Estados Unidos debían intervenir con la máxima urgencia” (CHURCH, 2008, p. 20). Como resposta, o Departamento de Estado, a Casa Blanca e o Congresso declararon “que cualquier uso de la fuerza armada sería condenado por los Estados Unidos y sus aliados; el gobierno de Estados Unidos pidió al Vaticano actuar rápidamente” (idem).

No dia 21 de dezembro, um dia antes da data estabelecida pelos militares argentinos para deflagrar a guerra, o Papa João Paulo II “decidiu enviar o cardeal Antonio Samoré, chefe da Biblioteca e dos Arquivos do Vaticano, em missão de paz a Buenos Aires e Santiago” (SANTOS, 2016, p. 114-115).

Enquanto o governo chileno aceitou de imediato a mediação papal, os argentinos levaram todo o dia 22 para chegar a uma decisão favorável à intervenção da Santa Sé, enquanto isso o relógio da guerra continuava correndo.

Somente no dia 23 é que, de fato, os ânimos se acalmaram e os dois governos decidiram firmar um acordo para a mediação do vaticano. “Por un lado, los chilenos evitaron, a un costo relativamente bajo, una guerra que hasta habrían podido perder a un precio extremadamente alto”. Do mesmo modo, a Argentina conseguiu reativar “las negociacio-nes, que no eran tan favorables a Chile como lo había sido el laudo británico” (CHURCH, 2008, p. 21). Com a

era a de uma guerra rápida, que destruiria o poder militar chileno e a economia do país. No entanto, “como las operaciones serían lentas y sangrientas, era posible que antes del logro de los objetivos, la guerra fuera detenida por Estados Unidos o Naciones Unidas” (idem). Os militares argentinos criaram uma grande campanha de publicidade para preparar a população para a guerra e, ao mesmo tempo, amedrontar o povo chileno. “La victoria en el Mundial de Fútbol de 1978, predispuso a la propaganda para alentar la guerra, publicándose carteles en las calles con la consigna: ‘¡A ganar el mundial del Beagle!’” (ibidem, p. 69). Tornaram-se comuns, também declarações agressivas por parte dos militares argentinos. “El general Guillermo Suárez Mason, declaró a la prensa a propósito de la posibilidad de una guerra con Chile: “Desayunaré en Mendoza, almorzaré en Los Andes y terminaré el día en Punta Arenas”. [...]. Las autoridades argentinas también expulsaron a chilenos residentes en Argentina” (Ibidem, p. 70).

ameaça de guerra, o governo argentino pode reabrir negociações políticas na busca por uma solução que não fosse imposta, mas mediada:

El acuerdo de mediación, también conocido como “Acta de Montevideo”, fue firmado el 8 de enero de 1979. El acuerdo tenía dos partes: la solicitud de mediación y el texto del acuerdo, así como el compromiso de los dos lados de “resolver un diferendo a través de la mediación” (ibidem, p. 23).

As negociações se desenrolaram pelos dois anos seguintes. Em 12 de dezembro de 1980, o Vaticano entregou a primeira proposta de solução do conflito recebida negativamente pelo governo argentino. A proposta papal continha entre outras coisas, os seguintes elementos principais:

Estabelecia um mar territorial de três milhas conforme o critério aceito na época do Tratado de 1881; traçava, a partir da extremidade oriental do canal do Beagle (ponto XX do laudo arbitral), uma linha envolvente que passava a 12 milhas das ilhas, se estendia até o meridiano de Horn e dividia assim as soberanias da Argentina e do Chile; criava, dentro da área marítima atribuída ao Chile, um corredor de 6 milhas para exploração conjunta de recursos com a Argentina; determinava que, além das 12 milhas, a jurisdição até o limite exterior da zona econômica exclusiva seria argentina, mas sujeita ao aproveitamento compartilhado dos recursos ali existentes; toda essa área, que abrangia 118 mil quilômetros quadrados, recebeu a denominação de Zona de Atividades Comuns e Concertadas; estabelecia que ambos os países se concederiam reciprocamente facilidades de navegação, inclusive na rota da Antártida. [...] Instalação na ilha Nueva de um sistema de controle de terminal aéreo para voos na rota da Antártida; e estabelecimento, na ilha de Horn, sobre o meridiano, de um santuário de assistência a peregrinos e navegantes (SANTOS, 2016, p. 116-117).

O acordo foi oficialmente rechaçado pelo governo argentino em 25 de março de 1981, apenas três dias antes do ditador Jorge Rafael Videla sair da presidência do país. Durante aquele ano, o Vaticano ainda precisou intervir em incidentes que “envolveram prisão de militares acusados de espionagem em um e outro país. No momento de maior tensão, a Argentina, [...] fechou a fronteira com o Chile” (ibidem, p. 118).

O governo brasileiro continuava acompanhando o desenrolar das negociações. Em novembro de 1981, a embaixada em Santiago enviou um telegrama ao Ministério de Relações Exteriores, em Brasília, informando que às chancelarias dos dois países foi “transmitido o interesse norte-americano em que se alcance uma pronta e feliz solução no âmbito da mediação” (EMBAIXADA DO BRASIL NO CHILE, 2017). O embaixador já havia discutido com a representação italiana que também vinha pedindo informações sobre o conflito. O próprio ex-ditador Videla, mesmo fora do poder, se reuniu com o representante do Brasil informando que “a iniciativa norte-americana foi acolhida com beneplácito pelo vaticano que não a considerou

como interferência indevida no processo de mediação, ao contrário, como medida tendente a robustecê-la” (idem).

Em meio ao desenrolar das questões em torno do Canal de Beagle a situação das Malvinas começou a se agravar e no início de 1982, os argentinos se viram em uma mediação política com o Chile e uma Guerra com a Inglaterra. O conflito com os ingleses se estendeu até junho daquele ano e colaborou para o fim da ditadura e a ascensão do presidente civil Raúl Alfonsín, eleito em 30 de outubro de 1983:

Ao ser eleito, em outubro de 1983, o presidente Raúl Alfonsín mostrava-se decidido a promover um acordo com o Chile nos termos de uma proposta que havia sido apresentada pelo Vaticano em 1980. Tinha conhecimento, mediante pesquisas de opinião efetuadas pelo próprio governo, de que a maioria do país inclinava-se a favor de uma solução pacífica e razoável para o litígio (SANTOS, 2016, p. 47).

Durante o governo de Alfonsín, no verão de 1984, os chanceleres de Chile e Argentina chegaram a um acordo que seria ratificado no posterior Tratado de Paz e Amizade:

La Argentina y Chile firmaron el 18 de octubre de 1984, ante la delegación de la Santa Sede, el Acta del Protocolo en la que se recoge el acuerdo a que los dos países arribaron para resolver el centenario litigio limítrofe en la región austral del canal de Beagle. El cardenal Agostino Casaroli se ubicó en la cabecera de la larga mesa rectangular, forrada de paño verde, flanqueado por los dos monseñores responsables de la oficina de la mediación, el nuncio colombiano Gabriel Montalvo y el español Faustino Sainz Muñoz. A ambos lados se sentaron los once representantes chilenos y los cinco argentinos que integraban la delegación. El Acta de Protocolo fue rubricada por los jefes de las dos misiones, el argentino Marcelo Delpech y el chileno Ernesto Videla (MONZÓN, 2014, 231-232).

No texto, o vaticano propôs que se mantivesse uma linha quase idêntica àquela traçada pelo laudo britânico. “La propuesta asignó las tres islas a Chile; amplió de tres a seis millas el territorio chileno alrededor del Cabo de hornos; extendió la zona económica exclusiva de ambos países [...]; redujo la proyección marítima de las islas de Chile situadas más al sur” (CHURCH, 2008, p. 29).

Aceito pelos chilenos, o acordo agora precisava passar pelo crivo argentino. O presidente que vinha sofrendo críticas da oposição submeteu o texto a referendo popular e, em 25 de novembro de 1985 “el 81% de los argentinos votó en favor del tratado. La Administración radical consiguió acallar a los militares y a la oposición. El 26 de marzo el gobierno argentino ratificó el Tratado de Paz y Amistad” (ibidem, p. 30).

3.3.2 O aproveitamento político e econômico

O fato de Chile e Argentina estarem em pé de guerra pelo controle dos mares do Sul proporcionou ao Brasil um avanço nas negociações econômicas com os chilenos. Não era a toa que anos antes, quando Nixon perguntara a Médici sobre “seus pontos de vista em relação a como a situação no Chile se desenvolveria”, o ditador brasileiro “disse que Allende seria derrubado pelas mesmas razões que Goulart fora derrubado no Brasil [nossa tradução]” (KISSINGER, 2017a, p. 05).

A ditadura brasileira possuía claras intenções de expandir o poder hegemônico pela América do Sul e, com um governo aliado já estabelecido em Santiago, enquanto Buenos Aires brigava pelo controle de três ilhas no Estreito de Beagle, Brasília ia consolidando o seu espaço geopolítico no continente. Desde meados da década de 1970 a ditadura brasileira vinha trabalhando para compor grandes acordos comerciais com os chilenos. Em 1977, por exemplo, a embaixada argentina em Brasília demonstrava receio em relação à política comercial Brasil-Chile ao comunicar a compra de “mil ônibus” brasileiros negociados em visita do “presidente [do] Banco Central de Chile a Brasil”. Segundo a embaixada, o Chile tinha “urgente necesidad de material de transporte” (EMBAIXADA DO CHILE NO BRASIL, 2018, p. 01).

Na verdade, o governo argentino mantinha vigilância sobre as relações internacionais brasileiras, produzindo relatórios comerciais do Brasil com os outros países da América Latina. O relatório de 1971, por exemplo, afirmava que, apesar de ter havido “una rotunda frialdad a su relación con Santiago” depois da eleição de Allende, “con el correr de los meses esa frialdad se atenuó en parte, si bien no alterandose en lo fundamental el clima de escasa comunicación que se estableció entre ambos Gobiernos y que, a nivel político, perdura hasta el momento” (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018d, p. 160).

Naquele momento, as relações entre Chile e Argentina em torno do Estreito de Beagle ainda não haviam se agravado e Buenos Aires via em Santiago uma possibilidade de acordos e crescimento econômico, acreditando que “el progresivo asentamiento de una estrecha vinculación argentino-chilena hará más lejana toda posibilidad de que el clima político imperante entre Brasilia y Santiago se distienda en lo sucesivo” (idem).

A chancelaria argentina do início dos anos 1970 via na união entre os países hispânicos uma maneira de equilibrar as forças hegemônicas da América do Sul, da mesma maneira que percebia a ingerência de Brasília para evitar tal união. Segundo Buenos Aires, havia uma:

Profunda preocupación con que Brasil contempló, desde un primer momento, la política argentina de acercamiento con Santiago, que fuera interpretada com una seria alteración del anterior ‘equilibrio de conflictos’ que regía en el Cono Sur del

Continente, y que tanto convenía a Itamaraty. La perspectiva ahora sensiblemente fortificada de que en esa subregión se instalara una comunidad de intereses que enlazara a las costas del Atlántico y del Pacífico, son hoy uno de los mayores motivos de inquietud para Brasilia. (idem).

O governo argentino via no Brasil uma espécie de sabotador dos acordos sul-americanos. Para os argentinos, “la diplomacia brasileña se orienta preferentemente en el sentido de evitar, dentro del contexto latinoamericano, la formación de bloques o agrupamientos regionales que puedan de algún modo restarle flexibilidad a su acción de influencia y penetración en el Area” (ibidem, p. 177). Sobre o Pacto Andino (como aparece na figura 04), por exemplo, do qual o Chile faria parte até 1977, a política externa brasileira estaria, de acordo com Buenos Aires, direcionada a:

Canalizar su relación económica con los países miembros del Acuerdo en forma estrictamente bilateral, procurando intensificar al máximo tales contactos a fin de aumentar su peso relativo y disponer, así, de cierta capacidad de integración económica regional que supone el Pacto (idem).

O Pacto Andino, na ótica argentina, oferecia ao Brasil o risco da criação de uma barreira às pretensões brasileiras de possuir a liderança continental “y mucho más aún si se consolida un progresivo acercamiento argentino hacia él” (idem).

Em 25 de abril de 1974, o chanceler do Brasil, Antônio F. Azeredo da Silveira, e o Diretor da Sociedade Interamericana de Imprensa, o chileno Hernán Cubillos, assinaram um Convênio sobre Transportes Marítimos. O convênio teria duração de apenas cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por igual período, a menos que, a qualquer momento, uma das Partes Contratantes comunique à outra, com uma antecipação mínima de cento e vinte dias, seu desejo de denunciá-lo. Ainda em vigor, o acordo foi renovado em 2017, com data estabelecida para prescrever em 2020.

Com o aprofundamento das tensões entre Chile e Argentina, coube às empresas brasileiras aproveitarem o espaço econômico que o país andino oferecia. A primeira delas foi a Odebrecht que, em 1979, deu início ao processo de diversificação e internacionalização da empresa: primeiro com a construção da Hidrelétrica Charcani V, no Peru e, logo em seguida, no Chile com as obras de desvio do Rio Mau Le para a Hidrelétrica Colbún Machicura; em 1980, a Caratoba, por meio de uma Joint Venture com empresas chilenas, chegou às minas de carvão do país; três anos depois foi a vez da Natura. A empresa de cosméticos, com matriz na cidade de São Paulo, abriu a primeira subsidiária internacional no Chile em 1983. E já em fins

dos anos 1980, a Mendes Junior chegou ao mercado chileno com um projeto de expansão da mina de exploração de cobre Los Bronces, a cerca de 60 km de Santiago.

3.4 O PARAGUAI

“Sentamo-nos num pátio aberto, a sombra de uma árvore de folhas carnosas. A nossos olhos, se abria o brilho cegante da vasta, despovoada, intacta terra vermelha: de horizonte a horizonte, nada perturba a transparência do ar no Paraguai. Fumamos. Meu companheiro, camponês guarani, articulou algumas palavras tristes em castelhano: ‘Os paraguaios somos pobres e poucos’” (GALEANO, 2010, p. 133).

A Argentina se via pressionada em várias frentes: na disputa pelo Canal de Beagle com o Chile; no conflito com a Inglaterra pelo controle das Ilhas Malvinas; e havia, ainda, outra contenda para resolver com o Brasil e o Paraguai, a construção da Usina de Itaipu. O que criava uma situação que os argentinos não eram capazes de sustentar militarmente. Tal assertiva é corroborada pelo relatório do Conselho de Segurança Nacional de 1978:

Em 2 de novembro terminou o prazo relativo aos trabalhos da Comissão II: - a expectativa de ambas as partes era grande particularmente do lado argentino com o deslocamento de forças militares para o Sul; - Parece no entanto que os planos foram reformulados; - as tropas que haviam se deslocado para o Sul retornaram às suas origens; - Especula-se que o motivo esteja relacionado a declaração conjunta BRASIL-PARAGUAI com referência às 20 turbinas (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017, p. 06).

Ainda na década de 1950 o governo brasileiro passou a estreitar as excelentes relações que possuía com o ditador Stroessner. O Paraguai via no Brasil uma nova saída para escoar seus produtos, com a construção da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, e da rodovia Coronel Oviedo os paraguaios encontravam uma nova saída para o mar, liberando-se dos braços argentinos.

Na fronteira entre Paraguai e Argentina, no entanto, militantes contrários a Stroessner se preparavam para iniciar a luta armada e as autoridades argentinas pareciam não agir de forma a conter as ações no seu território. O governo Frondizi passou a preocupar-se com o caso somente após a reclamação formal do Paraguai por meio de uma carta que enumerava as ações hostis realizadas pela Argentina entre 1958 e 1960 e que o governo paraguaio utilizou para denunciar os argentinos junto à OEA.

Em meio à crise entre os vizinhos, a chancelaria Brasileira se virava como podia para impedir que a situação se agravasse, pois não queria perder o Paraguai de sua órbita, mas também não queria agravar a relação com os argentinos:

Ao Brasil também não interessava que a representação da queixa à OEA agravasse internacionalmente o atrito entre a Argentina e o Paraguai [...]. Ele ficaria em posição delicada, pois o Paraguai, caso insistisse em obter-lhe apoio, poderia forçá-lo a uma definição, o que não lhe convinha, em virtude do excelente clima nas suas relações com a Argentina (BANDEIRA, 2010, p. 293).

Além disso, assim como demonstrado em relação à Bolívia e ao Chile, era mantida uma vigilância constante sobre os paraguaios. Em 1969, por exemplo, a embaixada em Assunção relatava a posse do novo embaixador argentino no Paraguai, tratando de explicar as relações econômicas entre os dois países, abaladas, naquele momento, pelo boicote de Buenos Aires à erva-mate e aos cítricos paraguaios em decorrência de uma praga nas plantações do ano anterior. A questão é que o mercado argentino era o único para a exportação desses produtos e foram 20 mil caixas de toranjas jogadas ao mar pelas autoridades e fruteiros argentinos (EMBAIXADA DO BRASIL NO PARAGUAI, 2017a).

A representação brasileira, inclusive, questionava a atitude protecionista dos argentinos ironizando o fato de estes possuírem uma “cacarejada política de integração econômica latino-americana” (ibidem, p. 01).

Sobre a erva mate, nos dias seguintes à assumir o cargo, o embaixador da Argentina se comprometeu “no sentido de que seja aumentada de 5.000 para 8.000 toneladas a quota de exportação”, propondo ajudar no crescimento econômico da região produtora, incentivando o “aumento, por exemplo, do óleo de ‘tung’ ali também produzido” (EMBAIXADA DO BRASIL NO PARAGUAI, 2017c, p. 01).

Da mesma forma, a embaixada brasileira indicava preocupação com a Primeira Exposição Agro-Industrial Argentina Paraguai, ocorrida em outubro daquele mesmo ano. Segundo documento da representação em Assunção, o evento envolvia empresas e representantes dos governos de Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. “Organizada pela Câmara Exportadores e por Ferrocarriles Argentinos, trata-se exposição como jamais Argentina apresentou em outro país. Contará participação cem firmas argentinas e treze expositores paraguaios” [transcrito conforme o original] (EMBAIXADA DO BRASIL NO PARAGUAI, 2017b, p. 01). Eram 406 stands expondo produtos com valores em torno de 400 milhões de guaranis, ou 3 milhões e 174 mil dólares, além de um complexo artístico, incluindo um anfiteatro para 1200 pessoas.

A exposição contaria com a participação do presidente Stroessner, além de dois Ministros de Estado paraguaios e do Subsecretário de Estado das Relações Econômicas Argentinas, Antônio Estrany Gendre. Do Brasil fora convidado o Ministro da Agricultura, Ivo Arzua Pereira, que não compareceu, enquanto que do Uruguai, compareceram representando o Ministério da Agricultura e Pecuária, o Chefe do Cerimonial, Roman Perez Senac, e o Secretário Particular do Ministro, Rodolfo Landeau Lenzi. O documento segue explicando que o “objetivo declarado dessa exibição que pretende ser portentosa não é tanto o de vender produtos argentinos e sim o de gerar corrente de maior amizade e compreensão entre os dois países e incrementar máximo possível seu intercâmbio comercial” (ibidem p. 02).

O certo é que Brasília respondeu com uma política de acercamento econômico de Assunção e, em 1971, já havia se tornado “innegable que el Brasil ha logrado ahora una influencia dominante en Paraguay, probablemente la mejor cimentada en la historia de sus mutuas relaciones”. Segundo o Ministério de Relaciones Exteriores e Culto da Argentina, essa aproximação se deu por várias frentes, como na “ayuda concedida para la construcción de Acaraí, primer emprendimiento hidroeléctrico paraguayo”; a pavimentação da rodovia que ligava Assunção ao porto de Paranaguá, “una via alternativa para su comercio exterior”; o acordo para “la construcción de una carretera asfaltada [...] entre Encarnación y Puerto Presidente Stroessner”; o apoio técnico e financeiro dado para “la construcción del ferrocarril Villarica-Salto del Guairá” que permitiria a conexão com os portos de Santos e Paranaguá; a concessão brasileira de 10 milhões de dólares para projetos agropecuários “y los actuales estudios para ampliar en otros 10 millones esa cooperación” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018d, p. 156-157).

Para além das relações políticas e econômicas, o Paraguai passa a ser o centro de uma situação mais complexa com o Brasil e a Argentina quando o que está em jogo é o aproveitamento das águas do Rio Paraná. Os desejos de utilização do potencial hidrelétrico do rio elevam o clima na região e são um ponto nodal no desenvolvimento das políticas exteriores dos três países durante o século XX.

3.4.1 O aproveitamento da Bacia do Prata

O principal foco de tensão entre Argentina e Brasil durante os anos da ditadura militar brasileira, se deu, sem dúvida alguma, em torno da utilização da Bacia do Prata na qual ambos tinham pretensões no campo energético para garantir o crescimento industrial a partir da construção de usinas hidrelétricas.

En esta delicada región de las caídas de agua del Paraná y del Iguazu, capaces de producir un gran caudal de potencial eléctrico, dormita un peligroso problema. Esta aparente calma es solo una ilusión, el día en que sin ningún dejo de malicia, y sin desearlo, alguien toque el problema de la efectiva utilización de las caídas de agua, las remisiones de los factores geopolíticos serán de tal violencia, capaces incluso de hasta provocar una guerra general (RODRÍGUEZ, 1947, p. 64 apud MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 01-02)

Na verdade, a contenda sobre a utilização do rio se estendia desde a Guerra do Paraguai, no século XIX, quando a disputa se dava em torno da navegação. Foi, inclusive, ao final do conflito que a Argentina se consolidou como uma potência capaz de fazer frente ao Brasil:

Foi durante esse último conflito armado que a estrutura regional de poder até então conhecida atravessou as mudanças que consolidariam, pela primeira vez, a preeminência de Buenos Aires no Prata. O fim da Guerra do Paraguai definia um novo quadro em que a Argentina sobressaía pelo inédito crescimento financeiro do capital privado, o rearmamento de suas forças e a articulação de seus interesses na América do Sul mediante uma vasta rede de relacionamentos bilaterais fluidos (SPEKTOR, 2002, p. 120).

Sobre o aproveitamento energético das águas do Rio Paraná, o assunto foi abordado pela primeira vez entre as duas nações em 22 de abril de 1961, quando os presidentes Frondizi e Jânio Quadros assinaram a chamada Declaración de Uruguayana, sobre a política externa a ser adotada por ambos na América do Sul. Durante o encontro dos dois chefes de Estado, o mandatário brasileiro “propuso al presidente Frondizi que ese aprovechamiento energético se realizara en forma conjunta”. Para concretizar aquela intenção, dois meses depois, em 06 de junho de 1961, “Quadros creó un Grupo de Trabajo en Brasília con expresas instrucciones de invitar a cooperar a un grupo argentino de técnicos para colaborar en los datos topográficos e hidrológicos” (LANÚS, 2000, p. 296).

Contudo, um ano após o encontro entre os dois presidentes, ambos já não estavam mais no poder e as relações políticas entre os dois países voltaria a ser marcada pelo distanciamento.

Em 1965, já com o Brasil sob a ditadura militar, o governo argentino procurou firmar uma parceria com os países da Bacia do Prata para o melhor aproveitamento do rio. As embaixadas argentinas em Brasília, La Paz, Montevideu e Assunção realizaram uma consulta junto aos governos locais com o objetivo de “realizar una reunión con el fin de organizar el aprovechamiento de los recursos del cuenca. Al recibir respuestas positivas, el canciller Zavata Ortiz formalizó, el 2 de junio de 1966, una invitación” (ibidem, p. 297).

O governo argentino acreditava que entre Buenos Aires e Brasília havia: “espíritu de colaboración imperante como consecuencia del replanteo y trabajo diplomático argentino en tal sentido [...] los beneficios de ese actua conjunto serían innegables y obligarían a un reacomodamiento de la política exterior de y respecto a los demás países del área” (MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 05)

No entanto, agindo pelas costas dos argentinos, apenas 20 dias depois, em 22 de junho, Brasil e Paraguai assinaram a Ata de Iguaçu, na qual ficava acordada a “divisão em partes iguais da energia eventualmente produzida no trecho contíguo do Rio Paraná, desde o Salto Grande de Sete Quedas até a foz do Rio Iguaçu” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017b, p. 02). Ainda que a construção da barragem que deu origem a usina de Itaipu somente viesse a ter início em 1975, Brasília passou a manter estudos em parceria com Assunção para a realização da obra.

No ano seguinte, foi criada a Comissão Mista Técnica Brasileiro-Paraguaia para coordenar os estudos de aproveitamento do rio. Como os argentinos afirmavam em documento de 1977, “el tiempo transcurrido no ha hecho sino agravar el problema ante el creciente desequilibrio de fuerzas en detrimento argentino, particularmente por nuestros enfrentamientos internos, tabulados por más de un diplomático brasileño como los mejores factores a su favor” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 02).

A rivalidade entre os dois vizinhos crescia e, enquanto a Argentina utilizava o direito internacional na tentativa de barrar os avanços brasileiros, o governo do Brasil “não admitia equacionar [o aproveitamento dos rios] em termos incompatíveis com seus interesses nacionais” (BANDEIRA, 2010, p. 408). Ou como afirma Lanús (2000, p. 299), “mientras Brasil desplegó sus energías en ‘hacer obras’ la Argentina concentró sus esfuerzos en enfrentar esas realizaciones, tratando de que Brasil aceptase la validez de ‘normas jurídicas’ para regular esas obras”.

No dia 23 de abril de 1969, os países limítrofes do Rio da Prata firmaram o Tratado da Bacia do Prata. Mais uma proposta jurídica argentina, o tratado tinha como objetivo “promover o desenvolvimento harmonioso e a integração física da Bacia do Prata”. Os países signatários se “comprometieron a identificar áreas de interés común, realizar estudios, programas y obras, y formular ‘entendimientos operativos e instrumentos jurídicos’” (LANÚS, 2000, p. 297).

O governo brasileiro não cumprira os termos do tratado e em 1971, a Casa Rosada ao mesmo tempo em que acusava a ditadura brasileira de imperialista, procurava impedir os

intentos do Brasil para conseguir os empréstimos estrangeiros necessários para a utilização do potencial do Rio Paraná:

A Argentina deve se opor, nos organismos financeiros internacionais, a nossos pedidos de crédito para obras no Paraná. Assim, o projeto Iguazu, no momento, não deve ser considerado e, os estudos conjuntos no Uruguai devem aguardar melhor clima político e mostras de maior seriedade de conduta por parte da Argentina quanto a troca de informações (EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA, 2017e, p. 01).

O governo argentino receava que com a construção conjunta da Usina de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, com capacidade de produção de 11.000 Mw, mais do que os 7.000 Mw produzidos em toda a Argentina, a cidade de Foz do Iguaçu se tornasse um novo polo industrial na fronteira, aprofundando o desequilíbrio econômico entre os países do Cone Sul. inclusive, anos depois, em 1977, o Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina proporia à Buenos Aires “estructurar, en las gobernaciones limítrofes con el territorio brasileño, un plan regional que permita equiparar los niveles de desarrollo existentes a uno y otro lado de la frontera” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 13).

Todavia, mesmo com todo o esforço no âmbito jurídico internacional, “a Argentina, destarte, não obteve qualquer concessão do Brasil, que continuou a rejeitar a obrigatoriedade da consulta prévia para a construção de obras em rios internacionais de curso sucessivo” (BANDEIRA, 2010, p. 412), o que os argentinos consideravam “una actitud de sistemática intransigencia hacia los interés de nuestro país, capaz de llegar a comprometer la relación bilateral, particularmente en lo que atañe a Corpus e Itaipu” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 05).

Brasília demonstrava apreensão, no entanto, com o fato de os argentinos serem contra a construção da Usina. O estudo Sucinto Nº 031/1a SC/73, elaborado pelo Ministério de Relações Exteriores, demonstrava as possíveis repercussões negativas vindas de Buenos Aires:

A mais importante será, sem dúvida, a ação contestatória por parte da Argentina, a qual apresenta sintomas de radicalização, na medida que a implementação do projeto começa a aparecer como fato decidido. Os protestos argentinos contra o aproveitamento brasileiro dos rios internacionais tem (sic.) apresentado como base: a tese da “consulta prévia” com a qual o BRASIL não pode concordar; o desejo velado de interferir e se possível obstar o desenvolvimento brasileiro; e eventuais argumentos técnicos com as alegações dos prejuízos a jusante (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017b, p. 05).

O Ministério, inclusive, preparava o governo para a “campanha contestatória desenvolvida pela ARGENTINA” que ganharia “intensidade com a assinatura do Tratado [de construção de Itaipu] qualquer que seja a alternativa adotada quanto à ligação da obra” (ibidem, p. 06).

Tanto Brasil, quanto Argentina, compreendiam a importância do Paraguai para a manutenção do controle político da região e o quanto um trabalhava para impedir as tentativas hegemônicas do outro. A construção de Itaipu seria um ponto nodal nessa influência junto ao país vizinho. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil via a visível e dramática diferença de poderes econômicos entre Brasília e Assunção como um possível empecilho no desenvolvimento da obra, pois poderia “dificultar a conciliação dos interesses em jogo [e] se por um lado é de se esperar a ampliação da área de influência do BRASIL no PARAGUAI, é evidente que a ARGENTINA vai aproveitar dos instrumentos de pressão que dispõe para neutralizar esta influência” (ibidem, p. 06).

De fato, em 1971, a diplomacia argentina já havia feito chegar até a ONU as reclamações de Buenos Aires. Durante a primeira reunião do Comitê de Recursos Naturais, que ocorreria em Nova York, o enfrentamento internacional entre Brasil e Argentina teve início quando o embaixador Guillermo Cano se opôs às teses brasileiras no tema dos rios internacionais de cursos sucessivos (LANÚS, 200, p. 300).

Em 1973, sob o governo do Juan Domingo Perón, a Argentina passou a investir em uma nova dinâmica de negociação. O presidente queria mais ações e menos diplomacia:

Cuando lo designaron a Félix Herrero como responsable de los tres grandes proyectos hidroeléctricos de Yacyretá (río Paraná), Salto Grande (río Uruguay) y Corpus (río Paraná), aquel recibió la instrucción del propio teniente general Perón: “ganar el tiempo perdido” y terminar con los planteos estériles y disonantes. Perón expresó que la política argentina debía expresarse en hechos, es decir realizar obras y abandonar la “guerra de los papeles” (LANÚS, 2000, p. 305).

A intenção era a de que as obras argentinas saíssem do papel, no entanto, mesmo com avanços em acordos com o Uruguai e com o Paraguai, para se ter uma ideia, em 1983, o Brasil possuía 35 obras hidrelétricas na Bacia do Prata, enquanto a Argentina concluíra apenas uma, a de Salto Grande (idem).

Em 1977, com a persistência brasileira em dar andamento nas obras para a construção de Itaipu, mesmo com todos os protestos de Buenos Aires junto a órgãos internacionais, o Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina decidiu articular um plano de ação mais agressivo para tentar barrar os avanços brasileiros na Bacia do Prata.

Uma Comissão Interministerial, criada em 31 de dezembro de 1976, por meio de um decreto presidencial do General Videla, entregou a presidência, em fevereiro de 1977 um informe contendo as seguintes conclusões:

Se propone la conveniencia de una cota alta para Corpus de alrededor de ciento veinte metros; - en lo que respecta a la cota mínima negociable, se explicitaron dos opiniones: la primera admite que la misma puede llegar hasta ciento quince metros; la segunda considera que si bien debe buscarse la cota ideal de ciento veinte-ciento veinticinco metros, por debajo de ciento cinco metros los costos unitarios superan los valores homólogos de otros aprovechamientos nacionales por lo que, salvo el criterio político, esta cota representa un valor umbral de negociación; - propone el informe la realización de negociaciones tripartitas con Brasil y Paraguay para analizar y resolver la compatibilización de Corpus e Itaipú (ibidem, p. 309).

Naquele momento, os argentinos concluía que “aunque fundados en posiciones de principios o derechos irrenunciables, no habían asegurado la satisfacción de nuestros intereses” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 03). O embaixador argentino, Federico C. Barttfeld, responsável pelo Departamento América Latina, entendia que era preciso reformular a estratégia política aplicada ao Brasil, com o objetivo de uma nova estruturação da “relación de fuerzas en el plano internacional y particularmente en el Continente” (idem).

Para a representação argentina não havia o comprometimento do Brasil e do Paraguai em negociar com Buenos Aires, uma vez que:

El gobierno argentino - por medio de notas diplomáticas - propuso a Brasil y Paraguay reuniones trilaterales que permitieran alcanzar el entendimiento necesario. De ese modo, se pretendía satisfacer la necesidad de compatibilizar las obras de interés común a los tres países. Como es de conocimiento de la Superioridad no hubo respuesta formal a las notas aludidas (ibidem, p. 05).

Como previsto pelo Itamaraty, o governo argentino, ao mesmo tempo em que agia no meio diplomático, movia junto à opinião pública uma campanha de combate à posição brasileira. Um recorte do jornal paraguaio, ABC, de 10 de junho de 1978, enviado pela embaixada brasileira em Assunção para o Ministério de Relaciones Exteriores, em Brasília, reverberava a posição argentina em relação às negociações trilaterais com o seguinte título: *Argentina se considera el único país negociador en la trilateral*. O diário repercutia, no Paraguai, o texto publicado no periódico portenho, La Opinión, afirmando que “La Argentina al entregar a Itamaraty su respuesta sobre la cancelación en forma unilateral por el Brasil de la reunión de cancilleres que debían analizar la compatibilización de las represas de Itaipú y

Corpus, se convierte en el país más interesado en negociar el problema” (EMBAIXADA DO BRASIL NO PARAGUAI, 2017d, p. 01).

Para a chancelaria argentina, Buenos Aires havia trabalhado por uma resolução jurídica e pacífica para o caso, o que não dera resultado dada a intransigência unilateral brasileira. Contudo, os argentinos consideravam que o Brasil vinha atuando com “la seguridad de que en la Argentina se ha descartado toda ‘solución militar’ al problema. Considera que nuestro país se halla moralmente derrotado e incapaz de reaccionar. En ello resida tal vez su grave error de apreciación que sea el que nos permita revertir la situación actual” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 07).

Ainda que o documento da chancelaria afirme que “se debe evitar el encerramiento que obligue a recurrir a vías de fuerza” (ibidem, p. 08), este segue mantendo o tom de ameaça, propondo como nova estratégia, “realizar una acción de conjunto con los más importantes países del continente a fin de obtener apoyo” e segue dizendo que “una vez más debemos resaltar que el punto débil sobre el cual es necesario ejercer la mayor presión es Paraguay” (idem).

Sobre o Brasil, o relatório do Departamento América Latina estabelecia medidas de curto e médio prazos, como a decisão de dar início às obras de Corpus. Esta, inclusive, serviria de resposta às afirmações brasileiras de que a proposta de construção da Usina era apenas retórica argentina para impedir o andamento de Itaipu. outro ponto seria a convocação à buenos Aires dos embaixadores argentinos em Brasília e Assunção. Segundo o documento, tal ação teria “un valor simbólico - frente a esos dos gobiernos - respecto a la actitud argentina ante el curso de los acontecimientos” (ibidem, p. 09).

O âmbito belicista da chancelaria argentina acompanhava as tentativas diplomáticas do país, as quais o Brasil insistia em rechaçar. “O chanceler Azeredo da Silveira rejeitou a [primeira] proposta da Argentina para formar com o Brasil e o Paraguai uma Comissão Tripartite” (BANDEIRA, 2010, p. 427). Como resposta, inclusive, o embaixador argentino Oscar Camilión, propôs uma reunião bilateral com o colega brasileiro, Azeredo da Silveira, para a qual seria convidado, também, o chanceler paraguaio. A demora de Brasília em aceitar a proposta suscitou a exigência argentina de uma resposta imediata com “o prazo de doze dias (até 30 de maio de 1977) para que o Itamaraty se definisse” (idem).

Nem mesmo uma retomada nas tratativas por parte do próprio Azeredo da Silveira, em 12 de julho⁷⁸, servira para reduzir as tensões e o governo argentino decidiu, então, começar a colocar em prática as propostas de Barttfeld. Entre as diversas medidas adotadas por Buenos Aires, aquela que gerou o maior desentendimentos entre os dois governos, foi a de “implementar una política de estricto control migratorio-aduanero en todos los pasos de frontera con Brasil. Esta medida debería complementarse con un plan de seguridad para esa región fronteriza, correlativo con otras medidas a nivel provincial” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 11). Como efeito, a relação entre os dois países atingiu o máximo de tensão quando, com o pretexto de realizar obras, em julho de 1977, a Argentina interditou o túnel Cueva-Caracoles, na Cordilheira dos Andes, para o tráfego de caminhões pesados que transportavam mercadorias do Brasil para o Chile⁷⁹. O governo brasileiro, por sua vez, encarou o ocorrido como uma retaliação por conta das questões envolvendo Itaipu e respondeu fechando as fronteiras à 80% da frota de caminhões argentinos.

Bandeira (2010) afirma que nem as FFAA do Brasil, nem as da Argentina pretendiam levar a situação para o confronto bélico. No entanto, não é exatamente isso que vemos no documento produzido pela chancelaria argentina. Nele, o embaixador Barttfeld propunha:

Reforzar militarmente la región mesopotámica - en especial los sectores limítrofes con Brasil - como base sólida de una eventual estrategia de enfrentamiento con ese país. A tal efecto se preverá la redistribución de contingentes militares, la creación de bases aéreas en la zona de frontera y el redimensionamiento adecuado de la flotilla fluvial. Las medidas sugeridas constituyen de por sí el antecedente imprescindible para hacer viable la declaración como Zona de conflicto de la región (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 14).

Ocorre que a situação com outro vizinho, o Chile, passou a se deteriorar rápido e o impasse em Cueva-Caracoles acabou resolvido no dia 25 de agosto, quando a Argentina decidiu

⁷⁸ Matéria produzida pelo Jornal O Estado de São Paulo, de 05 de agosto de 1977, dava destaque a proposta do Itamaraty e a consequente resposta de Buenos Aires. Sobre o posicionamento brasileiro o jornal afirma que, “a iniciativa de propor o diálogo à Argentina, após meses de seguidas divergências, é considerada uma contra-ofensiva diplomática diante do seu mais importante parceiro do Cone Sul. [...] a Argentina vinha assumindo uma série de iniciativas na tentativa de se entender com o Brasil, mas sem nenhum êxito”. Já, sobre a resposta Argentina, o Estadão diz que “A nova estratégia do governo militar incluía a escolha de embaixadores importantes nos países vizinhos. Para o Brasil foi designado Oscar Camilion, o maior especialista argentino em problemas brasileiros e em relações Brasil-Argentina. Há um ano ele vem montando pacientemente com o Itamaraty uma delicada estrutura diplomática em busca da paz com o Brasil” (SILVEIRA, 1977, p. 11).

⁷⁹ Segundo matéria do jornal Folha de São Paulo, de 25 de agosto de 1977, o túnel foi fechado para países terceiros depois que o governo do General Videla endureceu a política externa do país, justamente por conta da construção de Itaipu. Segundo a Folha, em julho de 1977, o comandante-chefe da Armada argentina, Almirante Emílio Massera, visitou o Paraguai para pressionar Stroessner.

liberar a passagem dos caminhões brasileiros. O conflito ficou conhecido na imprensa sul-americana como a “Guerra de los camiones”. Em 26 de agosto de 1977, o jornal paraguaio ABC, por exemplo, ao divulgar a notícia do fim da disputa, afirmava que os “buenos resultados de este encuentro [...] fueron recibidos con interés en círculos diplomáticos latinoamericanos al evidenciar una buena voluntad de Argentina y Brasil en sus relaciones diplomáticas deterioradas en los últimos por divergencias e incidentes colaterales” (ABC, 2018, p 03).

Ainda que a guerra não tenha sido deflagrada, Buenos Aires tratou de agir em outras frentes para tentar neutralizar as intervenções brasileiras no Prata. As mais importantes se davam no âmbito da política externa regional, com ações diretas junto aos vizinhos. No caso do Paraguai, por exemplo, caso o governo se aproximasse de vez do Brasil, deixando de lado a possibilidade de acordo com a Argentina para a construção da usina de Corpus, o Ministério de Relaciones Exteriores e Culto propunha a:

b) expulsión de paraguayos residentes en zonas fronterizas que se hallen en infracción a las leyes de inmigración; c) cierre total del ingreso, legítimo e ilegítimo de alimentos; d) perturbar en todas las formas posibles el normal desenvolvimiento del tráfico de petróleo que tiene lugar entre ese país y el depósito de petróleo crudo que alquila el mismo a Y.P.F. [Yacimientos Petrolíferos Fiscales] en el puerto Rosario. e) reprimir drásticamente toda forma de contrabando proveniente de Paraguay, recordando que esto tipo de operaciones se halla controlado por los más altos jerarcas del gobierno paraguayo; f) clausurar todo tipo de facilidades crediticias al Paraguay; g) Cese de las importaciones provenientes de ese país especialmente en el rubro de productos hortícolas y maderas (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 11-12).

Sobre o Chile, o embaixador Barttfeld propunha “atender en forma especial la relación que tienen entre sí las dos controversias, dado que podrían ser utilizadas por uno y otro país como frente de retaguardia” (ibidem, p. 12). Porém, as tensões entre chilenos e argentinos estavam prestes a se agravarem. O laudo arbitral, sobre o controle do Canal de Beagle, fora divulgado pelo governo britânico em 18 de fevereiro de 1977 e, por mais que tenhamos visto que Brasília tenha tentado manter uma posição neutra no conflito, Buenos Aires corria o risco de envolver o Brasil na disputa, pois “a tendência histórica sempre fora manter uma espécie de aliança tácita [brasileira] com o Chile, como forma de conter a Argentina” (BANDEIRA, 2010, p. 429).

Quanto ao Uruguai, a intenção era a de “intensificar la labor política y económica [...] al par de balancear la composición de fuerzas en la Cuenca [...] frente a Brasil (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO

AMÉRICA LATINA, 2018, p. 12-13). Mesmo que, como já vimos, todos os esforços anteriores tenham sido suplantados pela política externa brasileira.

Na Bolívia, por sua vez, Buenos Aires deveria “ejercer presión sobre el gobierno del General Banzer a fin que revierta su actitud pro-brasileña. En ese sentido de apoyo en las tratativas para obtener su salida al mar” (ibidem, p. 13). Tal avaliação não levava em conta a forte participação da ditadura brasileira no golpe que levou Banzer ao poder.

Sobre a Venezuela e o Peru, a proposta era de intensificar os vínculos políticos e econômicos para consolidar um bloco de ação frente às intenções brasileiras na região. Barttfeld, no entanto, previne o governo argentino de que “en el caso peruano, la alianza implícita con ese país no deberá ser utilizada contra Chile” (ibidem, p. 12), dado as divergências territoriais entre os dois países andinos. Nesse caso, a reação argentina era, em certo ponto, tardia, pois a política econômica brasileira já se “expandia em direção ao Pacífico, negociando ou firmando importantes acordos bilaterais de cooperação” com estes países (BANDEIRA, 2010, p. 420).

No ano seguinte, inclusive, o governo brasileiro celebraria o Tratado de Cooperação Amazônica, com Bolívia, Colômbia, Venezuela, Suriname, República da Guiana, Equador e Peru e “construía um instrumento básico no processo de acercamento do Pacto Andino, visando a enlaçar, física e economicamente, os mercados do Pacífico aos centros industriais do Atlântico” (ibidem, p. 430).

Os ânimos entre os dois poderosos da América do Sul só se acalmaram quando a ameaça chilena no Estreito de Beagle se tornou real e imediata. Ao mesmo tempo em que a Argentina pressionava o Brasil na disputa pelo aproveitamento da Bacia do Prata, os argentinos precisaram resolver os problemas com a ditadura de Augusto Pinochet:

El 20 de septiembre de 1977 la Comisión Interministerial elevó al Poder Ejecutivo un informe donde se fijaban los objetivos, políticas y estrategias para estas negociaciones tripartitas, que luego se desarrollarían durante casi dos años. En dicho informe la Comisión fijaba como cota máxima ciento veinticinco metros, y se adelantó en principio la cota mínima de ciento quince metros. El 22 de septiembre de 1977 comenzaron las reuniones tripartitas y otros encuentros a nivel de asesores, que inauguraban la larga maratón que terminaría en 1979 con un Acuerdo Tripartito (LANÚS, 2000, p. 310)

Como resultado, no ano de 1978, as negociações com Brasil e Paraguai passaram a caminhar de forma mais veloz e eficiente. Já no final de 1977, “realizaram-se reuniões tripartites em nível técnico, com a participação de representantes brasileiros, argentinos e paraguaios, a fim de examinar a inter-relação entre Itaipu e Corpus” (SECRETARIA GERAL

DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 2017, p. 01). Em dezembro, durante a IX Reunião de chanceleres da Bacia do Prata, os representantes de Brasil, Argentina e Paraguai decidiram por mais uma reunião tripartite que ocorreria em Assunção, nos dias 14 e 15 de março de 1978. Antes, porém, os chanceleres de Brasil e Argentina se encontraram em Brasília, para discutirem uma proposta de queda para a Usina de Corpus.

Com efeito, durante a reunião no Paraguai, a representação argentina expôs os pontos que determinavam como relevantes para as negociações:

Navegação no RIO PARANÁ em todas direções; - operatividade dos portos fluviais; - ecologia em geral, ictiologia e saúde pública; - coordenação operativa das usinas hidrelétricas da região; - tratamento geral do regime do rio, dentro do esquema de longo prazo; - problemas que podem ocorrer durante a construção das represas (incluindo o enchimento inicial), bem como em consequência das obras (ibidem, p. 02)

Segundo a delegação brasileira, no entanto, tais discussões não faziam parte da pauta de negociações. O que estava em jogo na reunião era a inter-relação Itaipu-Corpus, assunto o qual ainda não havia sido tocado pelos argentinos que responderam pontuando que:

Ambas as represas são viáveis; - a área do Rio PARANÁ, pela sua importância política e econômica, se enquadra nos interesses de sua segurança nacional; - estão dispostos a abandonar posições rígidas até então adotadas; - tal revisão de posição se deve ao intercâmbio trilateral de informações, havendo, no entanto, algumas dúvidas; - a existência de CORPUS representa um benefício para ITAIPU e esta, sem aquela, teria sérios inconvenientes na operação; - os parâmetros operativos que estão dispostos a aceitar já constituem uma concessão; - a medida que aumenta a cota CORPUS, cresce sua potência e a flexibilidade de ITAIPU; - CORPUS necessita de uma cota para ser economicamente viável, em face de seu caráter binacional e da excentricidade relativa de sua localização, diante dos grandes centros consumidores argentinos; -a ausência de CORPUS determina pautas de inflexibilidade para a operação de Itaipu; preocupação com medidas de segurança sismológicas para obras de grande vulto (ibidem, p. 02-03).

Em maio daquele ano, o chanceler paraguaio Alberto Nogues recebeu das mãos do colega argentino, General Sérgio Novoa, o anteprojeto tripartite proposto por Buenos Aires para a resolução da contenda sobre o Rio da Prata. Este, no entanto, não agradou aos paraguaios que consideraram inaceitável o fato de a Argentina querer “‘amarrar’ este governo com relação ao futuro Tratado de Corpus. Matéria que somente poderá ser objeto de discussão, sem comprometimentos anteriores, depois de celebrado o acordo Tripartite a nível de (sic.) chanceleres” (EMBAIXADA DO BRASIL NO PARAGUAI, 2017e, p. 02).

O anteprojeto deveria ser discutido pelas três partes interessadas na reunião de chanceleres que ocorreria nos dias 8 e 9 de junho, porém, de forma unilateral e alegando que a

Argentina modificara “el objetivo de las negociaciones” (EMBAIXADA DA ARGENTINA NO BRASIL, 2017, p. 03), o Itamaraty decidiu postergar o encontro, avisando a chancelaria argentina por meio de nota, no dia 30 de maio.

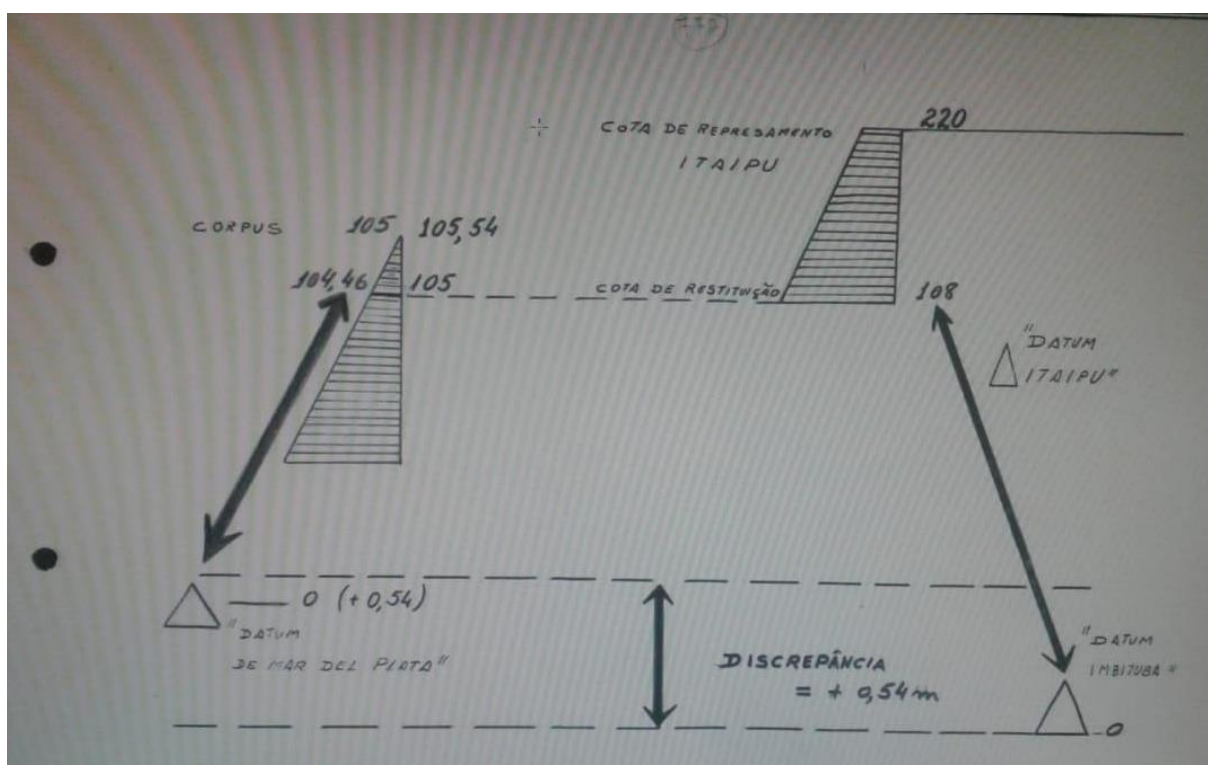
A chancelaria argentina respondeu ao Itamaraty com uma nota de sete páginas, na qual deix claro o descontentamento com a atitude brasileira, a qual considera “una decisión que no condice con el espíritu constructivo que ha caracterizado a este proceso negociador” (ibidem, p. 02). Segundo os argentinos, “las negociaciones tripartitas fueron concertadas por iniciativa del Gobierno argentino, cuyas reiteradas propuestas en tal sentido revelaban, desde un comienzo, su convicción de que era conveniente arribar un acuerdo satisfactorio para todas las partes” (ibidem, p. 01).

Para a representação argentina, o anteprojeto não era nada mais que uma proposta e não estava fechado, pelo contrário, deveria ser debatido e modificado de acordo com o entendimento das três partes envolvidas:

Las propuestas argentinas han sido puestas en conocimiento del Brasil y del Paraguay con suficiente claridad y con espíritu amplio, sin cerrar la posibilidad de un fructífero cambio de opciones, en la convención de que no existe otro camino que un sincero intercambio pelos puntos de vista propios de cada país para lograr un acuerdo trilateral. El gobierno argentino está dispuesto a recibir y analizar estos criterios o examinar nuevas propuestas, para que, a través de normal desarrollo de la negociación, puedan concluirse dos que reflejen con fidelidad un compromiso sólido, basado en beneficios recíprocos (ibidem, p. 06-07).

Na tentativa de finalizar as negociações sobre o aproveitamento do rio, em 15 de março de 1979, dia da posse do general João Baptista Figueiredo, ocorreu “um encontro de alto nível entre as diplomacias argentina e brasileira selou a decisão de solucionar o contencioso pela utilização dos recursos hídricos da Bacia do Prata” (SPEKTOR, 2002, p. 117). A junta militar de Buenos Aires cedeu aos militares brasileiros aceitando, tal qual o desenho da figura 13, a cota de 105m de queda para a produção da Usina de Corpus (menor, inclusive, do que havia sido oferecido a Isabelita Perón) e, em 19 de outubro de 1979, os dois países, junto ao governo Stroessner, assinaram o Acordo Tripartite, encerrando o caso do aproveitamento hidrelétrico do Alto Paraná e corroborando a afirmação argentina de que “el fondo da cuestión, consistente en la voluntad de Brasilia de inclinar a su favor el equilibrio de poder - existente en el área - entre uno y otro país” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 06).

Figura 13 - Cota de Corpus



CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. [Estudo], 31 dez. 1978, Brasília. 02f. Cota Corpus⁸⁰. In: **Arquivo Nacional**. Acervo referente aos órgãos de informação do Regime Militar. Brasília: Arquivo Nacional, 2017b.

Ainda assim, as discussões em torno da utilização do Rio não foram completamente finalizadas, visto que as sessões do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata⁸¹ tinham continuidade. Em 14 de dezembro de 1984, o Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina emitiu uma nota ao Secretário de Relações Exteriores indicando as iniciativas que este deveria apresentar na reunião de chanceleres da Bacia do Prata.

O secretário deveria, principalmente, reafirmar a posição argentina em relação ao que já estava decidido por resoluções anteriores. Além disso, o Ministério desejava articular junto aos outros países “el proyecto de Paraná Medio”, dando margem para uma “resolución que determine como de interés prioritario para los países de la Cuenca del Plata, el mejoramiento de la navegación del río Paraná” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018e, p. 02).

⁸⁰ A Hidrelétrica de Corpus, oficialmente chamado de Proyecto hidroeléctrico Corpus Christi, nunca chegou a sair do papel, sendo, inclusive, rechaçado pela população da província de misiones por meio de um plebiscito, no ano de 1996. Nos primeiros anos do século XXI, a obra voltou a ser pautada pelas autoridades argentinas, mas o projeto ainda não chegou a ser colocada em prática.

⁸¹ O Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata foi criado no âmbito do Tratado da Bacia do Prata, proposto pela Argentina e firmado pelos países limítrofes em 23 de abril de 1969.

Durante o processo de aproximação entre Assunção e Brasília para a elaboração e execução do projeto de Itaipu, novamente, empresas brasileiras souberam aproveitar os bons ventos da cooperação antagônica para darem início aos seus negócios do outro lado da fronteira.

Essa “oportunidade” dada aos empresários brasileiros era, inclusive, alvo de preocupação do governo argentino, em 1972. Além dos elementos indicados pelo Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina como preponderantes para a aproximação de Assunção à Brasília, já citados neste capítulo, havia ainda “la negociación que se lleva a cabo para permitir la instalación de industrias brasileñas en Paraguay” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018d, p. 157).

Outrossim, segundo o pesquisador Bruno Stankevicius Bassi, do observatório jornalístico *De olho nos ruralistas*, estima-se que entre 1970 e 1985, “mais de 400 mil brasileiros tenham se estabelecido no país vizinho” (2019). Esses dados foram apresentados no relatório final da Comisión de Verdad y Justicia, do Paraguai. Nele, constata-se que das 200.705 adjudicações ocorridas entre 1954 e 2002, “4.241 lotes correspondientes a 3.336 adjudicatarios, que totalizan 7.851.295 hectáreas, han sido adjudicados con graves irregularidades a la legislación agraria” (CVJ, 2008, p. 72). Essas terras eram doadas pelo Estado paraguaio a correligionários de Stroessner que depois as revendiam, principalmente, a brasileiros interessados em ocupar as terras paraguaias. Entre eles estava o paranaense Tranquilo Favero, que comprou os primeiros lotes em 1968 e hoje é conhecido como o Rei da soja e é o maior latifundiário do país.

Entre as empresas que se estabeleceram em terras paraguaias apoiadas pela ditadura, estava a Tigre, de Santa Catarina. Fundada em 1941, atualmente ela figura entre as 20 companhias mais internacionalizadas do país. Teve sua primeira operação fora do Brasil em 1977, no Paraguai, e hoje a empresa já possui mais de 10 fábricas no exterior, se destacando com uma das maiores empresas de tubos e conexões do mundo. Outra que teve no Paraguai a sua porta de saída para o mercado externo foi a Andrade Gutierrez que, em 1975, conseguiu o contrato para dar início a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

O avanço das multinacionais brasileiras teve início no período em que os militares estiveram no poder em Brasília, no entanto, os desdobramentos desse avanço são sentidos ainda hoje. Segundo matéria da jornalista Mariana Carneiro para a Folha de São Paulo, em dezembro de 2017, de cada 10 indústrias abertas em solo paraguaio, pelo menos 7 delas possuíam sede no Brasil. Somente naquele ano, foram feitos 445 consultas à embaixada brasileira em Assunção, solicitando informações sobre como operar no país vizinho e empresários brasileiros

detinham 69% das empresas sob o regime de Maquila⁸², contra 17% do próprio Paraguai, 8% da Argentina e 2% de outros países (CARNEIRO, 2017).

Fica claro, portanto, que o modelo de desenvolvimento econômico adotado pela ditadura brasileira aliava a cooperação antagônica aos Estados Unidos com a proposta subimperialista de intervenção nos países vizinhos e, em ambos os processos, a conivência e a participação direta do empresariado nacional foi primordial para o sucesso desta fórmula.

⁸² Empresas isentas de impostos desde que produzam, no Paraguai, produtos destinados ao mercado externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos recrudesceu em grande medida a competição entre os gerentes dos grandes interesses imperialistas, instalados nos governos do Brasil e da Argentina, em torno do agitado problema da liderança continental. Tudo indica que a Argentina não está em condições de resistir ao poderoso desafio brasileiro (GALEANO, 2010, p.182-183).

Há “uma verdadeira singularidade da noção da história do tempo presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do ‘espaço de experiência’ e no presente do passado incorporado (DOSSE, 2012, p. 06). Logo, em 1971, quando o escritor Eduardo Galeano traçou as linhas de *As veias Abertas da América Latina*, o que o escritor estava fazendo nada mais era do que compreender o processo histórico dialético que determinava a construção da América Latina daquele momento. A história do tempo presente se configura inexoravelmente à dimensão temporal presencial, “a proximidade dos historiadores em relação aos acontecimentos, pois são praticamente contemporâneos de seus objetos de estudo” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 24).

Ao analisar as relações de poder ocorridas na América Latina Galeano, vislumbrava o quanto a balança do chamado subimperialismo penderia para o lado brasileiro. Mesmo estando no bojo das ditaduras dos dois países, lembrava que, apesar de todos os esforços argentinos, seria difícil superar o Brasil que possuía o dobro de superfície e com a população, naquele momento, quatro vezes maior⁸³; uma indústria mais diversificada, capaz de uma produção de aço quase três vezes mais ampla e com o dobro da produção de cimento e da capacidade de geração de energia; a marinha mercante brasileira se renovava de forma quinze vezes mais rápida. Em 1966 a frota marítima dos dois países eram equivalentes, em 1971, a brasileira já equivalia a de toda a América Latina somada (idem); em 1975, a capacidade da produção bélica brasileira havia atingido tal ponto que a própria Casa Rosada se preocupava com a possibilidade de Brasília passar a fornecer armas para os outros países do continente, “habiendose incitado, a tal efecto, negociaciones con Chile, Perú, Bolivia y Paraguay y también con los dos bandos en lucha en Medio Oriente” (EMBAIXADA ARGENTINA NO CHILE, 2018, p.01). Esse crescimento se dava, principalmente pela abertura do mercado brasileiro para as indústrias dos Estados Unidos para a exploração do mercado e das riquezas naturais do país, além do valor

⁸³ Em 1977, a população da Argentina era de 24,37 milhões de habitantes, a segunda maior do continente sul-americano, 4 vezes menor do que o Brasil com 97,73 milhões. Em 2017 essa diferença chegava a quase 5 vezes eram 44, 27 milhões de argentinos contra 209, 3 milhões de brasileiro. Desde 1982, inclusive, a Colômbia já possui uma população maior que a Argentina.

estratégico de seu território, limitado com todos os países sul-americanos a exceção de Equador e o Chile. Isso sem contar o fato de a mão de obra brasileira ser muito mais abundante e barata do que a argentina (idem).

Como foi possível observar, a construção deste trabalho se deu, principalmente, por meio do acesso ao vasto acervo diplomático produzido pelos governos de Brasil e Argentina, assim como de outros órgãos de informação, como ao material digitalizado do NARA, dos Estados Unidos. O que pretendíamos era interpretar o papel da ditadura brasileira no jogo político da América do Sul como parte de uma disputa subimperialista com a República da Argentina pelo controle hegemônico do continente.

Depois de ler e examinar tantos documentos e de ter acesso a informações que por tanto tempo estiveram sob sigilo ou longe do conhecimento público, a primeira impressão que temos é a de que existe um verdadeiro mar de informações a serem analisadas sobre o período e que podem, ainda, esclarecer muitas dúvidas a respeito do processo de ingerência brasileira nos países vizinhos.

Ficou claro que as embaixadas brasileiras trabalhavam para desestabilizar governos “inimigos” com a anuência e o apoio direto de Brasília, auxiliando na derrubada de presidentes democraticamente eleitos, forçando acordos econômicos com nações mais débeis e asfixiando tentativas de políticas econômicas independentes nesses países. O intuito era, sobretudo, o de se sobressair como a grande potência regional e, também, fazer valer a preponderância do modo de produção capitalista na América do Sul, como centro irradiador e sócio menor do poder dos Estados Unidos, o que era entendido até mesmo pela Casa Rosada:

La concepción geopolítica difundida y sustentada por las ‘élites dirigentes brasileñas’, es la que concibe Brasil como ‘defensor de Occidente y de la civilización cristiana’ en el Continente y en el hemisferio sur, lo que, visto el carácter de país llave para América del Sur que le asignara la estrategia norteamericana al brasil, se vincula entonces en forma directa con las ‘relaciones especiales’, entre ambos países (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA, 2018d, p. 235).

Em outras palavras, o governo de Buenos Aires identificava na política externa brasileira elementos característicos de uma potência subimperialista. O mesmo documento segue afirmando que um conceito que o “Brasil precisa y cuenta con E.E.U.U., como éste necesita de aquél para contrapesar tendencias de orientación social y anti-monopólicas que se generalizan de a poco en el Area, y que podrían centrarse en torno al otro ‘país-clave’ en el Continente: Argentina (idem).

Desse modo, podemos apontar que durante o período da ditadura militar, entre 1964 e 1985, objetivos que podem ser considerados subimperialistas de conquista e controle da América do Sul não só estavam presentes nas práticas de alguns governantes, mas existiam como uma constante política de Estado estabelecida pelos militares, agudizando ainda mais as disputas regionais.

Corroborando o conceito de subimperialismo de Marini, essas ações ocorreram sob o conhecimento, a convivência e, em alguns casos, com o auxílio financeiro do governo dos Estados Unidos para o qual o Brasil atuava na América do Sul como principal representante dos interesses imperialistas. Coube à ditadura brasileira fazer “o trabalho sujo” e assumir “grandes responsabilidades”⁸⁴ (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2018, p. 02). O presidente Nixon, por exemplo, “teria solicitado o apoio do general Médici em lidar com a segurança interna e o status quo no hemisfério, incluindo os governos da Bolívia e do Uruguai”. Pedido imediatamente aceito pelo ditador brasileiro, “uma vez que ele pessoalmente acredita[va] que o governo brasileiro dev[ia] assumir um papel maior na defesa de governos vizinhos e amigáveis” (idem).

Essa relação entre os dois colegas funcionava como uma via de mão dupla: enquanto o Brasil trabalhava para evitar possíveis governos de esquerda ou que mantivessem um capitalismo independente aos Estados Unidos, os aliados do Norte garantiam à ditadura brasileira a independência regional em um imperialismo de segunda classe que se estendia sob os países vizinhos.

É evidente, portanto, que apesar de o governo brasileiro ser incapaz de fazer frente ao poder político, econômico e militar estadunidense, dado, principalmente, a sua economia altamente dependente do capital estrangeiro, havia, contudo, por parte dos Estados Unidos o reconhecimento do Brasil como a grande potência regional capaz de auxiliar na manutenção do modo de produção capitalista na América do Sul. A própria cúpula do poder da Casa Branca, incluindo o presidente Nixon, viam Médici como importante aliado. Dois documentos (KISSINGER, 2017a; KISSINGER, 2017b) de 1971 indicam que para os Estados Unidos, o Brasil podia encontrar-se em uma posição respeitada e admirada e que o ditador brasileiro era um valioso aliado para ser consultado antes das viagens de Nixon a Pequim e Moscou.

⁸⁴ O General Vicente de Paulo Dale Coutinho, presente na reunião se mostrou preocupado com o resultado que tais ações teriam sobre a opinião pública a respeito das FFAA.

No início dos anos 1970 o governo de Buenos Aires tentou junto ao Brasil um acordo que garantisse a autodeterminação dos povos da América do Sul, uma maneira de evitar o evidente avanço brasileiro sobre as nações mais próximas:

E os dois países, além de alguns acordos de cooperação, apenas firmaram [em 1972] uma declaração conjunta, reconhecendo que todos os povos tinham igual direito de ver realizado seu ideal de paz e prosperidade, de acordo com as suas respectivas instituições, o que se afigurou como adesão do Brasil ao pluralismo ideológico, apregoadado pela Argentina (BANDEIRA, 2010, p. 412).

Logicamente que o acordo não fora levado adiante pelo governo brasileiro que apoiou e viabilizou a sequência de golpes de Estado que ocorreriam nos países da América do Sul nos anos seguintes. Quando do golpe militar de 1966, na Argentina, que levou ao poder o General Juan Carlos Onganía Carballo, este pretendia restabelecer a condição de preponderância argentina na região da bacia do Prata por meio da criação do vice-reino do Rio da Prata. Uma tentativa de elevar os argentinos à posição de líderes políticos de toda a América Latina, uma assertiva que seguia a teoria das “fronteiras ideológicas” que propunha uma forte política de influência argentina sobre o Paraguai, Uruguai e a Bolívia. No entanto, “A situação que se delineou não foi favorável para o governo argentino na medida em que o apoio brasileiro aos golpes de estado nesses países trouxe-os para sua órbita de influência, ao qual se somou o Chile, formando um cordão de isolamento ao país platino” (TEIXEIRA; ANSELMO, 2011, p. 16).

Esse avanço brasileiro sobre continente sul-americano era constatado pela diplomacia argentina em documento produzido em 1977 que afirmava que “la tradicional política brasileña de los “hechos consumados” consolidara su creciente influencia en nuestros vecinos menores y especialmente, había inclinado fuertemente a Paraguay hacia su lado” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 02).

Os golpes militares, portanto, ajudaram a ampliar a força e a preponderância dos interesses da ditadura brasileira sobre os intentos argentinos na luta pelo controle hegemônico no continente, visto que com a ascensão dos novos governos eram estabelecidos, também, acordos e tratados políticos e econômicos que favoreciam Brasília em prejuízo de Buenos Aires:

A abertura de corredores de exportações, com o melhoramento e a construção de novas rodovias e ferrovias, facilitou, enormemente, as ligações entre o *hinterland* da Bacia do Prata e o litoral do Atlântico, induzindo a produção da Bolívia e do Paraguai, bem como do Uruguai e da própria Argentina (Entre Rios e Misiones), a escoar no sentido oeste-leste, sobretudo através das rotas Puerto Stroessner-Foz do Iguaçu-Paranaguá ou Paso de los Libres-Porto Alegre-Rio Grande. Com isso, os portos de

Santos, Paranaguá e Rio Grande, reaparelhados, modernizados e situados no Atlântico, passaram a competir, vantajosamente, com o de Buenos Aires (BANDEIRA, 2010, p. 415-416).

Com o fim do conflito em torno de Itaipu, por exemplo, rapidamente, o superávit comercial entre Brasil e Argentina disparou em favor dos brasileiros⁸⁵, garantindo ao país a posição de poder por tanto tempo almejada e disputada pelas duas nações. Além disso, apesar dos esforços argentinos para competir com os investimentos brasileiros, o crescimento do PIB do Brasil se manteve à frente do argentino durante todo o período militar brasileiro. Entre 1960 e 1970, a média brasileira foi de 5,4% enquanto a argentina foi de 4,2%; na década seguinte a diferença era ainda maior, de 8,4% e 2,2% respectivamente; nos anos 1980, por fim, enquanto o Brasil registrava queda, chegando a apenas 2,7%, o país platino estava ainda pior, com uma taxa negativa de -0,4%.

Outro ponto que demonstra a diversidade econômica brasileira no período está no mercado externo dos dois países. Entre 1965 e 1981, *verbi gratia*, enquanto a Argentina realizava 88% do comércio externo com países da América Latina, sendo 16,4% com o Brasil, no mesmo período, os brasileiros exportavam 64% do que produziam para países desenvolvidos e apenas 19,9% para nações latino-americanas.

No decorrer das disputas em torno da utilização das águas do Rio Paraná pela usina de Itaipu, inclusive, os ânimos entre os governos de Brasília e Buenos Aires, atingira o auge da exaltação, quase levando os países a um conflito armado que, pela documentação apresentada nesta tese, só não aconteceu, de fato, por conta das disputas argentinas em relação ao controle do Canal de Beagle, com o Chile.

Durante toda essa disputa, porém, os dois países investiram pesado na tentativa de possuir a bomba atômica. O Brasil por meio do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha de quem obtinha a transferência do ciclo completo do enriquecimento de urânio, produção do elemento combustível e reprocessamento e a fabricação de reatores para que pudessem fabricar os submarinos nucleares que desejava, além da própria bomba caso intentasse. No outro lado, os argentinos utilizavam o Plano Europa:

Voltando-se para a CEE [Comunidade Econômica Europeia], em busca de armamentos mais modernos, e não só protegeu e ampliou sua própria produção, através da empresa estatal – Fabricaciones Militares – como optou pela utilização de urânio natural, refrigerado e moderado com água pesada, na usina atômica de Atucha,

⁸⁵ Segundo Hirst (1988, p. 56), em 1980, 72,5% das exportações brasileiras para a Argentina eram de manufaturados, enquanto das vendas do país vizinho apenas 31,6% correspondiam a produtos industriais. Três anos depois esses números caíram, mas continuaram favoráveis aos brasileiros: as exportações passaram para 14,8% e as importações para somente 3,7%.

a fim de não depender de tecnologia estrangeira. Sua intenção era adquirir capacidade nuclear, que lhe permitisse resolver favoravelmente aos seus interesses as questões com o Brasil (Itaipu-Corpus), Chile (Canal de Beagle) e Grã-Bretanha (Malvinas/Falklands) (BANDEIRA, 2010, p. 417).

O tema da produção de armas nucleares era, inclusive, tratado pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina, como primordial para o equilíbrio de forças na América do Sul⁸⁶:

Finalmente y en este tema, la República deberá acelerar - en calidad de objetivo nacional ineludible - la concreción de un arma nuclear. El simple hecho visualizable para Brasil, implicaría un insustituible elemento de presión. Tal política deberá salvaguardar su aspecto intrínsecamente secreto, que lo haga compatible con un contexto internacional - que como se sabe - se encuentra altamente sensibilizado en esta materia ((MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA, 2018, p. 14).

Além disso, os generais brasileiros faziam questão de impedir quaisquer intentos argentinos de ampliar a sua atuação junto aos outros países da América do Sul, como vimos em relação a União aduaneira com o Uruguai.

O que se pode considerar uma afirmação subimperialista brasileira fica explicitada com o posicionamento subserviente do presidente Médici que, em reunião com o colega estadunidense Richard Nixon, se dizia feliz em ver que as visões brasileiras e norte-americanas estavam tão próximas (KISSINGER, 2017a, p. 05), mesmo que o país estivesse ocupando a categoria de sócio menor dos interesses capitalistas na região.

As ações da ditadura brasileira serviram para beneficiar uma camada bastante restrita da população do país. Os grandes empresários responsáveis pelo avanço brasileiro ao exterior foram favorecidos pelos acordos e pelas intervenções de Brasília nos países vizinhos. Entre as tantas empresas que citamos nesta tese, a que mais se destaca é a Odebrecht. Com investimentos fora do país desde 1979, em 2016 a empresa operava em 17 países, tendo mais de 60% das

⁸⁶ A partir del golpe militar que expulsó de la presidencia a María Estela Martínez de Perón el 24 de marzo de 1976, el desarrollo nuclear comenzó a acelerarse. La economía maltrecha heredada del breve período democrático no fue un obstáculo para que el gobierno de facto incrementara, de forma inédita, la partida presupuestaria dedicada al área nuclear. En los siguientes siete años, CNEA concretó buena parte de sus logros tecnológicos más importantes. Puede parecer paradójico que esto ocurriera cuando la dictadura reorientaba drásticamente la política económica hacia un perfil de ortodoxia liberal, después de 40 años de implementación accidentada de un régimen de industrialización por sustitución de importaciones. Así, mientras la desregulación del mercado interno y la especulación financiera iniciaron un proceso de destrucción de la industria nacional, CNEA mantuvo la misma estrategia institucional que había concebido y adoptado desde los años sesenta: el programa nuclear debía promover la participación y la articulación de las capacidades industriales locales (MENDOZA, p. 28).

receitas vindas do exterior e liderando o ranking das multinacionais mais internacionalizadas do país (VAZ; BARBOSA, 2019).

O projeto de país elaborado pelos militares em Brasília tinha o objetivo, portanto, de alçar o Brasil à condição de liderança regional, mesmo que para isso fosse necessário se submeter a interesses políticos e econômicos externos. Parte desse projeto estava ancorado na falsa premissa de que o país seria superior à América Hispânica e que seria uma nação à parte da América Latina. Em uma união entre os militares e a grande burguesia, financiados e apoiados pelo capital externo, o Palácio do Planalto cumpria a sua função subimperialista de submeter as nações mais débeis do continente, enquanto impedia tentativas de desenvolvimento fora de posições socialistas ou mais à esquerda, fora de um capitalismo independente aos países centrais. Nesse processo, é axiomático o papel desempenhado pelo Palácio do Itamaraty. Os chanceleres brasileiros mobilizaram as embaixadas por todo o continente a fim de que essas trabalhassem para desestabilizar adversários políticos, apoiar asseclas e caçar exilados, reportando constantemente à Brasília qualquer pequena mudança no cenário internacional que pudesse colaborar para diminuir a importância do Brasil na região.

Diferente da crença de que o desenvolvimento histórico da política externa do Brasil, possuía tradições “capazes de sobreviver às mudanças de governo e às próprias alterações organizacionais do Estado, sendo representadas pela orientação pacifista, a jurídicista e a pragmática” (MARIANO, 2015, p. 15), essa tese demonstrou que, de acordo com a orientação política do governo federal, a posição do Itamaraty tende a assumir características distintas. A PEI dos anos de Jânio Quadros e João Goulart, por exemplo, foi substituída pela relação de subserviência nos anos posteriores, dos primeiros anos da ditadura militar e do Pragmatismo Ecumênico e Responsável, a partir do governo Geisel⁸⁷. Ainda nesse mesmo período, as relações diplomáticas de negociação, pelas quais o Brasil é reconhecido (haja visto o papel de

⁸⁷ Em meio às mudanças no cenário da Guerra Fria do início dos anos 1970, o governo Geisel passa a desenvolver uma política externa semi-independente da dos Estados Unidos, com certa autonomia e flexibilidade. O pragmatismo, portanto, seria uma tentativa brasileira de ganhar maior espaço em um sistema dominado pelas grandes potências. Este movimento só foi possível por conta das mudanças na estrutura internacional, com o declínio da capacidade militar dos Estados Unidos frente à União Soviética, o crescimento da importância chinesa e os Estados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) no equilíbrio global de poder, assim como a descolonização na África e na Ásia. De acordo com Spektor (2004, p. 194), “a novidade do pragmatismo encontra-se, acima de tudo, no tratamento dos vínculos com os principais relacionamentos do país. É possível detectar transformações importantes em todas as áreas relevantes da agenda externa: no relacionamento com os EUA, com a América Latina, com os países andinos, com a Europa, a África, o Oriente Médio, a China e o Japão. Nos casos de Argentina, Israel e Portugal, as medidas tomadas nos anos pragmatismo colidiram com práticas de longa tradição no repertório da diplomacia brasileira. Adotaram-se, também, novos posicionamentos na OEA e na ONU. Além disso, o pragmatismo trouxe novos elementos de estilo e de retórica do discurso diplomático. Este é um período de redefinições importante e, em certos casos, sistemáticas, do comportamento brasileiro no ambiente internacional”.

Oswaldo Aranha na criação do Estado de Israel), são suplantadas pelas intenções brasileiras na América do Sul. As representações instaladas nas nações vizinhas tinham como função dar sustentação no exterior as políticas de ingerência do Estado brasileiro, como no caso de Itaipu, ou na vigilância sobre as políticas econômicas dos outros países.

O Ministério das Relações Exteriores, deste modo, aparece como uma das mais importantes ferramentas da ditadura para colocar em prática o projeto subimperialista do governo, auxiliando o Estado brasileiro a sair vitorioso da disputa constante com a vizinha Argentina. Neste aspecto, inclusive, as transformações internacionais que oportunizaram mudanças nas políticas externas de países periféricos, a partir dos anos 1970, permitiram, por exemplo, ao governo de Ernesto Geisel “as possibilidades de se auferir maiores margens de autonomia para a ação externa do país, capitalizando a perda relativa da hegemonia das superpotências” (LESSA, 1997, p. 75).

O Itamaraty agiu equilibrando-se em meio ao multipolarismo político e econômico da Guerra Fria. “Com efeito, o acirramento da concorrência intercapitalista e a disposição dos países europeus ocidentais de aproximarem-se de regiões até então tidas como áreas de influência dos Estados Unidos, como a América Latina, abriram espaço para [...] o Brasil”. Este acirramento facilitou a estratégia de projeção brasileira sobre os países vizinhos.

Eduardo Galeano tentou demonstrar, a seu modo, um passado que não passa, que se fazia presente por meio da subserviência de Estados e governos e que, em meio ao xadrez das disputas regionais e da expansão do modo de produção capitalista em nível global, apenas via mudar as peças que compunham o tabuleiro do continente latino-americano. Tendo ciência de que “a noção de história do tempo presente está associada à ideia de um conhecimento provisório que sofre alterações ao longo do tempo. Isso significa dizer que ela se reescreve constantemente, utilizando-se do mesmo material, mediante acréscimos, revisões e correções” (DELGADO; FERREIRA, 2013, p. 23), podemos afirmar que para além da denúncia de Galeano sobre os interesses externos que assolavam o continente e o subimperialismo de Marini, havia, no Brasil dos militares, o desenvolvimento de um projeto de Estado que, apesar de atuar como sócio menor dos Estados Unidos, pretendia submeter toda a América do Sul aos desejos políticos, sociais e econômicos do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABC. Con una tregua honrosa, concluyó la “Guerra de los camiones” entre la Argentina y Brasil. ABC, Assunção, 26 ago. 1977. Cables, p. 03. In: Arquivo Nacional Paraguaio. **Acervo referente ao jornal ABC**. Assunção: Arquivo Nacional, 2018.

AGUIAR, Ana Graziela. Documentos obtidos pela TV Brasil mostram que Operação Condor começou antes da criação oficial. <https://goo.gl/shwHbS> acessado em: 30/03/2014.

ALMEIDA, Alexandra Ozório de. **O Programa Nuclear Brasileiro e o Acordo com a Alemanha**: da ambição compartilhada aos interesses fragmentados. 2015. 330. Tese (doutorado em Ciência Política) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2015.

ALTMAN, Max. **Tupamaros foram guerrilha mais eficaz da América do Sul**. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/noticia/1730/tupamaros-foram-guerrilha-mais-eficaz-da-america-do-sul>> acessado em: 09/01/2019.

ALVARIZA ALLENDE, Rafael. La política exterior de Uruguay y Brasil durante la última dictadura cívico-militar y la cooperación binacional en la frontera. In JORNADAS DE TRABAJO SOBRE EXILIOS POLÍTICOS DEL CONO SUR EN EL SIGLO XX, II, 2014, Montevideu, UR, **Anais**, La Plata: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (FaHCE) de la Universidad Nacional de La Plata, p. 1-26.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**. São Paulo, v. 04, n. 80, 2010, p. 71-96.

ALVES, Rosental Calmon. Paulo Schilling volta hoje depois de 15 anos de exílio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. [?] 17 jan. 1981. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04002.pdf>> acessado em: 30/05/2019.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. **Caderno de Ciências Sociais**. Santo André, vol. 3, 2012, p. 91-133.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; TEIXEIRA, Vinicius Modolo. América do Sul: o papel dos conflitos na perspectiva de integração do continente. *Horizonte científico*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, vol 5, nº 2, dez/2011, p. 02-28. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/view/4372/7768>>. Acesso em: 01/01/2018.

ANTUNES, Priscila. O sistema de inteligência chileno no governo Pinochet. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38, Jul/Dez 2007, p. 399-417.

ARAUJO, Antônio Luiz. Brasil – colônia dos trustes: como funciona em nosso país o mecanismo dos grandes monopólios e carteis internacionais. **O Semanário**. Rio de Janeiro, n. 92, ano 3, 1958, p. 04.

ARAUJO, Fernanda da Costa Monteiro. Tecno-empresariado e política: O caso de Lucas Lopes (1956-1964). In Encontro de história ANPUH, 13, 2008, Rio de Janeiro, **Anais...**

Identidades 2008 [S.N.].

ARCHIVOCHILE. **Ruy Mauro Marini (1932-1997)**. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/01sobre/marini_sobre00003.pdf> acessado em: 30/04/2019.

ARGENTINA. Decreto-lei no. 3727 de 12 de outubro de 1898. Disposições comuns a todos os Ministérios. **Lex:** InfoLeg: Ministério da Justiça e Direitos Humanos da Argentina. Disponível em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/45000-49999/48720/norma.htm>> acessado em: 22/05/2019.

ATINA, Fulvio. Geopolítica. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 11ª ed., 1998, 544-545.

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. **História**. São Paulo: Universidade de São Paulo, vol. 33, nº 1, jan./jun. 2014, p. 290-316. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/14.pdf>>. Acesso em: 01/01/2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742014000100014>

AYERBE, Luis Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; MILANI, Ana Maria. Crise e globalização no capitalismo contemporâneo: alguns aspectos do debate em torno dos conceitos de Estado-nação, Império e Imperialismo. In Encontro de economia política, 9., 2004, Salvador, **Anais...** Crise e globalização no capitalismo contemporâneo 2004 [S.N.].

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. **Espaço Acadêmico**. Maringá, N. 28, set., 2003.

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul), 1870-2007**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. **Temas & Matizes** nº 14, 2008, p. 09-32.

_____. A Guerra do Chaco. **Revista Brasileira de Política Internacional**. , Brasília vol.41 no.1 Jan./June 1998, p. 162-197.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2ª ed., 1974.

BASSI, Bruno Stankevicius. **Ditadura de Stroessner marcou ofensiva brasileira por terras:** mais de 400 mil brasileiros estabeleceram-se no Paraguai entre 1970 e 1985; ditador doou 6 milhões de hectares para aliados, que venderam suas propriedades a colonos e latifundiários brasileiros. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/10/ditadura-de-stroessner-marcou-ofensiva-brasileira-por-terras/>> acessado em: 10/05/2019.

BELLIGNI, Silvano. “Hegemonia”. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 11ª ed., 1998, 579-581.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. **Dimensões**. Vitória, vol. 24, 2010, p. 114-134.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 22, n. 44, jul/dez de 2009, p. 289-321.

BIATO, Marcel Fortuna Biato. **O Processo de Paz Equador-Peru**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/images/Acordo-Paz-Peru-Ecuador/Artigo-Embaixador-PT-Completo.pdf>> acessado em: 15/01/2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. “Imperialismo”. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 11ª ed., 1998, 611-621.

BORGES, Beatriz. **Mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil: a Comissão Nacional da Verdade divulga uma lista de empresas que delataram funcionários**. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/08/politica/1410204895_124898.html> acessado em: 10/08/2017.

BORON, Atilio A.. Clase de cierre: la cuestión del imperialismo. In: _____; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). **La teoría marxista hoy: Problemas y perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 473-498.

BRAGA, Sandra Rodrigues. **Movimentos Partidos: geopolíticas da “revolução” brasileira (1964-1985)**. 2008. 377. Tese (doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2008.

BRANDALISE, Carla. O conceito de América Latina: hispano-americanos e panlatinidade europeia. **Cuadernos del CILHA**. Mensoza, vol. 14, n. 1, 2013, 74-106.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional, Brasília, ano 35, n. 132, 31 de outubro de 1980, p. 13349. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD31OUT1980.pdf>> acessado em: 15/06/17.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro (org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2005, p. 201-232.

_____. Da política de elites à democracia de sociedade civil. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **Brasil 500 anos: futuro, presente, passado**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2000, p. 517-538.

BRUÍT, Héctor H.. A Invenção da América Latina. In: Encontro da ANPHLAC, 5, 2000, Belo Horizonte, **Anais...** Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/hector_bruit.pdf> acessado em 01/05/2019.

BRUM, Lincoln. Americanos já ocuparam toda Amazônia com vinte missões. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro, 1º Caderno, 30 de junho de 1960, p. 16. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=miss%C3%B5es%20estrangeiras> acessado em: 15/06/17.

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, **Raphael Lana**. **A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea**. Disponível em: acessado em: 15/04/2016.

BUKHARIN, Nikolai I. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 3ª ed., 1988.

BURNS, Mila. Ditadura tipo exportação: a diplomacia brasileira e a queda de Salvador Allende. **História e Cultura**, Franca, v. 5, n. 3, dez. 2016, p. 175-198.

CAMPANHA JUSTIÇA NOS TRILHOS. et al.. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Pelos direitos do povo paraguaio em Itaipu: Campanha pela soberania hidrelétrica Coordenação Nacional pela Integração e Soberania Energética, Paraguai. In _____. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. 2012. 539. Tese (doutorado em História) Programa de Pós-Graduação de História Social (PPGHS) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2012.

_____. As origens da internacionalização das empresas de engenharia brasileiras. In: CAMPANHA JUSTIÇA NOS TRILHOS. et al.. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. A trajetória da Mendes Júnior: um caso emblemático de uma das empreiteiras da ditadura. In CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, XII; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, XIII, 2017, Niterói, RJ, **Anais**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, p. 01-15.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista brasileira de política internacional**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, vol. 48, n.1, 2005, p. 178-213. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a07.pdf>>. Acesso em: 01/01/2018. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292005000100007>.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A Industrialização Brasileira nos Anos de 1950: uma Análise da Instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**. São Paulo, vol. 39, nº 3, jul-set 2009, p. 513-538.

CARNEIRO, Mariana. **Brasileiros abrem 7 de cada 10 indústrias no Paraguai**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1947163-brasileiros-abrem-7-de-cada->>

10-industrias-do-paraguai.shtml> acessado em: 20/05/2019.

CARVALHO, Marina Helena Meira; PRATES, Thiago Henrique Oliveira. Editorial: Para além das fronteiras: histórias transnacionais, conectadas, cruzadas e comparadas.

Temporalidades. Belo Horizonte, v. 8, n. 2, maio/agosto 2016, p. 04-21.

CARVALHO, Sonia. **Militares Argentinos querem paz**. Disponível em:

<<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/08/25/2/>> acessado em: 10/04/2016.

CASSOL, Gissele. **Prisão e tortura em terra estrangeira**: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964-1985). 2008. 119. Dissertação (mestrado em Integração Latino-Americana) Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana (PPGILA), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, 2008.

CATTANI, Antonio David; CIMADAMORE, Alberto D.. **A construção da pobreza e da desigualdade na América Latina: uma introdução**. In: _____. (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO Livros; CROP, 2007, p. 07-15.

CARVAJAL, Raúl Sanhueza. Desbrozando mitos: América Latina y Chile ante la guerra del atlántico sur. **Revista Política Y Estrategia**, Providencia, nº 122 Jul./ Dez, 2013, p. 59-78.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 3 ed., 1998.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA - CISA. [Relatório] 12 abr. 1973, Brasília D.F. [para] Comando da Aeronáutica. Brasília D.F.. 258f. Transmissões radiofônicas do exterior para o Brasil. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervos dos órgãos de Informação do Regime Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017, p. 168.

CHARLEAU, João Paulo. **12 disputas de fronteira na América Latina**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/06/12-disputas-de-fronteira-na-Am%C3%A9rica-Latina>> acessado em: 15/01/2019.

COELHO, Pedro Motta Pinto. Observações sobre a visão Argentina da política internacional de 1945 até hoje. In GUIMARÃES, Samuel pinheiro Org. **Argentina: visões brasileiras**. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

COMICIÓN NACIONAL DEL RÍO BERMEJO. [Relatório] [?] 1966, Buenos Aires [para] Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina. Buenos Aires. 07f. Transcendencia internacional de las obras del río Bermejo. In: Archivo de Cancillería. **Acervo do Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018, p. 05.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA DEL PARAGUAY. **Informe final**: capitulo conclusiones y recomendaciones. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/lesahumanidad/informes/paraguay/Informe_Comision_Verdad_y_Justicia_Paraguay_Conclusiones_y_Recomendaciones.pdf> acessado em: 20/05/2019.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. [Relatório] 1978, Brasília. 07f. Argentina - questão com o Chile sobre o Canal de Beagle. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente aos órgãos de informação do Regime Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017a.

_____. [Estudo], 31 dez. 1978, Brasília. 02f. Cota Corpus. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente aos órgãos de informação do Regime Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017b.

CORREIO DA MANHÃ. Fuller qualificado por grilagem e violências. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, ano 68, 18 de junho de 1968, p. 14. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=92983&url=http://memoria.bn.br/docreader#> acessado em: 15/06/2017.

COSTA, F. N. da. Origem do capital bancário no Brasil: o caso RUBI. **Texto para discussão**, IE/UNICAMP, n. 106, março 2002.

COX, Robert W.. Gramsci, hegemonía y relaciones internacionales: Un ensayo sobre el método. **Relaciones Internacionales**. Madri, n. 31, Febrero-Mayo/ 2016, p. 137-203.

CRUZ, Fábio Lucas da. **Frente brasileiro de informaciones e Campanha**: os jornais de brasileiros exilados no Chile e na França (1968-1979). 168. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGHS-USP), São Paulo, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de história. **Revista História Hoje**, São Paulo, vol. 2, nº 4, jul./dez. 2013, p. 19-34.

DEPARTAMENTO DAS AMÉRICAS DO ITAMARATY. [Ofício] 13 ago. 1977, Brasília [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 6f. Relações Brasil-Chile. Cooperação em assuntos antárticos. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017. p. 02.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. [Memorando] 29 dez. 1971, Washington D.C. [para] Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. Washington D.C. 2f. Alegados compromissos do presidente Richard M. Nixon ao presidente brasileiro, Emílio Garrastazu Médici [nossa tradução]. In: Digital National Security Archive (DNSA). **Acervo Brazil Conspired with U.S. to Overthrow Allende**. Washington D.C.: The National Security Archive, 2017. Disponível em <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20145%2012.29.71.pdf>> acessado em 02/02/2018.

DÍAZ, Laura Mota, Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CATTANI, Antonio David; CIMADAMORE, Alberto D.. (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO Livros; CROP, 2007, p. 125-151.

DIVISÃO DA AMÉRICA MERIDIONAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES

EXTERIORES. [Memorando] 06 mar.. 1978, Brasília D.F. [para] Diretoria da Petrobras. Brasília D.F.. 1f. Relações econômicas Bolívia-Argentina. Aumento das vendas de gas boliviano à Argentina. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 4, n. 1, jan/jun. 2012, p. 05 – 22.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. **A teoria da dependência**: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. Disponível em: <<http://goo.gl/yxf4Pf>> acessado em: 20/08/2014.

DREIFFUSS, René Armand. **1964 - A conquista do Estado**: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 5 ed., 1987.

DRUMMOND, Aristóteles. **Sobre**: Aristóteles Drummond. Disponível em: <<http://aristotelesdrummond.com.br/o-jornalista/>> acessado em: 13/08/2018.

EMBAIXADA DA ARGENTINA NA BOLÍVIA. Archivo de Cancillería. Acta de entrega de la “escuela argentina Manuel Belgrano realizada no dia 27 de agosto de 1974. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

EMBAIXADA DA ARGENTINA NO BRASIL. [Nota] 08 jun. 1978, Brasília [para] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília. 7f. Resposta a nota brasileira Nº 183, de 30 de maio de 1978. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

EMBAIXADA DA ARGENTINA NO URUGUAI. [Informe] [?] 1971, Montevideu [para] Presidência da República da Argentina. Buenos Aires. 1f. Computos de votos en las elecciones de 1971. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018a.

_____. [Informativo] 06 out.. 1970, Montevideu [para] Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina - Departamento da América do Sul, Buenos Aires. 3f. Tratativas de medios de difusión con M.L.N. Tupamaros a fin obtener liberación secuestrados. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018b.

_____. [Relatório] 08 jul. 1969, Montevideu [para] Luis Maria de Pablo Pardo - Ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Buenos Aires. 3f. Medidas adotadas pelo poder executivo uruguaio contra os Tupamaros. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018c.

_____. [Relatório] 08 jul. 1969, Montevideu [para] Juan B. Martin - Ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Buenos Aires. 2f. Movimiento de Liberación Nacional “Tupamaros”. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018d.

_____. [Relatório] 29 dez.. 1970, Montevideu [para] Luis Maria de Pablo Pardo - Ministro de Relaciones Exteriores e Culto da Argentina, Buenos Aires. 7f. XX Congreso do Partido Comunista Uruguayo. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018e.

EMBAIXADA DA ARGENTINA NO BRASIL. [Informe] 04 de abril de 1984, Brasília [para] Ministério de Relaciones Exteriores e Culto - Subsecretaria de asuntos latinoamericanos. Buenos Aires. 5f. Acuerdo de cooperación económica, industrial y tecnológica firmado entre el Gobierno de Brasil y el Gobierno de Suecia. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018a, p. 03.

EMBAIXADA DA BOLÍVIA NA ARGENTINA. [Informativo] 27 ago. 1970, Buenos Aires. [para] Ministério das Relaciones Exteriores e Culto da Bolívia. La Paz. 1f. Editorial del matutino “Presencia” titulado: “Importância de escuelas técnicas en nuestro país”. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

EMBAIXADA DO CHILE NA ARGENTINA. [Telegrama] 27 jan. 1975, Santiago [para] Ministério das Relaciones Exteriores e Culto da Argentina - Departamento América Latina. Buenos Aires. 2f. Informe da imprensa chilena sobre a política de armas do Brasil. In: In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

EMBAIXADA DA BOLÍVIA NO BRASIL. [Memorando] 27 out. 1981, Brasília D.F. [para] Ministério de Relaciones Exteriores do Brasil. Brasília D.F.. 1f. Pedido de apoio à Bolívia na XII Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relaciones Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017a.

_____. [Ofício] 02 dez. 1981, Brasília D.F. [para] Ministério de Relaciones Exteriores do Brasil. Brasília D.F.. 1f. Questão mediterrânea boliviana. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relaciones Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017b.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA NO BRASIL. [Telegrama] 07 dez. 1981. Brasília, [para] Ministério das Relaciones Exteriores da República Federativa do Brasil. Brasília. 2f. Nota verbal. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relaciones Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017a.

_____. [Telegrama] 1º dez. 1981. Brasília, [para] Ministério das Relaciones Exteriores da República Federativa do Brasil. Brasília. 1f. Nota verbal. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relaciones Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017b..

_____. [Telegrama] 16 nov. 1981. Brasília, [para] Ministério das Relaciones Exteriores da República Federativa do Brasil. Brasília. 2f. Nota verbal. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relaciones Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017c.

EMBAIXADA DO BRASIL NA ARGENTINA. [Telegrama] 23-24 set. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 2f. Relações entre o Brasil e a Argentina - Situação do Uruguai. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017a.

_____. [Telegrama] 26 out. 1986, Buenos Aires [para] SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES ESTERIORES. Brasília. 3f. Relação de pessoal relacionado ao Programa Nuclear Argentino. In: ARQUIVO NACIONAL. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017b.

_____. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 2f. Situação político-militar. Relações com o Brasil. Situação do Uruguai. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017c.

_____. [Telegrama] 12 mai. 1972, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 1f. Argentina. Relações comerciais com o Uruguai ALALC. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017d.

_____. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 5f. Argentina, política em relação ao Brasil. In: Coordenação-geral De Documentação Diplomática (CDO) do Ministério Das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017e. 5p.

EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA. [Dossiê] [?] 1972, La Paz [para] Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Brasília. 66f. Relação Brasil/Bolívia. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017a.

_____. [Memorando] 01 dez. 1971, La Paz. [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil. Brasília D.F.. 1f. Acordo comercial Bolívia-Argentina. Ferrovia Santa Cruz-Cochabamaba. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017b.

_____. [Dossiê] [?] 1972, La Paz [para] Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Brasília. 66f. Relação Brasil/Bolívia. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017c

_____. [Memorando] [entre 1964 e 1970], La Paz [para] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília D.F.. 2f. Relações Bolívia Chile. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública.. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017d.

EMBAIXADA DO BRASIL NA BOLÍVIA – SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Telegrama] 03 ago. 1970, Brasília [para] II Seção do Estado Maior do Exército e II Seção do Estado Maior da Aeronáutica. Brasília. 2f. Situação político-

militar na Bolívia. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

EMBAIXADA DO BRASIL NO CHILE. [Telegrama] 23 nov. 1981. Santiago, [para] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília. 1f. Questão formal: informações sobre o conflito de Beagle. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017a.

EMBAIXADA DO BRASIL NO PARAGUAI. [Memorando] 03 mar. 1969, Assunção. [para] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília D.F.. 2f. Intercâmbio comercial Paraguai-Argentina. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017a.

_____. [Memorando] 1º out. 1969, Assunção. [para] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília D.F.. 2f. Exposição agro-industrial argentina no Paraguai. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017b.

_____. [Telegrama] 23 mai. 1969, Assunção. [para] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília D.F.. 1f. Atualização da política da Argentina com o Paraguai - Relações comerciais. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017c.

_____. [Recorte de jornal] 10 jun. 1978, Assunção [para] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília. 1f. Argentina se considera el único país negociador en la trilateral. In: In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017d.

_____. [Telegrama] 29 mai. 1978, Assunção [para] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Brasília. 2f. Reunião de chanceleres sobre Itaipu et Corpus. Posição da Argentina. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017e.

EMBAIXADA DO CHILE NO BRASIL. [Ofício] 30 mai. 1983, Brasília [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 1f. Cooperação Chile-Brasil. Apoio mútuo à candidaturas. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017a.

_____. [Ofício] 14 abr. 1983, Brasília [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 1f. Cooperação Chile-Brasil. Apoio mútuo à candidaturas. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017b.

_____. [Memorando] 27 jul. 1977, Brasília [para] Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina. Buenos Aires. 1f. Negociações econômicas e diplomáticas Brasil-Chile. In: Archivo de Cancillería. **Acervo do Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

ENGELS, Friederich. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 09-26.

ESTADO DO PARANÁ - DIVISÃO DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇÚ - SESSÃO DE INFORMAÇÕES. [relatório] 15 de janeiro de 1981. 2f. Campanha contra a Lei de Segurança Nacional. In: Documentos Revelados. **Acervo referente à Campanha contra a Lei de Segurança Nacional, uma etapa da luta pra derrubar a ditadura**. Foz do Iguaçu: Arquivo Documentos Revelados, 2018.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. [Ofício] 03 out. 1970, Brasília [para] Secretário Geral de Segurança Nacional. Brasília. 3f. Aviso N° 35 PA-2 267. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

FARIA, Luiz Augusto Estrella. O valor do conceito de hegemonia para as relações internacionais. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, Jan-Jul/2013, p. 209-232.

FAUNDES, Cristián. Balance de las capacidades de poder entre Chile y Argentina: análisis comparativo 1978-2003. **UNISCI Discussion Papers**, Madri, nº 14, Maio, 2007, p. 175-200.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. 2009. 274. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.

_____. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo” (1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. **História Social**, Campinas, n. 18, segundo semestre de 2010, p. 157-176.

FICO, Carlos. **O grande irmão - da operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. A ditadura documentada. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008a.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia hist.** 2012, vol.28, n.47, p. 43-49.

_____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

FDC. **Trajetórias de Internacionalização das Empresas Brasileiras**. Disponível em: <https://www.fdc.org.br/conhecimento-site/nucleos-de-pesquisa-site/centro-de-referencia-site/Materiais/internacionalizacao_empresas_brasileiras.pdf> acessado em 10/12/2018.

FERNANDES, Ananda Simões. A perseguição além da fronteira: os órgãos de repressão espionagem da ditadura brasileira para o controle dos exilados brasileiros no Uruguai. **Estudios Historicos**, Montevideo, nº 1, mayo 2009, p. 01-10. Disponível em

<http://www.estudioshistoricos.org/edicion_1/ananda-simoes.pdf> acessado em: 20/05/2019.

FILHO, Pio Penna. O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 52, nº 2, 2009, p. 43-62.

_____. Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o elo perdido da repressão. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, nº 2, jul/dez 2008, p. 79-9.

FGV-CPDOC. **Verbetes**: Instrução 113. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-113>> acessado em: 06/08/2017.

_____. **Verbetes**: Marinho, Ilmar Pena. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marinho-ilmар-pena>> acessado em 20/02/2018a.

_____. **Verbetes**: Dantas, San Tiago. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas>> acessado em 20/02/2018b.

_____. **Verbetes**: Castro, Sebastião José Ramos de. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/castro-sebastiao-jose-ramos-de>> acessado em 17/09/2018c.

_____. **Verbetes**: Manuel Pio Correia Junior. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-pio-correia-junior>> acessado em: 22/12/2018d.

_____. **Verbetes**: Ronoré, acordo de. Disponível em:
<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/robo-re-acordo-de>> acessado em: 27/12/2018e.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREJAT, Iram; GALLO, Osmar. Religiosos vendem minério de Goiás. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 1º Caderno, 19 de junho de 1968, p. 9. Disponível em
http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_07&pagfis=93004&url=http://memoria.bn.br/docreader# acessado em: 15/06/2017.

G1. **Veja a lista dos 377 apontados como responsáveis por crimes na ditadura**: relação aparece no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Comissão recomenda responsabilização civil e criminal dos relacionados. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/veja-lista-dos-377-apontados-como-responsaveis-por-crimes-na-ditadura.html>> acessado em: 17/09/2018.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2006.

_____. **Verdad y metodo.** Salamanca: Sígueme, 7 ed., 1997.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2010.

GARCIA, Ana Saggiaro. Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **Contexto Internacional.** Rio de Janeiro, vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010, p. 155-177.

GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Texto para discussão,** Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nº 776, janeiro, 2001.

GÓMEZ, Antonio Castillo. Leer y escribir en la era de internet: problemas y desafíos de la cultura escrita. **Educación e Realidade.** Porto Alegre, Vol. 29, n. 2, 2004, p. 41-53.

GÓMEZ, Maria Luisa Pastor. La política exterior norteamericana hacia América Central y el Caribe: una aproximación histórico-política. **Documento de Análisis,** Madri, vol. 2, n. 8, 2016, p. 01-17.

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere:** antologia. Santiago de Compostela: Estaleiro, 2011.

_____. **Cuadernos de la cárcel.** México D.F.: Ediciones Era, 1984, Tomo III, 508 p. (Cadernos 6,7 e 8).

GREENBLATT, Stephen. O Novo historicismo: ressonância e encantamento. **Estudos históricos,** Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 244-261.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centauro: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos avançados.** Vol. 17, n. 49, 2003, p. 321-342.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006

HARVEY, David. O “Novo” Imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist Register.** Nova York, vol. 40, 2004, p. 95-126.

_____. **O Novo Imperialismo.** 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HIRST, Monica. Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil. **Revista de economia política.** São Paulo, vol. 8, n. 3, jul/set 1998, p. 55-72.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **A era dos impérios: 1875-1914.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 18º ed., 1986.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** 16ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1980.

IGLESIAS, Mariana. FRANCO, Marina. El estado de excepción en Uruguay y Argentina: reflexiones teóricas, históricas e historiográficas. **Revista de história comparada**, Rio de Janeiro, vol. 5 n° 1, 2011, p. 91-115.

INFOBAE. **Después de 191 años, abren una escuela donada por Belgrano**. Disponível em: <<https://www.infobae.com/2004/07/06/123813-despues-191-anos-abren-una-escuela-donada-belgrano/>> acessado em: 04/01/2019.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, vol. 20 n. 57, Feb. 2005, p. 27-39.

KATZ, Claudio. **América Latina frente a la crisis global**. Disponível em: <http://www.lahaine.org/katz/> acessado em: 20/07/2016.

KAUTSKY, Karl. **Imperialismo e a Guerra**. 10914. Disponível em: acessado em: 09/05/2017.

KISSINGER, Henry. [Memorando] 09 dez. 1971, Washington D.C [para] Arquivo presidencial. Washington, D.C. 7f. Meeting with the President Emílio Garrastazú Médici of Brazil on Thursday, dezembro 9, 1971 at 10:00 a.m., in the President's Office, the White House. In: Digital National Security Archive (DNSA). **Acervo Brazil Conspired with U.S. to Overthrow Allende**. Washington D.C.: The National Security Archive, 2017a.

_____. [Memorando] 13 nov. 1971, Washington D.C. [para] Arnoldo Nachmanoff. Washington D.C. 05f. Your meeting with President Emílio Garrastazu Médici of Brazil, Wednesday, December 8, 1971, 05:15 p.m. Blair House. In: Digital National Security Archive (DNSA). **Acervo Nixon: "Brazil helped rig the Urugayan elections," 1971**. Washington D.C.: The National Security Archive, 2017b.

_____. [Memorando] 20 dez. 1971, Bermudas [para] Casa Branca. Washington, D.C. 7f. The president's private meeting with British Prime Minister Edward Heath on Monday, December 20, 1971, 1:30 – 05 p.m., in the Sitting Room of Governmente House, Bermuda. In: Digital National Security Archive (DNSA). **Acervo Chile and the United States: U.S. policy toward democracy, dictatorship, and human rights, 1970-1990**. Washington D.C.: The National Security Archive, 2017c. p. 01.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

KRISCHKE, Jair. Brasil y la Operación Condor. In PRIMER ENCUESTRO DE MUSEOS DE LA MEMORIA DEL MERCOSUR, I, 2008, Montevideu, UR, **Anais**, Porto Alegre: Movimento de Justiça e Direitos Humanos, p. 1-14. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/krichke/jair_krischke_operacion_condor.pdf> acessado em: 14/10/2017.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan/jun 2012, p. 19-41.

LACAPRA, Dominick. Retórica e história. **Territórios & fronteiras**. Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan/jun 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFF, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madri: Siglo XXI, 1987.

LANÚS, Juan Archibaldo. **De Chapultec al Beagle**. Buenos Aires: Emecé, 5ª ed., 2000.

LEITE, Fernando Sousa. A Política Externa Independente em revista: de como ocorre a impressão definitiva da dimensão africana na política externa brasileira. **Temporalidades**. Belo Horizonte, vol. 08, n. 01, 2016, p. 255-269.

Lenin, Vladimir. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. Campinas: Unicamp – Faculdade de Educação; Navegando Publicações, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. **Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do nacional-desenvolvimentismo: estratégias de diversificação de parcerias (1974-1979)**. 1994. 117. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB), Brasília, 1994.

_____. Instabilidade e mudanças: os condicionantes históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979). **Revista de informação legislativa**, Brasília nº 133 jan./mar. 1997, p. 73-83.

LIMA, Rafael Teixeira de. Entre o imperialismo e o subimperialismo: a projeção brasileira à Bolívia e ao Peru nos governos Lula da Silva (2003-2010). **Rebela**. Florianópolis, v.6, n.3. set./dez. 2016, p. 530-545.

LOPES, Raimundo Helio. O Vice-Rei do Norte: Juarez Távora entre inimigos e aliados. **Tempo**, Niterói, vol. 23 nº 1 Jan./Apr. 2017, p. 139-158.

LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo, etapa superior do capitalismo dependente. **Tensões mundiais**. Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, jun. 2014, p. 43-65.

_____. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A história de uma categoria**. 2011. 225. Tese (Doutorado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS), Porto Alegre, 2011.

LUFT, Marcos Vinícios. A defesa da posse de Juscelino Kubitschek nas páginas do Diário de Notícias. **Thema**, Pelotas, vol. 08, nº 1, 2001, p. 01-15.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2970.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **O Caso Hanna/MBR: cronologia de uma investigação**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/14874200-O-caso-hanna-mbr->

cronologia-de-uma-investigacao.html acessado em: 15/04/2017.

MAESTRI, Mário. Subimperialismo e Ditadura Militar. **Brasil de Fato**. 16/01/2009. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/3548> acessado em: 15/08/2014.

MANZUR, Tânia Maria P. G.. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**. São Paulo, v. 93, 2014, p. 169-199.

MARIANO, Marcelo Passini. **A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. In: **Cuadernos Políticos** n° 12. México: Ediciones Era, 1977.

_____. La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil (1966). In: MARTINS, Carlos Eduardo. **América Latina, dependencia y globalización/Ruy Mauro Marini: antología y presentación**. México, D. F.: Siglo XXI; Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 107-151.

MEIRELES, Mateus Filippa. Entre o subdesenvolvimento e o “milagre”: considerações sobre o capitalismo brasileiro em Ruy Mauro Marini e Francisco de Oliveira. **Aedos**. Porto Alegre, vol. 5, n° 12, Jan/Jul 2013, p. 147-167.

MELO, Demian Bezerra de. O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia. In: SILVA, Carla Luciana, et. al. (Orgs). **Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil 1945-2014**. Porto Alegre: FCM Editora, 2014, p. 89-109.

MELLO, Rafael Alexandre Moreira. **A questão do problema agente-estrutura: a construção de pontes entre a teoria marxista da dependência e a teoria crítica neogramsciana**. 2016. 200. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais) Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2016.

MENDOZA, Diego Hurtado de. Periferia y fronteras tecnológicas. Energía nuclear y dictadura militar en la Argentina (1976-1983). **Revista CTS**, Buenos Aires, vol. 5, n° 13, Noviembre de 2009, p. 27-64.

MEYER, Victor. O estado capitalista de volta as origens? (uma abordagem crítica ao Estado contemporâneo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n°. 21, jul./dez. 1999, p. 69-87.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Memorando] 02 fev.. 1970, Brasília D.F. [para] Embaixada brasileira em Buenos Aires. Brasília D.F.. 2f. Relações Brasil-Bolívia. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. **Acervo referente às embaixadas brasileiras**. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017a.

_____. [Estudo] 16 abr. 1973, Brasília D.F. [para] Presidência da República. Brasília D.F. [?]f. Estudo Sucinto N° 031/1a SC/73. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017b.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR. [Informe] 07 mar. 1973, Santiago [para] Serviço Nacional de Informações. Brasília. 2f. Chile. Eleições Parlamentares. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA. [Estudo] 22 jun. 1969, Buenos Aires. [para] Asesoría General de Planeamiento de Argentina. Buenos Aires. 6f. Informativo Relativo al Plan de Obras del Rio Bermejo. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018a.

_____. [Memorando] 29 jul. 1970. Buenos Aires [para] Presidência da República da Argentina. Buenos Aires, 6f. Proyecto de declaración conjunta a ser suscripto por los presidentes de nuestro país y del Uruguay - párrafo sobre exploración de hidrocarburos en el Río de la Plata. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018b.

_____. [Memorando] 19 mar. 1970. Buenos Aires [para] Presidência da República da Argentina. Buenos Aires, 3f. Propuesta de integración económica argentino-uruguaya. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018c.

_____. [relatório] 1972. Buenos Aires [para] Presidência da República da Argentina. Buenos Aires, 273f. Informe sobre Brasil año 1971. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018d.

_____. [Nota] 14 dez. 1984. Buenos Aires [para] Secretário de Relações Exteriores da Argentina. Buenos Aires, 2f. Nota S.T. Nº 903. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018e.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DEPARTAMENTO AMÉRICA LATINA. [Relatório] 1977. Buenos Aires [para] Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina Buenos Aires, 15f. Sem título [texto sobre a utilização dos rios Iguaçu e Paraná pelo Brasil]. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - DIREÇÃO GERAL DE INFORMAÇÕES. [Informe] 27 jul. 1971. Buenos Aires [para] Ministério das Relações Exteriores e Culto da Argentina - Departamento América Latina. Buenos Aires, 1f. Uruguay: campaña preelectoral del Frente Amplio. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA - SUBSECRETARÍA DE RELAÇÕES EXTERIORES. [Ofício] 25 jan. 1967, Buenos Aires. [para] Asesoría General de Planeamiento de Argentina. Buenos Aires. 2f. Corresponde a nota Nº 21 Reservada de la Comisión Nacional del Rio Bermejo, de fecha 25 de enero de 1967. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA BOLÍVIA. [Memorando] 25 de setembro 1971, La Paz [para] Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Brasília. 02f.

Resposta do governo boliviano às requisições brasileiras durante a Primeira Reunião da Comissão Mista Brasileira-boliviana de Cooperação Econômica e Técnica. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA BOLÍVIA; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E CULTO DA ARGENTINA. **Acuerdo boliviano-argentino para el establecimiento de una mision naval argentina en la Republica de Bolívia**. La Paz, 1970. 1f. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. [Ofício] 16 mar. 1973, Brasília [para] Presidência da República. 2f. Estudo Sucinto Nº 015/1a.SC/73. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES; MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA; MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. [Ofício] 12 fev.. 1973, Brasília [para] Presidência da República. 1f. Relatório sobre estudos e intercâmbios técnicos com a Bolívia. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

MITRE, Antonio. Ligações Perigosas: Estado e guerra na América Latina. **Plataforma democrática**, Rio de Janeiro, Jul/2010.

MONZÓN, Claudio Alberto Briceño. La frontera chilena-argentina: la controversia por el Canal del Beagle. **Tiempo y Espacio**, Concepción, nº 62, Jul/dez. 2014, p. 221-261.

MORTON, Adam David. A geopolítica do sistema de estados e o capitalismo global em questão. **Sociologia Política**, Curitiba, n. 29, nov. 2007, p. 45-62.

MOURA LEITE, Patricia de; SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia: considerações acerca do pensamento de Gramsci. In Congresso nacional de educação – EDUCERE, 7; Encontro nacional sobre atendimento escolar hospitalar, 5., 2007, Curitiba, **Anais...** “Saberes docentes” 2007, p. 3831-3837.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 20, 2014, p. 1-21.

MÜLLER, Ricardo G.. Exterminismo e luta de classe em E. P. Thompson: contradição e realismo. In Conferência Anual da International Association for Critical Realism – IACR, 12., 2009, Niterói/RJ, **Anais...** Tópicos Temáticos 2009. [s. n.]

MUNDIM, Luiz Felipe Cezar. Juarez Távora e a organização do estado Brasileiro: racionalismo administrativo, sindicalismo-cooperativista e cristianismo social no pensamento militar pré-golpe de 1964. **Antíteses**, Londrina, vol.8, nº 16, jul./dez. 2015, p. 327-352.

MUNHOZ, Sidnei J.. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947-1953). **Diálogos**, Maringá, v. 6, 2002, p. 41-59.

MUNHOZ, Sidnei J.; ROLLO, José Henrique. Détente e détentés na época da guerra fria (décadas de 1960 e 1970). **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, out. 2015, p. 138-158.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE ELECTRONIC BRIEFING. **Brazil Conspired with U.S. to Overthrow Allende**. Disponível em: <http://goo.gl/rm0mPp> acessado em 10/08/2013.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Sobre o conceito de América Latina: uma proposta para repercutir nos festejos do bicentenário. **Revista Pilquen**. Neuquén, nº 12, 2010, p. 01-07.

NETO, Sydenham Lourenço. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 3, set/dez, 2015, p. 473-489. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v7n3a32015.pdf> Acesso em: 01/01/2018. DOI: 10.15175/1984-2503-20157303.

NIXON PRESIDENTIAL MATERIALS. [Gravação] 07 dez. 1971, Casa Branca. Washington, D.C. Conversation between President Richard Nixon and Secretary of State William Rogers. In: Digital National Security Archive (DNSA). **Acervo Nixon: “Brazil helped rig the Uruguayan elections” 1971**. Washington D.C.: The National Security Archive, 2017.

_____. [Gravação] 07 dez. 1971, Casa Branca. Washington, D.C. Conversation between President Richard Nixon and Secretary of State William Rogers. In: Digital National Security Archive (DNSA). **Acervo Nixon: “Brazil helped rig the Uruguayan elections” 1971**. Washington D.C.: The National Security Archive, 2017.

NOGUEIRA, José Manuel Freire. **América do Sul: uma visão geopolítica**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional; EUROPRESS, 2015.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de; STAROSKI, Vivian. Em busca de um passado: a colonização e o mito de origem de Petrolândia (SC). **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, Vol. 7, nº 3, Set./Out./Nov./Dez. de 2010, p. 01-21.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28 n. 48, Jul/Dez., 2012. p. 495-517. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n48/02.pdf> Acesso em: 01/01/2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752012000200002>.

_____. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. **Organon**, Porto Alegre, n. 47, jul/dez 2009, p. 115-138. em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29506> Acesso em: 01/01/2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.29506>.

_____. As escolas militares dos Estados Unidos e a pentagonização das forças armadas da América Latina. **Outros Tempos**, São Luís, vol. 1, 2007, p. 13-31.

PALACIOS, Ariel. Crise de Beagle, entre Chile e Argentina, completa 30 anos: disputa por ilhas do Pacífico levou países vizinhos a quase entrar em guerra, que só foi evitada por uma

intervenção do papa João Paulo II. **O Estadão de S. Paulo**, Buenos Aires, 22 Dez. 2008. Caderno Internacional. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,crise-de-beagle-entre-chile-e-argentina-completa-30-anos,297491>> acessado em: 10/11/2015.

PASTORE, Bruna. Complexo IPES/IBAD, 44 anos depois: Instituto Millenium? **Aurora**, Marília, vol. 5, n. 2, Jan.-Jun./2012, p. 57-80.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, vol. 8, n. 2, jul.-dez, 2013, p. 100-115.

PEDROSA, Mário. **A opção imperialista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

PEREIRA, Osny Duarte. Política mineral brasileira. In PEREIRA, Osny Duarte; SÁ, Paulo Cesar Ramos de Oliveira; Marques, Maria Isabel. **Dois ensaios críticos: política mineral do Brasil**. Brasília: CNPq, 1987.

PETRY, Joice; MAYER, Luara. Política Externa Independente e a descolonização: Posições do Brasil na ONU frente aos territórios de dominação portuguesa na África. **Noctua**, Brasília, capa, n. 02, p. 01-16.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, Aníbal. Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 2. São Paulo – Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 609-650.

PISTONE, Sergio. “Imperialismo”. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UNB, 11ª ed., 1998, p. 611-621.

PLAZA, Guillermo de la. [memorando] 24 de set. 1978, Montevideu [para] Carlos Giambruno - Diretor de política Exterior do Uruguai. Montevideu. 3f. Texto del Acta de Puerto Montt. In: Archivo de Cancillería. **Acervo do Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, São Paulo, nº 145, 2001, p. 127-149.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - SECRETARIA-GERAL. [Ata] 10 de julho de 1968. 79f. Ata da quadragésima primeira sessão do Conselho de Segurança Nacional. In: Documentos Revelados. **Acervo referente às Atas do Conselho de Segurança Nacional 1968**. Foz do Iguaçu: Arquivo Documentos Revelados, 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA CENTRAL. [Telegrama] 03 ago. 1970, Brasília [para] [?]. Brasília. 11f. O movimento subversivo na América Latina - Bolívia: alvo prioritário. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

PROTO, Leonardo Venicius Parreira. História dos Conceitos: fundamento teórico-metodológico para construção da historiografia. **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, v.11, n. 122, julho de 2011, p. 74-81.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: LAGOA, SANTOS, Boaventura de Souza. **Epistemologias dos Sul**. Coimbra: Biblioteca Nacional de Portugal 2009.

RAMOS, Vinícius da Silva; NETO, Sydenham Lourenço. História do Tempo Presente, diálogos com a História Pública e com o ensino de História: uma experiência exploratória. **Aedos**. Porto Alegre, v. 6, nº 15, Jul./Dez. 2014, p. 17-33.

RAMPINELLI, Waldir José. O primeiro grande êxito da C.I.A. na América Latina. **Ponto-e-vírgula**. São Paulo, v. 1, 2007, p. 105-121.

_____. Imperialismo: ele ainda existe? **Projeto História**. São Paulo, n.38, jun.2009, p. 353-357.

REGINATTO, Ana Carolina. **Os mineradores e a conquista do Estado: do caso Hanna ao golpe de 1964**. Disponível em <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC68/mc682.pdf>> acessado em: 25/06/2018.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 de março de 2012.

_____. **Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NA JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA. [Ofício] 09 fev. 1971, Brasília [para] Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. 4f. Representação do Chile na Junta Interamericana de Defesa. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

RIBEIRO, Clery. Blanco aponta fraude na eleição do Uruguai. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 01/12/1971, caderno América Latina, p. 12.

RICOEUR, Paul. **Tiempo y Narración**. Configuración del tiempo en el relato histórico. 5 ed.. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2004.

_____. A memória, a história, o esquecimento. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica – Teoria da história**: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UNB, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: LAGOA, SANTOS, Boaventura de Souza. **Epistemologias dos Sul**. Coimbra: Biblioteca Nacional de Portugal 2009.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos - Cebrap**, São Paulo, n° 79, nov. 2007, p. 71-94.

SANTOS, Theotônio dos. El nuevo caracter de la dependencia. In: Segunda Reunión de la Asamblea General del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2, 1968, Lima, **Anais...** Disponível em: <http://repositorio.iep.org.pe/bitstream/IEP/1042/1/Dos%20Santos_Nuevo-caracter-dependencia.pdf> acessado em: 20/02/2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, São Leopoldo, Ano 1, n° 1, Julho de 2009.

SÁNCHEZ, Elisa Gómez. **La política exterior de Theodore Roosevelt hacia América Latina: el inicio de la política del Gran Garrote**. 2007. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/gomez.pdf> acessado em: 27/06/2017.

SANTOS, Eduardo dos. **Entre o Beagle e as Malvinas**: conflito e diplomacia na América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. [Ofício] 18 fev. 1971, Brasília [para] Representação brasileira na Junta Interamericana de Defesa. 19f. Estudo Sucinto nº12/SG-1/71. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017a.

_____. [Memorando] 05 jun. 1973, Laz Paz [para] Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Brasília D.F.. 4f. Aspectos políticos-militares da Bolívia. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017b.

_____. [Relatório] dez. 1981, Brasília [para] Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional. Brasília D.F.. 17f. Aspectos da conjuntura política nacional. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo referente aos Órgãos de Informação do Regime Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017c.

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [Estudo Especial] 14 ago. 1970, Brasília. 9f. Diretrizes de ordem política com relação a um possível agravamento da situação político-militar da Bolívia. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Acervo da Ditadura Militar**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

SESSÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, 39., 1966, Brasília. **Arquivo Nacional**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/6Mt7hu> acessado em 13/03/2014.

SEÇÃO DE SEGURANÇA DO COMANDO GERAL DO AR - MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA. [Ofício] 03 out. 1970, Brasília [para] Secretário Geral de Segurança

Nacional. Brasília. 4f. **Panfletos subversivos**. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública.. Acervo da Ditadura Militar. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

SERVICIO NACIONAL DE CAMINOS DE BOLÍVIA - DIVISÃO DE PLANEJAMENTO; DIVISÃO DE CONSTRUÇÕES; DIVISÃO DE PONTES. [Relatório] mai. 1972, La Paz. [para] Servicio Nacional de Caminos de Bolívia. La Paz. 11f. Informe sobre el seminario de puentes y visita a obras realizado en la Reublica Argentina.. In: Archivo de Cancillería. **Acervo referente ao Cone Sul**. Buenos Aires: Archivo de Cancillería, 2018.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. O Itamaraty e a institucionalização das políticas de repressão ao comunismo: revisão e novos apontamentos historiográficos. **CLIO – Revista de pesquisa histórica**, n. 31, vol. 2, 2014, p. 01-26.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katál**, Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bomfim e a ideologia do Imperialismo na América Latina. **Revista de História**, n. 138, 1998, 83-92.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2ª ed., 2009.

SILVA, Ulisses Rubio Urbano da. **De Campos-Bulhões a Delfim**: posição dos industriais diante da política econômica. 2013. 113. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico (PPGDE) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp), Campinas, 2013.

SILVA, Murillo Vasco do Valle. [Ofício] 21 jan. 1971, Brasília [para] Presidência da República. 2f. Representação do Chile na Junta Interamericana de Defesa. In: Arquivo Nacional. **Acervo referente à ditadura militar brasileira**. Brasília: Arquivo Nacional, 2017.

SILVA, Salomão Quadros da. O Brasil de Getúlio Vargas visto da Fundação Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 205-224.

SILVEIRA: o Brasil não se recusa a conversar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 05 ago. 1977. Geral, p. 11.

SINGER, Paul. A teoria da acumulação do capital em Rosa Luxemburg. In: LOUREIRO, I. M., VIGEVANI, T. (org.). **Rosa Luxemburg, a recusa da alienação**. São Paulo: Unesp, 1991.

SIVAK, Martín. *El dictador elegido: biografia no autorizada de Hugo Banzer*. La Paz: Plural Editores, 2001.

SOUZA, Ailton de. América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história. **PRACS**. Macapá, n. 4, dez. 2011, p. 29-39.

SOUZA, Angelita Matos. Expansionismo brasileiro e subimperialismo. **Boletim Meridiano** 47, vol. 13, n. 130, mar/abr 2012, p. 8-13.

SOUZA, Eliton Felipe de.. Operação Condor: O cone sul nas asas do terror. In SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, V, 2014, Curitiba, PR, **Anais**, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, p. 01-14.

_____. Memórias da Operação Barriga Verde: a caça aos comunistas em Santa Catarina. **Perseu**, São Paulo, nº 11, 2016, p. 114-145.

SOUZA, Nilson Araújo de. América Latina: as ondas da integração. **Oikos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 1, 2012, p. 87-126.

SOUZA, Sirlei. Resistência em tempos sombrios. In: S. THIAGO, Raquel (org.) *Tempos de Joinville*. Joinville: Editora da Univille, 2008, 101-105.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). **Revista Brasileira de Política**, vol 45, n. 1, 2002, p. 117-145.

_____. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 47, nº 2, 200, p. 191-222.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia Social**, vol.15 no.2 Porto Alegre July/Dec. 2003.

THOMPSON, E. P.. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. Eighteenth-century English society: class struggle without class? **Social History – Taylor & Francis**, Cambridge, vol. 3, n. 2, May 1978, p. 133-165.

TRAVERSO, Enzo. Historia e memoria. Notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; LEVIN, Florência. **Historia reciente**: perspectivas y desafios para un campo em construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.67-96.

VAZ, Tatiana; BARBOSA, Daniela. **As 30 empresas brasileiras com mais negócios fora do país**: pesquisa da Fundação Dom Cabral traz as companhias do país com mais negócios no exterior. Odebrecht lidera o ranking seguida por Gerdau. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/as-30-empresas-brasileiras-com-mais-negocios-fora-do-pais/>> acessado em: 10/01/2019.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. Política externa independente: fundamentos e reflexos nas relações internacionais do Brasil (1961-1964). In XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH, 25, 2009, Fortaleza, **Anais...** Tópicos Temáticos 2009. [s. n.]

VICTOR, Mário. **Cinco anos que abalaram o mundo**: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1954): o nacionalismo e política externa independente. **Revista brasileira de história**. São Paulo, vol. 14, n. 27, 1994, p. 99-111.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo**: Una introducción. Ciudad de México: Siglo Veinteuno, 2006.

_____. A reestruturação capitalista. **Perspectivas Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, vol 20/21, 1997/1998.

WEGNER, Felipe Henrique. Os mistérios da Operação 30 Horas: fantasia ou intervencionismo brasileiro no Uruguai? In: Congresso Internacional de História, 4., 2009, Maringá, **Anais...** História das relações internacionais, 2009, p. 1339-1352.

WOGAU, Peter von. **Rol de la agroindustrialización latinoamericana y su impacto sobre el desarrollo agropecuario: versión preliminar**. Santiago: NU. CEPAL. División de Desarrollo Social, 1979a.

_____. **Análisis de las interrelaciones entre la agricultura y la industria: versión preliminar**. Santiago: NU. CEPAL. División de Desarrollo Social, 1979b.

_____. **Family farming and the agroindustrial chain: some notes on the German experience**. Quebec: FAO | German Agency for Technical Cooperation | NU. CEPAL, 1996.

_____. **La cooperación vertical entre agricultura familiar y el complejo agroindustrial: observaciones sobre la experiencia alemana**. Quebec: FAO | German Agency for Technical Cooperation | NU. CEPAL, 1996.

YAFFÉ, Jaime. Economía y dictadura en Uruguay (1973-1984): una visión panorámica de su evolución interna y sus relaciones con la economía internacional. **Revista electrónica de Historia**, San José, Número especial de Diálogos, 2008, p. 1306.